



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Hugo Agra de Castro

**A POLÍTICA EXTERIOR DO MÉXICO NO CONTEXTO DO REGIONALISMO DA
AMÉRICA LATINA DE 1994 A 2018**

Brasília, DF

2024

Hugo Agra de Castro

**A POLÍTICA EXTERIOR DO MÉXICO NO CONTEXTO DO REGIONALISMO DA
AMÉRICA LATINA DE 1994 A 2018**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge Ramalho Rocha.

Brasília, DF

2024

Hugo Agra de Castro

**A POLÍTICA EXTERIOR DO MÉXICO NO CONTEXTO DO REGIONALISMO DA
AMÉRICA LATINA DE 1994 A 2018**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais.

Brasília, DF, ____ de _____ de ____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio Jorge Ramalho Rocha (orientador)
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Rafael Antônio Duarte Villa
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Enrique Ruiz Ferreira
Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Dr. Fidel Irving Pérez Flores (Suplente)
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, especialmente à minha mãe e ao meu pai, pelo apoio constante e pelo amor incondicional.

Ao meu orientador, Antônio Jorge Ramalho, pela inestimável compreensão, sabedoria e gentileza.

Aos funcionários do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, cuja colaboração, ainda que indireta, foi essencial para a realização deste trabalho.

Aos membros da banca, que gentilmente aceitaram o convite para participar da avaliação desta tese, especialmente ao professor Fidel Pérez Flores, pelos inúmeros livros compartilhados.

Por fim, dedico este trabalho a todos os estudantes de Relações Internacionais que, distantes dos grandes centros, enfrentam trajetórias mais longas e desafiadoras em busca de reconhecimento e de realizações acadêmicas e profissionais.

RESUMO

Esta tese examina a política externa do México em relação à América Latina entre 1995 e 2018, analisando o impacto das transformações do regionalismo latino-americano nesse período. O estudo parte do contexto histórico marcado pela assinatura do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1994, que consolidou a dependência econômica mexicana dos Estados Unidos da América (EUA), e busca compreender como o México equilibrou essa integração com o Norte e seus laços com a América Latina. A pesquisa investiga os ciclos de aproximação e distanciamento do México em relação à região, influenciados por fatores econômicos e políticos internos e externos, além das mudanças no cenário internacional. Com foco nas administrações de Ernesto Zedillo, Vicente Fox, Felipe Calderón e Enrique Peña Nieto, a análise revela que a política externa mexicana oscilou entre o alinhamento com os EUA e a tentativa de reaproximação a países latino-americanos. O estudo aborda, entre outros aspectos, o papel do México na formação de blocos regionais, como a Aliança do Pacífico, e sua resposta às crises regionais e à polarização ideológica na América Latina. A metodologia utilizada inclui análise qualitativa e comparativa, baseada em documentos oficiais, estudos acadêmicos e relatórios de organismos internacionais. A pesquisa conclui que, embora o México busque afirmar sua identidade latino-americana e exercer influência na região, sua política externa continua marcada por uma complexa interdependência com os EUA, o que limita sua autonomia e liderança regional. A tese contribui para o entendimento das dinâmicas de inserção internacional do México e das complexidades de sua relação com a América Latina no contexto das tendências do regionalismo.

Palavras-chave: Política externa do México; América Latina; Regionalismo latino-americano

ABSTRACT

This thesis examines Mexico's foreign policy toward Latin America between 1995 and 2018, analyzing the impact of transformations in Latin American regionalism during this period. The study begins with the historical context marked by the signing of the North American Free Trade Agreement (NAFTA) in 1994, which consolidated Mexico's economic dependence on the United States of America (USA) and seeks to understand how Mexico balanced this integration with the North and its ties with Latin America. The research investigates the cycles of rapprochement and distancing of Mexico in relation to the region, influenced by internal and external economic and political factors, as well as changes in the international scenario. Focusing on the administrations of Ernesto Zedillo, Vicente Fox, Felipe Calderón, and Enrique Peña Nieto, the analysis reveals that Mexican foreign policy oscillated between alignment with the USA and attempts at rapprochement with Latin American countries. The study addresses, among other aspects, Mexico's role in the formation of regional blocs, such as the Pacific Alliance, and its response to regional crises and ideological polarization in Latin America. The methodology used includes qualitative and comparative analysis, based on official documents, academic studies, and reports from international organizations. The research concludes that, although Mexico seeks to assert its Latin American identity and exert influence in the region, its foreign policy continues to be marked by a complex interdependence with the USA, which limits its autonomy and regional leadership. The thesis contributes to the understanding of the dynamics of Mexico's international engagement and the complexities of its relationship with Latin America in the context of regionalism trends.

Keywords: Mexico's foreign policy; Latin America; Latin American regionalism

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comércio do México com os EUA entre 1994 e 2018 (US\$ bilhões)	41
Gráfico 2 – Comércio do México com os EUA entre 1994 e 2018 (%).....	42
Gráfico 3 – O comércio do México com a América Latina entre 1994 e 2018 (US\$ Bilhões)	43
Gráfico 4 – Percentual de participação da América Latina no comércio do México em 1994 e 2018 (%).....	44
Gráfico 5 – Exportações do México entre 1994 e 2018 (US\$ bilhões).....	44
Gráfico 6 – Comércio do México com o mundo entre 1995 e 2000 (US\$ bilhões).....	78
Gráfico 7 – Comércio do México com a América Latina entre 1995 e 2000 (US\$ bilhões) ...	79
Gráfico 8 – Participação da América Latina no comércio do México entre 1995 e 2000 (%)..	81
Gráfico 9 – Participação do México no comércio da América Latina entre 1995 e 2000 (%)..	82
Gráfico 10 – Participação do NAFTA no comércio do México entre 1995 e 2000 (%)	83
Gráfico 11 – Comércio do México com a América Latina entre 2000 e 2006 (US\$ bilhões)	104
Gráfico 12 – Comércio do México com o mundo entre 2000 e 2006 (US\$ bilhões).....	105
Gráfico 13 – Participação da América latina no comércio do México entre 2000 e 2006 (%)	106
Gráfico 14 – Participação do México no comércio da América Latina entre 2000 e 2006 (%)	107
Gráfico 15 – Comércio do México com a América Latina entre 2006 e 2012 (US\$ bilhões)	132
Gráfico 16 – Comércio do México com o Mundo entre 2006 e 2012 (US\$ bilhões)	133
Gráfico 17 – Participação da América Latina no comércio do México entre 2006 e 2012 (%)	133
Gráfico 18 – Participação do México no comércio da América Latina entre 2006 e 2012 (%)	134
Gráfico 19 – Comércio do México com a América Latina entre 2012 e 2018 (US\$ bilhões)	164
Gráfico 20 – Comércio do México com o mundo entre 2012 e 2018 (em bilhões de dólares)	165
Gráfico 21 – Participação da América Latina no comércio do México entre 2012 e 2018 (%)	166
Gráfico 22 – Participação do México no comércio da América Latina entre 2012 e 2018 (%)	166
Gráfico 23 – Comércio do México com a Aliança do Pacífico (US\$ bilhões)	170
Gráfico 24 – Participação da Aliança do Pacífico no Comércio Mundial do México (2011-2018).....	171

Gráfico 25 – Percentual de participação de bens manufaturados no comércio do México com a Aliança do Pacífico	171
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportação do México para América Latina - US\$ bilhões	135
Tabela 2 – Percentual de participação por setores econômicos na exportação para América Latina	135
Tabela 3 – Importações mexicanas da América Latina por setor econômico (2006-2012) ...	135
Tabela 4 – Exportações mexicanas para América latina por setor econômico (2012-2018) .	167
Tabela 5 – Importações mexicanas da América Latina por setor econômico (2012-2018) ...	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAEs	Acordos de Associação Estratégica
ACEs	Acordos de Complementação Econômica
AG	<i>Acuerdo Global</i>
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AP	Aliança do Pacífico
APE	Análise de Política Externa
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
ARCO	Arco do Pacífico
Bancomext	Banco Mexicano de Comércio Exterior
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul
C.D.	<i>Corriente Democrática</i>
CALC	Cúpula de América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento
CAN	Comunidade Andina de Nações
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIDE	<i>Centro de Investigación y Docencia Económicas</i>
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CMCP	<i>Comisión Mexicana en la Cuenca del Pacífico</i>
COLMEX	<i>El Colegio de México</i>
COP-16	Conferência do Clima
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CRIES	<i>Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales</i>
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
ELN	Exército de Libertação Nacional
EPN	Enrique Peña Nieto
EUA	Estados Unidos da América
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FARC-EP	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FPA	<i>Foreign Policy Analysis</i>
G-3	Tratado de Livre Comércio México, Colômbia e Venezuela
G-4	Grupo dos 4 (Brasil Alemanha, Japão e Índia)
G-5	Grupo dos 5 (Brasil, México, China, Índia e África do Sul)
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IMR	Instituto Matías Romero
IPN	Instituto Politécnico Nacional
ITAM	<i>Instituto Tecnológico Autónomo de México</i>
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MORENA	Movimento Regeneração Nacional
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte (The North American Free Trade Agreement)
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAN	Partido Ação Nacional
PEMEX	Petróleos Mexicanos
PIB	Produto Interno Bruto
PM	<i>Proyecto de Integración y Desarrollo de Mesoamérica</i>
PND	<i>Plan Nacional de Desarrollo</i>
PPP	Plano Puebla-Panamá
PRD	Partido da Revolução Democrática
PRI	Partido Revolucionário Institucional
PROSUL	Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul
PT	Partido dos Trabalhadores (<i>Partido del Trabajo</i>)
RMPE	Revista Mexicana de Política Exterior
SICA	Sistema de Integração Centro-americana
SRE	Secretaria de Relações Exteriores
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TLC Único	Tratado de Livre Comércio entre México, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua
TLCAN	Tratado de Libre Comercio de América del Norte
TLCs	Tratados de Livre Comércio
T-MEC	<i>Tratado entre México, Estados Unidos y Canadá</i>
TPI	Tribunal Penal Internacional
TPP	Parceria Transpacífico
TSJ	Tribunal Superior de Justiça da Venezuela
UNAM	Universidade Nacional Autônoma do México
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
USMCA	<i>United States–Mexico–Canada Agreement</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O MÉXICO E O REGIONALISMO LATINO-AMERICANO: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E TEÓRICAS	28
2.1	A política exterior do México	28
2.2	A liberalização econômica	35
2.3	Autonomia na Política Externa Mexicana	45
2.4	Impactos da Liberalização Econômica na Política Externa	46
2.5	México e o Regionalismo Contemporâneo	50
2.6	Desafios e Limites da Política Externa Mexicana no Regionalismo	55
3	A POLÍTICA EXTERNA DE ERNESTO ZEDILLO (1994-2000): ENTRE O NORTE E O SUL	62
3.1	Entre a América do Norte e a América Latina	62
3.2	A pressão sob o México na ALADI e reticência mexicana em <i>latino-americanizar</i> o NAFTA	64
3.3	Desafios e dilemas da política comercial de Zedillo para a América Latina	77
4	VICENTE FOX (2000-2006): A EXPANSÃO COMERCIAL E O DISTANCIAMENTO POLÍTICO	86
4.1	Transição Democrática e a Nova Imagem Internacional do México	87
4.2	Os impactos na política externa	91
4.3	Plano Puebla-Panamá (PPP): uma tentativa de aproximação com a América Central	92
4.4	A imagem de um México distante da América Latina	94
4.5	A Política comercial e a ambiguidade com a política externa para a América Latina (2000-2006)	103
4.6	A ambiguidade entre a política comercial e a política externa	108
5	FELIPE CALDERÓN (2006-2012): DIVERSIFICAÇÃO COMERCIAL E O REENGAJAMENTO REGIONAL	111
5.1	O PAN tentando corrigir os erros do próprio PAN	112
5.2	CELAC: a aproximação pela via política	119
5.3	Aliança do Pacífico: a tentativa de reaproximação pela via econômica	123
5.4	Política comercial para a América Latina do governo Felipe Calderón (2006-2012)	131
6	ENRIQUE PEÑA NIETO (2012-2018): PRAGMATISMO ECONÔMICO E LIMITES DE AUTONOMIA	138
6.1	A volta do PRI e a (re)aproximação com a América Latina	138
6.2	A política externa para a América Latina	141
6.3	A relação com a Venezuela no início do mandato	142

6.4	O México, Donald Trump e a América Latina	148
6.5	A CELAC: da esperança ao declínio	150
6.6	A “Sul-americanização” do México	157
6.7	A Política comercial do México para a América Latina (2012-2018)	164
6.8	Entre discursos e resultados: o México e a Aliança do Pacífico	169
6.9	A relação com os EUA e impactos com a América Latina	174
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
	REFERÊNCIAS	186

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a América Latina tem sido palco de numerosas iniciativas de integração regional, que refletem tanto os esforços de cooperação econômica quanto os desafios políticos e sociais da região. O México, um dos maiores e mais influentes países latino-americanos, desempenhou papel significativo nesses processos, especialmente a partir dos anos 1990, quando as dinâmicas globais e regionais passaram a se transformar de maneira acelerada.

Nos anos 1990, a política externa mexicana passou por transformação significativa, destacada pela assinatura do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1994, que consolidou sua integração com os Estados Unidos da América (EUA) e o Canadá. Com base nesse marco, a tese analisa a política externa mexicana a partir do NAFTA. Esse movimento de liberalização econômica foi acompanhado por esforços de diversificação das relações internacionais, incluindo a América Latina. No entanto, a dependência estrutural do México em relação aos EUA, aliada às divergências políticas e econômicas com outros países latino-americanos, representou desafios consideráveis para a concretização de uma cooperação mais profunda e eficaz.

O México está situado na interseção de regiões distintas: é parte da América do Norte, mas também compartilha características históricas e culturais com os países da América Latina (Naddi, 2018). A importância do México na América Latina é inegável, tanto do ponto de vista político quanto econômico. Além disso, a América Latina reverbera elementos culturais e históricos que aproximam o México da região. Como destaca Guadalupe González (2020): “*o que vemos son simpatías y predisposiciones positivas hacia América Latina, aunque selectivas, y cierta falta de voluntad para traducirlas en compromisos y acciones*”.

Durante grande parte do século XX, o México concebeu sua política externa com base nacionalista, em resposta à necessidade de uma economia fechada e a um regime político autoritário, dominado por um partido único. Nas últimas três décadas, o país passou por profundas transformações econômicas e políticas, que coincidiram com grandes mudanças no sistema internacional.

A conjunção dessas mudanças tem sido um maior nível de exposição ao sistema internacional e uma modificação de três elementos fundamentais para a formulação da política externa mexicana: o modelo de desenvolvimento econômico, o tipo de regime político e o contexto externo. As novas circunstâncias da economia aberta, da democratização e da interdependência assimétrica com os EUA em um mundo cada vez mais interconectado levaram os governos mexicanos a mudanças no seu engajamento político, diplomático e econômico com os demais países da América Latina - principalmente a partir do início da década de 1990.

A política externa mexicana para a América Latina foi moldada por fatores internos e externos, mas passou por uma mudança substancial quando o México alterou seu modelo de desenvolvimento econômico, especialmente a partir do governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994). O fortalecimento de uma política econômica liberal e o subsequente engajamento do México no livre comércio com os EUA contrastavam com as políticas dos governos da América do Sul, que buscavam uma integração que transcendesse o âmbito econômico-comercial. A estratégia mexicana de aprofundamento das relações bilaterais com os EUA contribuiu significativamente para projetar a imagem de um México mais interessado em seu vizinho do norte do que nos países do sul do continente.

O fator econômico-comercial foi o principal motor da política externa mexicana, tanto em relação à América Latina quanto a outras regiões do mundo. Ana Covarrubias (2020) observa que o engajamento do México com a América Latina variou conforme as conjunturas apresentadas:

Quando o México olha para o Sul? [...] Nosso país geralmente olha para a América Latina em momentos pontuais: por necessidade econômica, para não ficar excluído de iniciativas regionais, em reação às consequências que acontecimentos na região possam ter no México e por outros objetivos de política interna e externa. Assim, o que encontramos é uma visão reativa, na maior parte das vezes, e ciclos de aproximação e distanciamento em relação aos nossos vizinhos do sul (Covarrubias, 2020, tradução nossa).

Guadalupe González (2020) aponta uma mudança significativa na percepção de outros países após o México, junto com os EUA e o Canadá, firmar o NAFTA, que entrou em vigor em 1994. Desde então, a ambiguidade sobre o pertencimento geográfico e geopolítico do México se intensificou: é parte da América do Norte ou da América Latina?

Uma dissonância cognitiva recorrente entre mexicanos e sul-americanos, especialmente após o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), ocorre quando se pergunta sobre a localização e a identidade regional do México. Geralmente, a resposta sul-americana é que o México é um país da América do Norte, enquanto a resposta mexicana é que seu país é tão ou até mais latino-americano que outros. Isso evidencia que as 'etiquetas geográficas' são mais do que isso: não apenas revelam visões políticas embutidas nelas, mas também fenômenos identitários ligados a um senso de pertencimento, distinção social, empatia ou exclusão social (González, 2020, tradução nossa).

Bernal-Meza (2009) aponta que a aproximação com os EUA resultou em uma transformação da política externa mexicana, que passou de uma postura mais independente e ativa, para uma posição mais alinhada com os interesses dos EUA, refletindo uma nova realidade econômica, na qual o tipo do regionalismo adotado pelo México representava uma continuidade e uma intensificação dessa nova realidade econômicas, apoiada pelos EUA.

O recorte temporal desta tese (1995-2018) busca esclarecer as mudanças na política externa mexicana que levaram a distanciamentos ou reaproximações com o continente latino-americano. As conjunturas históricas e comparativas abordadas nesta tese abrangem os governos de Ernesto Zedillo (1994-2000), Vicente Fox (2000-2006), Felipe Calderón (2006-2012) e Enrique Peña Nieto (2012-2018)), ou seja, a partir do NAFTA e ao fim de governo de centro-direita. Além disso, foi necessário explicar o contexto histórico e algumas conjunturas de períodos anteriores a 1994.

O debate sobre o regionalismo na América Latina também evoluiu nesse período, passando do regionalismo clássico, focado na substituição de importações e no protecionismo, para o regionalismo aberto, voltado à ampliação de acordos de livre comércio, e posteriormente, para o regionalismo pós-hegemônico, caracterizado pela busca de maior autonomia política e integração social. Entre 1995 e 2018, o México, sob diferentes administrações, navegou por esses diversos contextos, buscando equilibrar sua política externa entre os imperativos de integração econômica com os EUA e a necessidade de fortalecer os laços regionais na América Latina. O recorte histórico da tese, portanto, é especialmente relevante para compreender a evolução da política externa mexicana e sua interação com o regionalismo latino-americano.

Na primeira década do século XXI, mesmo com a ascensão de governos de esquerda na América Latina, o México manteve seu modelo de integração via regionalismo aberto, ao mesmo tempo em que buscou participar de novas iniciativas regionais de cooperação política e integração econômica. Nos anos 2000, muitos países latino-americanos adotaram o regionalismo pós-liberal, com foco na cooperação política e social. O México, por sua vez, manteve governos de centro-direita, que continuaram priorizando políticas econômicas neoliberais. Ainda assim, o México participou ativamente da criação de iniciativas regionais, como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2010 e a Aliança do Pacífico em 2011.

Esta tese é um estudo histórico sobre a inserção do México no contexto político e econômico do continente americano, com ênfase especial na América Latina. Dou ênfase a fatores políticos e econômicos, focando na inserção regional como ponto chave na relação do México com os principais países da região. Para isso, analiso a política externa de cada governo mexicano em relação à América Latina, bem como a influência dessas políticas na integração regional e nos momentos de distanciamento e reaproximação com a região, entre 1995 e 2018.

O argumento central desta tese é que a inserção internacional do México, fortemente vinculada aos EUA na década de 1990 e início dos anos 2000, resultou em um distanciamento político da América Latina, prejudicando a imagem latino-americana da política externa mexicana. Em momentos de problemas políticos e econômicos com os EUA, esse

distanciamento da América Latina acabou evidenciando a redução do poder de influência do México no continente. Para mitigar esse distanciamento, o México adotou estratégias de reaproximação tanto na esfera política (com a CELAC) quanto na econômica (com a Aliança do Pacífico).

A pesquisa busca responder à seguinte pergunta: **Como a política externa mexicana em relação à América Latina evoluiu de 1994 a 2018 em resposta às tendências e desafios do regionalismo latino-americano?** A pergunta de pesquisa explora a evolução da política externa mexicana em relação à América Latina e sua conexão com as correntes de regionalismo durante o período especificado. Além disso, investiga três pontos fundamentais: **1) as principais características da política externa mexicana em relação à América Latina, especialmente com os países mais importantes da região; 2) como o regionalismo latino-americano influenciou a estratégia mexicana de inserção regional; e 3) o papel do México na promoção, formação ou modificação de organizações regionais e blocos econômicos de 1994 a 2018.**

O argumento parte da análise de que esses fatores, em diferentes momentos, tiveram como causas: i) conjunturas críticas que moldaram as políticas externas para a região; ii) necessidade de diversificação de parcerias comerciais; iii) a busca por “normalizar” as relações exteriores com alguns países da região após sucessivos desgastes criados pelo Governo Vicente Fox (2000-2006); iv) a influência crescente de governos e líderes políticos de esquerda na região no começo do século XXI; v) tentativas para dar respostas e reduzir as críticas derivadas da dependência econômica com os EUA e vi) resgatar o pragmatismo histórico da política exterior mexicana sem abrir mão da defesa de uma política comercial liberal na região.

Para analisar a política externa mexicana, é necessário primeiro explicar os principais fatores que levaram o México a se distanciar da América Latina, além das medidas adotadas pelos governos mexicanos para reaproximar o país da região. Em todos os capítulos, analisa-se a política externa do México para a América Latina com os seguintes objetivos específicos: i) descrever os fatores que causaram o distanciamento da política externa mexicana em relação à América Latina; ii) analisar a reaproximação da política externa do México com a América Latina a partir de 2006; e iii) explicar os projetos de inserção regional adotados pelo país entre 1995 e 2018, destacando sua participação em iniciativas de coordenação política (CELAC) e livre-comércio (Aliança do Pacífico).

Dessa forma, analiso os fatores conjunturais domésticos e regionais que influenciaram a escolha estratégica de inserção internacional do México no continente americano. A relação do México com a América Latina pode ser descrita e analisada a partir de eixos temáticos como

educação, saúde, história, segurança, defesa, cultura e economia, entre outros¹. Com foco na política externa, busco identificar e explicar os motivos das aproximações e distanciamentos, sempre considerando o contexto histórico, político e econômico regional. Ao delimitar os elementos da pesquisa, optei por concentrar a análise na inserção internacional do México na América Latina, com ênfase nas políticas externas de 1995 a 2018, sem a pretensão de abordar todos os temas das agendas de relações internacionais do país durante esse período. Ainda que o foco esteja nas questões de política externa, não pretendo abordar todas as ações, características e interpretações literárias das políticas externas de cada governo. O principal enfoque é a relação política e econômica entre o México e a América Latina.

A pesquisa apresentada é essencial para compreender as divergências e convergências do México no contexto do regionalismo latino-americano. Ela contribui para o fortalecimento do conhecimento sobre a história da política externa mexicana na academia brasileira de Relações Internacionais, subsidiando a construção de saberes sobre o México e sobre a política externa de outros países. Além disso, a pesquisa pode auxiliar futuros(as) estudiosos(as) brasileiros(as) na análise da política externa mexicana

Este estudo busca proporcionar conhecimentos relevantes para formuladores de políticas e acadêmicos interessados em integração regional, política externa e desenvolvimento econômico na América Latina. Explorando as diferentes fases do regionalismo e as respostas de cada administração mexicana a esses contextos, a pesquisa oferece uma compreensão mais das dinâmicas políticas e econômicas que moldaram as relações regionais. Além disso, a tese destaca os desafios e oportunidades específicos enfrentados pelo México, evidenciando as tentativas de diversificação e integração regional.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela escassez de estudos sobre a política externa do México, especialmente na academia brasileira. Este estudo busca contribuir para o desenvolvimento da literatura sobre o regionalismo latino-americano, oferecendo uma compreensão mais aprofundada da política externa do México em relação à América Latina, por meio de uma linguagem acessível ao público acadêmico brasileiro.

Ao contextualizar a política externa mexicana nesses marcos teóricos, a pesquisa destaca as estratégias adotadas para diversificar parcerias comerciais, enfrentar as limitações impostas pela dependência econômica dos EUA e buscar uma posição mais autônoma na região.

¹ Acredito que a escolha de um eixo temático não exclui a possibilidade de entrelaçamento entre esses eixos. Por exemplo: a relação entre dois países nas áreas de segurança e defesa provavelmente terá que ser analisada à luz das relações históricas e políticas entre esses países, assim como a relação entre dois países na área da Saúde, provavelmente abará análises da relação bilateral nos eixos da educação, política ou economia. Dependendo do enfoque dado pelo(a) pesquisador(a), a relação entre dois países será analisada sem que haja uma exclusão temática de outros eixos. Aqui na tese, os eixos político e econômico se interligam para descrever e analisar a relação México-América latina.

Este estudo não só preenche lacunas na literatura existente sobre o regionalismo latino-americano e a política externa mexicana, mas também contribui para o debate acadêmico sobre os desafios e oportunidades da integração regional na América Latina.

Esta tese adota perspectiva histórico-explicativa e desenvolve análise das políticas externas do México, com o objetivo de explicar os motivos políticos e econômicos que levaram a aproximações e distanciamentos do país em relação à América Latina. O método adotado nesta tese é qualitativo, baseado na análise descritiva e comparativa. A escolha do método qualitativo se justifica pela natureza exploratória e descritiva da pesquisa, que busca entender as complexidades e dinâmicas da política externa mexicana e do regionalismo latino-americano. A análise comparativa permite avaliar as políticas externas dos diferentes governos mexicanos, identificando continuidades e mudanças ao longo do tempo. As técnicas envolvem a revisão de literatura, a coleta de dados documentais, a análise descritiva e comparativa, e a interpretação dos resultados.

A análise documental abrange o exame de documentos oficiais, discursos, acordos comerciais, publicações de organismos internacionais e bases de dados acadêmicas, garantindo a obtenção de dados primários relevantes para a pesquisa. A análise descritiva examina os discursos e declarações oficiais dos presidentes mexicanos e de altos funcionários do governo, identificando temas recorrentes, prioridades políticas e estratégias de integração regional, sem recorrer a ferramentas específicas de análise de conteúdo.

A pesquisa foi desenvolvida com base em métodos descritivos, exploratórios e explicativos, utilizando o método indutivo. A partir desse método, observamos os fatos históricos para identificar as causas que geraram mudanças ou continuidades na política externa mexicana. O método qualitativo é empregado com a consciência de que a subjetividade está presente na pesquisa, pois os fatos históricos podem ser interpretados de maneiras distintas. Ainda assim, a pesquisa qualitativa se fundamenta em diversas fontes, argumentos e opiniões para garantir sua validade e gerar conhecimento científico preciso.²

A fase exploratória da pesquisa envolve a investigação de problemas ou questões com pouco estudo prévio, visando “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipótese pesquisáveis para estudos posteriores” (Gil, 2008, p. 27). Esta tese emprega métodos de pesquisa exploratória e explicativa, com foco em uma análise histórica da política externa do México.

² Pesquisas quantitativas relacionando os temas de política externa brasileira, América do Sul e América Latina foram desenvolvidas e são bastante interessantes. Ver, por exemplo: Rocha, Albuquerque e Medeiros (2018), Meunier e Medeiros (2013), e Mesquita Medeiros (2016).

Para explicar os fatores que influenciaram o posicionamento da política externa mexicana, é essencial descrever as causas determinantes. Como aponta Claudio Castro, “não se pode realmente falar em ciência que não seja uma descrição de algum aspecto do mundo em que vivemos” (Castro, 1977, p. 66). Assim, esta tese utiliza a análise descritiva como uma ferramenta central para a construção dos argumentos, além de métodos explicativos que buscam investigar as relações e nexos entre os fatores que causaram determinados efeitos na política externa em diferentes períodos.

Entre as fontes primárias utilizadas estão discursos de presidentes mexicanos, chanceleres e diplomatas. Destacam-se o *Plan Nacional de Desarrollo*, produzido por todos os governos no início de cada mandato, e os *Informes de Labores* da Secretaria de Relaciones Exteriores (SRE), elaborados anualmente para resumir as principais ações da diplomacia mexicana.

Entre as fontes secundárias consultadas, destaca-se a produção intelectual da revista *Foro Internacional*, organizada pelo Centro de Estudios Internacionales do El Colegio de México (COLMEX). Esta revista reúne uma ampla diversidade de referências bibliográficas (artigos, livros, vídeos, conferências) e conta com autores(as) qualificados(as) que analisaram as relações internacionais do México. A *Revista Mexicana de Política Exterior* (RMPE), publicada pelo Instituto Matías Romero (IMR) — a academia de formação diplomática do México —, permitiu analisar o pensamento sobre a política externa mexicana a partir da perspectiva predominante da própria diplomacia do país. Além disso, destacam-se as publicações acadêmicas de centros de excelência, como a *División de Estudios Internacionales* do Instituto Tecnológico Autónomo de México (ITAM) e do Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE).

Para melhor compreender as dinâmicas políticas e econômicas da América Latina durante o período estudado, foram investigados textos que, direta e indiretamente, ajudaram a refletir sobre as ações das políticas externas dos governos do México para a região. As publicações da *Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales* (CRIES), como os livros e as séries *Pensamiento Propio*, *Análisis de Coyuntura* e o *Anuario de Integración*, foram de grande contribuição.

A análise das políticas externas se baseia no conceito de 'conjuntura crítica', que se refere a eventos, fatores e circunstâncias políticas, econômicas e sociais que impactam e marcam significativamente um momento ou processo específico. Na análise de conjuntura crítica, a análise histórica é essencial para entender como eventos críticos podem moldar os resultados políticos a longo prazo e como determinadas ações ou acontecimentos em contextos

históricos específicos podem gerar mudanças importantes na sociedade e na política (Pérez Flores, 2009, 2014; Pierson, 2000; Skocpol, 1979).

De acordo com Pérez Flores (2009, p. 2-3), conjunturas críticas são “períodos breves em que o curso de um determinado processo experimenta mudanças significativas que reorientam em alguma medida padrões seguidos previamente”. Dessa forma, a conjuntura crítica refere-se aos fatos históricos e decisões políticas que impactaram de maneira significativa as políticas externas do México em relação à América Latina durante o período estudado. A análise de conjunturas críticas auxilia na identificação das causas e consequências desses eventos, além de permitir a compreensão de como eles podem gerar mudanças significativas nos cenários político, econômico e social de um país. Argumento, por exemplo, que a adesão do México ao NAFTA e as diversas estratégias de inserção regional adotadas pelos países impactaram significativamente a política externa mexicana, gerando consequências de longo prazo que influenciaram diretamente o regionalismo latino-americano.

A revisão de literatura abrange a análise de obras teóricas e empíricas relevantes para a política externa mexicana e o regionalismo latino-americano, fornecendo base teórica sólida para a pesquisa e auxiliando na identificação de lacunas na literatura sobre o tema. A pesquisa contextualiza a integração regional e a política externa mexicana entre 1995 e 2018. Na segunda metade do século XX, a América Latina viu na integração econômica uma ferramenta essencial para o desenvolvimento, o que resultou na criação de diversos blocos econômicos e modelos de regionalismo. Para compreender as especificidades da integração regional na América Latina e sua relação com a política externa mexicana, este estudo utiliza um referencial teórico abrangente, fundamentado em diferentes teorias das relações internacionais, economia política internacional e estudos sobre regionalismo.

As teorias do regionalismo clássico, aberto e pós-hegemônico são utilizadas para explorar a evolução da integração regional na América Latina. O regionalismo clássico, caracterizado pela substituição de importações e protecionismo, foi a resposta inicial aos desafios de desenvolvimento econômico, enquanto o regionalismo aberto, impulsionado pelas políticas neoliberais dos anos 1980 e 1990, enfatizou a liberalização econômica e a abertura dos mercados. Mais recentemente, o regionalismo pós-hegemônico surgiu como uma resposta aos limites do neoliberalismo, com foco em maior autonomia política e integração social, refletindo as transformações políticas e econômicas na região.

No contexto das teorias das Relações Internacionais, diversos estudiosos latino-americanos rejeitaram a abordagem europeia do regionalismo e desenvolveram uma agenda de pesquisa mais adequada para explicar suas próprias realidades. Esse movimento gerou debates teóricos significativos sobre o regionalismo latino-americano (Börzel; Risse, 2009). Esses

debates se concentraram em adaptar as teorias de integração para refletir as especificidades socioeconômicas e políticas da região, contrastando com os modelos europeus, que muitas vezes não eram diretamente aplicáveis.

A contribuição teórica é fundamental para subsidiar as análises das políticas externas dos governos de Ernesto Zedillo, Vicente Fox, Felipe Calderón e Enrique Peña Nieto (EPN), cada um atuando em diferentes contextos de regionalismo e enfrentando desafios únicos ao tentar fortalecer os laços regionais e promover a integração econômica e política. Combinando essas perspectivas teóricas, sem se limitar a uma única visão, a tese oferece análise multidimensional da política externa mexicana, destacando como cada administração lidou com as complexidades do regionalismo latino-americano.

No campo das Relações Internacionais, a pesquisa desenvolvida insere-se na subárea de Análise de Política Externa (APE). Circulando entre as Relações Internacionais e a Ciência Política, o campo da APE concentra-se nas variações multicausais que determinam as decisões de política externa. O interesse nacional não é restrito a aspectos de poder e segurança, tampouco é algo imutável; trata-se de uma concepção que abrange uma combinação de diversos interesses (Putnam, 1988).

A APE diverge do pensamento neorrealista waltziano, conhecido por não atribuir importância às políticas domésticas dos Estados em sua análise de conjuntura internacional sistêmica. Ao conceber o Estado como um ator racional com “vontade”, os realistas desconsideraram o papel dos atores, da política interna e das ideias no contexto doméstico. As teorias influenciam os tomadores de decisão, mas as características de uma política nem sempre correspondem exatamente aos preceitos de uma corrente teórica. Portanto, não adoto a perspectiva de que os Estados são atores unitários, agindo de maneira homogênea e sempre de acordo com seu interesse nacional, e que a principal diferença entre os países reside em suas capacidades relativas. A combinação de fatores sistêmicos do neorrealismo, da interdependência do liberalismo no sistema internacional e dos atributos do nível de análise da unidade (país) evidencia a importância tanto dos fatores externos quanto dos internos na determinação da orientação geral da política externa de um país³. Na APE, a política doméstica influencia a política externa dos países em paralelo às influências externas, com o foco voltado para a investigação dos diversos fatores e causas que moldam a política externa⁴(Allison, 1969; Hermann, 1990; Putnam, 1988; Zakaria, 1998).

³ Para um histórico da evolução do campo de Foreign Policy Analysis (FPA), ver: Hudson (2007), Smith, Hadfield e Dunne (2008). Para a evolução na América Latina, ver Van Klaveren (1991). No Brasil, ver: Lima (2013) e Salomón e Pinheiro (2013).

⁴ Entendo “política externa” como uma política pública relacionada a um governo. Já “política exterior” é um conceito mais amplo, não correspondendo apenas a um governo.

Segundo Valerie Hudson (2007), a APE tem a capacidade de integrar diferentes teorias através dos níveis de análise, proporcionando uma perspectiva mais completa do processo decisório da política externa. Conforme destaca William Wohlforth (2008, p. 45), “[...] para compreender dilemas de política externa sob múltiplos ângulos, esses analistas naturalmente gravitam em direção à ideia de que as teorias são complementares, e não competitivas”⁵. Assim, na APE não há uma singularidade teórica. Como afirma Maria Regina Soares de Lima (2013, p. 133), “deixa de existir qualquer diferença ontológica entre as políticas domésticas e externas, ambas são políticas públicas e resultantes de processos políticos comparáveis”. Com o avanço dos estudos em APE, tornou-se mais claro distinguir política internacional de política externa. A primeira se refere às relações entre os países no sistema internacional, enquanto a segunda trata das ações dos países no cenário internacional, ou seja, dos comportamentos e objetivos do governo, principalmente no que diz respeito ao processo decisório no âmbito externo.

A tese está organizada em cinco capítulos, cada um abordando aspectos distintos da política externa mexicana e do regionalismo latino-americano. A Introdução apresenta a contextualização, justificativa, objetivos, perguntas de pesquisa, metodologia e a estrutura da tese. O Capítulo 1 oferece uma revisão da literatura e dos fundamentos teóricos sobre o regionalismo na América Latina e a política externa mexicana, abordando a história e a evolução do regionalismo, bem como os fundamentos da política externa mexicana.

O Capítulo 2 analisa a política externa do governo de Ernesto Zedillo (1994-2000), destacando a liberalização econômica, a consolidação do NAFTA e os esforços de diversificação comercial, além de abordar a política externa voltada para a América Latina e seu impacto no regionalismo latino-americano. O Capítulo 3 examina a política externa do governo de Vicente Fox (2000-2006), incluindo as tentativas de fortalecer os laços regionais, os desafios na integração com o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a promoção da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), além de discutir seu impacto no regionalismo latino-americano. O Capítulo 4 avalia a política externa do governo de Felipe Calderón (2006-2012), com ênfase na continuidade das políticas de liberalização, na criação da CELAC e no enfrentamento das divergências com o Mercosul, além de seu impacto no regionalismo latino-americano.

O Capítulo 5 detalha a política externa do governo de EPN (2012-2018), com foco na Aliança do Pacífico, na integração com a Ásia-Pacífico e na promoção da cooperação econômica e comercial na América Latina, além de seu impacto no regionalismo latino-americano. Finalmente, as considerações finais apresentam análise crítica das limitações da

⁵ Original: “[...] to understand foreign policy dilemmas from as many angles possible, such analysts naturally gravitate towards the idea that theories are complementary rather than competitive”.

política externa mexicana em relação à América Latina e o desafio recorrente de querer ser um líder regional e ao mesmo tempo ter uma grande dependência dos EUA.

Portanto, a argumenta que a política externa mexicana, entre 1995 e 2018, foi profundamente influenciada pela interdependência assimétrica com os Estados Unidos, especialmente após a consolidação do NAFTA, o que levou a um distanciamento político e econômico da América Latina. Em resposta a essa dinâmica, o México implementou estratégias pontuais de reaproximação com a região, buscando mitigar os efeitos negativos de sua dependência econômica dos EUA e explorar oportunidades de integração regional, como na criação da CELAC e da Aliança do Pacífico. No entanto, essas iniciativas demonstraram uma abordagem reativa e limitada, que oscilou entre ciclos de distanciamento e reaproximação, resultando em um equilíbrio entre sua identidade latino-americana e sua inserção no sistema internacional.

No Capítulo 1, descrevo resumidamente as principais características da política externa mexicana e os principais aspectos relacionados à inserção regional do país no continente americano (América do Norte e América Latina), além de abordar o contexto político das negociações do NAFTA e as consequências desse acordo econômico para a região latino-americana. A entrada em vigor do NAFTA, em 1994, teve impacto significativo nas relações do México com a América Latina. Antes de aderir ao NAFTA, o México focava suas relações nos países latino-americanos, liderando a criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e do Grupo do Rio, ambos voltados para promover a integração econômica e a concertação política na região. Após a entrada em vigor do NAFTA, no entanto, o México passou a concentrar suas atenções prioritárias no comércio com os EUA e o Canadá, seus principais parceiros comerciais. Essa mudança nas relações comerciais com a América Latina gerou críticas de outros países da região, que se sentiram prejudicados pela concorrência dos produtos mexicanos no mercado norte-americano e pela redução das relações comerciais com o México, o que poderia impactar negativamente a integração regional na América Latina.

No governo de Ernesto Zedillo (1994-2000), descrito no Capítulo 2, a política externa mexicana em relação à América Latina foi marcada por um compromisso contínuo com a liberalização econômica e a integração regional, no contexto de um regionalismo aberto. Zedillo assumiu a presidência em um período de transição significativa, logo após a implementação do NAFTA, e manteve a trajetória de abertura econômica iniciada por seu antecessor, Carlos Salinas de Gortari. A administração de Zedillo focou na consolidação do NAFTA, promovendo uma integração mais profunda com os EUA e o Canadá, ao mesmo tempo em que buscava expandir acordos de livre comércio com outros países da América Latina. A estratégia de Zedillo buscava diversificar as parcerias comerciais do México, firmando acordos com países

como Chile, Bolívia e Costa Rica, e promovendo iniciativas para fortalecer a cooperação regional. Entretanto, a forte dependência econômica em relação aos EUA continuou sendo uma característica marcante da política externa mexicana. Zedillo também enfrentou desafios internos e externos, como a crise financeira de 1994-1995, que limitou a capacidade do México de se engajar plenamente em novas iniciativas regionais. Apesar dessas limitações, a política externa de Zedillo contribuiu para a consolidação de um regionalismo mais aberto e integrado, preparando o terreno para as administrações subsequentes e suas abordagens à integração regional na América Latina.

No Capítulo 3, identifico as principais características da política externa do governo de Vicente Fox (2000-2006) e seus desentendimentos políticos com os governos de esquerda da América Latina. A política externa mexicana para a América Latina foi influenciada pelas mudanças geoeconômicas da década de 1990, e o governo de Fox manteve o direcionamento da inserção regional e internacional do México, ampliando o distanciamento do país em relação à América Latina. Durante o governo de Vicente Fox (2000-2006), a política externa mexicana tentou promover maior integração econômica e política na América Latina, apesar de enfrentar desafios significativos. Fox tentou fortalecer os laços regionais e promover a integração por meio da ALCA. No entanto, suas tentativas de promover a ALCA enfrentaram forte resistência, especialmente de países do Mercosul, que viam a proposta como uma extensão do domínio econômico dos EUA na região.

As divergências nas políticas econômicas e nos modelos de desenvolvimento entre o México e os países do Mercosul trouxeram desafios adicionais à cooperação harmoniosa. Enquanto o México promovia políticas de liberalização comercial e uma abordagem de desenvolvimento voltada para o mercado, com foco na atração de investimentos estrangeiros e na integração às cadeias produtivas globais, os países do Mercosul, especialmente Brasil e Argentina, mantinham políticas mais protecionistas, com altas tarifas e barreiras comerciais para proteger suas indústrias nacionais. Essas diferenças geraram tensões nas negociações de acordos comerciais e dificultaram a harmonização de políticas econômicas entre o México e os países do Mercosul. Apesar desses desafios, Fox procurou expandir a presença do México na América Latina, promovendo a cooperação em áreas como infraestrutura e desenvolvimento econômico, embora com sucesso limitado.

O Capítulo 4 discute a tentativa do governo de Felipe Calderón (2006-2012) de apaziguar as relações com os governos da região, destacando o início de iniciativas regionais que contaram com a participação direta do México, como a CELAC e a Aliança do Pacífico, que buscam promover a integração regional e o comércio entre os países da América Latina. O governo de Felipe Calderón (2006-2012) continuou promovendo políticas de liberalização

comercial, mas enfrentou desafios significativos ao tentar fortalecer os laços com os países do Mercosul. As divergências políticas e econômicas entre o México e os países do Mercosul complicaram a harmonização de políticas e dificultaram uma cooperação mais profunda. Calderón procurou fortalecer a presença do México em novas iniciativas regionais, como a CELAC, criada em 2010. A CELAC tinha como objetivo fortalecer a cooperação regional e projetar uma voz unificada da América Latina e do Caribe no cenário internacional, sem a participação dos EUA. Calderón enfrentou desafios internos e externos, como a violência relacionada ao narcotráfico e a crise econômica global de 2008, que afetaram a capacidade do México de se engajar plenamente em novas iniciativas regionais. Mesmo assim, a participação do México na CELAC demonstrou seu compromisso contínuo com a integração regional e a cooperação multilateral.

O Capítulo 5 destaca a volta do PRI ao poder no México com a vitória de EPN (2012-2018), bem como a continuidade do processo de reaproximação com os governos da região e os esforços para avançar em acordos comerciais que ultrapassassem preferências tarifárias setoriais. Com a eleição de EPN (2012-2018), o México continuou promovendo a integração regional, apoiando iniciativas como a Aliança do Pacífico, que incluía Chile, Colômbia e Peru. Essa iniciativa buscava promover uma integração pragmática, com foco na abertura de mercados com a Ásia-Pacífico. A Aliança do Pacífico destacou-se por sua abordagem, que enfatizava a cooperação econômica, a integração comercial e ações de cooperação institucional, aspectos que não faziam parte das ações tradicionais do regionalismo aberto. Peña Nieto também procurou fortalecer a cooperação com os países da América Latina por meio de acordos bilaterais e multilaterais. Entretanto, a forte dependência econômica em relação aos EUA continuou sendo uma característica marcante da política externa mexicana, assim como a manutenção da política econômica liberal. Como aponta Ana Covarrubias (2017, p. 341, tradução livre): “América Latina passa do neoliberalismo à onda rosada e à crise, enquanto o México passa da euforia democrática para a guerra contra as drogas e a crise de direitos humanos e de prestígio do governo. A constante no caso mexicano é sua postura pró-livre comércio”.

Portanto, nas últimas duas décadas, o interesse da política externa mexicana em relação à integração regional na América Latina variou significativamente. Apesar dos diferentes momentos de engajamento, o México reconhece a América Latina como uma região de grande importância. Nesse contexto, os próximos capítulos analisam a trajetória da política externa mexicana em relação ao regionalismo latino-americano entre 1995 e 2018, abordando desde a liberalização econômica e a integração com a economia global até a criação de novas entidades regionais e a busca por uma integração mais inclusiva. Dessa forma, o México enfrentou o

desafio de equilibrar seus interesses econômicos, com foco especial na América do Norte, com a tentativa de não se distanciar da América Latina. Essa estrutura organizada fornece uma base sólida para a análise da política externa do México e do regionalismo latino-americano, facilitando uma compreensão abrangente das dinâmicas e implicações dessas políticas no período estudado.

2 O MÉXICO E O REGIONALISMO LATINO-AMERICANO: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E TEÓRICAS

As relações internacionais do México nas últimas três décadas foram profundamente influenciadas por seus processos domésticos de liberalização política e econômica. Neste capítulo, apresento uma breve contextualização desses processos de liberalização antes de iniciar a análise da política externa mexicana para a América Latina no período de 1995 a 2018. Esse capítulo explora como o México, ao adotar políticas neoliberais e buscar aproximação com os EUA por meio do NAFTA, experimentou ciclos de aproximação e afastamento da América Latina. As bases dessa política externa, porém, foram construídas em um cenário nacional autoritário e centralizado sob o domínio do Partido Revolucionário Institucional (PRI), cuja hegemonia se manteve até o início dos anos 2000. Tal contexto político moldou as diretrizes internacionais mexicanas, enfatizando princípios como a soberania e a não intervenção, mas enfrentou mudanças diante das pressões internas por democratização e das novas realidades econômicas.

2.1 A política exterior do México

Durante a segunda metade do século XX, a diplomacia mexicana destacou-se pela defesa de seus princípios tradicionais no cenário internacional, como a solução pacífica de controvérsias, a igualdade jurídica entre os Estados, a não intervenção, a autodeterminação dos povos e a representatividade dos países nas instituições internacionais. Esses pilares colocaram o México na vanguarda da defesa do direito internacional público (Castro, 2017; Perez Flores, 2014). A importância do passado conduziu à formação das características da política exterior do país, principalmente pelo fato do país ter, desde o início da sua formação, a necessidade de atuar de forma reativa e defensiva diante da expansão imperialista dos EUA.

O México reagiu com relativa lentidão às mudanças nas circunstâncias nacionais e internacionais por diversos motivos, entre eles o peso do passado no pensamento sobre sua política externa. As experiências históricas do país, particularmente com os Estados Unidos, produziram princípios e doutrinas com caráter altamente defensivo (Pellicer, 2006, p. 24-25, tradução nossa).⁶

⁶ Trecho original em espanhol: “Los motivos por los que México ha reaccionado con tanta lentitud a los cambios en las circunstancias nacionales e internacionales son varios; dentro ellos podemos citar el peso del pasado en el pensamiento relativo a la política exterior. Las experiencias históricas del país, en particular con Estados Unidos, produjeron principios y doctrinas con un carácter altamente defensivo”.

A configuração e estabilidade do sistema político mexicano pós-revolucionário (após 1920) e o importante papel desempenhado pela diplomacia relativa à independência em relação aos EUA como instrumento de legitimidade interna levaram o México a exhibir, durante décadas, uma política externa relativamente estável e previsível, com apelo à defesa de ferramentas jurídicas para solução de controvérsias. Além da defesa de uma política exterior pautada no direito internacional, o México seguiu reafirmando os princípios de soberania e não intervenção como contrapeso às demandas de um universalismo democrático (Kuri; Mello, 2015; Laurell, 1991).

Durante décadas, o México formulou sua política externa com forte base nacionalista, em resposta à preferências por uma economia fechada e de uma democracia sustentada por um partido hegemônico e pluralismo político limitado. Por mais de setenta anos (1929-2000) um único partido (o PRI) dominou o sistema político mexicano sem precisar tomar o poder via forças armadas e implantar uma ditadura militar, como ocorreu em outros países da América Latina. Mesmo diante dessa singularidade, o país passou por um processo de transição democrática para minimizar o autoritarismo político do PRI. Conforme Castañeda (2013):

Desde a metade da década de 1930, o presidente em exercício escolhia os candidatos do partido situacionista, e estes sempre ganhavam. De modo que o chefe de Estado e do governo tinham garantida uma maioria automática tanto na Câmara quanto no Senado [...]. O PRI só perdeu a maioria na Câmara em 1997 e no Senado em 2000. [...] Reunir maioria nunca foi um problema para o presidente mexicano, uma vez que ele sempre a tinha (Castañeda, 2013, p. 167-168).

O PRI funcionava negociando a distribuição de benefícios frutos de crescimentos econômicos e a demanda de interesses específicos com a cooptação de organizações e seus líderes (Loaeza, 2015). O México é um caso singular na região, pois não teve um regime militar como boa parte dos integrantes da América Latina no século XX, mas passou por um processo de abertura democrática diante de um sistema político de partido hegemônico que comandou o poder executivo federal por mais de 70 anos – além da totalidade dos poderes executivos e legislativos estaduais e municipais por mais de 50 anos (Aguilar, 2004). Na prática, o sistema corporativo de amplitude ideológica e social contava com mecanismo de controle das organizações sociais que iam de dar recompensas e cortar benefícios econômicos e políticos até o uso da violência. O sistema corporativista com a simbiose estatal fortaleceu as organizações sociais, mas principalmente seus dirigentes. No caso do México, não houve um “regime militar” aos moldes sul-americanos das décadas de 1960 e 1970, mas um regime autoritário-burocrático dominado por um partido hegemônico.

A América Latina passou por importantes transformações no período denominado por Samuel Huntington de “Terceira Onda” democrática, iniciada em 1974 com a Revolução dos

Cravos, em Portugal. Vários países latino-americanos tiveram regimes autoritários caracterizados como burocracias centralizadoras e violentas, apoiados por parte da sociedade civil e pelos militares (Huntington, 1991). A liberalização política não atingiu apenas países da América Latina, que tiveram governos militares. O México passou por um processo de liberalização política unilateral no qual o partido hegemônico no poder, o PRI, guiou a abertura política. Como destaca o ex-chanceler Jorge G. Castañeda: “em quase todas as transições democráticas na América Latina ou na Europa Oriental, a necessidade de tranquilizar as elites conservadoras e os núcleos do poder levou a saídas do governo autoritário pela direita, não pela esquerda” (Castañeda, 2013, p. 180-181).

Para Terry Karl (1997, p. 70), a liberalização política no México é caracterizada como uma “liberalização unilateral”, pois partiu dos próprios políticos que estavam no poder. Esse tipo de liberalização produz “democracias por imposição”, isto é, “*democracias conservadoras que no pueden o no quieren atender a las cuestiones de equidad*” (Karl, 1997, p. 71). A manutenção do partido hegemônico do México conseguiu gerar estabilidade política e social que perpetuou autoridades locais e nacionais, transformando muitas pessoas em cidadãos passivos diante das tutelas do governo (confundido com o Estado).

Ao contrário dos países latino-americanos, no México, desde a década de 1920, ocorreram eleições presidenciais periódicas. As eleições serviam para evitar a perpetuação de um só grupo político do PRI, já que a característica principal do Partido era justamente a amplitude ideológica e social, e o partido não queria passar a imagem de que os líderes eram impostos. Durante mais de setenta anos, *mudanças dentro da continuidade* da democracia eleitoral mexicana transformaram a Presidência e o partido hegemônico em espécie de sinônimos. O fato de existirem outros partidos políticos não encontrava compasso com uma efetiva democracia. As eleições periódicas no México eram nada mais do que o símbolo de um processo já predeterminado, em que já se conheciam ganhadores e perdedores - como afirmou o escritor Mario Vargas Llosa, o regime mexicano era uma “ditadura perfeita”⁷.

Um regime político híbrido, no qual elementos democráticos e autoritários coexistiam, levou à caracterização do México como uma *dictablanda* — um termo usado principalmente por não ter ocorrido um golpe militar no país durante a segunda metade do século XX, ao contrário do que se viu em outros países da América Latina. No entanto, isso não isenta o

⁷ O termo “*dictadura perfecta*” foi cunhado por Mário Vargas Llosa em resposta a Octávio Paz durante um debate com outros intelectuais e transmitido pela TV mexicana “*Televisa*”. Nas palavras de Mário Vargas Llosa: “*México es la dictadura perfecta. La dictadura perfecta no es el comunismo. No es la URSS. No es Fidel Castro. Es México. Porque es la dictadura camuflada, de tal modo que puede parecer no ser una dictadura [...]*”. Em contraposição à fala de Vargas Llosa, Octávio Paz não fala em “*dictadura*”, mas que no México há um “*sistema hegemónico de dominación*”. VARGAS Llosa y la Dictadura Perfecta. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (7 min 43 seg). Publicado pelo canal Ciberactivo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kPsVWwG-E38>. Acesso em: 8 dez. 2019.

México de um histórico de violência política, com o Estado sendo controlado hegemonicamente pelo PRI por sete décadas⁸.

Kevin Middlebrook classificou o México como um “regime autoritário”, destacando a “intervenção ativa do Estado para regulamentar e limitar o pluralismo sociopolítico, a mobilização política de massas e a articulação de exigências políticas” (Middlebrook, 1988, p. 188). A forte centralização e hegemonia partidária tornaram o regime político mexicano altamente dependente das decisões do PRI, facilitando o controle sobre os partidos de oposição, os movimentos sociais e os cidadãos.

Do final da década de 1950 ao início da década de 1970, o desenvolvimento econômico trouxe estabilidade e facilitou os mecanismos de negociação e cooptação que fortaleceram o regime. Conhecido como *desarrollo estabilizador*, esse período, marcado por altas taxas de crescimento econômico, forneceu aos governos do PRI os recursos necessários para incorporar novos grupos sociais aos seus projetos e responder às demandas econômicas e sociais de uma população em expansão.

O crescimento econômico tornou-se o principal pilar da estabilidade política no México, permitindo aos sucessivos governos do PRI manter o aparato corporativista em funcionamento, recompensar os apoiadores, cooptar os insatisfeitos e legitimar um regime que prometia a modernização nacional. Por isso, o termo *desarrollo estabilizador* foi utilizado, referindo-se à garantia de estabilidade e crescimento econômico. Durante a presidência de Luís Echeverría (1970-1976), houve continuidade na política de substituição de importações e na intervenção estatal na economia.

No contexto da liberalização política na América Latina nas últimas décadas do século XX, o México começou a dar seus primeiros passos nesse processo de forma gradual a partir de 1977, durante o governo de José López Portillo (1976-1982). A reforma política promovida nesse período reconheceu novos partidos políticos, aumentou a representação na Câmara dos Deputados, criou oportunidades para a participação de políticos da oposição e permitiu que os partidos utilizassem os meios de comunicação de massa para suas campanhas (Middlebrook, 1988; Ramirez Mercado, 2016). Alguns fatores influenciaram o início da liberalização política no México na década de 1970: o crescimento populacional nas cidades, que aumentou as reivindicações políticas e a pressão sobre os governantes (principalmente após o “massacre de Tlatelolco” em 1968⁹), o aumento das críticas às falhas das políticas públicas de assistência

⁸ Outras três definições exemplificam algumas características das fragilidades da democracia às características da história mexicana. Larry Diamond (1996) fala da existência de “pseudodemocracias”; Steven Levitsky e Lucan Way (2002) falam de “autoritarismo competitivo” e Kevin Middlebrook (1988) de “regime autoritário”.

⁹ O ano de 1968 foi um marco cultural, social e revolucionário na história de boa parte dos países ocidentais, mas também foi fundamental – e um divisor de águas – para o início de uma “abertura democrática” no regime

social, o surgimento de novos partidos políticos, a crescente desconfiança no sistema eleitoral, a transformação do eleitorado da classe média urbana e a perda gradativa da influência do PRI nas áreas rurais.

Com o tempo, o *desarrollo estabilizador* não conseguiu acompanhar o crescimento populacional e o surgimento de uma classe média robusta nas décadas de 1960 e 1970. Embora o crescimento econômico tenha fortalecido novos atores políticos na estrutura social mexicana, o aumento do poder da burguesia e dos industriais, apoiados pelo Estado, não foi acompanhado por investimentos nas áreas rurais. Isso forçou milhares de camponeses a migrar para as grandes cidades sem garantias de subsistência (Kuri; Mello, 2015; Loaeza, 2010). Essa nova correlação de forças alterou a estrutura de representação social dentro do PRI e do Estado, e as críticas ao modelo de crescimento econômico, que não se traduzia em desenvolvimento social, cresceram gradualmente.

A década de 1980 começou com um ambiente político mais plural, embora o PRI ainda predominasse, com a vitória de Miguel de la Madrid (1982-1988) nas eleições presidenciais de 1982. No cenário internacional, o preço do petróleo subiu de aproximadamente três dólares, em 1970, para trinta e cinco dólares em 1981. Até então, o governo mexicano acreditava no potencial da extração de petróleo do Golfo do México. Os descontentamentos no final do governo de Miguel de la Madrid também surgiram dentro do próprio PRI, intensificando-se durante a corrida pré-eleitoral de 1988. O pedido por maior transparência eleitoral crescia dentro do partido hegemônico. Até então, o presidente em exercício escolhia o candidato à presidência pelo PRI (Klaveren, 1985; Rico, 2010).

Em 1986, um grupo dentro do partido, denominado “*Corriente Democrática*” (C.D.), começou a contestar o processo decisório, exigindo maior transparência na escolha do candidato para as eleições de 1988. A C.D. era liderada por Porfírio Muñoz Ledo e Cuauhtémoc Cárdenas, filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas. Além de exigir mais transparência, a C.D.

político mexicano. Em 02 de outubro de 1968, um movimento estudantil da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e do Instituto Politécnico Nacional (IPN) foi fortemente reprimido pelo governo do então presidente Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970) com a justificativa de que os protestos pretendiam simplesmente convulsionar a ordem pública devido à proximidade com os Jogos Olímpicos que aconteceriam na Cidade do México a partir de 12 de outubro. A forte repressão do governo gerou a morte de dezenas de estudantes na Praça de Tlatelolco, além de centenas de feridos e presos políticos. Em protesto, centenas de pessoas, dentre essas intelectuais e líderes políticos, repudiaram as ações do governo federal (Aguilar, 2004).

O massacre da Praça de Tlatelolco demonstrou que o regime político mexicano não era capaz de negociar e suportar uma nova sociedade cada vez mais urbana, diversa e sedente de mudanças. Como bem aponta Soledad Loaeza: “*sólo la incapacidad para resolver el conflicto por las vías institucionales y el miedo explican la violencia de las reacciones del gobierno*” (Loaeza, 2010, p. 693). As consequências de 1968 para o regime político mexicano foram enormes. Pela primeira vez, um fato social questionava frontalmente o regime. As respostas do governo aos protestos demonstraram seu caráter autoritário, houve o distanciamento de uma elite intelectual junto do governo e os grupos políticos de esquerda cresceram e se organizaram após os fatos em Tlatelolco. Foi, de fato, uma revolução social que enfraqueceu o poder do regime e pressionou os sucessivos governos do PRI a abrirem canais de diálogos rumo a uma “abertura” democrática.

criticava a política econômica de Miguel de la Madrid, que iniciava um lento processo de liberalização econômica (Aguilar, 2004; Kuri; Mello, 2015).

A eleição presidencial de 1988 foi uma das mais questionadas da história política do México. Como afirmou César Astudillo, “*las elecciones de 1988 marcaron un hito en la historia democrática de México*” (Astudillo, 2018, p. 86). Dois grupos se opunham ao PRI: à esquerda, os dissidentes liderados pela C.D., e à direita, o Partido Ação Nacional (PAN), com forte apoio de grupos empresariais e setores insatisfeitos da classe média. A oposição clamava por uma abertura democrática, com eleições mais transparentes e confiáveis. Além disso, os problemas econômicos restringiam a margem de manobra política do PRI (Aguilar, 2004; Kuri; Mello, 2015). Para os grupos que contestavam o poder do PRI, apenas a democratização poderia resolver os problemas políticos e econômicos do país.

A eleição de 1988 marcou profundamente o processo democrático do México, deixando sequelas e criando uma necessidade urgente por reformas políticas que ampliassem a liberdade, transparência e imparcialidade no sistema político. O contexto regional de transições democráticas adicionava um elemento a mais de incentivo à oposição do regime priista. Durante o governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), a C.D. se fortaleceu, levando à fundação do Partido da Revolução Democrática (PRD), enquanto o PAN continuava a crescer como oposição de centro-direita. Salinas propôs um novo acordo para melhorar os procedimentos eleitorais.

A acirrada eleição presidencial de 1988, vencida por Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), obrigou o PRI a se aproximar do PAN, de orientação ideológica mais à direita. Um avanço importante no regime político mexicano foi a necessidade do PRI de ampliar o diálogo com os partidos de oposição para conseguir aprovar seus projetos no Congresso. Antes majoritário, o PRI raramente enfrentava dificuldades para fazer valer seus interesses, mas, no mandato de Salinas, teve que buscar apoio político na oposição. A aliança com o PAN foi momento importante na história política mexicana. Pela primeira vez, o PRI precisou ceder parte de sua hegemonia para viabilizar seus projetos políticos. Convergentes principalmente em questões econômicas, a aliança entre PRI e PAN foi uma variável importante na política doméstica que possibilitou reformas econômicas liberais, a abertura comercial e a inserção do México na América do Norte com a entrada em vigor do NAFTA em 1º de janeiro de 1994.

Durante o governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), a política externa do México passou por uma reorientação significativa, com foco na integração com os EUA e o Canadá por meio do NAFTA. Paralelamente, o país iniciou um processo de distanciamento da América Latina. A assinatura do NAFTA, em 1994, representou um ponto de inflexão, simbolizando a aposta do México no regionalismo aberto e na liberalização econômica. Essa

estratégia visava alinhar o país às economias mais avançadas do hemisfério norte, buscando aumentar sua competitividade e promover o crescimento econômico por meio da abertura de mercados.

Embora o México ainda mantivesse algumas iniciativas de integração com a América Latina, como o Grupo dos Três, formado com Colômbia e Venezuela, e acordos com Chile e Bolívia, esses esforços eram menos prioritários em comparação à estreita aliança econômica com os EUA. A política externa de Salinas refletia uma transição estratégica, com o foco central na inserção do México na economia global por meio do fortalecimento dos laços econômicos com o hemisfério norte, relegando a integração latino-americana a um segundo plano. Essa mudança de foco foi vista como um abandono das raízes latino-americanas do México, em favor de uma maior dependência das dinâmicas econômicas dos EUA.

O final do mandato de Salinas de Gortari foi marcado por grandes crises internas: a revolta do movimento Zapatista (EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional) em Chiapas, no sul do México, o assassinato de Luis Donaldo Colosio, então pré-candidato à presidência pelo PRI, e o início da crise financeira que abalaria o país em dezembro de 1994. A crise da dívida, o fim da Guerra Fria e esses episódios internos fragilizaram ainda mais a já instável democracia mexicana, contribuindo para uma crise de confiança, a fuga de capitais e especulações financeiras em mercados emergentes (Aguilar, 2004; Kuri; Mello, 2015).

Apesar da crise política e econômica ao final do governo Salinas, o PRI saiu mais uma vez vitorioso nas eleições, elegendo Ernesto Zedillo (1995-2000). As eleições funcionavam como uma 'avaliação' do mandato do PRI, devido à forte simbiose entre o partido e o Estado. O processo eleitoral era um mecanismo para cumprir 'as regras do jogo' e dar legitimidade constitucional ao governo. Até o ano 2000, com a vitória de Vicente Fox do PAN, as eleições presidenciais eram vistas principalmente como uma 'avaliação' da continuidade do PRI na Presidência. Não por acaso, a escolha do candidato do PRI para a presidência ficou conhecida como *dedazo*, em que a indicação política de altos membros da burocracia do partido praticamente garantia a eleição do próximo presidente.

A vitória de Vicente Fox (2000-2006) marcou um marco no processo democrático mexicano. Embora a democracia no México ainda fosse inconsistente, a alternância de partido na presidência representou um avanço significativo. Após mais de setenta anos no poder, o PRI cedia lugar ao PAN na residência oficial de Los Piños¹⁰. Ao final da década de 1990, tanto o PAN quanto o PRD eram partidos mais consolidados, com um número crescente de deputados

¹⁰ *Los Pinos* é o nome da residência oficial dos presidentes mexicanos, semelhante ao Palácio da Alvorada, em Brasília.

e governos locais em estados e municípios. As melhorias nas regras político-eleitorais indicavam que mudanças institucionais poderiam ser alcançadas pela via eleitoral.

Como mencionado, em 2000, pela primeira vez em mais de 70 anos, o PRI perdeu a campanha presidencial para Vicente Fox, candidato do PAN (2000-2006). A era do partido hegemônico chegava ao fim, as instituições políticas amadureciam, as regras eleitorais eram aceitas e as eleições não foram contestadas pela oposição. No legislativo, pela primeira vez na história, o presidente não tinha maioria simples no Congresso, e, “*por primera vez en la historia del México independiente, el campo de la competencia estuvo relativamente nivelado y las reglas del juego aceptadas por todos los actores*” (Marquéz; Meyer, 2010, p. 767). A realidade política tornou-se mais plural e complexa; nenhuma força política estava em condições de legislar sozinha, e os atores políticos eram obrigados a aprimorar sua capacidade de diálogo e construir acordos em meio a uma pluralidade de opiniões.

Com a vitória da oposição panista, o México entrou em um contexto inédito: pela primeira vez em sua história política, a oposição conseguiu substituir pacificamente o partido no poder. Esse fato não representou apenas uma alternância de poder, mas também uma mudança de regime. O país passou do presidencialismo autoritário ao pluralismo democrático¹¹ (Marquéz; Meyer, 2010, p. 777, tradução nossa).

Além da derrota do PRI, o aspecto mais significativo de 2000 foi a constatação de que a via eleitoral era o único meio que permitia à oposição conquistar, de forma institucional e pacífica, o poder executivo federal. A alternância partidária e o fim da era do partido hegemônico representaram, sem dúvida, um passo crucial na transição ou liberalização democrática do México. Além da transição, a consolidação e o aprimoramento da qualidade democrática tornaram-se objetivos centrais do novo governo, inclusive no âmbito da política externa, como forma de projetar ao mundo um novo México: um México democrático.

2.2 A liberalização econômica

Ao final da Guerra Fria, havia a expectativa de que o México pudesse adotar uma postura mais autônoma no sistema internacional, visto que a dinâmica do mundo bipolar, na qual o país precisava demonstrar ao seu vizinho do Norte que não representava uma “ameaça”, havia terminado. No entanto, ao entrar na década de 1990, os defensores do internacionalismo liberal mexicano acreditavam em uma maior liberdade de ação para a política externa do país.

¹¹ Trecho original em espanhol: “*Con la victoria de la oposición panista, México entró en un contexto inédito: por primera vez en su historia política la oposición pudo desplazar pacíficamente al partido en el poder. Ese hecho equivalía no sólo a una alternancia en el poder sino también a un cambio de régimen. Del presidencialismo autoritario el país pasaba al pluralismo democrático*”.

O que se observou, entretanto, foi uma aproximação mais acentuada com os EUA, concretizada pelo NAFTA, assinado em 1992 e implementado em 1º de janeiro de 1994, durante o mandato de Carlos Salinas de Gortari.

A hipótese de uma política externa mais autônoma, baseada na ausência de obrigações para com os EUA no novo cenário pós-bipolaridade, foi enfraquecida pela forte vinculação econômica resultante do NAFTA. Durante a primeira metade da década de 1990, enquanto o México avançava lentamente em sua abertura democrática, o país não aproveitou plenamente as oportunidades externas do multilateralismo proposto pelo internacionalismo liberal, optando por uma vinculação mais intensa com os EUA (Bosch, 2008; Whitehead, 2008).

A economia mexicana, descrita como uma forma desarticulada de capitalismo, depende majoritariamente da demanda de empresas localizadas nos Estados Unidos e em outros países centrais. O país funciona essencialmente como uma plataforma para as maquiladoras, que montam peças importadas e, em alguns casos, integram componentes produzidos internamente, principalmente por subsidiárias de grandes empresas estrangeiras. Essa estrutura é mais conectada à economia dos Estados Unidos do que à própria estrutura produtiva doméstica, dada a baixa incorporação de produção local e valor agregado. A relação é predominantemente entre as matrizes e suas subsidiárias, com cadeias de produção transnacionais. Esse modelo é classificado como ‘capitalismo de subcontratação internacional’ (Bizberg, 2019, p. 634-636, tradução nossa)¹².

A assincronia entre os processos de liberalização econômica e política¹³ abriu uma lacuna entre os componentes econômico e político da política externa mexicana. A aceitação das regras de interdependência econômica e a aproximação pragmática com os EUA não convergiam com a interpretação nacionalista tradicional dos princípios de soberania estatal e não intervenção, historicamente defendidos pela SRE.

As definições internas de política econômica pelos governos mexicanos afetaram diretamente as estratégias de política externa para a América Latina. Durante a Guerra Fria, o governo mexicano apoiava as demandas protecionistas do modelo de substituição de importações e buscava isolar a política interna das influências externas. No entanto, com a

¹² Trecho original em espanhol: “La economía mexicana es una forma desarticulada de capitalismo que depende totalmente de la demanda de compañías ubicadas en Estados Unidos u otros países del centro, dado que es básicamente (aunque por completo) una plataforma para las maquiladoras que ensamblan piezas importadas y, en algunos casos (como la automotriz), integran componentes producidos internamente, aunque sobre todo por subsidiarias extranjeras de las grandes compañías. Está más conectada con la economía de Estados Unidos que con la estructura productiva doméstica debido a que se añade escasa producción local y poco valor agregado. La conexión se da entre las compañías principales y las subsidiarias, las cadenas de producción son transnacionales. A este tipo de capitalismo lo hemos denominado “capitalismo de subcontratación internacional” (Bizberg, 2019, p. 634-636).

¹³ Cabe destacar que, para Terry Karl (1997, p. 70), a liberalização política no México é caracterizada como uma “liberalização unilateral”, pois partiu dos próprios políticos que estavam no poder. Esse tipo de liberalização produz “democracias por imposição”, isto é, “democracias conservadoras que no pueden o no quieren atender a las cuestiones de equidad” (Karl, 1997, p.71). A manutenção do partido hegemônico do México conseguiu gerar uma estabilidade política e social que perpetuou autoridades locais e nacionais, transformando muitas pessoas em cidadãos passivos diante das tutelas do governo (confundido com o Estado).

adoção do modelo neoliberal na década de 1980 e a assinatura do NAFTA em 1992, a prioridade mexicana passou a se concentrar na América do Norte, resultando em um afastamento relativo da América Latina (González, 2013).

A política externa mexicana em relação à América Latina começou a mudar no final da década de 1980, acompanhando as transformações na política econômica. As crises financeiras enfrentadas pelo México e por outros países da região nos anos 1980 resultaram em ruptura no engajamento político-diplomático que caracterizava a região, anteriormente marcado pelos grupos de concertação política, como o Grupo de Contadora, o Grupo de Apoio a Contadora e o Grupo do Rio (Agra, 2020).

É importante ressaltar que a grave crise financeira, política e social dos anos 1980 não impediu totalmente os esforços de concertação política na América Latina. Contudo, no México, a predominância das questões econômicas sobre a política externa, no final dessa década, aumentou o poder da tecnocracia econômica em relação à diplomacia tradicional. A busca por soluções rápidas para os problemas econômicos e sociais do país exigia uma dinâmica mais ágil do que a oferecida pela política externa (Pérez Flores, 2014). Além disso, os altos índices de desigualdade, violência e insegurança limitaram a capacidade de o México atuar de forma mais consistente na região. Os temas centrais continuaram a ser definidos a partir das necessidades econômicas e de segurança de cada país.

Nesse sentido, o multilateralismo latino-americano aparece mais como uma possibilidade futura incerta do que como um instrumento eficaz para resolver problemas concretos dos governos. Apesar de não ser uma prioridade prática, ele mantém importância significativa no discurso político e na retórica institucional de todos os países (Bonilla, 2013, p. 205).

Nas décadas de 1980 e 1990, a política externa mexicana sofreu mudanças com uma clara orientação econômica, concentrando-se nas relações com países desenvolvidos e estabelecendo uma crescente interdependência assimétrica com os EUA (Aguillar, 2004; Huntington, 1994). De acordo com Pedro Aspe Armella (1993), ministro da *Hacienda y Crédito Público* entre 1988 e 1994 e um dos principais responsáveis pelas políticas econômicas liberais implementadas no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a estratégia nacionalista de desenvolvimento econômico das décadas anteriores gerou um grande endividamento estatal, resultante da necessidade de subsidiar indústrias e empresas. Para ele, essa estratégia manteve setores protecionistas e ineficientes.

Entre 1940 e 1982, o modelo de desenvolvimento mexicano teve duas características principais em relação ao setor externo: a indústria nacional era fortemente protegida por barreiras tarifárias e regras restritivas à entrada de investimentos estrangeiros; e o

setor financeiro era tão fragmentado que as empresas recorriam ao autofinanciamento, enquanto o governo buscava recursos externos para cobrir seus déficits. [...]

[...] Como resultado, a industrialização foi sustentada por investimentos crescentes do governo, necessários para manter a expansão do emprego e da atividade econômica. Essa base industrial ineficiente passou a demandar constantes ajustes cambiais para atender às suas necessidades de divisas, em vez de enfrentar a concorrência externa por meio de maior produtividade (Armella, 1993, p. 112, tradução nossa)¹⁴.

Na década de 1980, dentro do PRI, emergiram grupos políticos que defendiam uma maior abertura do México para o exterior, promovendo a liberalização econômica e a aproximação aos EUA. Graças à hegemonia do PRI sobre o sistema político, esses grupos, conhecidos como “tecnocratas”, consolidaram sua influência com a eleição de Carlos Salinas de Gortari nas eleições presidenciais de 1988. A ascensão de Salinas ao poder aprofundou a transformação na estratégia de desenvolvimento econômico do México, tanto no plano interno quanto no externo (Armella, 1993). Essa mudança foi impulsionada pelos princípios da política econômica liberal predominante à época, que incluía a redução da participação do Estado na economia, o abandono das políticas de substituição de importações e a promoção da abertura econômica (Cypher; Wise, 2010; Rico, 2010; Vázquez, 2006).

Nesse contexto, o México aderiu ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1986, como parte do esforço de multilateralizar seu comércio e iniciar a aproximação formal com os EUA. Essa adesão ao GATT também representou, para os EUA, uma “*una prueba de buena fe*” do México em seu compromisso com a reestruturação econômica e a abertura comercial (Rico, 2010, p. 158). Segundo Rafael Castro e Maria R.S. Lima (2005):

[...] em 1985, quando a crise econômica se aprofundou e a decisão foi tomada para a transição para uma economia de mercado, a aspiração econômica tornou-se realista: o México aproximou-se e começou a cooperar com a potência hegemônica, ou seja, adotou uma estratégia de bandwagoning em vez de buscar equilibrar seu poder (Castro; Lima, 2005, p. 138).

Durante o governo de Miguel de la Madrid (1982-1988), o projeto de abertura comercial avançou com a redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias. Pedro Aspe Armella (1993) descreve algumas das principais medidas implementadas pelo governo: i) a abolição unilateral de quase 80% das taxas de importação para produtos sujeitos a restrições quantitativas; ii) o fortalecimento das negociações bilaterais de tratados de livre comércio

¹⁴ Trecho original em espanhol: “[...] entre 1940 y 1982, el esquema de desarrollo tuvo dos características principales con respecto a sus relaciones con el sector externo. En primer lugar, la industria nacional se mantuvo sobreprotegida mediante barreras arancelarias y no arancelarias, así como por reglas muy restrictivas a la inversión extranjera. En segundo, el sector financiero se encontraba tan fragmentado que inducía a las empresas a financiarse con recursos propios y al gobierno a financiar su déficit con recursos del exterior. Como resultado de estas políticas, el proceso de industrialización tuvo que ser sustentado por una creciente inversión gubernamental, sólo para mantener la expansión requerida del empleo y la actividad económica. Esta base industrial ineficiente comenzó a necesitar cada vez más ajustes del tipo de cambio real para enfrentar sus requerimientos de divisas, en lugar de enfrentar la competencia externa con mayor productividad.

(TLCs); e iii) a implementação da abertura comercial com uma taxa de câmbio desvalorizada, a fim de mitigar o impacto negativo na balança de pagamentos e permitir que as empresas se adaptassem às novas condições do mercado.

Essas políticas impactaram não apenas o ambiente econômico doméstico, mas também as relações políticas e diplomáticas do México com a América Latina. Os tecnocratas acreditavam que uma economia mais competitiva e internacionalizada proporcionaria uma “vantagem competitiva”¹⁵ ao país. A transição do modelo de substituição de importações para a atração de empresas transnacionais e a formação de mercados regionais, como o NAFTA e o Mercosul, foi interpretada como um passo necessário para baratear os custos de produção e, consequentemente, os preços finais dos produtos.

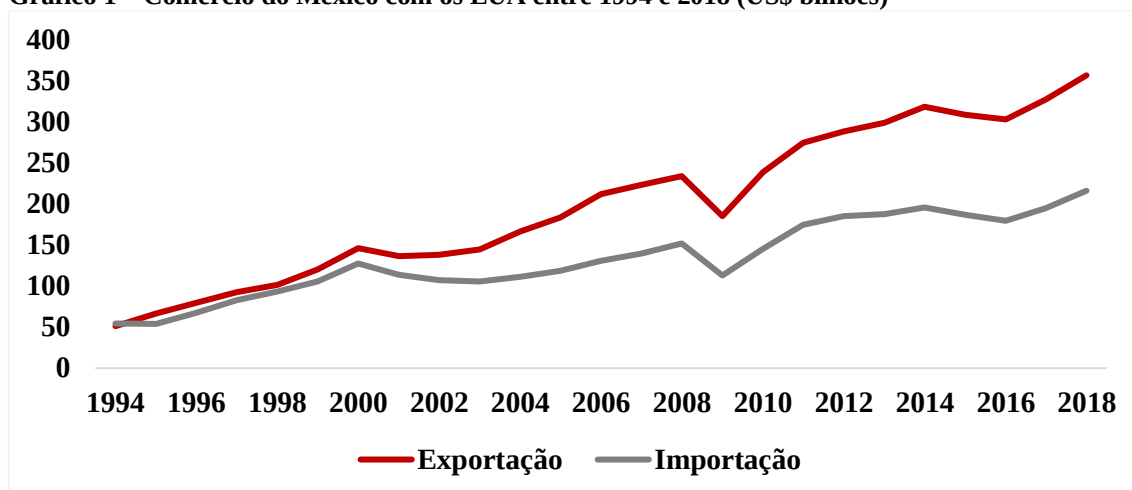
A diplomacia mexicana, que historicamente buscava ampliar sua margem de manobra, autonomia e independência frente aos EUA, passou por uma reavaliação na transição das décadas de 1980 para 1990. Essa revisão se caracterizou pela ênfase nos temas econômicos, que adquiriram importância significativa na inserção internacional do país. Isso levou a SRE a disputar espaço com outros atores do setor econômico na formulação da política externa (Armella, 1993; Pérez Flores, 2014; Rico, 2010; Vázquez, 2006).

Os defensores do internacionalismo liberal mexicano viam o país como possuidor de múltiplos pertencimentos, "entre um país industrializado e países em desenvolvimento, com costas voltadas para o Atlântico e o Pacífico, assim como sua condição de país de desenvolvimento intermediário ou economia emergente" (Pellicer, 2006, p. 22-23¹⁶). Apesar das expectativas de uma maior liberdade de ação na política externa mexicana no pós-Guerra Fria, o que se verificou foi a dependência econômica e política dos EUA. Como pode ser visto nos gráficos a seguir:

¹⁵ A Teoria da Vantagem Competitiva (Porter, 1989) parte do pressuposto de que não é possível um país ser competitivo em todas as áreas, já que o capital e a mão de obra não são ilimitados. Dessa forma, entende-se que a integração do país ao comércio internacional seria positiva pois permitiria uma busca pela melhoria da produtividade, que envolve novas estratégias de inovação, incorporação de novas tecnologias e atualização dos métodos de produção levando em consideração os padrões internacionais mais avançados. Nesse pensamento, criticam-se algumas políticas que os governantes utilizam para fomentar empresas dentro dos seus países, com o intuito de atenuar possíveis perdas econômicas em um ambiente de concorrência como, por exemplo, subsídios financeiros, isenções tributárias e modificação na taxa de câmbio a fim de aumentar os ganhos das exportações. Ver: Porter (1989) e Coutinho *et al.* (2005).

¹⁶ Trecho original em espanhol: “entre un país industrializado y países en desarrollo, con costas hacia el Atlántico y el Pacífico, así como nuestra calidad de país de desarrollo intermedio o economía emergente”.

Gráfico 1 – Comércio do México com os EUA entre 1994 e 2018 (US\$ bilhões)

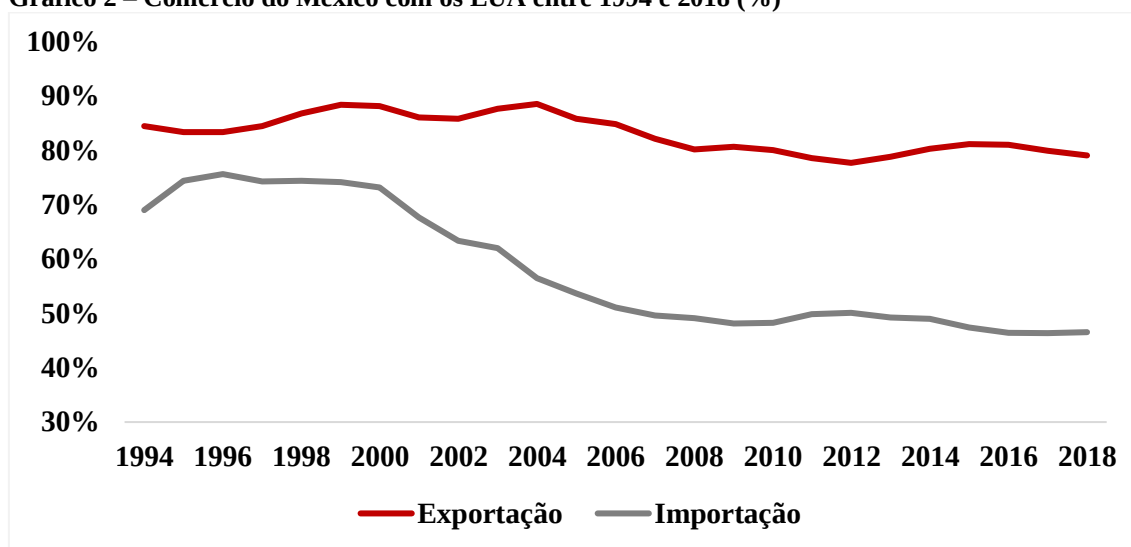


Fonte: Comtrade.

As exportações do México para os EUA apresentam uma tendência ascendente contínua ao longo do período, começando com aproximadamente US\$ 50 bilhões em 1994 e chegando a mais de US\$ 350 bilhões em 2018. As importações mexicanas dos EUA também apresentam crescimento ao longo do período, embora em um ritmo ligeiramente mais lento do que as exportações. Em 1994, o valor das importações era próximo ao das exportações, mas ao final do período, em 2018, observa-se uma diferença maior, com as importações atingindo um patamar abaixo de US\$ 250 bilhões.

As exportações para os EUA cresceram de maneira mais acentuada do que as importações, resultando em um superávit comercial para o México. Esse superávit destaca a importância dos EUA como principal mercado para os produtos mexicanos. Essa dependência, no entanto, também torna o México vulnerável a crises econômicas nos EUA, como demonstrado em 2008. O Gráfico 2, a seguir, representa a participação percentual dos EUA no comércio exterior do México.

Gráfico 2 – Comércio do México com os EUA entre 1994 e 2018 (%)



Fonte: Comtrade.

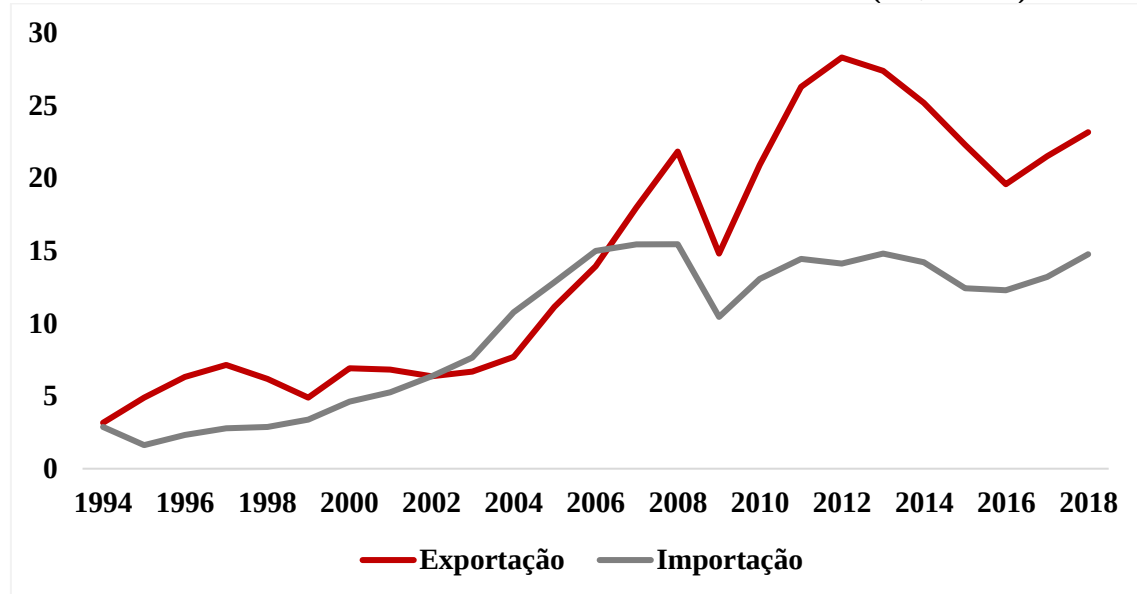
O Gráfico 2 ilustra a importância relativa dos EUA como destino das exportações e como origem das importações mexicanas ao longo desse período. A imagem mostra uma relação de longo prazo e alta dependência comercial do México em relação aos EUA, especialmente nas exportações. A partir de meados dos anos 2000, a participação dos EUA nas exportações mexicanas começa a cair levemente, embora permaneça acima de 80% durante a maior parte do período. A partir de 2004, observa-se uma queda constante, com a participação das importações dos EUA caindo para cerca de 50% em 2018. Essa diminuição na participação das importações provenientes dos EUA sugere que o México passou a diversificar suas fontes de importação ao longo dos anos, buscando fornecedores em outras regiões, para atender suas necessidades de consumo e de insumos industriais.

Dessa forma, a expectativa de uma maior autonomia na política externa, sustentada pela ideia de que o México não precisaria mais “prestar contas” ao seu vizinho do Norte, foi atenuada pela forte vinculação econômica decorrente do NAFTA. Isso fez com que o país não aproveitasse plenamente as oportunidades de um multilateralismo mais amplo, optando por uma integração mais estreita com os EUA (Bosch, 2008; Whitehead, 2008). A economia mexicana continuou a ser caracterizada como um modelo de “capitalismo de subcontratação internacional”, dependente da demanda de empresas localizadas nos EUA e em outras economias centrais. Predominantemente uma plataforma para as maquiladoras, a economia mexicana é mais conectada aos EUA do que à produção interna, com pouca incorporação de produção local e valor agregado. As relações são estabelecidas principalmente entre as matrizes e suas subsidiárias, compondo cadeias produtivas transnacionais (Bizberg, 2019).

Diferente do comércio com os EUA, o comércio do México com a América Latina entre 1994 e 2018 é caracterizado por grandes oscilações. O gráfico a seguir reflete a evolução

das relações comerciais entre o México e a América Latina, marcada por um crescimento gradual com picos e quedas em função das crises globais e regionais. As exportações mexicanas são mais voláteis, o que indica uma possível dependência de condições econômicas variáveis nos países latino-americanos e de acordos regionais. Já as importações, mais estáveis, sugerem uma relação contínua com a América Latina como fonte de insumos e produtos específicos.

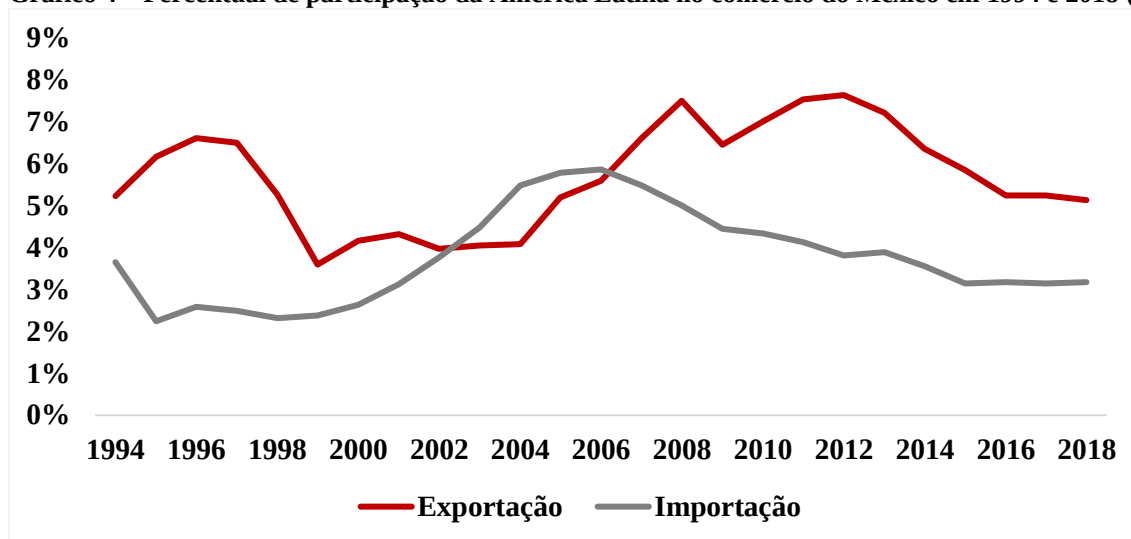
Gráfico 3 – O comércio do México com a América Latina entre 1994 e 2018 (US\$ Bilhões)



Fonte: Comtrade.

As exportações mexicanas para a América Latina mostram um crescimento irregular ao longo do período, com um leve aumento entre 1994 e o início dos anos 2000, seguido por uma fase de crescimento mais acentuado entre 2003 e 2008. As importações do México da América Latina também apresentam um crescimento ao longo do tempo, mas de forma mais gradual e menos volátil que as exportações. Em termos percentuais de participação do comércio do México com a América Latina entre 1994 e 2018, também há oscilações significativas como pode ser visto no Gráfico 4:

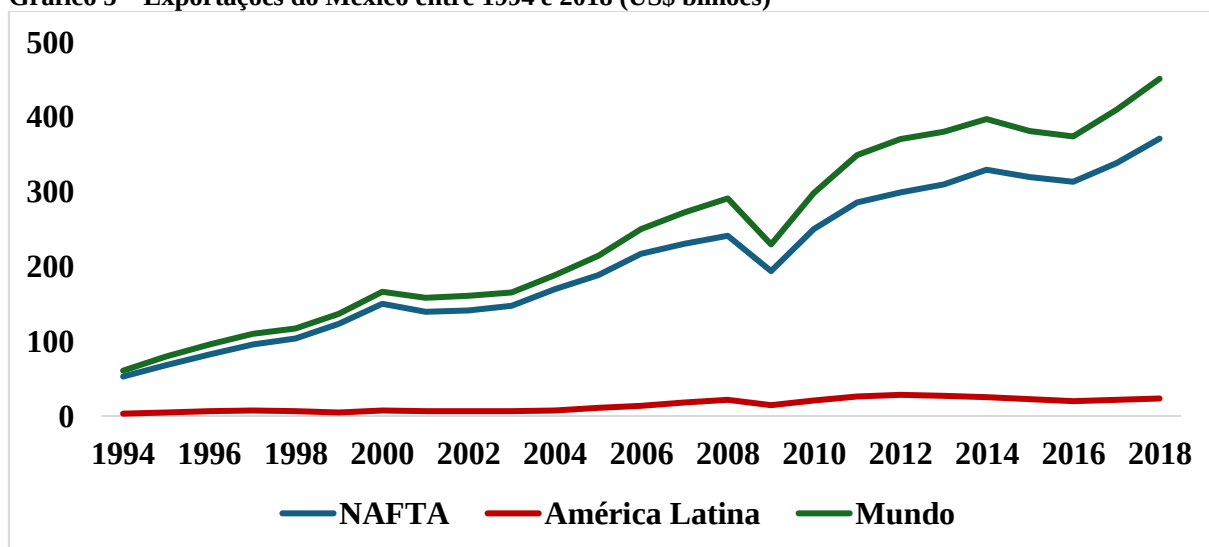
Gráfico 4 – Percentual de participação da América Latina no comércio do México em 1994 e 2018 (%)



Fonte: Comtrade.

Apesar da participação das exportações mexicanas para a América Latina apresentar trajetória volátil ao longo do período, o Gráfico 5 mostra que o percentual de participação (tanto das exportações como das importações) da América Latina no comércio do México é praticamente o mesmo no ano de 1994 e no ano de 2018. De forma comparativa, agregando os valores das exportações do México com o NAFTA, a América Latina e o Mundo, observa-se uma baixa participação da região latino-americana no valor total das exportações mexicanas:

Gráfico 5 – Exportações do México entre 1994 e 2018 (US\$ bilhões)



Fonte: Comtrade.

Por outro lado, o valor das exportações para o NAFTA reflete uma elevada dependência comercial do México com a América do Norte, enquanto as exportações para a América Latina permanecem significativamente menores. Esse período reflete uma baixa

integração comercial do México com a América Latina, o que não corresponde com a importância política do país na região latino-americana.

2.3 Autonomia na Política Externa Mexicana

Há uma discussão relevante sobre o caráter autoritário que pode surgir na condução da política externa mexicana, especialmente devido à ampla margem de manobra concedida ao presidente da República. Isso se reflete, por exemplo, na forma como o NAFTA foi negociado e implementado, sem um debate público significativo ou uma análise democrática mais aprofundada. Laurence Whitehead (2008, p. 387). argumenta que "o regime dominado pelo PRI fortaleceu ainda mais os laços do México com os EUA por meio da assinatura do TLCAN". O ex-ministro das Relações Exteriores Jorge Castañeda (2013) também reforça essa visão, destacando a centralização das decisões presidenciais:

[...] quando o presidente decidia que era do interesse do país assinar alguns tratados – desde as cartas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA) até o NAFTA –, simplesmente os assinava e instruía seus aliados no Congresso a aprová-los. Nunca houve um debate relevante sobre os prós e contras, muito menos sobre suas implicações; divergências, como no caso do NAFTA, eram discutidas em outros fóruns (Castañeda, 2013, p. 169).

O NAFTA não apenas institucionalizou a liberalização econômica, mas também criou uma barreira institucional que dificultava desvios dessa trajetória e aumentava os custos políticos de qualquer mudança abrupta na política econômica, contribuindo para manter uma estratégia comercial estável e previsível (Sennes; Mena, 2005). De forma análoga à construção de uma hidrelétrica, o NAFTA se tornou uma estrutura que, uma vez consolidada, apresentava custos muito elevados para ser revertida, tornando-se um elemento de blindagem à política comercial liberal do México.

Bernal-Meza (2009) observa um paradoxo nas reformas econômicas das décadas de 1980 e 1990: embora essas reformas, implementadas pelo PRI, visassem recuperar a economia e garantir a permanência do partido no poder, acabaram por enfraquecer seu controle político. O México transitou para um modelo econômico neoliberal, que, apesar de seu objetivo de modernizar a economia e fortalecer o regime político, aumentou a dependência em relação aos EUA e reduziu a autonomia da política externa mexicana, que anteriormente era mais independente.

As reformas neoliberais, voltadas para a modernização econômica e o fortalecimento interno, acabaram, paradoxalmente, minando a hegemonia política do PRI e ampliando a dependência do México em relação aos EUA. Isso resultou em uma mudança significativa na

política externa do país, que passou de uma postura mais independente e ativa para uma posição mais alinhada com os interesses norte-americanos (Bernal-Meza, 2009).

2.4 Impactos da Liberalização Econômica na Política Externa

Para compreender a política externa mexicana nas últimas décadas, é fundamental analisar o impacto da estratégia de liberalização econômica sobre essa política. Para muitos observadores, a política de comércio exterior se tornou, em certa medida, sinônimo de política externa. A liberalização econômica alterou tanto o conteúdo da política externa quanto a dinâmica política de sua formulação em dois aspectos centrais.

Em primeiro lugar, a adoção da estratégia de liberalização econômica expandiu a agenda e modificou as prioridades da política externa mexicana, colocando as questões econômicas, financeiras e comerciais no centro das relações internacionais do país. Durante o período de uma economia fechada, os aspectos econômicos da política externa, especialmente a política comercial, desempenhavam um papel secundário na estratégia de desenvolvimento. Entretanto, após a crise da dívida de 1982 e, sobretudo, a partir de 1988, com a eleição de Carlos Salinas de Gortari, a política comercial tornou-se o motor principal da nova estratégia econômica. Essa dinâmica ampliou a agenda da política externa, incluindo temas não apenas comerciais e financeiros, mas também ambientais e trabalhistas (Morales, 2008; Torres, 2008).

Em segundo lugar, a intensificação das interações econômicas internacionais aumentou o grau de exposição da sociedade mexicana a eventos globais, o que, por sua vez, ampliou o número de atores não estatais interessados em influenciar a política externa de forma organizada. Historicamente, o interesse e a participação da sociedade civil e de outros atores sociais na política externa eram reduzidos. Entretanto, com a liberalização econômica, houve um crescimento no ativismo de organizações da sociedade civil e de atores não governamentais, buscando influenciar negociações sobre temas como comércio, meio ambiente e desenvolvimento (Vega Cánovas, 2008; Whitehead, 2008).

Ademais, o próprio processo de condução das negociações comerciais com países como os EUA, Europa e Japão, assim como com diversos países latino-americanos, gerou incentivos para uma maior participação de diferentes atores sociais e econômicos na formulação da política externa. Esse ativismo mais robusto resultou em política externa mais exposta às demandas de diferentes setores e em um nível mais alto de discussão pública, promovendo a introdução de mecanismos de controle e responsabilização na política externa.

Outro ponto central que molda a política externa mexicana é sua relação com os EUA. Parte da literatura sustenta que uma política externa de “baixa relevância”¹⁷ pode ser vantajosa para o México, pois reduz a probabilidade de conflitos diretos ou indiretos com os EUA (Pellicer, 1985). O projeto econômico liberal mexicano, iniciado durante o governo de Miguel de la Madrid (1982-1988) e consolidado sob Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), promoveu um maior protagonismo da tecnocracia econômica na formulação da política externa. As ações diplomáticas passaram a considerar cada vez mais o alinhamento com a política econômica.

O alinhamento econômico mexicano com os EUA era evidente: "quando o problema do endividamento e do futuro econômico de um país é tratado em Washington, é difícil manter altos níveis de autonomia" (Insulza, 1991, p. 214¹⁸). Além das influências internas, fatores externos também condicionaram a atuação da política externa mexicana. O engajamento do México na América Latina variava de acordo com o contexto das relações bilaterais com os EUA. Guadalupe González (2013) sintetiza essa dinâmica:

Quando Washington exerce grande pressão sobre o México em função de seus interesses prioritários na América Latina, o espaço de manobra da política externa mexicana na região se reduz. No entanto, quando os Estados Unidos diminuem essa pressão e desconsideram a região, a presença e influência do México tendem a aumentar (González, 2013, p. 364¹⁹).

Se, na década de 1970 e início dos anos 1980, a política externa mexicana apresentava uma forte orientação pró-Terceiro Mundo e América Latina, no final dos anos 1980 e início da década de 1990, essa característica foi progressivamente reduzida. A política para a América Latina se tornou de “baixa relevância”, com menor engajamento político em comparação aos períodos anteriores. Essa mudança também reflete uma tentativa de evitar divergências com os EUA no contexto das relações internacionais na região.

Embora o México tenha aprofundado sua vinculação econômica com os EUA a partir de meados da década de 1990, em uma relação de interdependência assimétrica, é importante notar que o país não é um aliado estratégico de primeira ordem para os EUA, ao contrário do que acontece na relação inversa. Como explica a embaixadora Olga Pellicer (2006, p. 21): “não se pode afirmar que temos uma ‘relação especial’ com esse país nos termos da que existe com

¹⁷ Do inglês “*low profile*”, significa que um país mantém uma política concentrada em *low politics* (economia, meio-ambiente, saúde e outros) ao contrário das *high politics*, concentradas nas questões de segurança e interesses estratégicos.

¹⁸ Trecho original em espanhol: “[...] cuando el problema del endeudamiento y del futuro económico de un país es tratado en Washington [...], es difícil mantener los niveles de autonomía [...]”.

¹⁹ Trecho original em espanhol: “Cuando Washington ejerce mucha presión sobre México a partir de sus intereses prioritarios en América Latina, se reduce entonces el margen de maniobra de la política exterior mexicana en la región, pero cuando Estados Unidos reduce esa presión y desatiende a la zona, entonces la presencia e influencia de México tiende a aumentar”.

o Reino Unido”. Na academia mexicana de Relações Internacionais, a explicação mais famosa sobre essa relação é de Mario Ojeda (1984), que sustenta que:

Os Estados Unidos reconhecem e aceitam a necessidade do México de divergir da política norte-americana em tudo o que for fundamental para o México, mesmo que seja importante para os EUA, mas não fundamental. Em troca, o México coopera em tudo o que, sendo fundamental ou importante para os Estados Unidos, não o é para o país (Ojeda, 1984, p. 93²⁰).

Do ponto de vista dos EUA, a integração regional era uma oportunidade política e comercial, especialmente em um contexto de unipolaridade. A predominância norte-americana permitiu a manutenção de uma agenda econômica voltada para a liberalização comercial.

Geopoliticamente, esse momento também foi fundamental para reorganizar suas estratégias na região, seja por meio de maior convergência ou divergência. Um tom menos intervencionista na política externa visava suavizar a imagem do país, enquanto o controle do livre comércio no continente americano se apresentava como uma forma de se antecipar às intenções de europeus e asiáticos na região, à medida que a integração europeia e o avanço econômico da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC²¹) ganhavam força.

Durante o governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), o México aprofundou sua aproximação com os EUA de maneira inédita, tanto política quanto economicamente. A política externa mexicana em relação à América Latina foi mais reativa do que propositiva, em sintonia com o objetivo de integrar o país ao grupo de nações desenvolvidas. Nesse sentido, o termo “deixar o subdesenvolvimento” foi usado nos discursos oficiais (Castro; Lima, 2005, p. 151). A adesão ao NAFTA em 1994 e a entrada na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no mesmo ano reforçaram essa estratégia.

O governo Salinas buscou uma inserção internacional menos focada na América Latina, tentando distinguir o México de seus vizinhos regionais. Conforme observado por Castro e Lima (2005, p. 151), “o governo de Salinas tentou diferenciar o México do resto da América Latina, ainda que sem sucesso pleno”. Guillermo Palacios (2001) destaca que, na época da assinatura do NAFTA, Salinas procurava transmitir a ideia de que o tratado não era a única opção de política externa, mas um dos instrumentos à disposição, mantendo a integração com a América Latina como uma prioridade.

²⁰ Trecho original em espanhol: “Estados Unidos reconocen y aceptan la necesidad de México a disentir de la política norteamericana en todo aquello que le resulte fundamental a México, aunque para los Estados Unidos sea importante, mas no fundamental. A cambio de ello México brinda su cooperación en todo aquello que, siendo fundamental o aun importante para los Estados Unidos, no lo es para el país”.

²¹ A APEC foi criada em 1989 e inclui países banhados pelo Oceano Pacífico. Dentro da esteira de internacionalização do Governo Salinas de Gortari, o México aderiu ao bloco em 1993. Site oficial: <https://www.apec.org/>.

Luiz Felipe Lampreia, ex-chanceler brasileiro, reforça essa visão ao afirmar que, “ao entrar para o Nafta, tinha renegado os seus compromissos com os países daqui da América do Sul, incorporados na Aladi, as suas preferências comerciais” (Lampreia, 2010, p. 185). A relação com os EUA influenciou diversas dinâmicas da política externa mexicana nas últimas três décadas. Como observa Pérez Flores (2014), a assimetria dessa relação impactou a postura do México em relação à América Latina. Ao longo da tese, argumenta-se que, apesar de o México ser um país importante para os EUA, ele não é uma prioridade. Rafael Velázquez Flores (2011) descreve essa dinâmica de forma clara:

Para Washington, há uma hierarquização de prioridades em suas relações internacionais, que inclui Reino Unido, Alemanha, França, Canadá, Iraque, Irã, China, Japão, entre outros países. Esses países ocupam uma posição estratégica na política externa contemporânea dos Estados Unidos. Entretanto, quando se trata de temas de alto impacto para Washington, a relação com o México ganha importância para a política interna, mas não se torna prioritária para a política externa (como é o caso da segurança, narcotráfico e migração). Isso levou a uma 'securitização' e/ou 'narcotização' da agenda bilateral entre Estados Unidos e México, enquanto outros temas passaram para um segundo plano. Assim, o México é relevante em termos de política interna dos Estados Unidos, já que os principais temas da agenda são abordados de maneira unilateral e não como uma questão de política externa (Velázquez Flores, 2011, p. 86-87²²).

Isso não significa que a política externa mexicana tenha negligenciado a América Latina, mas, sim, que uma nova dinâmica surgiu após a crise econômica da década de 1980 na região e a entrada em vigor do NAFTA em 1994, marcando uma forte vinculação econômica. O "error de diciembre" de 1994, que deu início a uma grave crise financeira, expôs as fragilidades econômicas do país e resultou em tensões políticas entre Ernesto Zedillo e Carlos Salinas de Gortari, cada um responsabilizando o outro pela rápida desvalorização do peso mexicano e pela volatilidade dos fluxos de capitais (González, 2001; Vega Cánovas, 2001).

Historicamente, a diplomacia mexicana tem sido marcada por uma defesa ativa do multilateralismo, de mecanismos de solução de controvérsias, do respeito às normas do Direito Internacional, da autodeterminação dos povos e do princípio de não intervenção, além do apoio a incentivos para o desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento. A

²² Trecho original em espanhol: “Para Washington, hay otra jerarquización de prioridades en relaciones internacionales, como son Gran Bretaña, Alemania, Francia, Canadá, Irak, Irán, China, Japón, entre otros países. Es decir, estos países ocupan un lugar estratégico en la política exterior contemporánea de Estados Unidos. Sin embargo, cuando se trata de temas que son de alto impacto para Washington, entonces la relación con México sí se hace importante para la política interna, pero no prioritaria para la política exterior (como es el caso de la seguridad, el narcotráfico y la migración). Ello ha llevado a que, en los últimos años, la agenda bilateral de Estados Unidos y México se ha “securitizado” y/o “narcotizado”, mientras que otros temas han pasado a un plano secundario. Por lo tanto, México, como país, es importante en términos de la política interna de Estados Unidos puesto que los principales temas de la agenda se abordan desde una perspectiva unilateral y no como un asunto de política exterior”.

diplomacia multilateral também tem sido um instrumento de contrapeso às assimetrias de poder, especialmente nas relações com os EUA (Heller, 2008).

2.5 México e o Regionalismo Contemporâneo

Durante o período de 1990 a 2018, a política externa mexicana foi profundamente influenciada pelas transformações no regionalismo latino-americano. A trajetória da política externa do México acompanhou as evoluções no conceito de regionalismo na América Latina, dividindo-se em três grandes fases: o regionalismo clássico, o regionalismo aberto e o regionalismo pós-liberal²³, cada uma marcada por diferentes objetivos e contextos históricos. De acordo com Klaveren (1985),

Regionalismo é a expressão de uma consciência regional que se desenvolve a partir de um senso de identidade dos países situados em proximidade geográfica, o que os induz a cooperar para alcançar objetivos comuns ou para enfrentar problemas políticos, econômicos, estratégicos e outros problemas práticos (Klaveren, 2017, p. 3).

No início dos anos 1990, o regionalismo aberto surgiu como uma resposta à necessidade de aumentar a competitividade global da América Latina. O foco passou de estratégias de autossuficiência para uma visão mais integrada e voltada para o mercado global, promovendo a liberalização comercial como uma ferramenta para o crescimento econômico e a prosperidade regional (Bernal-Meza, 2009). Contudo, a ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda no início do século XXI, conhecida como a "Onda Rosa", trouxe consigo um distanciamento do México em relação à região (Pereira da Silva, 2015), o que se tornou um ponto central na análise deste trabalho.

As três ondas principais do regionalismo latino-americano, identificado por Eduardo Pastrana Buelvas (2013), ajudam a contextualizar a evolução da política externa mexicana nesse período. A primeira onda, desenvolvimentista, emergiu no pós-Segunda Guerra Mundial, em um contexto de industrialização por substituição de importações e busca por autonomia econômica na região. Fortemente influenciada pela CEPAL e seus teóricos, como Raúl Prebisch, essa onda enfatizava o papel do Estado como promotor do desenvolvimento e da integração regional, criticando a dependência econômica da América Latina em relação aos países desenvolvidos. Defendia um "regionalismo fechado", com proteção da indústria nacional e políticas de substituição de importações, e viu a criação de organizações regionais como a ALALC e o Pacto Andino. Como aponta o Observatório do Regionalismo,

²³ José Briceño Ruiz (2014) também chama de “*regionalismo poshegemónico*”.

Na América Latina, o velho regionalismo foi fortemente influenciado pelos estudos de economistas cepalinos, que enxergavam na integração regional econômica uma alternativa para o desenvolvimento econômico e industrial, através do modelo substitutivo de importações. Além da industrialização através da substituição de importações, o modelo do velho regionalismo era essencialmente fechado, por incentivar através de medidas protecionistas o comércio regional, a fim de impulsionar a industrialização e a produção dos bens manufaturados da região (Observatório do Regionalismo, 2023).

Este modelo de desenvolvimento baseado na integração regional permaneceu vigente até a década de 1970, mas começou a ser profundamente afetado no início da década de 1980 devido à crise da dívida externa que atingiu os países latino-americanos. A crise dos anos 1980, juntamente com o rápido crescimento das economias asiáticas orientadas para o mercado externo, levou a uma reavaliação das políticas de substituição de importações, que passaram a ser consideradas contraproducentes.

A segunda onda, neoliberal, ascendeu com a onda neoliberal global nos anos 90, marcada pela abertura econômica, desregulamentação e privatizações. Alinhada com as ideias do Consenso de Washington, que defendia a liberalização econômica e a redução do papel do Estado, essa onda enfatizava a abertura comercial e a integração aos mercados globais. Durante esse período, foram criados blocos comerciais como o Mercosul e a ALALC foi ampliada para a ALADI. Houve também uma busca por acordos de livre comércio com países desenvolvidos, como o NAFTA.

A terceira onda, pós-hegemônica, surge no início do século XXI, em um contexto de multipolaridade e ascensão de novas potências, como a China, e de governos de esquerda na América Latina. Essa onda se caracteriza por uma crítica ao neoliberalismo e à hegemonia dos EUA, buscando alternativas de desenvolvimento e integração regional. Ela se baseia em elementos de identidade coletiva e busca o bem-estar social, com uma postura mais crítica em relação ao neoliberalismo e ao individualismo. Essa onda é representada por entidades como a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que buscam maior autonomia e cooperação entre os países da região, com ênfase na integração energética, de infraestrutura e social. É importante ressaltar que essas ondas não são necessariamente excludentes e podem coexistir em diferentes momentos e espaços na América Latina.

A primeira onda, desenvolvimentista, no pós-Segunda Guerra Mundial, baseou-se na industrialização por substituição de importações, fortemente influenciada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e seus teóricos, como Raúl Prebisch. Este regionalismo fechado visava proteger a indústria nacional por meio de barreiras tarifárias e não tarifárias, incentivando a criação de organizações regionais, como a Associação Latino-

Americana de Livre Comércio (ALALC) e o Pacto Andino. Porém, a crise da dívida externa nos anos 1980 e o rápido crescimento das economias asiáticas levaram a uma reavaliação das políticas de substituição de importações, que passaram a ser consideradas insuficientes.

De acordo com o Observatório do Regionalismo (2023²⁴), o regionalismo clássico, também conhecido como regionalismo fechado, representa a primeira onda de iniciativas de integração regional, que começou na década de 1950 e se estendeu até a década de 1980. Esta primeira geração de regionalismo surgiu no Ocidente, especialmente na Europa, sendo moldada pelos desastrosos efeitos dos nacionalismos exacerbados e pelo contexto imediato do pós-Segunda Guerra Mundial, onde a integração regional entre Estados era vista como benéfica para alcançar paz e estabilidade. Enquanto os países desenvolvidos, como os da Europa Ocidental e os EUA, visavam a manutenção da paz através do aumento da interdependência econômica, os países periféricos buscavam o desenvolvimento econômico por meio da cooperação regional.

Nos anos 1960, diversos acordos de integração econômica regional surgiram na América Latina, inspirados pela recém-criada Comunidade Econômica Europeia. Na América Latina, o regionalismo clássico foi significativamente influenciado pelos estudos de economistas da CEPAL. Políticos reconheceram que os mercados domésticos dos países latino-americanos eram pequenos demais para alcançar economias de escala, promovendo assim a industrialização por substituição de importações em nível regional. Consequentemente, as áreas de livre comércio e os mercados comuns formados nesse período mantiveram rígidas barreiras comerciais contra produtos de fora. Esses acordos eram cheios de exceções e frequentemente dependiam de reduções tarifárias negociadas por setor, resultando em pouca integração econômica efetiva. Como aponta o Observatório do Regionalismo (2023),

Na América Latina, o velho regionalismo foi fortemente influenciado pelos estudos de economistas cepalinos, que enxergavam na integração regional econômica uma alternativa para o desenvolvimento econômico e industrial, através do modelo substitutivo de importações. Além da industrialização através da substituição de importações, o modelo do velho regionalismo era essencialmente fechado, por incentivar através de medidas protecionistas o comércio regional, a fim de impulsionar a industrialização e a produção dos bens manufaturados da região (Observatório do Regionalismo, 2023).

Na América Latina, a CEPAL foi um vetor chave na adaptação e promoção do regionalismo aberto. Esta abordagem foi vista como um meio de revitalizar e dar novo ímpeto aos projetos de integração sub-regional existentes, como o Mercosul, a Comunidade Andina e outros. A ideia era que, ao adotar políticas de abertura econômica, esses blocos não apenas se fortaleceriam internamente, mas também se tornariam mais integrados e competitivos no

²⁴ Glossário do Regionalismo. “Velho Regionalismo”, ver: <https://observatorio.repri.org/glossary/velho-regionalismo/>.

mercado global. Durante a década de 1990, a premissa básica era que mercados ampliados e integrados seriam mais atrativos para investidores estrangeiros e funcionariam como ferramentas eficazes para competir por bens, serviços e capital nos mercados mundiais. Consequentemente, os países latino-americanos implementaram importantes reformas econômicas durante os anos 1980, focadas na liberalização e na abertura dos mercados (regionalismo aberto²⁵). A teoria do "regionalismo aberto" foi muito influente nos anos 90, promovendo a liberalização econômica e a integração com a economia global.

A partir dos anos 1990, o México iniciou um processo de integração mais profundo com a economia global, especialmente com a assinatura do NAFTA em 1994. Este acordo marcou uma mudança significativa na política econômica e externa mexicana, consolidando a liberalização comercial e a abertura econômica. A integração regional envolve a criação de um grupo ou bloco de países que estão geograficamente próximos e que decidem remover as barreiras ao comércio de bens e serviços entre eles, ao mesmo tempo em que mantêm restrições comerciais em relação ao restante do mundo. À medida que essas barreiras comerciais são reduzidas e os mercados são expandidos por meio de mecanismos de acesso preferencial, há um aumento nos fluxos comerciais de mercadorias, serviços e capitais.

O regionalismo não é, no entanto, um processo automático que muda abruptamente a sua orientação à medida que as políticas externas dos seus membros se alteram. Em geral, exprime um projeto regional com elementos políticos e econômicos que responde a mudanças nos modelos de desenvolvimento dos governos envolvidos e não a mudanças nas políticas individuais. (Giacalone, 2014, p. 30).

A entrada do México no NAFTA fortaleceu os laços econômicos com os EUA e o Canadá, mas também trouxe desafios, principalmente relacionados à dependência econômica dos mercados norte-americanos. A forte vinculação econômica com os EUA, que absorviam mais de 80% das exportações mexicanas, limitou a autonomia do México e dificultou a diversificação de suas parcerias comerciais na América Latina.

Ademais, o recorte geográfico regional pode variar de acordo com ideias, interesses, história; pode ser uma construção social e ser interpretada por outros atores de outras formas para outros países. Nesse sentido, é fundamental destacar o que Rafael Fernández de Castro e Maria Regina Soares de Lima falam sobre a interpretação (objetiva ou subjetiva) que os países podem ter do seu contorno geográfico com o decorrer do seu processo histórico:

[...] É preciso levar em conta que o conceito de regionalidade para o México não é claro, pois o país está literalmente situado entre a América do Norte e a América

²⁵ Glossário do Observatório do Regionalismo: "regionalismo aberto", ver: <https://observatorio.repri.org/glossary/regionalismo-aberto/>

Central-América Latina. [...] Para o México, a distinção geográfica não tem o mesmo significado. A ideia de regionalidade para o México está relacionada a dois momentos históricos: até antes da Guerra Fria, a região por excelência era o entorno latino-americano; e, a partir da década de 1990, seu entorno econômico e geográfico passou a ser a América do Norte. A razão para essa mudança deve-se à crescente importância que os Estados Unidos desempenharam na estratégia econômica do México (Castro; Lima, 2005, p. 149, tradução nossa).

O regionalismo clássico, que predominou entre as décadas de 1950 e 1980, foi caracterizado pela formação de blocos regionais que eliminavam barreiras comerciais entre si, mas mantinham políticas comerciais em relação ao resto do mundo. Este modelo surgiu no Ocidente, particularmente na Europa, como uma resposta aos desastres dos nacionalismos exacerbados e ao contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, onde a integração econômica era vista como uma ferramenta para alcançar paz e estabilidade. Na América Latina, o regionalismo clássico foi fortemente influenciado pelos estudos dos economistas da CEPAL, que defendiam a integração econômica regional como uma alternativa para o desenvolvimento econômico e industrial, através do modelo de substituição de importações. Países como Brasil, Argentina e México adotaram políticas protecionistas para fomentar a industrialização e reduzir a dependência das importações (Bernal-Meza, 2013; Sanahuja, 2012; Serbin, 2018).

Apesar dos objetivos ambiciosos, o regionalismo clássico enfrentou vários desafios na América Latina. A instabilidade política, causada pelos governos militares ditatoriais nos anos 1960 e 1970, e a crise da dívida externa nos anos 1980, comprometeram a continuidade e a eficácia das políticas de integração. As limitações estruturais, como a falta de infraestrutura e instituições fortes, também dificultaram a implementação das políticas de integração regional.

Nos anos 1980 e 1990, o regionalismo aberto emergiu como uma resposta às falhas do regionalismo clássico, com um foco maior na liberalização econômica e na integração com a economia global. Influenciado pelas políticas neoliberais, este modelo enfatizava a abertura dos mercados e a atração de investimentos estrangeiros. O México adotou políticas de liberalização comercial, culminando na assinatura do NAFTA, que marcou a integração profunda do país com a economia dos EUA e do Canadá.

Com a assinatura do NAFTA em 1994, o México consolidou sua inserção no regionalismo aberto, priorizando a integração econômica com a América do Norte em detrimento de uma relação mais forte com a América Latina. Essa escolha trouxe consequências significativas para a política externa mexicana, pois o país passou a depender fortemente do mercado norte-americano, com mais de 80% de suas exportações voltadas para os EUA. Essa forte dependência econômica limitou a autonomia do México e dificultou a diversificação de suas parcerias comerciais na América Latina, conforme apontado por Castro e Lima (2005):

[...] o regional para o México não é claro, pois o país está literalmente entre a América do Norte e a América Central/América Latina. [...] Para o México, a distinção geográfica não tem o mesmo sentido. O regional para o México está relacionado a dois momentos históricos: até antes da Guerra Fria, a região por excelência era a latino-americana; a partir da década de 1990, seu entorno econômico-geográfico passou a ser a América do Norte. Essa mudança deve-se à crescente importância dos Estados Unidos na estratégia econômica do México (Castro; Lima, 2005, p. 149).

A inserção do México no regionalismo latino-americano durante esse período foi marcada por uma postura pragmática e reativa, refletindo seu interesse em priorizar as relações econômicas e comerciais com os EUA, o que gerou críticas dentro da própria América Latina e no México.

2.6 Desafios e Limites da Política Externa Mexicana no Regionalismo

A forte vinculação econômica do México com os EUA trouxe consigo desafios significativos. Por um lado, consolidou uma integração econômica sem precedentes, promovendo um crescimento sustentado das exportações e um maior acesso a investimentos. Por outro lado, limitou a capacidade do México de adotar uma política externa mais autônoma, especialmente em relação à América Latina. A dependência do mercado norte-americano dificultou a diversificação das parcerias comerciais e limitou o papel do México como ator regional na América Latina.

A ideia de "regional" para o México é complexa e pode variar de acordo com o contexto histórico e os interesses estratégicos do país. O país oscila entre uma identidade latino-americana e uma identidade norte-americana, dependendo das prioridades econômicas e geopolíticas do momento. De acordo com Giacalone (2014), o regionalismo não é um processo automático que se adapta de forma abrupta às mudanças nas políticas externas dos países membros, mas sim um projeto de cooperação regional que responde às mudanças nos modelos de desenvolvimento.

No contexto do regionalismo pós-hegemônico, o México enfrentou dificuldades para se alinhar plenamente às novas iniciativas de integração regional que buscavam alternativas ao neoliberalismo. A criação de organizações como a ALBA e a UNASUL, que defendiam uma maior autonomia regional, contrastou com a orientação norte-americana da política externa mexicana.

A assinatura do NAFTA representou um marco significativo para a economia mexicana e para a implementação do regionalismo aberto nas Américas. Como uma estratégia de política externa e econômica, o NAFTA consolidou o México como um dos principais países da América Latina a adotar o modelo de integração econômica voltado para a abertura de

mercados, a liberalização comercial e a atração de investimentos estrangeiros. Durante os governos de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) e Ernesto Zedillo (1994-2000), o México implementou um conjunto de reformas estruturais que incluíam a privatização de setores estratégicos, a desregulamentação econômica e políticas de austeridade fiscal (Puchet Anyul *et al.*, 2011). Essas medidas buscaram modernizar a economia mexicana e aprofundar sua integração com a América do Norte.

O NAFTA, enquanto expressão concreta do regionalismo aberto, trouxe implicações significativas para os demais países da América Latina. Após sua entrada em vigor, muitos países da região buscaram negociar seus próprios acordos de livre comércio com os EUA, a fim de evitar desvantagens competitivas no acesso ao mercado norte-americano. Essa tendência resultou em uma proliferação de acordos bilaterais e regionais, intensificando a complexa rede de acordos comerciais que caracteriza o "*spaghetti bowl*" na região (Briceño Ruiz; Lombaerde, 2018).

No entanto, o modelo de regionalismo aberto não foi adotado de forma uniforme na América Latina. Enquanto países como México, Chile e Costa Rica promoveram reformas econômicas pró-mercado e buscaram uma maior integração com economias desenvolvidas, outros países da América do Sul, como Brasil e Argentina, mantiveram uma postura mais independente e buscaram fortalecer o Mercosul como um bloco econômico regional autônomo. Essa divergência de estratégias de integração econômica reflete diferentes perspectivas sobre o papel do Estado, o modelo de desenvolvimento e a relação com os EUA (Derzavich, 2007).

Embora o regionalismo aberto tenha proporcionado ganhos econômicos significativos, como o aumento das exportações e a atração de investimentos estrangeiros, ele também apresentou desafios e limitações. A proliferação de acordos comerciais sobrepostos, descrita pelo conceito de "*spaghetti bowl*", resultou em uma série de dificuldades para os agentes econômicos na região, como o aumento dos custos de transação e a complexidade na navegação de diferentes regras de origem, tarifas e regulamentos comerciais (Bhagwati; Krueger, 1995). Essa situação não apenas complicou o comércio intra-regional, mas também reduziu a eficácia das políticas de integração econômica, limitando o potencial de desenvolvimento industrial e a criação de cadeias de valor mais profundas na região.

Além disso, a estrutura "*hub and spoke*", onde os EUA desempenham o papel de "hub" central na rede de acordos comerciais, criou uma hierarquia que reforçou as assimetrias econômicas na região. Países como México e Chile, classificados como "sub-hubs", desempenharam um papel intermediário, mas ainda dependente da economia norte-americana. Essa configuração reforçou a posição dominante dos EUA na economia regional e limitou a

capacidade dos países latino-americanos de promover uma integração mais autônoma e equitativa (Briceño Ruiz; Lombaerde, 2018).

A adoção do regionalismo aberto pelo México durante as décadas de 1990 e 2000 teve um impacto profundo na formulação de sua política externa. A ênfase na integração com a América do Norte e na liberalização comercial levou a uma reorientação das prioridades mexicanas, que passaram a privilegiar a relação econômica com os EUA em detrimento de uma política mais ativa na América Latina. Embora o México tenha buscado manter sua participação em iniciativas regionais, como o Grupo do Rio e a ALADI, a política externa mexicana durante esse período foi amplamente caracterizada por um foco econômico voltado para o norte.

No entanto, a dependência econômica do mercado norte-americano também apresentou riscos para o México, especialmente diante de crises financeiras e recessões nos EUA, como a crise de 2008-2009. A forte exposição da economia mexicana ao mercado norte-americano evidenciou a vulnerabilidade de uma estratégia de integração excessivamente concentrada em um único parceiro econômico, reforçando a necessidade de diversificação comercial e de uma política externa mais equilibrada (Puchet Anyul *et al.*, 2011).

Na visão de Bernal-Meza (2009), a partir do NAFTA o México entrou na esfera de poder dos EUA devido às obrigações e dependências econômicas, limitando parte da autonomia de sua política externa e acelerando seu afastamento da América Latina. Elementos centrais dessa estratégia de integração regional incluíam a liberalização comercial, a redução de barreiras tarifárias e a promoção de investimentos estrangeiros diretos. Com a adoção dessas políticas, os países latino-americanos pretendiam atrair mais investimentos, aumentar suas exportações e modernizar suas economias, tornando-as mais resilientes e competitivas em um contexto de globalização crescente. Bhagwati e Krueger (1995) discordam dessa visão, argumentando que:

Talvez o argumento 'não econômico' mais frequentemente repetido em favor do México e de outros países em desenvolvimento do Hemisfério Ocidental se juntarem a um acordo comercial preferencial como o NAFTA seja que isso ajuda a 'consolidar as reformas' e dar-lhes credibilidade. Mas, se isso significa consolidar a liberalização comercial, tenho argumentado que aceitar as vinculações do GATT pode igualmente consolidar tal liberalização. Além disso, é tão difícil para uma pequena potência como o México evitar as obrigações do GATT quanto sair do NAFTA uma vez que se é membro. No que diz respeito ao NAFTA dar credibilidade às reformas do México, a recente crise no México derruba essa alegação tão bem quanto poderia ser feito. A verdadeira credibilidade das reformas de uma nação pode vir apenas da credibilidade das políticas econômicas do país, não de um pacto externo como o NAFTA, assim como o compromisso anunciado com uma taxa de câmbio fixa não tem credibilidade se as políticas macroeconômicas subjacentes não forem críveis: estas últimas dão credibilidade à taxa de câmbio fixa anunciada, não o contrário. Assim, o NAFTA fez pouco ou nada para estabelecer a credibilidade das reformas do México em casa ou no exterior; as alegações de que faria e fez foram simplesmente exageros que, repetidos o suficiente pelos defensores do NAFTA, vieram a ser aceitos como verdade incontestável por muitos (Bhagwati; Krueger, 1995, p. 7).

Durante o governo de Ernesto Zedillo (1994-2000), a política externa do México em relação à América Latina foi caracterizada por um compromisso contínuo com a liberalização econômica e a integração regional, no contexto de um regionalismo aberto. Zedillo assumiu a presidência em um período de transição significativa, logo após a implementação do NAFTA, e manteve a trajetória de abertura econômica iniciada por seu antecessor, Carlos Salinas de Gortari.

A administração de Zedillo focou na consolidação do NAFTA, promovendo a integração profunda com os EUA e o Canadá e, simultaneamente, expandir os acordos de livre comércio com outros países da América Latina. A estratégia de Zedillo foi diversificar as parcerias comerciais do México, estabelecendo acordos com países como Chile, Bolívia e Costa Rica e promovendo iniciativas para fortalecer a cooperação regional. No entanto, a forte dependência econômica dos EUA permaneceu uma característica marcante da política externa mexicana. Zedillo também enfrentou desafios internos e externos, incluindo a crise financeira de 1994-1995, que limitou a capacidade do México de se engajar plenamente em novas iniciativas regionais. Apesar dessas limitações, a política externa de Zedillo contribuiu para a consolidação de um regionalismo mais aberto e integrado, preparando o terreno para as subsequentes administrações e suas abordagens à integração regional na América Latina.

Embora o regionalismo aberto tenha promovido o crescimento econômico e atraído investimentos, também enfrentou críticas. A dependência econômica dos mercados externos, especialmente dos EUA, limitou a autonomia econômica do México e de outros países latino-americanos. Além disso, a liberalização comercial beneficiou desproporcionalmente os setores mais competitivos, aumentando a desigualdade interna e a erosão da soberania nacional, já que a implementação de normas e regulamentos internacionais foi vista como uma ameaça à autonomia dos países.

A partir dos anos 2000, a ascensão de governos de esquerda na América Latina trouxe uma nova abordagem para a integração regional, denominada regionalismo pós-hegemônico. Esta fase foi marcada pela criação de novas entidades, como a UNASUL e a CELAC, que buscavam promover uma integração mais ampla e inclusiva, afastando-se da influência direta dos EUA. A CELAC, criada em 2010, visava fortalecer a cooperação regional e projetar uma voz unificada da América Latina e do Caribe no cenário internacional, sem a participação dos EUA. O México desempenhou papel fundamental na criação da CELAC, buscando diversificar suas alianças e fortalecer sua presença regional.

Durante os governos de Vicente Fox (2000-2006) e Felipe Calderón (2006-2012), o México continuou a promover políticas de liberalização comercial, mas enfrentou desafios

significativos na tentativa de fortalecer os laços com os países do Mercosul. As divergências políticas e econômicas entre o México e os países do Mercosul, especialmente Brasil e Argentina, complicaram a harmonização de políticas e dificultaram uma cooperação mais profunda. O Mercosul mantinha políticas mais protecionistas, com tarifas elevadas e barreiras comerciais para proteger suas indústrias nacionais, enquanto o México promovia uma abordagem de desenvolvimento orientada para o mercado, focada na atração de investimentos estrangeiros e na integração às cadeias produtivas globais. Essas diferenças nas estratégias de desenvolvimento resultaram em abordagens divergentes nas políticas econômicas e comerciais.

Além disso, as tentativas de Fox e Calderón de promover a ALCA enfrentaram resistência significativa de países do Mercosul, que viam a proposta como uma extensão do domínio econômico dos EUA na região. A competição econômica em setores como a agricultura e a indústria manufatureira aumentou as tensões comerciais, complicando os esforços para promover uma cooperação econômica mais estreita. A política externa mexicana, sob Fox e Calderón, buscou equilibrar a relação estreita com os EUA com a necessidade de fortalecer os laços regionais, mas os desafios internos e externos limitaram a eficácia dessas políticas.

Com a eleição de EPN (2012-2018), o México continuou a promover a integração regional, apoiando iniciativas como a Aliança do Pacífico. Essa iniciativa buscava promover uma integração pragmática e focada na abertura de mercados com a Ásia-Pacífico. Dessa forma, o México deu continuidade ao projeto de inserção regional pautado pelo “regionalismo aberto”, enquanto outros países apostaram em um “regionalismo pós-liberal”. O México buscou a ampliação de acordos de livre comércio, e a política econômica priorizou a integração com governos de países alinhados ao regionalismo aberto, dispostos a focar na liberalização e na diversificação de suas pautas comerciais. Como aponta Adrián Bonilla, os governos da região optaram pela: *“multiplicación de lógicas de integración en donde las afinidades hacia modelos de desarrollo o las distintas apreciaciones estratégicas sobre la naturaleza del orden mundial que portan los(as) jefes de Estado, puedan realizarse en espacios de convergencia más reducidos”* (Bonilla, 2013, p. 206).

A trajetória da política externa do México diante do regionalismo latino-americano entre 1990 e 2018 foi marcada por diversas fases e desafios. Desde a liberalização econômica e a integração com a economia global, passando pela criação de novas entidades regionais e a busca por uma integração mais inclusiva, o México enfrentou a necessidade de equilibrar seus interesses econômicos globais com a proteção de sua autonomia e soberania.

Com o início do século XXI, a América Latina experimentou uma transição para o regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico, caracterizado por uma busca por maior

autonomia, integração social e cooperação política na região. Essa nova fase do regionalismo refletiu a ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda, que criticavam o modelo neoliberal de integração adotado na década anterior e propunham alternativas baseadas na solidariedade regional, no desenvolvimento sustentável e na justiça social.

Para o México, no entanto, essa transição para o regionalismo pós-liberal representou um desafio, pois o país estava fortemente comprometido com o modelo de regionalismo aberto e a integração econômica com a América do Norte. Embora o México tenha participado de iniciativas como a CELAC e a Aliança do Pacífico, sua política externa continuou a refletir uma orientação pragmática e econômica, focada na atração de investimentos e no comércio internacional.

O regionalismo pós-liberal, por sua vez, foi mais ativo em países como Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina, que buscaram promover um modelo de integração mais inclusivo, baseado em princípios de soberania econômica, igualdade social e integração regional autônoma. Organizações como a ALBA e a UNASUL surgiram como alternativas ao modelo neoliberal, propondo uma agenda de cooperação mais ampla, que incluía a integração energética, de infraestrutura e social.

A evolução do regionalismo nas Américas desde a década de 1990 até 2018 evidencia um cenário de transformações complexas e de adaptação contínua. O México, como um dos principais protagonistas do regionalismo aberto, desempenhou um papel ambivalente na integração regional, promovendo uma inserção econômica voltada para o norte e mantendo uma participação mais limitada nas iniciativas pós-liberais na América Latina. Essa postura reflete tanto as escolhas estratégicas da política externa mexicana quanto as pressões econômicas e políticas decorrentes da proximidade geográfica e econômica com os EUA.

A evolução do regionalismo na América Latina entre 1990 e 2018 revela complexidade e adaptação contínua, com o México desempenhando papel ambivalente. Por um lado, o país foi pioneiro na promoção do regionalismo aberto e na integração com a América do Norte; por outro, manteve uma política de "baixa relevância" em relação à América Latina, especialmente no que se refere à participação em iniciativas regionais pós-hegemônicas.

O capítulo mostra que a política externa mexicana entrelaça múltiplas identidades e objetivos: enquanto o país fortalece laços econômicos com os EUA, ele tenta preservar uma identidade latino-americana, mesmo que de forma mais limitada. Essa posição intermediária tem implicações complexas para a autonomia do México e para sua capacidade de exercer influência na América Latina, especialmente em tempos de mudanças políticas e econômicas regionais e globais.

Nos próximos capítulos, será analisado em maior detalhe como a política externa mexicana se adaptou às diferentes fases do regionalismo na América Latina e quais foram os impactos dessas mudanças para a integração regional e para o papel do México na cena internacional. O impacto dessas escolhas na política externa mexicana será analisado nos próximos capítulos, destacando como a inserção do México no regionalismo latino-americano foi moldada por fatores econômicos, políticos e históricos específicos, que limitaram sua capacidade de ação na região e reforçaram a dependência econômica dos EUA.

3 A POLÍTICA EXTERNA DE ERNESTO ZEDILLO (1994-2000): ENTRE O NORTE E O SUL

O governo de Ernesto Zedillo (1994-2000) deu continuidade ao modelo de liberalização econômica e integração com os EUA, iniciado na década anterior. A política externa mexicana nesse período foi marcada por um pragmatismo econômico, com ênfase no aprofundamento da relação comercial com os EUA via NAFTA, e por um distanciamento diplomático da América Latina. Esse capítulo examina como o México se posicionou nesse contexto, enfrentando tensões internas e externas enquanto buscava consolidar sua inserção na economia global e equilibrar sua posição em relação aos EUA e aos países latino-americanos.

3.1 Entre a América do Norte e a América Latina

As mudanças nas políticas econômicas, iniciadas principalmente a partir do governo de Miguel de la Madrid (1982-1988) e aprofundadas por Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), afetaram de forma substancial a política externa mexicana²⁶. A SRE teve que se adaptar quando o modelo de desenvolvimento econômico, pautado no processo de substituição de importações, mudou para o modelo de desenvolvimento econômico liberal (Ruiz; Uriegas, 2010).

A inserção internacional do México concentrou-se na liberalização de sua economia, com a facilitação da abertura comercial, a redução de taxas de importação e o aumento no número de acordos de preferências tarifárias e TLCs²⁷. Como aponta Beatriz Gardoqui: “*En 1982, 70% de lo que exportaba México era petróleo y minería; en contraste, en 2011, 80% fue manufacturas*” (Gardoqui, 2012, p. 102). O início do NAFTA e a adesão à OCDE, ambos em 1994, são apenas alguns exemplos da inserção internacional via abertura de mercado que o México adotou nas últimas décadas, afastando-se do protecionismo das décadas anteriores a 1990.

Como já mostramos, o processo de mudança do modelo de substituição de importações e a abertura de mercado contribuíram para a transnacionalização do processo produtivo, levando empresas a buscarem regiões que lhes proporcionassem aumento relativo dos lucros e maior dinamização e interconexão da cadeia produtiva, com o menor custo possível. A

²⁶ Minha dissertação aborda com mais profundidade essas mudanças. Ver: CASTRO, H. A. **Hacia la modernidad: las políticas externas do Brasil e do México no começo da década de 1990**. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2961>. Acesso: 19 abr. 2022.

²⁷ “*México cuenta con una red de 14 Tratados de Libre Comercio con 50 países (TLCs), 30 Acuerdos para la Promoción y Protección Recíproca de las Inversiones (APPRIs) con 31 países o regiones administrativas y 9 acuerdos de alcance limitado (Acuerdos de Complementación Económica y Acuerdos de Alcance Parcial) en el marco de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI)*” (México, 2015).

readequação da inserção regional do México passava, inevitavelmente, pela relação bilateral com os EUA e pelo caminho a ser adotado em matéria comercial (Pérez Flores, 2014). O México aprofundou o caminho de vinculação e dependência comercial dos EUA. Dessa forma, a política externa do México na década de 1990 pode ser caracterizada por:

[...]crescente interdependência econômica; um realinhamento em direção ao poder hegemônico, embora não total nem permanente; e uma busca por se distinguir de seu entorno regional anterior – América Central-América Latina, por meio de sua participação em clubes de países ricos, como a OCDE, e da aspiração de fazer parte do mundo desenvolvido (Castro; Lima, 2005, p. 152-153, tradução nossa).

Ao suceder Salinas, Ernesto Zedillo Ponce de León (1994-2000) deu continuidade à “ditadura perfeita” do PRI e assumiu a presidência do México em meio a graves crises econômicas, políticas e sociais. O *Error de Diciembre*, como ficou conhecido o início da grave crise financeira em dezembro de 1994, levou ao confronto político entre Zedillo e Salinas de Gortari, um culpando o outro pela rápida desvalorização do peso mexicano e a crescente volatilidade dos fluxos de capitais que saíam do sistema financeiro nacional (González, 2001; Vega Cánovas, 2001).

A crise mexicana de dezembro de 1994 e 1995, desencadeada pela falta de reservas internacionais e que levou à desvalorização da moeda mexicana logo após a posse do presidente Ernesto Zedillo, produziu um ambiente de cautela entre os investidores internacionais, restringindo a liquidez para economias vistas como similares à mexicana.

O elevado déficit em conta corrente registrado pelo México levou a uma forte fuga de capitais do país. A preocupação de que o déficit mexicano não pudesse se sustentar por um período muito longo e de que a mudança na política cambial fosse inevitável (a desvalorização cambial importaria perdas aos proprietários de ativos em moeda mexicana) fez com que o capital financeiro se antecipasse e, em apenas dois meses, as reservas internacionais do México caíram a níveis irrisórios (Gremaud *et al.*, 2003, p. 474-475).

A política externa do período Zedillo deu continuidade ao processo de liberalização comercial²⁸ e integração econômica. Internamente, os principais partidos de oposição, o PAN e o PRD, ganharam projeção dentro da hegemonia política priista. O líder do PRD, Cuauhtémoc Cárdenas, foi eleito chefe do Distrito Federal, e o PAN já governava importantes estados como

²⁸ Um acordo com a União Europeia foi ponto central da política externa do governo Zedillo. Em 1997, foi assinado o Acordo de Associação Econômica, Concertação Política e Cooperação – mais conhecido como *Acuerdo Global* (AG) – com a União Europeia. Uma das características do AG era que a União Europeia visava fortalecer sua presença no México após a entrada em vigor do NAFTA, em 1994, mas além do aspecto econômico convergente com o NAFTA, o AG visava outros pilares como político e o da cooperação. O acordo era vinculado a temas caros aos países europeus, como “democracia” e “direitos humanos”, questões que não eram de soluções tão simples ao governo mexicano.

Baja California, Guanajuato e Chihuahua (Covarrubias, 2008, 2010; González, 2001; Muñoz, 2013; Sberro, 2008; Whitehead, 2008).

3.2 A pressão sob o México na ALADI e reticência mexicana em *latino-americanizar* o NAFTA

A crítica inicial ao México à adesão ao NAFTA passava pela percepção de que os mexicanos esqueceram da existência da ALADI e avançaram nas negociações com EUA e Canadá sem se preocupar se estavam infringindo alguma regra da instituição latino-americana criada em 1980. Como aponta Rosas (2008, p. 100): “*el gobierno mexicano desdeñó los compromisos existentes con la Asociación*”.

O governo brasileiro, por exemplo, questionou os mexicanos, focando principalmente nos artigos 5º, 44º e 48º do Tratado de Montevidéu de 1980, que constituiu a ALADI. Com base nesses artigos, o principal argumento era que, ao dar preferências comerciais aos EUA e Canadá, o México estaria obrigado a dar essas mesmas preferências aos países membros da ALADI.

O artigo 5º diz: “Os países-membros outorgar-se-ão reciprocamente uma preferência tarifária regional que será aplicada com referência ao nível que vigore para terceiros países e se sujeitará à regulamentação correspondente”. Além de serem obrigados a conceder preferências tarifárias recíprocas entre si, os países membros não podem conceder preferências tarifárias mais vantajosas para países ou grupos de países que não fazem parte da ALADI.

O artigo 44º estabelece: “As vantagens, favores, franquias, imunidades e privilégios que os países-membros apliquem a produtos originários de ou destinados a qualquer outro país-membro ou não, por decisões ou acordos que não estejam previstos no presente Tratado ou no Acordo de Cartagena, serão imediata e incondicionalmente estendidas aos demais países-membros”. Esse artigo aponta para o princípio fundamental da não discriminação da ALADI e está vinculado ao artigo 5º, já que também obriga os países a estenderem a todos os outros países-membros qualquer tipo de “vantagens, favores, franquias, imunidades e privilégios” concedidos tanto a um país-membro quanto a terceiros que estão fora da ALADI. Além disso, determina que os acordos de alcance regional celebrados entre os países membros devem ser abertos à adesão de outros países da região e que, caso desejem aderir, receberão os mesmos benefícios concedidos aos países de fora da organização.

O artigo 48º dispõe: “Os capitais procedentes dos países-membros da Associação gozarão no território dos outros países-membros de um tratamento não menos favorável do que o tratamento que se concede aos capitais provenientes de qualquer outro país não membro, sem

prejuízo do previsto nos acordos que os países-membros possam celebrar nesta matéria, nos termos do presente Tratado”. Ou seja, esse artigo condiciona os países da organização a tratarem com igualdade todos os outros países-membros, sem que haja preferências tarifárias para países de fora. Caso isso aconteça, esses benefícios deverão ser concedidos a todos os outros países-membros da ALADI.

Destarte, os países-membros poderão firmar acordos específicos para tratar da questão dos investimentos, desde que esses acordos estejam de acordo com as disposições da ALADI. Como podemos ver, o ordenamento da ALADI não proibia o México de realizar acordos de preferências tarifárias com países fora da organização, mas obrigava o país-membro a estender essas preferências aos demais Estados da ALADI. Ao aceitar o NAFTA, o México deveria estender aos outros países da ALADI as preferências tarifárias. Para o México, havia o receio de perder a exclusividade das vantagens tarifárias do NAFTA se houvesse a concessão para todos os membros da ALADI e até mesmo com a formação de uma ALCA²⁹.

O NAFTA criou um dilema na ALADI: em 13 de junho de 1994, foi necessário que o Conselho³⁰ de Ministros das Relações Exteriores dos países-membros desenvolvesse um Protocolo Interpretativo³¹ do Artigo 44 do TM de 1980, que criou a ALADI. Esse Protocolo era uma espécie de detalhamento do artigo 44, reforçando que as preferências tarifárias dadas a países membros e não membros devem ser estendidas aos demais membros. No entanto, se um país da ALADI optasse por negociar um acordo que infringisse as obrigações estabelecidas no artigo 44, poderia solicitar e justificar ao Comitê de Representantes³² a suspensão temporária das obrigações desse artigo. Essa suspensão temporária era justamente para que o país solicitante tivesse um prazo para cumprir os objetivos do artigo 44. Como resposta ao avanço mexicano, “*se imaginó un mecanismo por el cual México quedaría suspendido en sus derechos, sin perder por ello su calidad de miembro, lo que fue aprobado en la cumbre de Cartagena de Indias, en junio de 1994*” (Gineasta, 1999, p. 56).

Dessa forma, o terceiro artigo do Protocolo Interpretativo diz que o país solicitante assumirá o compromisso de que, durante o período de suspensão, realizará negociações

²⁹ O aumento da concorrência poderia levar ao receio brasileiro de perder mercado nos EUA para os produtos mexicanos e receio mexicano de perder mercados nos EUA para os produtos brasileiros.

³⁰ É o órgão supremo da ALADI e suas atribuições estão descritas no Artigo 30: http://www2.aladi.org/biblioteca/Publicaciones/ALADI/Secretaria_General/Documentos_Sin_Codigos/Caja_062_001_pt.pdf

³¹ ALADI. Protocolo Interpretativo do Artigo 44 do Tratado de Montevideu 1980. Disponível em: <https://www.aladi.org/sitioaladi/language/pt/protocolo-interpretativo-do-artigo-44-do-tratado-de-montevideu-1980/> acesso: 22 mar. 2023.

³² O Comitê é o órgão permanente da ALADI e suas atribuições estão descritas no Artigo 35 do TM: http://www2.aladi.org/biblioteca/Publicaciones/ALADI/Secretaria_General/Documentos_Sin_Codigos/Caja_062_001_pt.pdf

bilaterais com os demais países-membros da ALADI para estender preferências tarifárias iguais ou melhores do que as concedidas pelo acordo estabelecido com o país ou países não membros.

Nesse sentido, crescia a percepção de que o México não tinha dado importância política para o comércio regional com a América Latina. O fato de ter passado por cima de normas da ALADI e as discussões em torno do Protocolo Interpretativo do Artigo 44 somavam-se ao contexto de liberalização econômica do país, à interpretação da política externa mexicana com foco em temas econômico-comerciais, na ampliação de acordos bilaterais, na busca por expandir a participação no comércio internacional e na visão de que o México queria cada vez mais ampliar a relação política com os EUA para além de uma zona de livre comércio (incluindo, aos poucos, temas como livre circulação de pessoas e um acordo migratório).

Cristina Rosas (2008, p. 100) destaca que: “*Ante la postura de México en el sentido de ‘pedir perdón’ en vez de ‘pedir permiso’, el gobierno de Brasilia llegó a sugerir que México fuera expulsado de la ALADI dado que había violado los estatutos y el espíritu de la institución*”. O embaixador José Alfredo Graça Lima, um dos diplomatas brasileiros mais experientes em negociações comerciais, também lembra que “o México simplesmente não cumpriu com as suas obrigações como membro da ALADI, o que tornou a ALADI uma coisa bastante difusa, muito mais política do que comercial” (Lima, 2009, p. 10-11). Na visão do ex-chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia (2010):

[...] ao entrar para o NAFTA, pediu, ou exigiu, que houvesse uma exceção das preferências que os países da ALADI se concediam entre si comercialmente. O México disse que não podia mais conceder essas preferências porque tinha um regime especial de comércio com os Estados Unidos e, portanto, estava em outra... Isso foi a clara sinalização de que o México tinha se descolado da América Latina nesse sentido. É claro que para o México não interessava dizer isso, porque o México procurava manter um pouco a ideia de que NAFTA sim, mas a América Latina também” (Lampreia, 2010, p. 151).

A percepção naquele momento era de que a estratégia de abertura comercial do México não podia ser acompanhada pela dinâmica da ALADI e seus membros; como se o processo de abertura comercial da ALADI não tivesse o mesmo senso de “urgência” que os mexicanos desejavam. O México prometia acordos bilaterais mais amplos, que abrangiam um maior número de produtos, enquanto os acordos no âmbito da ALADI eram de alcance mais limitado. O bilateralismo da política comercial mexicana da década de 1990 avançava em contraste com o regionalismo gradativo pensado pela ALADI; ou seja, as preferências comerciais que o México oferecia no âmbito do NAFTA resultavam em desvantagens para os países da ALADI no mercado mexicano.

A opção do governo mexicano para minimizar os questionamentos do governo brasileiro foi oferecer aos países da América Latina justamente TLCs bilaterais. Dessa forma,

o México driblava o problema, já que um TLC dava preferência tarifária, fortalecia a política de abertura comercial mexicana e ampliava a liberalização econômica que o governo defendia. Ricardo Sennes e Ortiz Mena apontam que: “*México objetó la interpretación de esos artículos, y en su lugar ofreció negociar TLC con quien estuviese interesado*” (Sennes; Mena, 2005, p. 230). É justamente nesse contexto que o México firmou TLCs³³ com Bolívia (1995), Costa Rica (1995), Colômbia e Venezuela (1995), Nicarágua (1998), Chile (1999) e, já no início dos anos 2000, com El Salvador, Honduras e Guatemala (2001) e Uruguai (2004)³⁴ (Sennes; Mena, 2005). Para Sennes e Ortiz Mena (2005), a estratégia mexicana nesse cenário era facilitada, pois:

Los tratados latinoamericanos representan pocos costos económicos para México, pero, en cambio, pueden representar beneficios importantes para los países más pequeños, sobre todo, como una segunda opción al no tener ellos acceso directo al mercado estadounidense. Asimismo, permiten a México mantener una presencia política en la zona y atajar acusaciones de que ha dado la espalda a América Latina al asociarse económicamente con Estados Unidos (Sennes; Mena, 2005, p. 230).

Os embates na ALADI em torno do México no NAFTA evidenciaram o dilema de inserção regional que os países latino-americanos teriam de lidar daquele período em diante: optar por uma integração econômica que privilegiasse o multilateralismo regional ou avançar com acordos bilaterais e negociações de áreas de livre comércio³⁵ – mesmo que esses fatores pudessem solapar os objetivos da ALADI (Sennes, 2010).

A inserção regional do México provocou questionamentos sobre o modelo de integração econômica da ALADI, ampliando a imagem do México como um país politicamente distante da América Latina³⁶ e mais alinhado e dependente dos EUA. A estratégia mexicana tentava não perder o vínculo comercial e político com a América Latina, aproveitando o Tratado de Montevidéu, ao mesmo tempo que buscava estreitar os laços de privilégios comerciais com os EUA.

³³ Um layout elaborado pelo governo mexicano sobre os TLCs pode ser visto aqui: https://www.economia.gob.mx/files/gobmx/mapa_tratadosacuerdosmexico.jpg.

³⁴ As especificidades desses tratados podem ser vistas aqui: Tratados Comerciales de México. Disponível em: <https://www.diputados.gob.mx/sedia/sia/spe/SPE-ISS-05-08.pdf>. Acesso: 2 mar. 2023.

³⁵ Os detalhes de cada acordo podem ser visto em: MÉXICO. “Comercio Exterior, Países con Tratados y Acuerdos firmados con México”. Disponível em: <https://www.gob.mx/se/acciones-y-programas/comercio-exterior-paises-con-tratados-y-acuerdos-firmados-con-mexico>. Acesso: 02 mar. 2023.

³⁶ O ex-chanceler brasileiro Lampreia confirma a ideia de que para o Brasil “uma alternativa para o conceito de América Latina surgiu basicamente quando o México entrou para o Nafta”. Na segunda metade da década de 1990, Lampreia argumenta que o pensamento era de que mais cedo ou mais tarde a guinada ao norte feita pelo México também seria seguida pelos países da América Central. Dessa forma, a América do Sul, que já se fortalecia no Itamaraty graças, principalmente, pela projeção do Mercosul, ganhou peso político e diplomático diante da visão de América Latina já que se disseminava a ideia de que o México tinha “abraçado” a América do Norte em detrimento da América Latina (Lampreia, 2010a, 2010b; Saraiva, 2012).

Para o governo mexicano, interessava ter preferências tarifárias com os EUA e não estender essas preferências aos membros da ALADI³⁷ (Barbosa, 1996). Portanto, na visão do México, a janela de oportunidade ao se integrar em uma zona de livre comércio com a América do Norte, aumentar suas exportações e participação no comércio internacional valia muito mais a pena, mesmo com as críticas no âmbito da ALADI.

Como forma de compensar e mitigar as insatisfações e críticas, o México buscou o bilateralismo comercial. Um dos instrumentos utilizados foi a assinatura de Acordos de Complementação Econômica (ACEs). Os ACE são instrumentos jurídicos que já existiam no TM/1980 da ALADI para ampliar o fluxo de investimentos e o comércio entre os países latino-americanos por meio da eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, além de cooperação técnica na área econômica. A ideia dos ACE parte de um princípio de progressividade da ALADI; ou seja, a redução tarifária progressiva em áreas específicas entre dois ou mais países seguiria um processo de transbordamento para outras áreas e contribuiria para o próprio objetivo da ALADI de ampliar o comércio intrarregional e formar uma área de livre comércio na América Latina.

Nesse sentido, os ACE com o México buscavam compensar as preferências tarifárias dadas pelos mexicanos aos EUA e Canadá. Os ACE foram usados como ferramenta para consertar a fricção diplomática entre o México e os demais países-membros da ALADI – uma espécie de “reparação de danos”. A diplomacia mexicana não era contrária aos ACE porque, de certa forma, eles também convergiam com o pensamento estratégico de política externa que pretendia aumentar a inserção internacional do país pela liberalização econômica, redução de tarifas de importação e exportação, aumento do número de acordos de livre comércio e da participação do país no comércio internacional.

O que o México fazia não estava distante dos objetivos da ALADI, mas o país optou por seguir um caminho que ia além do que o ordenamento da ALADI permitia. O México acabou se tornando um país “modelo” do conceito de regionalismo aberto que se disseminou nas Relações Internacionais da América Latina na segunda metade da década de 1990 e nos anos 2000 (Sennes; Mena, 2005; Velasco Júnior, 2016). Os governos de Salinas de Gortari (1988-1994) e Ernesto Zedillo (1994-2000) colocaram em prática as ideias do regionalismo aberto, sem que isso impedisse negociações comerciais no âmbito da ALADI.

³⁷ O ex-embaixador brasileiro Rubens Barbosa, por exemplo, lembra que na reunião do Conselho de Ministros da ALADI, realizada em junho de 1990, quando pela primeira vez se explicitou a posição mexicana de não estender automaticamente aos demais países membros as concessões, vantagens e franquias que viesse a negociar com os EUA, em clara violação do disposto no artigo 44 do Tratado de Montevidéu (cláusula da nação mais favorecida), o Brasil posicionou-se contrariamente (Barbosa, 1996).

Do lado mexicano, a desvalorização do peso diante do dólar, associada à entrada do México no NAFTA, contribuiu para a expansão das exportações mexicanas. A estratégia econômica comercial estava centrada no crescimento da demanda via exportação de produtos manufaturados e na oferta, com o aumento de investimentos estrangeiros diretos, principalmente em setores industriais que buscavam maximizar os lucros por meio da transferência de fábricas para o México. É importante destacar que essa expansão exportadora era, e continua sendo muito direcionada aos EUA.

A redução de barreiras tarifárias deu lugar a uma abertura comercial que ampliou a importação de insumos e impactou a competitividade de alguns setores nacionais, impossibilitando a concorrência com os produtos importados, que entravam nos mercados com preços mais competitivos. De acordo com essa visão crítica, o regionalismo aberto acelerou a busca por complementariedade comercial entre os países da região, minimizando aos poucos as cautelas em relação às importações.

Uma pesquisa de López-Córdova e Moreira (2003) para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destacou o crescimento do comércio internacional mexicano entre 1985 e 2000 e o amplo grau de abertura econômica do México (López-Córdova, 2001; López-Córdova; Moreira, 2003; Ten Kate, 1992). No México, tanto as importações quanto as exportações cresceram rapidamente, com um aumento médio anual de 16,3% nas importações e 14,2% nas exportações. O crescimento das exportações foi impulsionado principalmente por produtos manufaturados e pelo comércio intrarregional no âmbito do NAFTA. A proporção de bens manufaturados nas exportações aumentou de 27% em 1985 para 83% em 2000, e a participação do NAFTA no comércio total do México também aumentou significativamente durante esse período.

É curioso notar que a expansão das exportações mexicanas teve como foco justamente setores que haviam sido contemplados com investimentos durante o período de substituição de importações. Ou seja, a década de 1990, que promoveu uma mudança na estratégia de desenvolvimento econômico e na inserção internacional do México, utilizou os benefícios do modelo de substituição de importações para potencializar a estratégia de desenvolvimento voltada para o exterior, reduzindo, entretanto, as regras de conteúdo nacional, subsídios para setores internos e promovendo a abertura de mercado para aumentar a concorrência. Nas palavras do ex-secretário de economia Pedro Aspe Armella (1993):

[...] foram eliminadas as restrições que impunham requisitos de conteúdo nacional, substituição de importações, seleção de fornecedores, modelos e linhas, participação estrangeira e proibições de certas importações. [...] No caso da indústria de autopeças, também foram eliminadas as restrições relacionadas à origem do capital (Armella, 1993, p. 147, tradução nossa).

O México, portanto, atuava incentivando as exportações e as importações, com reduções tarifárias. Os mexicanos enfrentavam um dilema de imagem que envolvia a vinculação especial com os EUA e a percepção de que o país havia *virado as costas* para a América Latina.

Ao buscar uma aproximação com o Brasil, o maior país da região, o México procurava compensar e equilibrar as acusações de que havia abandonado a América Latina. O chanceler Luiz Felipe Lampreia confessa que o governo mexicano buscou uma aproximação com o Brasil após a entrada em vigor do NAFTA porque “precisava sinalizar para seu público interno que suas raízes latino-americanas não haviam sido afetadas pela adesão ao Nafta” (Lampreia, 2010, p. 234). Nesse sentido, uma aproximação com o Brasil ou o Mercosul seria positiva do ponto de vista político.

Como sinalizado no capítulo anterior, os ACEs são acordos comerciais entre países signatários da ALADI que buscam promover a integração econômica da região, principalmente por meio de reduções tarifárias e/ou não tarifárias, com o objetivo de ampliar a complementariedade dos sistemas produtivos entre os países latino-americanos. Os ACEs podem ser abrangentes ou possuir um número reduzido de produtos; ou seja, podem ser acordos de livre comércio ou simples acordos de preferências tarifárias de produtos específicos acordados entre as partes. De forma exemplificativa, o Mercosul, do ponto de vista econômico, é fruto de um ACE³⁸ inserido no sistema da ALADI, enquanto o Mercosul, do ponto de vista político, é originado do Tratado de Assunção (1991).

Em síntese, o ACE-54 é um acordo-quadro³⁹ que estabelece as normas, princípios e objetivos para a criação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e o México. Para atingir essa área de livre comércio, Brasil e México firmaram inicialmente o ACE-53, que estabelece um cronograma para a redução e eliminação de tarifas e outras barreiras comerciais de vários produtos entre os dois países. Posteriormente, os países do Mercosul firmaram o ACE-55, focado especificamente nos produtos do setor automotivo.

O principal objetivo do ACE-55 é promover a integração e a cooperação no setor automotivo entre os países membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e o México. O ACE-55 estabelece regras específicas de origem, cotas e preferências tarifárias

³⁸ ACE-18 entre Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina:

http://www2.aladi.org/biblioteca/publicaciones/aladi/acuerdos/ace/pt/ace18/ACE_018_pt.pdf

³⁹ É um tipo de acordo comum nas relações internacionais na qual se estabelece os princípios gerais, objetivos e parâmetros para a cooperação entre as partes envolvidas, sem necessariamente abordar todos os detalhes específicos das obrigações e compromissos. Esses acordos servem como base para negociações futuras e acordos mais específicos, fornecendo um contexto e uma direção comum para as partes trabalharem em conjunto.

progressivas para veículos e autopeças, visando facilitar o comércio bilateral no setor. Portanto, enquanto não existe uma área de livre comércio abrangente entre o Mercosul e o México prevista pelo ACE-54, o ACE-55 dita os avanços na progressiva ampliação de produtos e redução tarifária.

As dificuldades, no entanto, esbarravam nos próprios acordos bilaterais firmados na ALADI, já que renegociar a ampliação da lista de produtos e preferências tarifárias demandava tempo e encontrava obstáculos nos interesses de cada governo e nos grupos de interesse de cada país. De forma exemplificativa, os acordos da ALADI são divididos em três “gerações”: Primeira geração: negociavam-se os patrimônios históricos dos acordos bilaterais, heranças do período da ALALC. Segunda geração: entre 1985 e 1990, emergiram acordos comerciais e de complementação econômica, de âmbito bilateral, nos quais os países ampliaram significativamente o universo tarifário negociado e aprofundaram os níveis de preferências bilaterais. Terceira geração: a década de 1990 se caracterizou pela difusão dos acordos de terceira geração, cuja meta é chegar ao livre comércio entre as partes, usando processos de desgravação automática do universo tarifário, além de incorporar novos temas, como investimentos, serviços etc. (Veiga, 2007).

Dessa forma, os ACEs estão envolvidos nessa ampliação⁴⁰ liberalizante da ALADI e no contexto do regionalismo aberto. Mesmo com a ampliação de acordos bilaterais no âmbito da ALADI, o México continuou exportando cada vez mais para seu principal parceiro comercial, os EUA. Divergências de expectativas comerciais e diferenças de percepções sobre as etapas da integração regional colocavam o Mercosul e o México em situações divergentes. O Mercosul defendia ir além de uma área de livre comércio entre os membros do bloco. Como apontado, o México ampliava os acordos bilaterais sob o guarda-chuva da ALADI, enquanto o Mercosul era mais reticente.

A iniciativa do México em esboçar negociações com o Mercosul visava à multilateralização dos acordos comerciais bilaterais, mas também representava uma tentativa política de minimizar a visão de que o país havia “virado as costas” para a América Latina, principalmente para a América do Sul. Os países membros do Mercosul também tinham visões

⁴⁰ Entre Brasil e México, o ACE-53 foi pensado para ser implementado em etapas e prevê a redução progressiva das tarifas entre os dois países, de modo a promover o comércio e a integração econômica. Em resumo, o acordo funciona da seguinte forma: os dois países elaboram suas próprias listas de produtos para serem concedidas as preferências tarifárias, discutem entre si se concordam ou não e, ao final, elaboram uma tabela conjunta com o nome de cada produto, o código desses produtos na ALADI e o percentual de preferência tarifária que cada país irá dar para cada um desses produtos da lista conjunta. Posteriormente, essa lista é anexada ao Acordo e pode ir sendo atualizada com a inserção ou retirada de produtos e com mudanças nos percentuais de preferências tarifárias concedidas. No sentido ideal do acordo, espera-se justamente a ampliação dessa tabela com cada vez mais produtos e maiores preferências tarifárias. Foi justamente na década de 1990 que a ideia de acordos setoriais foi migrando para a ideia de fortalecer acordos de livre comércio mais amplos, ou seja, buscar convergências dos acordos bilaterais.

distintas. O Brasil, por exemplo, era mais fechado quanto à negociação com os mexicanos e ainda reticente diante da escolha do México de apostar no regionalismo aberto com uma forte relação com os EUA.

Em dezembro de 1997, frente aos entraves, o Conselho do Mercado Comum deliberou que as nações do Mercosul poderiam decidir de forma autônoma sobre a extensão dos acordos bilaterais com o México. O Brasil escolheu não estender tais acordos, em contraste com Argentina, Paraguai e Uruguai, gerando uma espécie de desconforto na relação bilateral com o México. O status do México no Mercosul continua sendo apenas de membro observador, apesar de ter tentado (e malogrado) ser membro associado⁴¹ (como mostraremos adiante).

Em agosto de 2002, no final do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o embaixador e então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, afirmou que Brasil e México tinham dado início a um acordo de livre comércio entre os dois países, o qual seria levado adiante com ou sem a participação dos outros membros do Mercosul (México [...], 2002). A pressa de Sérgio Amaral ia de encontro ao ordenamento do bloco, no qual acordos de livre comércio de países do bloco com terceiros deveriam ser negociados e implementados junto aos demais membros. Em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, Sérgio Amaral dava alguns detalhes do possível acordo de livre comércio com o México:

O mais razoável será negociarmos juntos, os quatro sócios do Mercosul, desde o início. Apesar das realidades distintas, os nossos sócios também estão empenhados em abrir mercados para suas exportações", explicou Amaral. De acordo com o ministro, as principais travas nessas negociações entre o México e o Brasil tendem a desaparecer com a disposição dos setores de calçados, de móveis, de têxteis e de eletrônicos de promover parcerias estratégicas. Trata-se das áreas mais sensíveis nessas discussões. Em princípio, a ideia será o estímulo à criação de joint ventures, que permitam ao Brasil elevar suas exportações de insumos, de serviços de tecnologia e de máquinas e equipamentos ao México. Dessa forma, o Brasil pretende contornar barreiras atualmente impostas pelos Estados Unidos, onde os produtos mexicanos ingressam com tarifa zero (México [...], 2002).

A tentativa de o México se tornar membro associado do Mercosul foi inicialmente atabalhoada e tinha caráter mais político do que comercial, como mostraremos nos próximos capítulos. É importante destacar que as discussões sobre a ALCA, as impressões dos resultados

⁴¹ De acordo com o site oficial do Mercosul: "Os Estados Associados são aqueles membros da ALADI com os quais o Mercosul subscreve acordos de livre comércio, e que posteriormente solicitam ser considerados como tais. Os Estados Associados estão autorizados a participar nas reuniões de órgãos do Mercosul que tratem temas de interesse comum. Essa é a situação atual do Chile, Colômbia, Equador e Peru. Também, podem ser Estados Associados aqueles países com os quais o Mercosul celebre acordos com amparo no artigo 25 do Tratado de Montevidéu 1980 (TM80) (acordos com outros Estados ou áreas de integração econômica da América Latina). Tal é o caso da Guiana e Suriname." Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercopol/>. Acesso em: 24 fev. 2022.

iniciais do NAFTA, o crescimento da percepção de distanciamento do México em relação à América Latina e tantos outros temas da segunda metade da década de 1990 também compartilhavam o contexto histórico com o avanço do Mercosul e a ideia do governo brasileiro de ampliar sua zona de influência na América do Sul. Ao relembrar momentos do final da década de 1990 sobre a opção brasileira de focar politicamente na América do Sul, o ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia (2010) cita situações com a diplomacia argentina e lembra que:

Conversamos muito sobre a questão do México também e coincidimos que a nossa primeira prioridade deveria ser os países da América do Sul e que o México não deveria ter um papel fundamental. A Argentina coincidiu conosco nesse assunto, de maneira que evitamos que pudesse haver aí um problema triangular delicado (Lampreia, 2010, p. 200).

Foi nesse momento de expansão de um novo espaço sul-americano que o Brasil convocou⁴² líderes dos países da região para ampliar o diálogo, a fim de criar uma América do Sul mais integrada em temas comerciais, mas também um espaço para discussão e elaboração de projetos nas áreas de segurança regional, infraestrutura e respeito às regras democráticas.

A estratégia brasileira de organizar uma reunião com os países da América do Sul foi percebida como uma tentativa de dividir o processo de liderança nas negociações da ALCA com o México, visto como muito próximo politicamente aos EUA, o que poderia influenciar diretamente nas negociações do acordo. A proximidade política, ademais, era somada ao alto grau de dependência econômica dos mexicanos em relação ao mercado do seu vizinho do norte.

[...] FHC disputará com Vicente Fox, presidente eleito do México, a liderança latino-americana nas questões futuras da Alca, a Área de Livre Comércio das Américas. Na próxima quinta, pela primeira vez na história, os 12 presidentes da América do Sul se reúnem em Brasília. [...] Na OEA, os Estados Unidos conduzem o jogo, ainda que nem sempre vençam. Nos demais, Brasil e México disputam espaço. Com a invenção do fórum sul-americano, o Brasil fica mais à vontade para aspirar à liderança. Dentro do jogo diplomático, onde tudo é previamente acertado, o Brasil organizou a reunião de forma a evitar confrontos (Soliani; Nogueira, 2000).

Na visão brasileira, os interesses dos mexicanos nas negociações da ALCA dificilmente convergiriam com os interesses do Brasil ou do Mercosul. Uma reportagem da Folha de São Paulo de agosto de 2000 retrata um pouco o clima entre as chancelarias do Brasil e do México e o imbróglio mexicano diante da Reunião de Presidentes da América do Sul:

[...] o presidente eleito Vicente Fox se disse enciumado com a exclusão [...]. Antes do desfecho do convite, a Embaixada do México em Brasília preparara uma manifestação

⁴² Primeira Reunião de Presidentes da República da América do Sul, ocorrida em Brasília nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2000 e a Segunda Reunião de Presidentes da América do Sul (Guayaquil, 26 e 27 de julho de 2002), ver: CARDOSO, Fernando Henrique (2002).

de seu mal-estar. Organizou para a noite de encerramento da reunião dos presidentes, sexta-feira, um encontro do Conselho de Empresários da América Latina. Local: na embaixada, a partir das 20h. Recado: mostrar que enquanto o Brasil esconde intenções e apresenta pauta vaga sobre democracia e estradas, como disse um diplomata boliviano, o México reúne empresários, produção, comércio — o que interessa [...]. A embaixada mexicana em Brasília e diplomatas de outros países sul-americanos ouvidos pela Folha foram taxativos na avaliação das intenções brasileiras. O governo FHC, disseram, quer enfraquecer a liderança natural do México nas futuras negociações da ALCA, pelo fato de os mexicanos serem hoje o país latino politicamente mais próximo dos EUA (Enciumado [...], 2000).

O cenário diplomático e comercial do continente americano indicava que o NAFTA era um projeto sem volta. A América Central também embarcaria em um acordo de livre comércio devido à influência que o México e os EUA exerciam na região, e países menores da América do Sul não teriam muito a perder ao aderirem à ALCA (Magalhães, 1999).

É importante destacar que o cenário político-econômico da América Latina na década de 1990 também fortalecia a ideia de que a aproximação com os EUA e a liberalização comercial eram quase inevitáveis: além de o México ter se aproximado significativamente dos EUA e o NAFTA ter entrado em vigor, a Argentina também estava interessada em uma maior aproximação política e econômica com os EUA (Magalhães, 1999, p. 43).

O discurso do México era de apoio ao livre comércio, mas, ao mesmo tempo, questionava as vantagens que teria ao apoiar que os demais países da região tivessem justamente as mesmas preferências comerciais do NAFTA. Como apontam Sennes e Ortiz Mena (2005, p. 240): *"A México no le interesa pues tiene acceso privilegiado al mercado de Estados Unidos, y no le conviene que se erosionen sus preferencias arancelarias"*. Ter acesso privilegiado aos EUA era um feito que o governo mexicano acreditava ser uma vantagem comparativa diante dos outros países latino-americanos.

A entrada em vigor do NAFTA fez aumentar a comparação de que esse acordo era um embrião da ALCA, o início de um projeto de livre comércio que englobaria todo o continente americano. As vantagens tarifárias que o México tinha com EUA e Canadá colocavam os mexicanos em uma situação complicada: além de receberem fortes críticas acusando-os de burlarem as regras da ALADI ao não concederem as mesmas vantagens tarifárias do NAFTA aos países da América Latina, o México ainda tentava entender qual seria a vantagem da ALCA para o país, já que perderia a exclusividade dos benefícios tarifários de acesso ao mercado dos EUA e Canadá proporcionados pelo NAFTA.

A ideia da ALCA como sendo uma ampliação natural do NAFTA era vista com receio pelo México, pois o país perderia a vantagem comparativa das tarifas e passaria a ter mais concorrentes latino-americanos no acesso ao mercado da América do Norte. Do ponto de vista do governo mexicano, a ALCA poderia representar um aumento da concorrência na disputa do

mercado de exportações para a América do Norte e resultaria na perda de exclusividade comercial que o México mantinha com os norte-americanos. Dessa forma, as reticências do México em "naftalizar" a América Latina (ou latino-americanizar o NAFTA) podem ser explicadas por motivos em duas áreas: econômica e política.

- a) Do ponto de vista econômico, o México pretendia manter as vantagens tarifárias conquistadas com o NAFTA e ter acesso privilegiado ao mercado consumidor dos EUA. Com a ALCA, os mexicanos perderiam a vantagem comparativa tarifária diante dos concorrentes da região. Essas vantagens aumentavam a competitividade dos produtos mexicanos no mercado estadunidense em relação aos produtos de outros países latino-americanos. Com o NAFTA, o México acreditava que poderia ser uma espécie de "hub" para o fluxo de mercadorias da América Latina para os EUA e dos EUA para a América Latina, além de ser um "hub" na firma de acordos bilaterais com os países latino-americanos para que tivessem acesso ao mercado mexicano. Nesse sentido, o México queria ser a ponte e a plataforma da América Latina para a América do Norte (Florêncio, 1996; Sennes; Ortiz Mena, 2005). Ao México interessava manter suas margens de preferência; caso contrário, implicaria o livre acesso de produtos de outros países da América Latina aos EUA.
- b) Do ponto de vista político, o México era mais discreto na recusa à ALCA, pois não tinha interesse em "gastar" capital político diante do seu principal parceiro comercial, especialmente considerando que, na mesa de negociação do NAFTA, ainda havia o interesse mexicano de incluir outros temas no acordo, como a livre circulação de pessoas (Castro; Lima, 2005).

Como já apontamos, a relação bilateral México-EUA é uma variável relevante na relação do México com a América Latina. É importante relacionar o NAFTA não apenas à maior aproximação do México aos EUA, mas também entendê-lo como um projeto de transbordamento das ideias do liberalismo econômico, amplamente disseminadas pelos EUA na América Latina e influenciando as políticas econômicas dos governos na época. Outro ponto interessante foi o crescimento do México como uma espécie de país-exemplo da América Latina no relacionamento com o governo dos EUA. Bom ou ruim para o México, o NAFTA cumpria a função de ampliar a liberalização comercial entre os países do bloco e mostrava o caminho que os EUA estavam dispostos a seguir nas relações com outros países da América Latina.

A defesa do livre comércio estava fortemente relacionada a ideias democráticas e, portanto, era tida como fundamental para melhorar a qualidade da democracia nos países latino-americanos. As críticas à ALCA, por exemplo, não eram direcionadas apenas ao acordo em si;

não se limitavam a apontar as consequências negativas que o acordo poderia trazer para alguns setores da economia com a livre circulação de mercadorias, mas constituíam uma crítica (ou alerta) mais conjuntural sobre o que não estava explícito na letra do texto da ALCA. Não se tratava apenas da defesa da ampliação do livre comércio com redução de barreiras tarifárias, isenções alfandegárias ou padronização de regras para importação e exportação de produtos, mas de uma propagação embutida de ideias que transbordavam para reformas estruturantes nos campos político, fiscal, social ou econômico.

É importante destacar que a ALCA era um projeto político e econômico liderado pelos EUA, mas era apenas mais um projeto de relativa importância para eles: a ALCA era importante, mas não era fundamental; a América Latina era importante, mas também não era uma região prioritária para os EUA. O interesse geopolítico pela região latino-americana era significativo, porém menos expressivo do que em relação à Europa e ao Sudeste Asiático, por exemplo (Tabío; Martínez, 2002).

O contexto internacional de expansão dos fluxos de capitais e produção, e o avanço do regionalismo comercial, eram os fatores que mais davam relevância à ALCA. Nesse sentido, o México adquiriu maior importância para os EUA por causa do NAFTA — justamente por razões econômicas, como fluxos comerciais e investimentos diretos. Outros temas, como migrações e narcotráfico, começaram a ser tratados a reboque dos assuntos econômicos. Nesse contexto de perda relativa de importância da América Latina para os EUA, a criação do NAFTA contribuiu para canalizar as atenções dos EUA para esse acordo. Luis Tabío e Jorge Martínez (2002) destacam que:

É importante considerar que, a partir do NAFTA, fortalece-se a inter-relação das economias do México e do Canadá com os Estados Unidos, deixando em segundo plano os demais países da América Latina e do Caribe. A incorporação do México ao 'Norte', com sua inserção na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), implica uma nova forma de enxergar o 'Sul' do hemisfério, desde a fronteira estadunidense, com todas as suas consequências. Naturalmente, nessa redefinição atuam tanto enfoques econômicos quanto político-ideológicos e até culturais, que modificam a percepção tradicional do México como fronteira geográfica, econômica e cultural (Tabío; Martínez, 2002, p. 305-306).

Portanto, considera-se que, além de a América Latina ter tido uma perda relativa de importância para os EUA, o México passou a ter uma imagem representativa de como os países latino-americanos deveriam “ser” economicamente. Como apontam Tabío e Martínez (2002, p. 306): “*En un grupo reducido de países encabezados por México, se comenzaba a perfilar una nueva visión hacia la región*”.

A entrada em vigor do NAFTA, além de criar uma simbiose econômica com a América do Norte, também ampliou uma interdependência assimétrica do México com os EUA. Para os

críticos, devido à globalização econômica e à desregulamentação dos fluxos de produção, a sensibilidade a fatores externos aumentou e houve redução da capacidade do Estado de promover áreas consideradas estratégicas para o país, já que a dinâmica de abertura comercial colocava o aumento de produtividade como elemento central na alocação de recursos, com o objetivo final de obter o menor preço e o maior lucro. Já para os mais otimistas, acordos comerciais tendem a produzir avanços institucionais importantes, incluindo regras mais estáveis e menos sujeitas a influências políticas ou privadas, além de reduzir as falhas do Estado. Eles também forçam os países a desenvolverem vantagens competitivas reais através da concorrência direta, sem recorrer a medidas distorcidas. Acordos comerciais permitem maior acesso a mercados externos e fornecem um balizamento importante para a política industrial em um mundo globalizado.

Sennes e Mena (2005, p. 224) apontam que “*en términos de geopolítica, puede decirse que México buscó aliarse con Estados Unidos (bandwagon)*”. Diante dos impasses da ALCA, os EUA optaram pelo avanço de acordos bilaterais. O bilateralismo comercial dos EUA na região reduzia o poder de barganha dos países, já que era muito difícil competir com o mercado estadunidense. A preocupação do México fazia sentido, pois o impacto de uma área de livre comércio com os EUA é diferente para cada país. Nesse dilema da ALCA durante a década de 1990, o México focou na expansão de acordos bilaterais e nas análises dos erros e acertos do NAFTA (Palacios; Covarrubias, 2011).

A década de 1990 influenciou de forma significativa a percepção do México como atrelado e dependente dos EUA, um país que fez uma opção política e econômica de se alinhar cada vez mais ao seu vizinho do norte. Para Covarrubias (2016), a opção por aumentar a importância na relação bilateral com os EUA fez com que, não só o México, mas também outros países da região latino-americana, reduzissem a importância que davam para a América Latina. Não é uma opção excludente; ou seja, optar por uma política externa que privilegie a relação bilateral com os EUA não exclui a relação com a região latino-americana, mas leva a uma redução no engajamento político-diplomático. O próximo capítulo aborda a política externa do México no início dos anos 2000, com a vitória de Vicente Fox (2000-2006).

3.3 Desafios e dilemas da política comercial de Zedillo para a América Latina

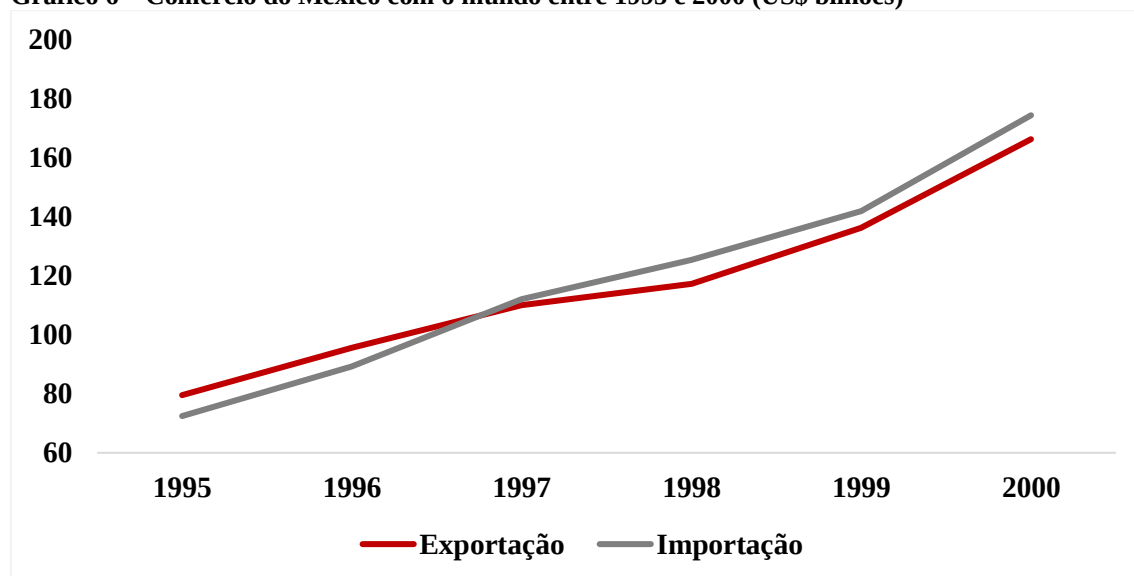
O governo de Zedillo, que coincidiu com o início e a consolidação do NAFTA, consolidou uma postura de abertura econômica que visava à maximização das exportações, especialmente para o mercado norte-americano. Isso não só fortaleceu o fluxo de comércio, como também intensificou a dependência econômica do México em relação aos EUA. Essa

dependência trouxe vantagens, como o rápido crescimento das exportações e o estímulo à modernização do setor manufatureiro, que se tornaria uma das principais fontes de crescimento econômico do país. Entretanto, gerou também uma vulnerabilidade crescente, uma vez que o desempenho econômico mexicano passou a depender fortemente das flutuações da economia norte-americana.

Como veremos a seguir, o período do governo Zedillo mostra uma tendência de crescimento nas exportações e importações ao longo dos anos. Esse aumento coincide com o período de liberalização econômica mexicana, caracterizado pela intensificação das atividades de manufatura voltadas para exportação e pela importação de produtos, o que reflete uma integração crescente do México à economia global. A análise dos dados entre 1995 e 2000 revela um México em fase de intensificação de sua política de abertura econômica. Esse período reflete o impacto do NAFTA, que trouxe um aumento expressivo nas exportações mexicanas. Apesar desse crescimento, a participação relativa da América Latina no comércio exterior mexicano diminuiu, evidenciando uma reorientação estratégica do México para mercados fora da região.

Durante o governo Zedillo, o México se aproveitou das oportunidades de liberalização e integrou-se à economia mundial, em especial ao mercado norte-americano, embora o comércio com a América Latina tenha continuado em crescimento absoluto, mas com menor representatividade relativa. Essa orientação estratégica reforça o papel do México de priorizar mercados ao norte do continente mas, ao mesmo tempo, manter vínculos comerciais com seus vizinhos latino-americanos, ainda que secundário, como veremos a seguir:

Gráfico 6 – Comércio do México com o mundo entre 1995 e 2000 (US\$ bilhões)

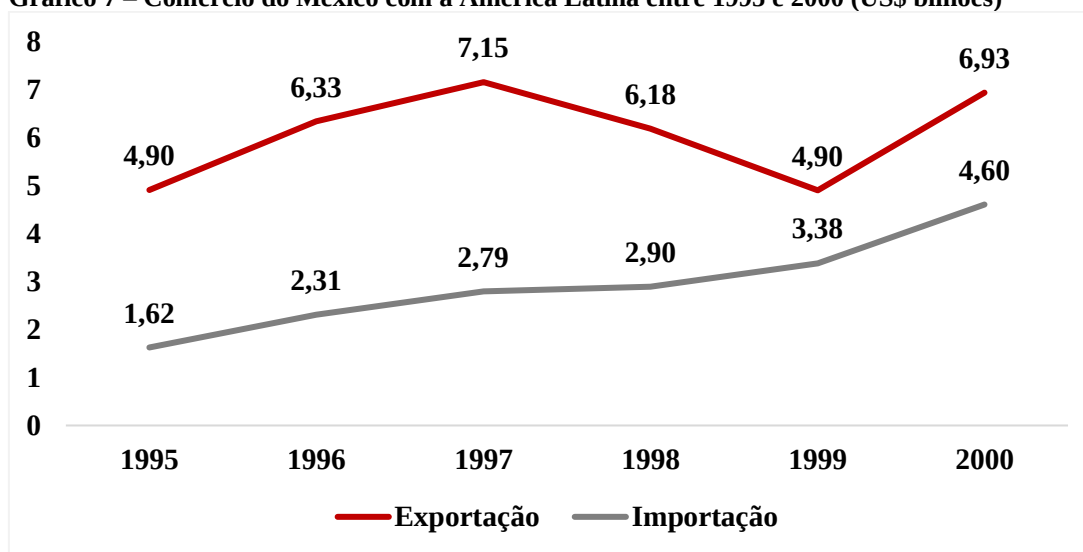


Fonte: Comtrade.

Em 1995, as exportações do México totalizaram US\$ 79,5 bilhões e aumentaram progressivamente ano a ano, chegando a US\$ 166,3 bilhões em 2000. As importações cresceram de maneira similar, de US\$ 72,5 bilhões em 1995 para US\$ 174,4 bilhões em 2000. Esse aumento no comércio exterior ressalta o fortalecimento da indústria de manufatura voltada para exportação, bem como aumento de produtos importados, elementos característicos de um país em processo de modernização econômica e de abertura ao comércio global

Outro ponto importante é o crescimento constante das exportações mexicanas e da América Latina, tanto em termos de comércio intrarregional quanto global. Isso reflete um contexto de maior liberalização e integração econômica, não apenas para o México, mas para a região como um todo, o que impulsionou o comércio intrarregional, mesmo que em um nível mais modesto comparado ao comércio com o mercado global. O Gráfico 7, a seguir, indica os valores de exportação e importação do México com a América Latina no período de 1995 a 2000.

Gráfico 7 – Comércio do México com a América Latina entre 1995 e 2000 (US\$ bilhões)

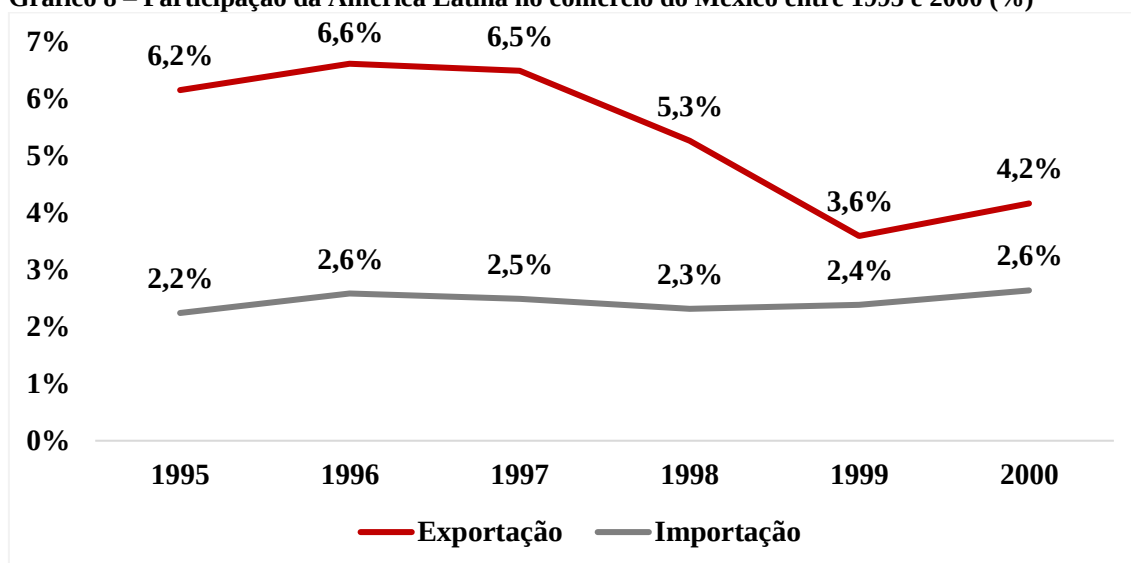


Fonte: Comtrade.

As exportações mexicanas para a América Latina aumentaram em termos absolutos, de US\$ 4,9 bilhões para US\$ 6,93 bilhões entre 1995 e 2000, assim como as importações, que cresceram de US\$ 1,62 bilhão para US\$ 4,6 bilhões no mesmo período. Esse crescimento, no entanto, ficou aquém do comércio com os EUA, refletindo a prioridade dada à consolidação do mercado norte-americano e uma percepção de que o comércio com a América Latina, embora relevante, não proporcionava as mesmas oportunidades de expansão econômica. Enquanto o governo mexicano mantinha diálogos e acordos comerciais com a América Latina, como ilustrado pelo aumento gradual das exportações e importações com a região, esses esforços eram minimizados pelos interesses econômicos concentrados no NAFTA.

Para compreender a relação de importância do comércio entre o México e a América Latina, vejamos a seguir os gráficos 8 e 9 que mostram o percentual de participação da América Latina no comércio do México e o percentual de participação do México no comércio da América Latina.

Gráfico 8 – Participação da América Latina no comércio do México entre 1995 e 2000 (%)

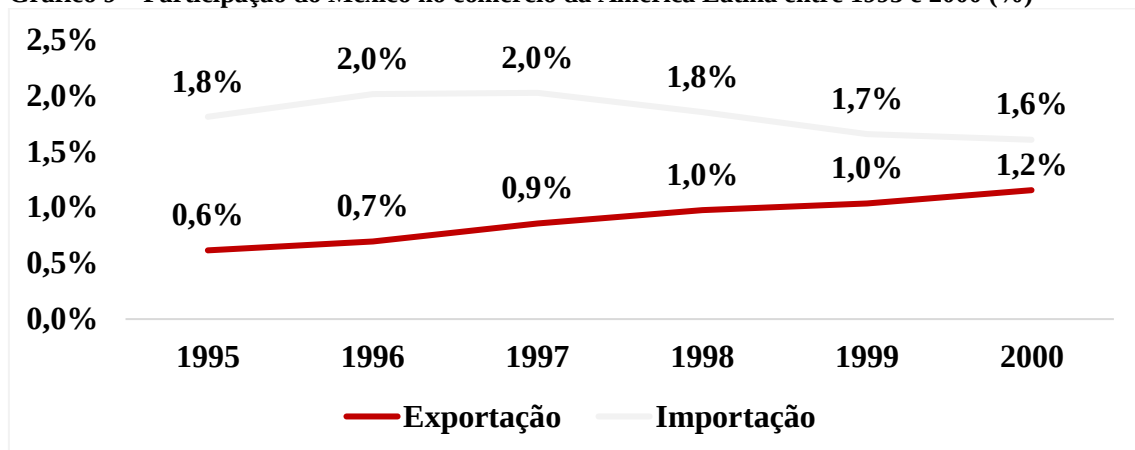


Fonte: Comtrade.

A trajetória das exportações do Gráfico 8 sugere que, apesar de um leve aumento inicial, o México gradativamente reduziu a proporção de suas exportações destinadas à América Latina ao longo do período, com uma leve recuperação no final. Esse comportamento reflete a reorientação comercial mexicana em direção aos EUA e ao mercado global, promovida pelo NAFTA. Já nas importações, a estabilidade dessa linha sugere que, enquanto o México aumentava as importações de outras regiões, a América Latina manteve uma posição secundária como origem das importações mexicanas, refletindo a dependência do México de outros mercados, especialmente dos EUA, para atender suas necessidades de importação.

A estabilidade das importações do México da América Latina (2,2% a 2,6%) sugere que a região é uma fonte secundária de insumos e produtos para o mercado mexicano. Essa estabilidade pode indicar que as economias latino-americanas oferecem bens que não competem diretamente com as importações provenientes de mercados mais desenvolvidos. Principalmente a partir do NAFTA, o México passou a consolidar uma base industrial voltada para exportações, enquanto muitas economias da América Latina são exportadoras de commodities. Essa diferença limitou a profundidade da integração comercial. A queda da participação da América Latina no comércio mexicano pode ser explicada pela integração econômica do México com os Estados Unidos.

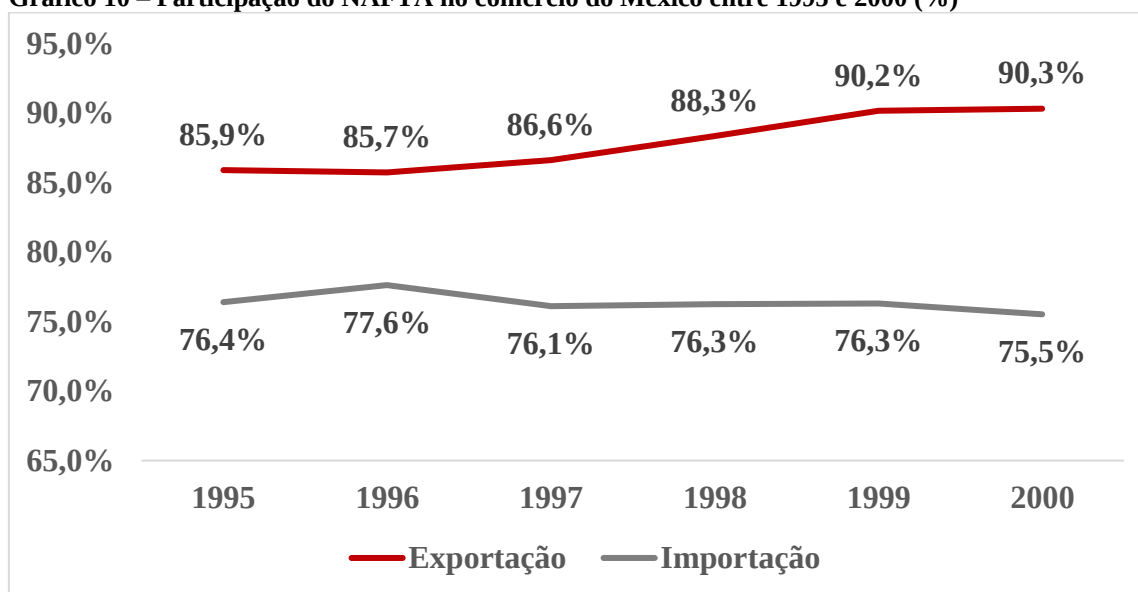
Gráfico 9 – Participação do México no comércio da América Latina entre 1995 e 2000 (%)



Fonte: Comtrade.

O Gráfico 9 mostra a participação percentual do México no comércio total da América Latina durante o mesmo período. A participação do México nas exportações totais da América Latina aumentou gradualmente de 0,6% em 1995 para 1,2% em 2000. O crescimento da participação do México no comércio da América Latina, mesmo que modesto, aponta para uma maior inserção do país como fornecedor de produtos de maior valor agregado para a região. A baixa participação do México no comércio da América Latina reflete os desafios de complementaridade econômica.

No Gráfico 8, enquanto o México reduz sua dependência das exportações para a América Latina (queda de 6,6% para 4,2%), ele aumenta gradualmente sua participação no comércio latino-americano (0,6% para 1,2% em exportações e 1,8% para 2% em importações até 1997). A análise dos gráficos reforça a ideia de que o regionalismo latino-americano enfrentou limitações durante esse período. Embora o México tenha buscado parcerias regionais, a integração com a América do Norte reduziu a prioridade dada à América Latina em sua política comercial. Por outro lado, o comércio do México com o NAFTA mais do que dobrou no período do governo Zedillo. As exportações, por exemplo, saíram de US\$ 68 bilhões em 1995 para US\$ 150 bilhões no ano 2000 (CITAR FONTE). Como mostra o gráfico abaixo, no início do governo Zedillo o NAFTA representava o destino de quase 86% de todas as exportações mexicanas, ultrapassando os 90% no ano 2000.

Gráfico 10 – Participação do NAFTA no comércio do México entre 1995 e 2000 (%)

Fonte: Comtrade.

Esse padrão ilustra as limitações da integração comercial latino-americana e ressalta a necessidade de políticas que promovam maior complementaridade econômica e diversificação das relações comerciais para reduzir a dependência de mercados externos e fortalecer os laços regionais. A baixa participação pode ser vista como uma oportunidade perdida para o México ampliar sua liderança econômica e política na América Latina.

O governo Zedillo adotou uma abordagem pragmática ao colaborar com países latino-americanos em algumas frentes comerciais e políticas, mesmo que de forma limitada. Havia um reconhecimento da importância de manter o diálogo e o comércio com a América Latina, especialmente em um contexto de crescente globalização e liberalização econômica. A ampliação modesta do comércio com países latino-americanos, refletida no aumento das exportações para a região, demonstra um interesse residual, mas estratégico, de manter a América Latina como parte da esfera de influência mexicana, embora de maneira complementar ao eixo norte-americano.

A política comercial do governo Zedillo pode ser caracterizada por um pragmatismo econômico que priorizava a integração com mercados desenvolvidos, como o dos EUA, ao mesmo tempo que buscava manter uma presença na América Latina. Esse pragmatismo revelou-se eficaz no curto prazo, ao fomentar o crescimento das exportações e atrair investimentos estrangeiros diretos. Embora exitosa em consolidar o México como uma potência exportadora, também expôs o país a desafios que emergiriam com mais força nas décadas seguintes, incluindo a necessidade de diversificação de mercados e o fortalecimento de uma integração econômica mais equilibrada com seus vizinhos latino-americanos.

Como mostramos, Zedillo adotou postura ambígua em relação à América Latina: por um lado, buscando manter laços diplomáticos e comerciais com seus vizinhos regionais, e, por outro, priorizando a aliança com os EUA como motor principal de crescimento econômico. Esse paradoxo mostra-se particularmente revelador dos limites e tensões na política externa do México para a América Latina, colocando em evidência as contradições entre uma identidade regional compartilhada e os interesses nacionais pautados pela proximidade com o mercado norte-americano.

A política externa de Zedillo para a América Latina foi caracterizada por uma postura de apoio ao regionalismo, embora essa aproximação fosse frequentemente secundarizada em favor das demandas impostas pelo NAFTA. Essa ambiguidade manifesta-se no fato de que, apesar dos laços históricos e culturais profundos com a América Latina, o México sob Zedillo investiu mais recursos e capital político em fortalecer sua relação com os EUA do que em iniciativas de integração profunda com países latino-americanos.

Essa postura pode ser interpretada como um reflexo da política de “dependência estratégica” do México em relação ao mercado norte-americano, que, embora tivesse vantagens econômicas no curto prazo, também diminuía sua capacidade de influenciar autonomamente os rumos do regionalismo latino-americano. Em outras palavras, a política de Zedillo para a América Latina não tinha o mesmo ímpeto de países como o Brasil ou a Argentina, que viam na integração regional uma alternativa estratégica para a autonomia. A política externa do México para a região, portanto, ficava restrita a uma posição de suporte e de contenção, na qual a participação mexicana em iniciativas latino-americanas era condicionada pela sua compatibilidade com as políticas derivadas do NAFTA.

Enquanto o Brasil emergia como líder regional e fomentador de blocos como o Mercosul, o México, sob Zedillo, optou por uma inserção dependente do comércio com os EUA, reduzindo seu papel de liderança na América Latina e perdendo a oportunidade de reforçar sua influência no espaço latino-americano. Essa escolha estratégica teve repercussões políticas, pois enfraqueceu a percepção do México como um mediador e líder potencial na região, ao mesmo tempo em que contribuía para o fortalecimento de uma agenda regional em que o México era visto como relativamente ausente ou desinteressado.

Em suma, a política comercial externa do governo Zedillo e sua política externa para a América Latina revelam uma abordagem instrumental, onde a América Latina ocupa uma posição secundária, mas ainda relevante. Ao priorizar os EUA e o NAFTA como seu principal referencial econômico, o México fez uma escolha de integração econômica que, ao mesmo tempo que trouxe benefícios, reduziu sua posição de uma liderança mais ativa e autônoma na América Latina. Essa postura pragmática, ainda que economicamente viável, gerou um

distanciamento político e enfraqueceu os laços regionais do México, evidenciando uma política externa marcada pela tensão entre a identidade latino-americana e os interesses de uma economia fortemente dependente dos EUA. Essa ambivalência define o legado de Zedillo para a política externa mexicana, caracterizada por um equilíbrio instável entre aspirações regionais e realidades econômicas.

O período de governo de Ernesto Zedillo representou um marco na política externa mexicana, caracterizado pela intensificação da integração com os EUA e pelo uso do bilateralismo como estratégia de inserção na América Latina. Essa postura pragmática permitiu ao México expandir seus vínculos econômicos e manter uma presença diplomática na região, mas às custas de uma integração regional mais profunda. As tensões com a ALADI e a adoção dos ACEs refletem as tentativas de Zedillo de equilibrar as demandas dos EUA com as expectativas da América Latina, mas também evidenciam as limitações dessa abordagem para a autonomia e liderança regional do México. A continuidade desse modelo colocou o país em uma posição única, mas ambivalente, na política internacional latino-americana, ressaltando o desafio de conciliar interesses econômicos globais com identidades regionais.

4 VICENTE FOX (2000-2006): A EXPANSÃO COMERCIAL E O DISTANCIAMENTO POLÍTICO

Este capítulo aborda o governo de Vicente Fox (2000-2006) e as tensões diplomáticas que surgiram com países da América Latina, especialmente Cuba e Venezuela. Fox buscou uma relação próxima com os EUA, promovendo uma política de direitos humanos e democracia que resultou em atritos com governos latino-americanos. O governo de Fox expõe as dificuldades do México em construir uma posição de liderança na América Latina enquanto aprofundava sua relação com os EUA. Os conflitos com países de esquerda e o distanciamento das iniciativas regionais indicam os limites da capacidade do México de harmonizar seu modelo de “regionalismo aberto” com os interesses latino-americanos. O governo Fox aprofundou a política de aproximação com os EUA, enquanto os conflitos diplomáticos com Cuba e Venezuela revelaram as tensões entre a defesa de valores democráticos e a necessidade de inserção regional. O distanciamento de Fox da América Latina expôs as limitações do México em exercer uma liderança regional, ao priorizar a integração norte-americana. A análise do governo Fox destaca o distanciamento do México dos blocos latino-americanos e reforça o argumento de que a dependência dos EUA limita a autonomia mexicana na região. Esse capítulo contribui para o objetivo de avaliar como o México enfrentou barreiras ideológicas e diplomáticas ao tentar fortalecer sua posição regional.

Neste capítulo, analisam-se as principais características e mudanças na política externa do México para a América Latina e o Caribe durante o mandato do ex-presidente Vicente Fox (2000-2006) e os principais impactos no relacionamento com alguns países da região. Quando Fox chegou ao poder, o México já estava inserido em um regime regional de cooperação econômica (NAFTA). A liberalização política e a lenta construção de uma democracia eleitoral no México, que possibilitaram a alternância de poder no nível presidencial em 2000, levaram a uma mudança na imagem do país. No entanto, os persistentes déficits democráticos continuaram gerando efeitos negativos na política externa mexicana, afetando significativamente a credibilidade internacional do país.

4.1 Transição Democrática e a Nova Imagem Internacional do México

Durante os seis anos em que Vicente Fox esteve na presidência, dois chanceleres passaram pela SRE: Jorge G. Castañeda⁴³, de dezembro de 2000 a janeiro de 2003, e Luis Ernesto Derbez⁴⁴, de janeiro de 2003 a dezembro de 2006. A administração Fox tinha a vantagem de ser a "nova" imagem de um país que inaugurava um avanço na democratização mexicana após décadas de regime priísta no poder. Se a transição democrática exige, como um dos elementos, a alternância de poder entre partidos políticos, ao menos o PAN tinha essa defesa argumentativa para si.

Durante esta administração, apostamos em aumentar o protagonismo de nosso país na definição da nova agenda internacional. Pergunto, nosso papel deve se limitar a participar dos debates multilaterais? Como uma democracia que aspira à liderança regional, não deveríamos assumir um papel mais ativo e comprometido? (Derbez, 2004, p. 16, tradução nossa).

A política externa para a América Latina do governo Fox foi direta e indiretamente afetada pelas mudanças macroestruturais da política externa, com foco nos direitos humanos, na ampliação da parceria com os EUA e na tentativa de uma maior participação nas instituições internacionais. Em 2004, na RMPE, produzida pela SRE, o chanceler Ernesto Derbez deixava claras as intenções daquela administração:

⁴³ Economista, doutor em História Econômica pela Universidade de Paris I e um dos analistas políticos mais conhecidos e influentes do México. Personagem importante na mudança da política externa mexicana durante o governo Fox, principalmente no tocante à estratégia de aproximação com os EUA e a relação com a América do Sul. É filho de Jorge Castañeda y Álvarez de la Rosa, chanceler de 1979 a 1982 durante o governo de José López Portillo (1976-1982). Em 2006, Jorge Gutnam Castañeda tentou ser candidato independente (sem estar vinculado a um partido político) à presidência do México, mas teve seu pedido negado pela justiça mexicana.

⁴⁴ Antes de entrar no governo Fox, Derbez havia trabalhado quatorze anos no Banco Mundial. Durante o período em que esteve à frente da Secretaria de Economia, participou ativamente das negociações comerciais dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC), liderou as negociações na Rodada Doha e sua respectiva reunião em Cancún, em 2003, e foi chanceler durante o conturbado período de discussões no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a invasão dos EUA ao Iraque em 2003. Como chanceler, o México assinou o tratado de livre comércio com Uruguai e Japão e liderou, com Argentina, Paquistão e Itália, o grupo “Unidos pelo Consenso” ou “*Coffe Club*” (UN, 2005) ampliar e reformar (UNSC, c2022) o Conselho de Segurança da ONU – o que trouxe oposição à proposta do Grupo dos 4 (G-4), do qual o Brasil faz parte com Alemanha, Japão e Índia (Marim, 2007).

Mas com quem e como devemos nos integrar? Minha resposta é que, em termos políticos, devemos buscar uma maior integração com a América Latina e o Caribe; econômica e tecnologicamente, nosso foco deve se dirigir especialmente para a América do Norte e, como forma de impulsionar o desenvolvimento e o crescimento a longo prazo, devemos apostar em nos aproximar dos países asiáticos, em especial da China, além de aproveitar melhor nossa associação estratégica com os países europeus. [...] A experiência do NAFTA nos indica que nosso olhar deve se voltar para a América do Norte. Como país, ainda não decidimos que tipo de relação queremos construir e como podemos aproveitar de forma mais efetiva nossa vizinhança (Derbez, 2004, p. 20-21, tradução nossa).

Com relação ao tema dos direitos humanos, o governo julgou necessário criticar a falta de abertura política em Cuba e aumentou o clima de animosidade com a Venezuela de Hugo Chávez. Com os EUA, acreditou que o fortalecimento da parceria estratégica para além do aspecto comercial seria positivo para o país e fortaleceria a ideia do México como "ponte" entre seu vizinho do norte e o continente latino-americano. Entende-se que a política externa do governo Fox deu continuidade ao processo de liberalização econômica iniciado pelos governos priístas, buscou mostrar um México "novo", "democrático" e ampliar sua presença na política internacional defendendo o multilateralismo.

Ao final, a política externa do governo Fox ficou marcada por um distanciamento ainda maior da América Latina e pelo estreitamento na relação bilateral com os EUA. Para o novo governo, a política externa serviria como elemento importante para ampliar internacionalmente a imagem de um país defensor da democracia. Nas palavras de Fox: *“La actual política exterior mexicana es el reflejo externo del mandato de cambio expresado en las urnas el 2 de julio de 2000 y, a la vez, un poderoso instrumento para anclar la transición democrática en el país”* (Fox, 2002, p. 11). Apenas a ampliação dos acordos de livre comércio não era suficiente para modificar a imagem do país no exterior. A mudança passava por advogar e reiterar, no exterior, que o México passaria por mudanças substanciais de liberalização política, respeito aos direitos humanos e ao Estado Democrático de Direito, como afirmou Vicente Fox (2002):

[...] o desmantelamento da bipolaridade foi desfavorável ao México, à medida que as novas prioridades da agenda internacional se centraram precisamente nas fragilidades do país: a falta de democracia, transparência e direitos humanos. Isso provocou um fechamento e perda de liderança. Em segundo lugar, o caminho escolhido nesse novo contexto internacional, a construção de um arcabouço de acordos de livre comércio, ampliou as relações econômicas do país, mas tornou ainda mais evidentes suas limitações em relação à democracia e ao estado de direito (Fox, 2002, p. 12, tradução nossa).

O país passou a apoiar um "internacionalismo liberal" e defendeu uma postura mais ativa no sistema internacional, com o objetivo de mostrar que a mudança de partido político trazia um avanço significativo na democratização do país (Bernardi, 2009; Pérez, 2011). Um

"bilateralismo multilateral" era a estratégia adotada para buscar convergências políticas com países da Europa e América Latina para influenciar temas internacionais (Guajardo, 2008).

Vicente Fox publicou na RMPE os principais eixos que norteariam a política externa do seu governo. Dois eixos destacavam-se: (1) ter "[...] *una actividad más intensa en los foros multilaterales*" e (2) "*profundizar estratégicamente nuestra relación con Estados Unidos y Canadá*" (Fox, 2002, p. 14). Essa relação com os EUA era não só econômica, como havia sido o objetivo do governo Salinas de Gortari; Fox e Castañeda queriam uma integração além da econômica-comercial, ampliada a temas culturais e de livre circulação de pessoas.

O objetivo do México, a longo prazo, é estabelecer com os Estados Unidos, assim como com o Canadá, nosso outro parceiro regional, um conjunto de vínculos e instituições semelhantes aos criados pela UE, com o intuito de abordar temas tão importantes para a futura prosperidade da América do Norte, como a liberdade de movimento de capitais, bens, serviços e pessoas (Fox, 2002, p. 19, tradução nossa).

A estratégia de Fox e Castañeda de estreitar relações com os EUA e o Canadá e firmar um possível acordo na área de imigração foi severamente abalada pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos EUA. Com a Europa e a América Latina, Fox assinalava quais seriam seus parceiros estratégicos: Grã-Bretanha, França, Espanha e Chile. Chamou a inserção do México de um "bilateralismo multilateral" (Fox, 2002, p. 17), no qual prevalecia a estratégia de relação especial com os EUA, mas sem abandonar o multilateralismo, pois via nos regimes internacionais uma ótima oportunidade para mostrar a capacidade da diplomacia mexicana — fortemente baseada no direito internacional — e, além disso, o multilateralismo ajudaria a balancear a política externa diante da ênfase na relação com os EUA (Covarrubias, 2010; Guajardo, 2008).

Segundo Antonio Ortiz Mena (2008), dois acontecimentos podem mostrar que o México, apesar da aproximação com os EUA, ainda assim manteve autonomia em momentos altamente decisivos e importantes para os norte-americanos. O primeiro foi a decisão mexicana de denunciar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) quatro dias antes dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001; o segundo deve-se à recusa da diplomacia mexicana em apoiar a invasão dos EUA ao Iraque em 2003 — justamente no período em que o México ocupava um assento como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Ortiz Mena (2008) ainda acrescenta outro ponto ao defender a aproximação econômica com os EUA através do NAFTA: ao assinar o acordo, a parte mais fraca, o México, passaria a ter certas garantias, segurança jurídica, canais para solução de controvérsias e a previsibilidade de que os custos de uma ação comercial unilateral dos EUA estariam, pelo menos, limitados

pelas regras do acordo. Do ponto de vista multilateral, Ortiz Mena (2008) também cita que o NAFTA pode ter sido um fator que aumentou o poder de barganha do México, ao fazer com que outros países buscassem o governo mexicano para firmar acordos comerciais, aproveitando a oportunidade política de abertura comercial, o “timing” do NAFTA e o receio de perder ainda mais mercado no México para os EUA e o Canadá. Citando o exemplo do "*Acuerdo Global*" (Jiménez; Henderson; Ramos, 2012) do México com a União Europeia, assinado em 1997 (México; Unión Europea, 1997), e do Tratado de Livre Comércio, que entrou em vigor em primeiro de julho de 2000 (Comunicado [...], 2000), Ortiz Mena (2008) afirma:

Antes do NAFTA, o México havia tentado incrementar seus laços comerciais com a Europa, mas sem sucesso, de modo que o tratado pode ser visto como um instrumento que de fato aumentou a capacidade de manobra da política econômica externa do México. Esse instrumento também ampliou o atrativo do México para numerosos países latino-americanos, e foi a partir dele que surgiu uma nova modalidade de interação comercial do México com países da América Central, América do Sul e Oriente (Mena, 2008, p. 158-159, tradução nossa).

Nesse entendimento, portanto, o NAFTA pode ser visto como um contrapeso na balança de poder com os EUA; ou seja, a liberalização econômica teve importante impacto na política externa mexicana. Dessa forma, o ambiente no qual a diplomacia mexicana do governo Fox estava inserida conjugava o avanço da liberalização econômica, a consolidação do NAFTA e a transição democrática com um novo partido após setenta e um anos de partido hegemônico na condução da política exterior.

Desde o processo eleitoral de 2000, que conduziu à alternância política, houve a necessidade de adaptar as estratégias e os princípios da política externa às novas realidades nacionais e internacionais. Era uma oportunidade singular de elaborar um planejamento de política exterior sem ter como ponto de partida a burocracia do PRI. Dessa forma, a alternância de partido e a saída do PRI após setenta e um anos no poder trouxeram mudanças na diplomacia mexicana. Isso permitiu vislumbrar a existência de diferentes perspectivas estratégicas para o projeto nacional diante do exterior e evidenciou a persistência de fragilidades institucionais em uma democracia que seguia sua liberalização.

Uma das principais mudanças do governo Fox foi reconhecer que os assuntos internos e externos poderiam ser tratados de forma vinculada, no mesmo "nível". As questões econômicas, políticas e sociais eram consideradas "intermésticas", sendo os assuntos internos e externos uma simbiose de consequências mútuas, como analisado na parte teórica da tese sobre o tema de APE. Ana Covarrubias (2010, p. 119-120) cita como exemplo dessa vinculação entre o interno e o externo que o governo "*[...] optó por utilizar la política exterior como instrumento prioritario para proyectar un México democrático en el exterior y para consolidar*

internamente este proceso". Mais adiante neste capítulo, analisa-se a importância do tema da democracia para a política externa mexicana do período.

A mudança política interna e as escolhas do governo Fox e do chanceler Castañeda passavam por três macro ações na política externa: (1) buscar uma nova e diferente relação com os EUA; (2) melhorar a imagem democrática do país internacionalmente; (3) participar mais ativamente do sistema multilateral. Essas três macros ações foram atingidas em graus distintos, como veremos mais adiante.

A nova política externa buscava uma transformação dos tradicionais alicerces da história da política externa mexicana utilizados durante o período priísta, destacando-se a necessidade de um novo modelo de inserção internacional, o que causava forte impacto na tradição diplomática da SRE.

4.2 Os impactos na política externa

No ano 2000, com a vitória de Vicente Fox (PAN) e o comando de Jorge Castañeda na SRE, o México defendia uma postura ativa no sistema internacional, e um dos objetivos principais continuava sendo mostrar que a mudança de partido político trazia um avanço significativo na democratização do país (Bernardi, 2009; Pérez, 2011). Decerto, a alternância partidária no governo não é o único tipo de reajustamento interno associado à democratização; outros fatores também são importantes, como a maior participação de civis no comando e diálogo com as forças armadas, a atuação da mídia agindo de forma crítica e examinadora, destinada a fortalecer o escrutínio da ordem estabelecida e gerando novas e importantes pressões sobre a formulação de política externa. Podem-se ter espaços abertos para uma sociedade civil mais ativa e uma série de novas organizações não governamentais para abordar questões que poderiam afetar as posições de política externa, assim como os partidos políticos podem ter mais liberdade em um ambiente democrático para desenvolver suas relações internacionais e ampliar as discussões sobre projetos de políticas externas distintas (Moisés, 2010).

A alternância política em 2000 gerou grandes expectativas sobre uma política de abertura integral (econômica e política) ao exterior. Esperava-se que os avanços no processo de democratização levassem a política externa a passar de uma reforma de primeira geração, focada na abertura econômica e na associação comercial com a América do Norte, para uma reforma de segunda geração, cujo eixo seria a abertura na esfera política às correntes globais de internacionalização da promoção dos direitos humanos e da democracia. Como aponta Bernal-Meza (2009):

A democratização iniciada estimulou uma reformulação da política externa, que passou do nacionalismo, autodeterminação e não intervencionismo que a caracterizavam até então, para valores de universalismo, como o respeito aos direitos humanos e a defesa dos princípios democráticos (Bernal-Meza, 2009, p. 260, tradução nossa).

Do ponto de vista do governo de Vicente Fox, o próprio fato da alternância partidária abriu uma janela de oportunidade: o país tinha um "bônus democrático" em relação ao mundo exterior, ou seja, possuía um capital político adicional por ter um governo democraticamente escolhido através de um processo eleitoral que permitiu melhorar sua imagem internacional, fortalecer sua capacidade de negociação para avançar no processo de integração norte-americana, ter uma presença mais ativa nos fóruns internacionais e assumir novas responsabilidades (Covarrubias, 2008; Pérez, 2011).

O comportamento internacional do México, portanto, oscilou entre três visões estratégicas: (i) nacionalismo tradicional histórico; (ii) pragmatismo econômico; e (iii) multilateralismo liberal centrado na promoção democrática (Covarrubias, 2010; Ojeda, 1976). Para Rafael Velázquez Flores (2007, p. 35), os governos anteriores a Fox: “El discurso seguía siendo nacionalista (defensa de la soberanía), legalista y aislacionista; mientras que la política económica exterior era, contrariamente, abierta, es decir, Fox eliminó la contradicción que existía antes entre lo que se declaraba y lo que se hacía”.

O governo Fox queria imprimir um novo perfil ao não dar continuidade a um discurso dúbio que os governos do PRI faziam em matéria de política externa, agindo internacionalmente de um jeito, principalmente em termos econômicos, mas mantendo uma tradição isolacionista e reativa na política exterior.

4.3 Plano Puebla-Panamá (PPP): uma tentativa de aproximação com a América Central

Apesar de geograficamente fazer parte da América do Norte, é inegável a importância da América Central para o México. Além de fazer fronteira com dois países ao sul (Guatemala e Belize), a proximidade com os demais territórios da região faz com que o México seja um país de atração de imigrantes, que buscam melhores oportunidades de emprego ou utilizam o país como entreposto na rota migratória rumo aos EUA.

O PPP foi uma iniciativa que propôs o desenvolvimento do sul e sudeste do México em conjunto com os países da América Central, a partir de financiamentos públicos para melhoria da infraestrutura da região (estradas, hidrovias, portos, rede elétrica), aumento dos investimentos em educação e saúde pública e um desenvolvimento sustentável, aliando

crescimento do turismo com a preservação da rica biodiversidade da área. O PPP teve início em 2001, mas já era uma ideia compartilhada pelos países da região com o México dentro dos debates do Mecanismo de Diálogo y Concertación de Tuxtla (México, 2015), ou simplesmente "Mecanismo de Tuxtla", que tem sua origem em 1991, mas foi oficializado em 1996, tendo Guatemala, Belize, Costa Rica, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua e Panamá como signatários de origem. Em declaração conjunta, os países propunham:

Estabelecer um Mecanismo de Diálogo e Concertação entre os oito países da área, para analisar de forma periódica e sistemática os múltiplos assuntos regionais, hemisféricos e mundiais de interesse comum; coordenar posições conjuntas nos diferentes fóruns multilaterais; avançar para o estabelecimento de uma zona de livre comércio; impulsionar projetos econômicos conjuntos e acordar ações de cooperação regional, em todas as áreas, em apoio ao desenvolvimento sustentável da região (Costa Rica *et al.*, 1996, tradução nossa).

A região ao sul e sudeste do México, que fazia parte do PPP, reunia nove estados: Puebla, Veracruz, Oaxaca, Guerrero, Tabasco, Campeche, Quintana Roo, Yucatán e Chiapas. Os objetivos do plano foram ampliados, e outros países foram inseridos no PPP, que em 2008 se transformou no Proyecto Mesoamérica, após a entrada da Colômbia — assunto que será abordado no próximo capítulo, que trata da política externa do governo Felipe Calderón.

O PPP pode ser analisado em quatro eixos: (1) o debate sobre uma estratégia de desenvolvimento regional; (2) os interesses empresariais e governamentais com as obras de infraestrutura; (3) a preservação da biodiversidade e manutenção das comunidades indígenas e sua cultura; (4) a falta de consenso social diante das divergências entre integração regional e autonomia local. Como citado a seguir:

Os estados de Puebla, Veracruz, Guerrero, Oaxaca, Tabasco, Campeche, Chiapas, Quintana Roo e Yucatán têm, juntos, uma população de 25 milhões de pessoas e concentram importantes recursos energéticos. Nesses estados é produzida a maior parte do petróleo, gás e energia hidrelétrica do México. Por outro lado, os sete países do istmo centro-americano — Belize, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá — reúnem uma população de cerca de 35 milhões e possuem tanto regiões totalmente voltadas para o setor agropecuário, como zonas de intensa atividade manufatureira e áreas destacadas no setor de serviços comerciais e financeiros (Bravo; Sierra, 2001, p. 91, tradução nossa).

Pela proposta, o objetivo fundamental era melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região. No entanto, o PPP também foi objeto de críticas, principalmente daqueles que acreditavam que o projeto utilizaria o objetivo de "desenvolvimento regional" como subterfúgio para a construção de grandes obras sem respeitar as comunidades locais, a autonomia regional e sob a suspeita de que houvesse uma securitização do projeto com consequente militarização de áreas. Havia, ainda, a preocupação de que o PPP pudesse ser uma estratégia mais ampla da

aliança México-EUA para ampliar a zona de influência do NAFTA e, posteriormente, da ALCA (Alvaréz Béjar, 2002; Ornelas Delgado, 2003). A iniciativa de Fox refletia uma abordagem pragmática e multifacetada da política externa mexicana, buscando equilibrar as relações com os EUA e fortalecer os laços com os vizinhos latino-americanos.

4.4 A imagem de um México distante da América Latina

Em 2002, com o golpe contra Hugo Chávez na Venezuela, o governo mexicano não defendeu a tomada de poder pelo opositorista Pedro Carmona, invocou a cláusula democrática da OEA, mas, ao mesmo tempo, criticou o governo chavista por ter "contribuído" para a radicalização política interna, devido aos "*posibles errores en la conducción del gobierno del presidente Chávez, una creciente polarización social interna, una conducción económica errática y un aislamiento internacional cada vez mayor*" (Covarrubias, 2017, p. 214).

A condução da política externa com Castañeda à frente demonstrava que todos os momentos eram importantes para expor sua assertividade quanto à defesa da "democracia liberal". Pelo histórico da política externa priísta, dificilmente a diplomacia mexicana exporia as incongruências políticas internas de um país, especialmente frente a um caso tão sério como um golpe de Estado em uma nação importante da região. Em 2004, quando já não era mais chanceler, Castañeda afirmou ao jornal espanhol "El País" (Aznárez, 2004) que os EUA, a Espanha e, em certa medida, a Colômbia agiram diretamente para depor Hugo Chávez do poder e fazer com que mais países da América Latina apoiassem o novo governo de Carmona. No entanto, o México e a maioria dos países da região latino-americana, por meio do Grupo do Rio, seguiram condenando a ruptura de poder.

O caso mais visível da nova ênfase na defesa dos direitos humanos foi a mudança de posição em relação a Cuba nas Nações Unidas. Em 2002, 2003 e 2004, o governo mexicano votou repetidas vezes a favor das resoluções da Comissão de Direitos Humanos da ONU, solicitando ao governo de Fidel Castro que permitisse a visita de um relator especial para analisar supostas violações dos direitos humanos no país (Covarrubias, 2008).

Em 2002, a mudança de posição do governo mexicano em Genebra foi total: votou a favor da resolução que convidava o governo cubano a se esforçar para cumprir com o estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto de Direitos Cívicos e Políticos e no Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. [...] O documento também pedia ao governo cubano que aceitasse a visita de um representante da Alta Comissária de Direitos Humanos (ONU, 2002 *apud* Covarrubias, 2016, p. 328, tradução nossa).

De acordo com Castañeda, o México estava votando "a favor de causas y no en contra países" (Covarrubias, 2016, p. 328), o que constrangia a diplomacia cubana, mas fazia com que a diplomacia mexicana do governo Fox fosse vista como "nova" e aberta às questões de direitos humanos, diferenciando-se do histórico priísta. Em fevereiro de 2002, em visita a Cuba, Fox e Castañeda se reuniram com um grupo de cubanos contrários ao governo de Fidel Castro e, mais adiante, Castañeda defendeu a posição argumentando que:

O México romperia relações com 'a Revolução Cubana' e as iniciaria com 'a República de Cuba'. Semanas depois, o vínculo bilateral voltou a se complicar devido a outras declarações de Castañeda, que anunciou que as portas das embaixadas mexicanas estavam abertas aos latino-americanos. Alguns cubanos, em uma interpretação equivocada das palavras do chanceler, dirigiram-se à embaixada mexicana para solicitar asilo político. O incidente foi resolvido graças a uma mediação direta de Fidel Castro, mas a tensão aumentou consideravelmente (Flores; Domínguez, 2007, tradução nossa).

Ainda no começo de 2002, uma crise diplomática entre México e Cuba explodiu: os EUA levaram para votação na Comissão de Direitos Humanos da ONU uma condenação ao regime cubano por violação dos direitos humanos. Historicamente, a política externa mexicana nos governos do PRI sempre havia ficado ao lado de Cuba, e os dois países mantinham boas relações bilaterais. No entanto, pela primeira vez, o governo mexicano votou contrário ao governo cubano e endossou a política externa estadunidense. Como represália, em 22 de abril de 2002, Fidel Castro divulgou uma gravação telefônica entre ele e Vicente Fox, na qual o presidente mexicano pedia ao cubano que não participasse da Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Monterrey, México, a fim de evitar qualquer constrangimento com o presidente dos EUA, George W. Bush.

Fox solicitou que Fidel Castro participasse apenas do jantar para as autoridades de Estado e depois fosse embora. O episódio, que ficou conhecido como "*comes y te vas*"⁴⁵ (você come e vai embora) (Cuba, 2002), adicionou tensões na relação bilateral dos dois países (Declaración, 2002) e contribuiu para que os governos de esquerda da América Latina se posicionassem contrários a Fox, fazendo com que o México fosse visto como mais distante da América Latina e mais próximo dos interesses dos EUA. Afastar-se do regime da Revolução Cubana e manter relação com a República de Cuba parecia ser mais difícil do que Castañeda imaginava (Guajardo, 2008).

A "nova" política externa mexicana de promoção da democracia e dos direitos humanos se afastava do histórico diplomático de não intervenção nos assuntos cubanos e

⁴⁵ A íntegra da conversa entre Fox e Fidel Castro pode ser vista na internet através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=PEWe71MDp1o>.

defendia internacionalmente que a ilha caribenha abrisse seu país aos observadores internacionais e representantes do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos. Em maio de 2004, a crise política entre México e Cuba escalou: após acusações por parte do governo cubano sobre a falta de prestígio dado a Fidel Castro pelo governo mexicano em visita ao México e, por parte do governo mexicano, uma acusação de que diplomatas cubanos estavam interferindo em assuntos internos do México, os dois países chamaram de volta seus representantes, e o México ainda declarou um funcionário da embaixada cubana como persona non grata.

As relações com Cuba se complicaram ainda mais por outras razões, como o tratamento dado à visita de Fidel Castro durante a Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento em Monterrey e a acusação, por parte do governo mexicano, de que diplomatas cubanos no México estavam intervindo em assuntos internos. O governo do México continuou votando a favor das resoluções na Comissão de Genebra até que esta se transformou no Conselho de Direitos Humanos e a votação por países foi eliminada. O resultado foi que, em maio de 2004, o governo mexicano retirou sua embaixadora em Havana e pediu a retirada do embaixador cubano no México, Jorge Bolaños Suárez. Da mesma forma, declarou persona non grata Orlando Silva, conselheiro para Assuntos Políticos da embaixada cubana no México (Covarrubias, 2016, p. 329, tradução nossa).

Na Cúpula das Américas, em 2005, em Mar del Plata, Argentina, o distanciamento entre o México e os governos de esquerda da América do Sul (especialmente Argentina e Venezuela) tornou-se mais evidente. A aproximação estratégica com os EUA adotada pelo governo Fox era vista com receio e descontentamento por aqueles que desejavam uma maior integração latino-americana. O México era percebido como aliado dos EUA e estava mais distante da América Latina desde a entrada no NAFTA em 1994. Essa percepção aumentava a cada desentendimento político bilateral e divergências nos projetos de política econômica e inserção regional. Como destaca Bernal-Meza (2009):

Um mês após ganhar as eleições presidenciais, Fox aceitou o convite do então presidente do Brasil, Fernando H. Cardoso, para participar da Cúpula Sul-Americana (Brasília, 31 de agosto de 2000). Em seu discurso, manifestou sua intenção política de avançar na associação comercial com os países do Cone Sul da América. Essa intenção, que poderia indicar um retorno do México aos seus interesses latino-americanos como mecanismo para equilibrar as predominantes relações com Washington, estava, no entanto, em consonância com os objetivos da administração de George W. Bush, no sentido de avançar em acordos comerciais bilaterais com os países da América do Sul, alinhando-se com sua estratégia de concretizar a ALCA antes de 2005 (Bernal-Meza, 2009, p. 264, tradução nossa).

Na Cúpula das Américas, também lembrada como o momento simbólico em que a ideia da ALCA foi abandonada (Murphy, 2005), o então presidente Hugo Chávez chamou Vicente Fox de "cachorro do império" e afirmou que "dá tristeza o entreguismo de Fox" (Botero, 2005), pois o governo mexicano era visto como o país latino-americano que apoiava os interesses dos EUA no continente (Chávez, 2005). Um dia após a declaração de Chávez, o embaixador da Venezuela no México, Vladimir Villegas, deu entrevista à BBC e tentou acalmar a situação, afirmando que se tratava "de um fato corrente nas relações internacionais, no qual prevalecem pontos de vista diferentes sobre um tema específico, neste caso sobre a ALCA". Porém, o embaixador advertiu ao dizer que não tinha sido Chávez o responsável pelo azedamento da relação bilateral, dando a entender que Fox já havia provocado o presidente venezuelano em outros momentos.

Após a agressão verbal ao presidente Fox, o governo mexicano solicitou que Chávez se desculpasse (Reyes, 2005a), mas o venezuelano não o fez, o que levou à retirada do embaixador do México na Venezuela e à posterior retirada do embaixador da Venezuela no México (Venezuela; México, 2005) (Covarrubias, 2016, p. 330). As relações diplomáticas só seriam normalizadas após o governo Vicente Fox, em 2007, com a nomeação de embaixadores para as respectivas capitais (Reyes, 2007). A Cúpula das Américas terminou sem um acordo firmado sobre um livre comércio na região e contribuiu para reforçar a imagem de distância do México em relação à América Latina e maior afinidade política com o governo estadunidense (Cumbre, 2005).

Em 2006, no final do governo Fox, a Venezuela tomou a decisão de denunciar o Tratado de Livre Comércio que mantinha com o G-3, grupo que congregava México, Colômbia e Venezuela desde 1995. Para Chávez, a decisão de sair do G-3 apontava para as diferentes estratégias de integração regional da América Latina pretendidas por México e Colômbia, diferentemente da Venezuela. Segundo Chávez, a saída do G-3 foi "para salvaguardar os interesses nacionais e fortalecer o ingresso ao Mercosul" e porque prejudicava a Venezuela e o processo de integração sul-americana (Chávez, 2006). De acordo com Rita Giacalone (2014):

O que pôs fim à convergência entre eles não foram, entretanto, os problemas práticos, mas sim a mudança no modelo de desenvolvimento na Venezuela, que impactou sua

política exterior e as relações com a Colômbia. Isso se concretizou na redução do G-3 a um acordo bilateral Colômbia-México e na saída da Venezuela da CAN rumo ao Mercosul, mas também na criação da ALBA, que responde a um novo tipo de regionalismo (Giacalone, 2014, p. 51).

As diferenças nos projetos de integração regional e inserção internacional do México diante dos governos da "onda rosa" acentuavam-se, e as iniciativas de ampliação e fortalecimento do Mercosul, criação da UNASUL e a existência da ALBA contribuíam ainda mais para um clima de projetos antagônicos ou "rivais" perante a inserção regional⁴⁶, voltada apenas para o livre comércio, na qual o México estava inserido com os EUA e o Canadá. No entanto, as portas do México não estavam fechadas no circuito político na América Latina.

O governo Fox aproximou-se do governo colombiano de Andrés Pastrana (1998-2002) e Álvaro Uribe (2002-2010), que não faziam parte do grupo de países da "onda rosa", e buscou contribuir, por exemplo, como mediador nos conflitos do governo colombiano com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). A mediação mexicana, no entanto, não obteve o sucesso almejado, já que o ELN tomou a decisão de não mais dialogar com o representante mexicano após o México votar contra Cuba na Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 2005, e depois de o presidente Álvaro Uribe preferir que o governo dos EUA, e não do México, fosse o principal aliado nos diálogos e na formação de uma aliança estratégica contra os grupos guerrilheiros colombianos.

O tom assertivo contra uma área de livre comércio no continente americano irritava o presidente mexicano (Mendez; Garduño, 2005). Em relação à Argentina, Fox criticou o tom dos discursos de Néstor Kirchner, que ora queria um apoio dos EUA e ao mesmo tempo dialogava com o regime cubano. Para Fox, aquilo era mais uma estratégia de política interna do presidente argentino para ter uma boa imagem perante a opinião pública, já que o evento era na Argentina. Néstor Kirchner respondeu: "Que o presidente Fox se ocupe do México. A mim, votaram os argentinos, e eu me ocupo deles como corresponde" (Dura, 2005) e que "para alguns, a boa diplomacia é ter uma atitude de subserviência e de baixar a cabeça frente aos grandes" (El Duelo, 2005). Néstor Kirchner, assim como Lula, tinha reticências quanto às assimetrias que a ALCA poderia gerar para as economias da América Latina diante dos EUA. No entanto, os debates acalorados entre os ex-presidentes Fox e Kirchner foram amenizados posteriormente pelas declarações das chancelarias (Murphy, 2005), que afirmavam que as diferenças de opinião eram naturais em um ambiente de democracias maduras (Rios, 2005).

⁴⁶ Para uma discussão mais aprofundada desse tema, ver o livro do cientista político Andrés Serbin: "*Chávez, Venezuela y la reconfiguración política de América Latina y el Caribe*", páginas 121-152 e 218-236, disponível por meio do link: http://www.plataformademocratica.org/Archivos/Chavez_Venezuela_y_La_Reconfiguracion_Politica_de_America_Latina_y_El_Caribe.pdf.

Desde que se acordou na Cúpula das Américas de Miami, em 1994, o México havia promovido o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) em congruência com sua preferência pelo livre comércio e, talvez, em apoio à iniciativa estadunidense. Para os membros da ALBA, esse projeto neoliberal era inaceitável; a Argentina o rejeitava e o Brasil resistia ao protagonismo dos EUA. Fox defendeu a ALCA e criticou o presidente argentino, Néstor Kirchner, por sua linguagem anti-global e anti-empresarial (Covarrubias, 2016, p. 330).

Em um texto que se tornou notório, publicado na revista *Foreign Affairs* em junho de 2006, o ex-chanceler Jorge Castañeda criticava os líderes de esquerda da América Latina, mas os diferenciava, argumentando haver dois tipos de esquerda na região: uma moderna, reformista e internacionalista, e outra populista, estridente e nacionalista. Respectivamente, Castañeda citava Lula, de um lado, e Hugo Chávez, do outro, como representantes dessas diferentes esquerdas:

Os líderes de esquerda que surgiram de um passado populista e nacionalista com poucas bases ideológicas — Chávez com seu histórico militar, Kirchner com suas raízes peronistas, Morales com sua militância entre os produtores de folha de coca e sua agitação política, López Obrador com suas origens no PRI — provaram ser muito menos receptivos a influências modernizadoras. Para eles, a retórica é mais importante que a substância, e o fato de ter poder é mais importante do que seu exercício responsável. O desespero de seus eleitorados pobres é uma ferramenta, não um desafio, e provocar os Estados Unidos é mais importante do que promover os verdadeiros interesses de seus países no mundo. A diferença é óbvia: Chávez não é Castro; ele é Perón com petróleo. Morales não é um Che indígena; ele é um populista habilidoso e irresponsável. López Obrador não é Lula nem Chávez; ele vem diretamente do PRI de Luis Echeverría, presidente do México de 1970 a 1976, de quem aprendeu a ser um populista autoritário e distribuidor de dinheiro. Kirchner é um peronista autêntico e orgulhoso disso (Castañeda, 2006, tradução nossa).

O tom dicotômico de Castañeda acentua-se ainda mais ao dizer que existia uma "Left Left" e uma "Wrong Left" (esquerda certa e esquerda errada), uma esquerda simpatizante de Chávez e outra pró-EUA, que, segundo Castañeda, era a estratégia adotada pelo presidente venezuelano para minar o poder de influência dos EUA na região e aumentar sua projeção como líder político na América Latina.

Fox deixou para trás décadas de política externa de desconfiança nos mecanismos internacionais e de prática da doutrina de não intervenção e autodeterminação nos assuntos internacionais e buscou vincular o México aos 'novos temas' da política internacional, que agora eram predominantes no imaginário da política mundial das potências ocidentais — e principalmente dos Estados Unidos — como a defesa dos direitos humanos e a promoção da democracia, no contexto de economias de livre mercado" (Bernal-Meza, 2009, p. 271-272).

Em suma, os desentendimentos com Cuba, Venezuela e Argentina, a imagem do México como aliado dos EUA no NAFTA e a política externa do governo Fox de maior aproximação com os EUA contribuíram para a percepção de que o México olhava para a

América do Norte como objetivo final e não como um país disposto a olhar para o sul do continente em busca de inserção regional e cooperação política com a diplomacia de outros países para atuar com convergências em fóruns multilaterais. Dando continuidade à tentativa de aproximar o México da América do Sul por meio de negociações comerciais, as tratativas para que os mexicanos se tornassem membros associados do Mercosul não avançavam devido à resistência do Brasil.

O Brasil via a tentativa de aproximação do México como motivada mais por objetivos políticos — temendo uma perda de influência na América do Sul — do que propriamente econômicos ou comerciais. Durante a cúpula do Mercosul, em abril de 2004, o ex-assessor de Assuntos Internacionais do governo Lula, Marco Aurélio Garcia, afirmou que “o México não pode somente ingressar no processo político e ficar à margem da área comercial” (União, 2004). Para ser membro associado do Mercosul, o México deveria, pelo menos, ter um acordo de livre comércio com o bloco — o que explica por que a Bolívia e o Chile são membros associados, pois possuem acordos de livre comércio com o bloco desde 1996.

Para Derbez, o maior interesse do México no Mercosul é pertencer a uma “estrutura de integração que inclui, não só a parte econômica, mas também a política, de importantes discussões geopolíticas”. Embora resista a iniciar imediatamente uma negociação para um acordo de livre comércio mais amplo, devido às resistências no setor privado de ambos os países, o México continua acreditando na necessidade de formação da ALCA. O acordo, diz ele, aumentará a competitividade dos países latino-americanos no maior mercado: os EUA (Léo, 2006).

Em 2006, no final do governo Fox, o jornal Valor Econômico também noticiava a falta de avanço nas negociações para o México se tornar membro associado do Mercosul. Em entrevista ao jornalista Sérgio Léo, Luis Ernesto Derbez admitia ter pedido a Celso Amorim e Marco Aurélio Garcia que aceitassem a entrada do México como associado do Mercosul, diante dos avanços nos acordos de preferências comerciais que o país já havia feito com outros países do bloco. Segundo Derbez, “só o Brasil resiste à ideia” (Léo, 2006). Contudo, confirmando o que já era dito em entrevistas por Celso Amorim e Marco Aurélio Garcia desde 2004, o Brasil resistia ao fato de o México querer ser associado ao bloco sem antes assinar um acordo de livre comércio — o que sinaliza que, para o Brasil, o México estava mais interessado no aspecto político-diplomático do bloco.

A política externa brasileira já havia dividido a região em duas, considerando o México e a América Central como esferas de influência norte-americana. A partir daí, o Brasil passou a se interessar mais estreitamente apenas pela América do Sul; exemplo disso foi seu projeto da Comunidade Sul-Americana de Nações, hoje UNASUL (Bernal-Meza, 2009, p. 270).

O México desejava integrar-se ao grupo, mesmo que não ocupasse posição de destaque; o importante era fazer parte do time. Com a chegada ao poder de Vicente Fox (2000) e Lula (2003), as políticas externas para a América Latina do Brasil e do México tiveram divergências relevantes. Enquanto o Brasil buscava fortalecer a cooperação sul-americana e começava a esboçar a ampliação do discurso para “América Latina”, o México priorizou sua estratégia de alinhamento com a América do Norte. Contudo, foi no final do governo Fox que Brasil e México assinaram os acordos econômicos mais importantes que até hoje regem a relação comercial bilateral dos dois países.

Em audiência na Câmara dos Deputados do México, no final do governo Fox, o então chanceler mexicano Ernesto Derbez fez declarações interessantes sobre a política externa do sexênio. Criticado e questionado pelo deputado de esquerda Rodolfo Solís Parga⁴⁷ sobre porque o governo optou por uma aliança ainda mais forte com os EUA em detrimento da diversificação de parcerias, Derbez falou das tentativas de aproximação com blocos de países latino-americanos. No final, como grifado abaixo, criticou o Brasil (sem citá-lo nominalmente) pelo fato de o México não ter tido a oportunidade de engajamento ainda maior na região por ter sido barrado como membro associado do Mercosul:

O deputado Rodolfo Solís Parga: “[...] em relação à relação com a América do Sul, reagiu-se de maneira equivocada, sem compreender a importância do Mercosul para o México e, com isso, isolou-se do restante da América Latina e do Caribe. Nós percebemos que ao governo ‘foxista’ não interessou diversificar e ampliar as relações com outras zonas econômicas do mundo; por isso perguntamos: por que insistiram em aprofundar a dependência dos Estados Unidos em vez de buscar a integração com outras zonas como China, Índia e Mercosul? [...]”.

O secretário de Relações Exteriores, licenciado Luis Ernesto Derbez Bautista: “Nossa política para o sul. O México tem insistido permanentemente junto ao Mercosul para ser admitido. E, de fato, participamos de todas as reuniões do Mercosul, assim como das do Pacto Andino e também do SICA. Estamos praticamente integrados ao bloco centro-americano, ao bloco andino e ao bloco do Mercosul. E não nos concederam o status de associado que deram a outros países, simplesmente porque há pressão de uma nação específica para não permitir nossa entrada nessa categoria” (México, [2006]; Derbez, 2006, grifo nosso).

Prosseguindo com as indiretas, Derbez critica novamente, sem citar nomes, países da América do Sul que tentavam ditar os rumos na região, buscando fortalecer a região sul-americana e não latino-americana. Isso sugere que Derbez atribuía a responsabilidade pelas críticas ao distanciamento mexicano da América Latina a esses países, que tentavam focar a América do Sul como região de influência e aumento de poder:

Esse é um papel fundamental para o nosso país se queremos que a região chamada América Latina e Caribe — que o México reconhece, assim como este governo —

⁴⁷ Deputado Federal do *Partido del Trabajo* (PT)

continue sendo uma região importante no mundo. **Outros países não; outros países falam apenas de integração sul-americana; nós estamos falando de uma integração da América Latina e do Caribe** [...] (Derbez, 2006, grifo nosso).

Apesar da mudança da política externa para um perfil político mais confrontacionista, especialmente diante de alguns governos de esquerda da América Latina, a diplomacia mexicana deu continuidade ao projeto de política econômica dos dois governos anteriores do PRI (Carlos Salinas e Ernesto Zedillo), que impactavam diretamente o caminho a ser seguido na política externa, especialmente no comércio internacional, com defesa da ampliação de acordos bilaterais e multilaterais, redução de barreiras protecionistas e tentativa de ampliação da participação do país no comércio mundial.

Nesse aspecto, houve mais continuidade do que mudança. Não raro, a defesa da abertura comercial no México era confundida com o aumento do comércio com os EUA e o NAFTA — o que realmente continuou a ocorrer —, e a diversificação da pauta comercial mexicana com outros países e blocos comerciais ainda carecia de um percentual substancial dentro da balança comercial mexicana.

Decerto, a diplomacia do governo Fox passou por um fato que nenhum governo priísta havia enfrentado: o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, nos EUA. As atenções e prioridades do principal parceiro do México foram alteradas, e os objetivos que giravam em torno de um maior estreitamento político, social e cultural com os EUA ficaram restritos aos campos político e comercial. Em 2003, a renúncia do chanceler Jorge Castañeda, que tinha um perfil mais combativo e midiático, sendo substituído por Luis Ernesto Derbez, também deu uma nova cara à SRE, e os temas de relações econômicas internacionais passaram a ganhar mais importância.

A tentativa de maior participação em instituições internacionais chocou-se com as posições de outros países da América Latina, como foi o caso do contraste entre Brasil e México sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Houve divergências em disputas eleitorais em organizações multilaterais — como na Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2003, no BID em 2005 e, também em 2005, a escolha de última hora de Ernesto Derbez em disputar a eleição para secretário-geral da OEA em 2006. Derbez não obteve o apoio dos maiores países da região latino-americana, perdendo a eleição (mesmo com o apoio dos EUA) para o chileno José Miguel Insulza. O antagonismo em relação aos países da América Latina reforçava a visão de que o México agia distante da região e mais próximo da América do Norte.

A estratégia de inserção internacional por meio do aumento na participação do comércio internacional, liberalização da economia e atração de investimentos estrangeiros

diretos continuou sendo um traço marcante nas relações internacionais mexicanas no começo dos anos 2000, dando continuidade às mudanças iniciadas no final da década de 1980, especialmente a partir dos governos de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) e Ernesto Zedillo (1994-2000). Rafael Velázquez Flores argumenta que a diplomacia do governo Fox se preocupou em atualizar o discurso diplomático e, apesar de *“las estrategias para lograrlos y la forma de conducir las relaciones de México se modificaron ligeramente, los objetivos prácticamente siguieron los mismos. Fue el mismo vino, pero en botella nueva”* (Velázquez Flores, 2007, p. 35).

A mudança para uma diplomacia multilateral liberal proposta pelo governo Fox, junto à sua iniciativa de aprofundar a integração norte-americana e construir uma relação estratégica com os EUA, não alcançou os resultados esperados. Diante da América Latina, o ativismo da política externa gerou crises diplomáticas com Cuba e Venezuela, além de ter colocado a região fora do radar de prioridades estratégicas, direcionando quase toda sua energia para a relação com os EUA e uma tentativa (fracassada) de aprofundamento do NAFTA.

Quanto à projeção para o mundo de uma nova visão do México, a incapacidade do governo de conter os problemas crônicos de insegurança pública, crime organizado e tráfico de drogas resultou em um dilema para a imagem do país no exterior durante o governo de Felipe Calderón (2006-2012). Após o governo de Vicente Fox, como veremos nos próximos capítulos, a tentativa de recuperar a imagem do México como um país latino-americano comprometido com a região exigiu grandes esforços da diplomacia, sem que isso, no entanto, prejudicasse a relação com os EUA — preocupação que já existia no governo Fox.

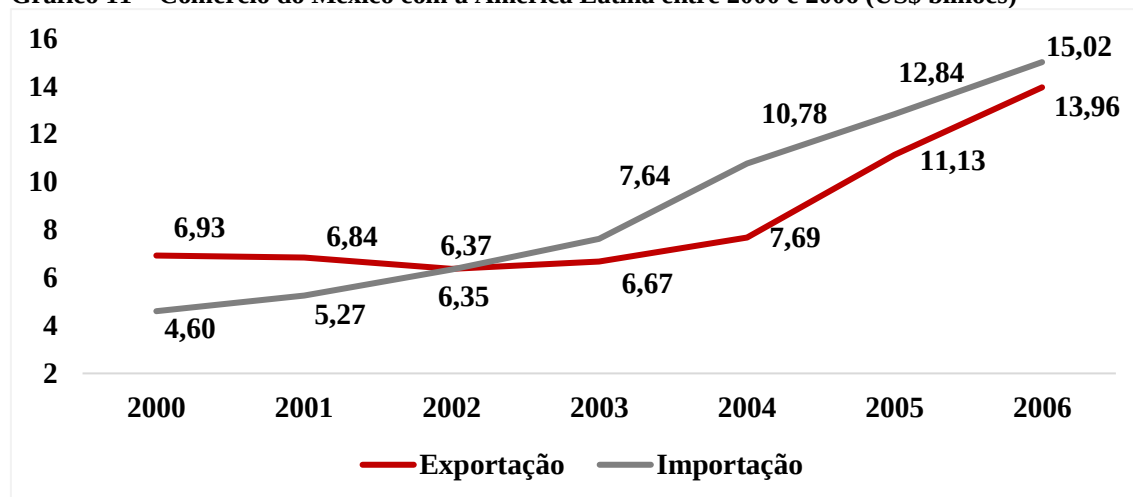
4.5 A Política comercial e a ambiguidade com a política externa para a América Latina (2000-2006)

A política comercial externa do governo Vicente Fox (2000-2006) demonstra um cenário de continuidade com o governo Zedillo, mas também de expansão significativa das relações comerciais com a América Latina, em um contexto de crescimento geral no comércio mexicano com o mundo. No entanto, essa aproximação comercial não foi acompanhada de uma postura política ou diplomática robusta voltada para a integração regional.

O governo Fox, em várias ocasiões, demonstrou um “distanciamento” diplomático da América Latina, preferindo uma política externa que mantinha o foco no relacionamento com os EUA e em projetos de inserção no mercado global. O período de “distanciamento” com a América Latina é justamente o período que ocorre a melhor performance comercial. Assim, a integração comercial com a América Latina ocorria mais por força do dinamismo econômico

do que por uma política externa ativa de aproximação regional. Essa ambiguidade reflete a tentativa de Fox de consolidar o México como um ator global enquanto mantinha um vínculo pragmático com a América Latina

Gráfico 11 – Comércio do México com a América Latina entre 2000 e 2006 (US\$ bilhões)

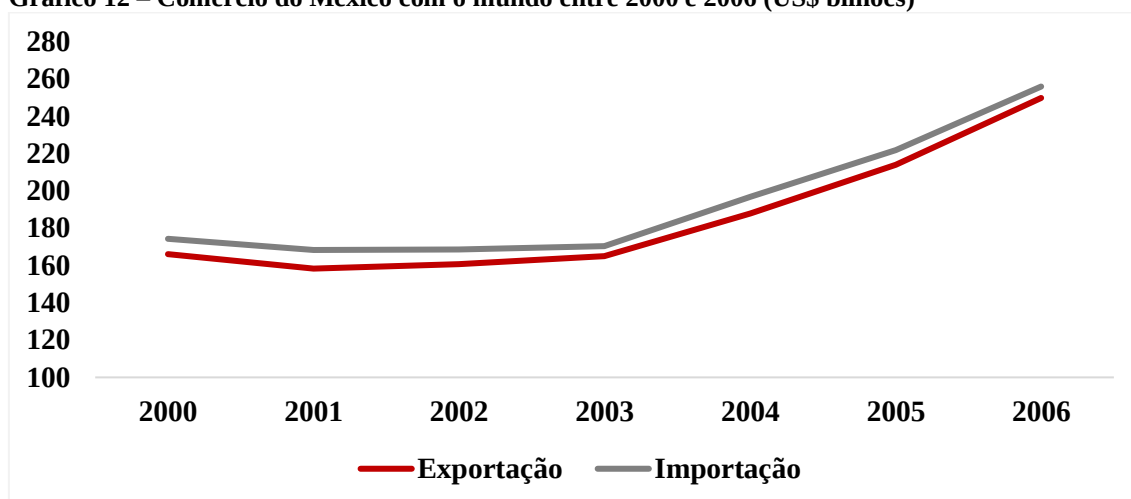


Fonte: Comtrade.

O Gráfico 11 mostra que o valor das exportações cresce de US\$ 6,93 bilhões em 2000 para US\$ 13,96 bilhões em 2006, demonstrando uma expansão significativa nas relações comerciais com a região. As importações também aumentam de maneira expressiva, passando de US\$ 4,60 bilhões para US\$ 15,02 bilhões. Este crescimento pode ser reflexo das políticas de integração regional e do fortalecimento das relações comerciais bilaterais.

Esse aumento no comércio reflete tanto uma maior abertura econômica quanto uma estratégia de diversificação que buscava reduzir, ainda que parcialmente, a dependência dos EUA. O crescimento das trocas comerciais com a América Latina, embora modesto em termos percentuais no comércio global mexicano, simboliza uma tentativa de Fox de aproximar o México de seus vizinhos regionais e de fortalecer a presença mexicana na região.

Gráfico 12 – Comércio do México com o mundo entre 2000 e 2006 (US\$ bilhões)

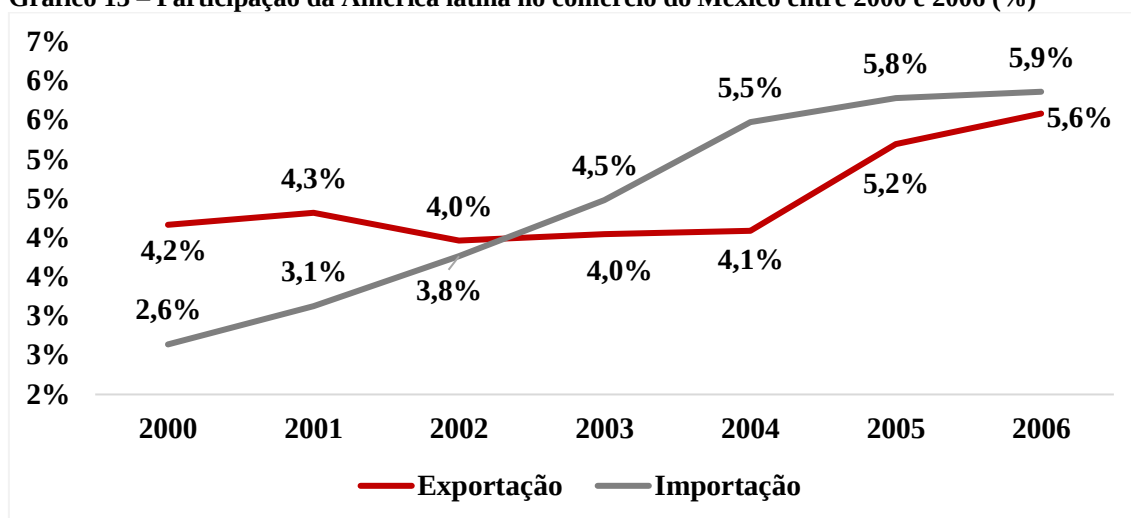


Fonte: Comtrade.

Comparativamente, o Gráfico 12 mostra um crescimento contínuo no comércio global do México. As exportações aumentam de US\$ 166,3 bilhões em 2000 para US\$ 250,0 bilhões em 2006, refletindo o impacto de uma economia cada vez mais orientada para a exportação. As importações também acompanham esse crescimento, passando de US\$ 174,4 bilhões para US\$ 256,09 bilhões. Esse aumento no comércio internacional pode ser atribuído à continuidade das políticas de liberalização e ao fortalecimento das relações com os EUA e outros parceiros globais.

Os gráficos a seguir revelam dados sobre a relação comercial entre o México e a América Latina durante o governo Vicente Fox (2000-2006). Eles mostram, respectivamente, a participação da América Latina no comércio total do México e a participação do México no comércio total da América Latina. Ao analisar essas tendências, é possível identificar como a política comercial externa de Fox, que priorizou o mercado norte-americano e os interesses globais, impactou a dinâmica econômica entre o México e seus vizinhos latino-americanos, mesmo em um contexto de distanciamento político.

Gráfico 13 – Participação da América latina no comércio do México entre 2000 e 2006 (%)

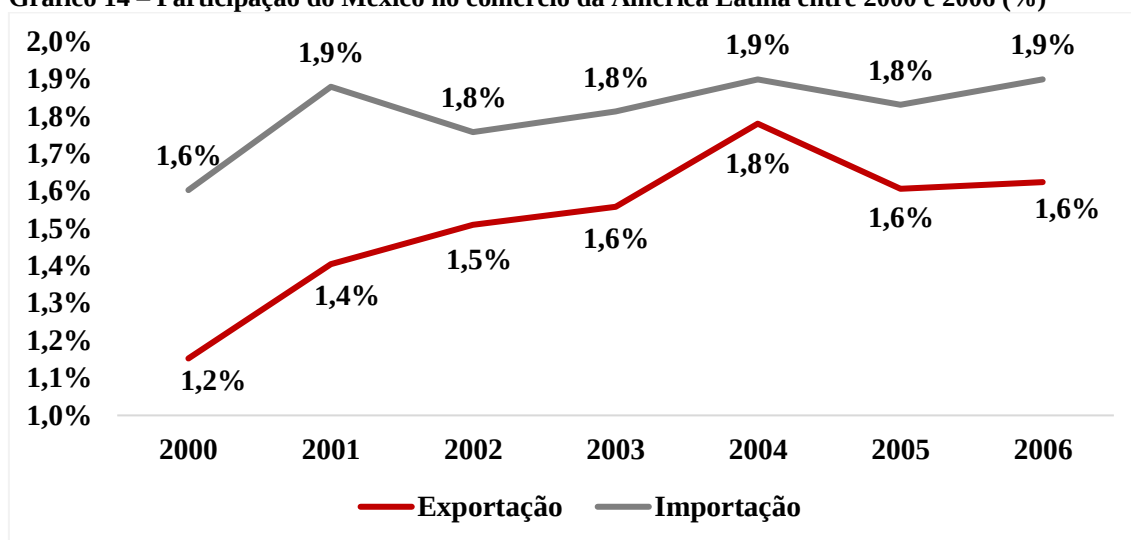


Fonte: Comtrade.

O Gráfico 13 indica um crescimento da participação da América Latina nas exportações e, ainda mais acentuadamente, nas importações mexicanas ao longo do período. Esses dados sugerem uma crescente importância da América Latina para o México, tanto como mercado consumidor quanto como fornecedor de bens, fortalecendo o comércio intrarregional. Em 2000, a América Latina representava apenas 4,2% das exportações mexicanas e 2,6% das importações. Em 2006, esses números subiram para 5,6% e 5,9%, respectivamente. Esse aumento reflete uma expansão gradual e sustentada das trocas comerciais entre o México e a América Latina, demonstrando que, apesar do distanciamento diplomático promovido por Fox, o comércio com a região ganhou relevância no período.

Esse crescimento pode ser atribuído a um pragmatismo econômico: embora a política externa de Fox enfatizasse o fortalecimento dos laços com os EUA e mercados globais, a América Latina continuava a representar um mercado em expansão para produtos manufaturados mexicanos e uma fonte importante de matérias-primas. Assim, as empresas mexicanas aproveitaram as oportunidades de mercado na América Latina, ampliando suas exportações para a região e diversificando suas importações, especialmente em setores complementares à sua estrutura produtiva.

Gráfico 14 – Participação do México no comércio da América Latina entre 2000 e 2006 (%)



Fonte: Comtrade.

O Gráfico 14 mostra uma realidade distinta: o México, embora importante para o comércio latino-americano, manteve uma participação modesta e estável no comércio total da América Latina ao longo dos anos. Em 2000, o México representava 1,2% das exportações totais da América Latina e 1,6% das importações, números que subiram de forma lenta até alcançar 1,6% e 1,9%, respectivamente, em 2006. Esses dados indicam que, embora o México tenha aumentado suas exportações para a América Latina, sua representatividade na pauta comercial latino-americana permaneceu limitada.

Essa estabilidade sugere que a América Latina estava ampliando suas relações comerciais com outros parceiros globais, como os mercados europeu e asiático, o que limitava o impacto do comércio mexicano na região. A política de Fox, que reforçou os laços com os EUA, reduziu o potencial do México de se consolidar como um parceiro comercial dominante na América Latina, deixando espaço para outros países e blocos econômicos competirem pela preferência dos mercados latino-americanos.

A análise dos dados comerciais do México entre 2000 e 2006 revela um padrão de crescimento constante nas relações comerciais tanto com a América Latina quanto com o mundo. O aumento expressivo das exportações e importações reflete uma continuidade da política econômica orientada para o comércio exterior, com destaque para os EUA, que continuaram como principal parceiro comercial. Ainda assim, a América Latina ganhou relevância como parceiro comercial, como mostra o crescimento da participação da região tanto nas exportações quanto nas importações mexicanas.

Em resumo, a política comercial de Fox consolidou a posição do México como uma economia voltada para o mercado global, com uma presença crescente na América Latina, ainda que essa presença fosse majoritariamente econômica e não política. A continuidade com a

estratégia de Zedillo é clara em termos de pragmatismo e priorização do NAFTA, mas Fox se destacou por aprofundar as relações comerciais com a América Latina.

4.6 A ambiguidade entre a política comercial e a política externa

A contradição entre o distanciamento político e o aprofundamento comercial do México com a América Latina durante o governo Vicente Fox (2000-2006) ilustra as complexidades e os paradoxos da política externa mexicana neste período. Embora Fox seja lembrado por ter adotado uma postura de afastamento diplomático em relação à América Latina, priorizando a aliança com os EUA e uma estratégia de projeção global, os dados comerciais indicam que o México fortaleceu significativamente suas relações econômicas com a região. Essa aparente dissonância entre o posicionamento político e a realidade econômica pode ser compreendida a partir de uma análise crítica que considera o contexto doméstico e global, as prioridades estratégicas de Fox e as transformações estruturais no comércio internacional.

O distanciamento político do governo Fox em relação à América Latina decorreu de uma estratégia deliberada de diferenciação do México como um país “norte-americano” mais do que “latino-americano”. Ao enfatizar o alinhamento com os EUA e se posicionar como um aliado estratégico de Washington, Fox buscava reforçar a imagem do México como uma economia em sintonia com as políticas de mercado liberal e como uma “ponte” entre o Norte e o Sul. Essa posição refletia uma visão pragmática de que o México, ao consolidar-se como um parceiro confiável dos EUA, poderia obter vantagens econômicas e políticas significativas. Contudo, essa estratégia gerou tensões com vários países latino-americanos, que viam na aproximação com Washington um afastamento do projeto regionalista que vinha ganhando força na América Latina, especialmente sob a liderança de países como Brasil e Argentina.

Apesar desse distanciamento político, o comércio com a América Latina experimentou um crescimento importante durante o governo Fox. As exportações para a região dobraram, e as importações aumentaram ainda mais expressivamente, sinalizando que, mesmo com o foco diplomático voltado para o Norte, as empresas mexicanas ampliaram sua atuação no mercado latino-americano. Esse crescimento pode ser explicado em parte pela liberalização comercial promovida pelo próprio Fox, que facilitou o fluxo de bens e capital, bem como pelo dinamismo das economias latino-americanas no período, que estavam cada vez mais integradas ao sistema global e demandavam produtos manufaturados e bens de consumo, áreas onde a indústria mexicana possuía uma competitividade destacada.

O “paradoxo Fox” revela, portanto, uma dicotomia entre o discurso e a prática: politicamente, o governo mantinha uma postura de afastamento, mas comercialmente,

potencializava a relação com a América Latina. Essa dinâmica sugere que, embora a política externa estivesse orientada para os EUA e o mercado global, a realidade econômica latino-americana oferecia oportunidades que as empresas mexicanas aproveitavam, impulsionadas pela liberalização e pela expansão dos setores de manufatura. Assim, enquanto a diplomacia privilegiava o eixo norte-americano, o setor privado mexicano aumentava sua presença na América Latina, preenchendo uma demanda por produtos industriais e consolidando um espaço no mercado regional.

Esse paradoxo é emblemático da política externa de Fox, que privilegiou os vínculos com o mercado norte-americano e a inserção global do México em detrimento de uma integração mais profunda com seus vizinhos latino-americanos. Mesmo com o aumento no comércio com a América Latina, a falta de uma estratégia de liderança regional impediu que o México se consolidasse como um parceiro de peso no comércio latino-americano. Em termos de política externa, o governo Fox pode ser visto como tendo optado por uma relação comercial baseada nas demandas do mercado, sem um compromisso diplomático e político com o regionalismo latino-americano, o que refletiu em uma presença econômica crescente, mas limitada, no comércio latino-americano.

Essa abordagem teve consequências para a posição do México na América Latina: enquanto o comércio com a região cresceu, a ausência de um engajamento político mais ativo e de uma estratégia de liderança comercial deixaram o país em uma posição marginal no regionalismo emergente. Além disso, essa contradição também pode ser interpretada como uma consequência da globalização e da interdependência econômica. Durante o governo Fox, as reformas e o fortalecimento dos laços comerciais com a América Latina foram impulsionados mais pelas dinâmicas de mercado do que por uma agenda de integração regional formal. Em outras palavras, o México participou de uma integração econômica regional “de fato” — baseada no comércio e nos interesses empresariais — enquanto, “de jure”, mantinha uma distância diplomática. Esse fenômeno destaca uma característica importante da política externa mexicana sob Fox: o pragmatismo comercial prevaleceu sobre o compromisso político com a América Latina, configurando uma relação em que o interesse econômico era priorizado em detrimento de uma aproximação política.

A escolha de Fox, embora pragmática, também gerou implicações para a liderança mexicana na América Latina. Ao abdicar de uma posição política ativa na região, o México abriu espaço para que outros países, notadamente o Brasil, emergissem como líderes nas iniciativas de integração regional, como o Mercosul e a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (posteriormente UNASUL). Fox, ao buscar uma projeção global para o México em detrimento do aprofundamento das relações com a América Latina, diminuiu o papel do país

no cenário regional e reforçou a percepção de um México mais associado aos interesses norte-americanos do que aos latino-americanos.

Em síntese, o governo Vicente Fox exemplifica um caso emblemático em que o distanciamento político não impediu o crescimento comercial com a América Latina. A lógica de Fox priorizava a “integração pelo mercado” ao invés da “integração pela política”, refletindo uma visão pragmática e economicamente orientada que privilegiava os ganhos comerciais enquanto relegava o compromisso diplomático com a região a um segundo plano. Esse distanciamento diplomático enfraqueceu a capacidade do México de exercer influência política na América Latina e consolidou uma percepção de que o país preferia ser visto como uma extensão do Norte. O legado dessa abordagem é um México economicamente integrado, mas politicamente distante da América Latina, mostrando que uma política externa focada em interesses econômicos pode, por vezes, criar distanciamentos que desafiam o fortalecimento de uma identidade e solidariedade regionais.

Com o governo de Felipe Calderón, que sucedeu a Fox, vemos uma tentativa de reaproximação com a América Latina, especialmente após a crise econômica de 2008, que evidenciou a necessidade de diversificar as relações comerciais. O próximo capítulo examina como Calderón procurou reconstruir as pontes com a América Latina e fortalecer o papel do México na região por meio da criação da Aliança do Pacífico.

5 FELIPE CALDERÓN (2006-2012): DIVERSIFICAÇÃO COMERCIAL E O REENGAJAMENTO REGIONAL

Este capítulo visa analisar o governo de Felipe Calderón (2006-2012) e suas tentativas de reaproximação com a América Latina, focando na criação da Aliança do Pacífico e nas iniciativas para diversificar as parcerias comerciais. Observa-se que a i) política externa de Calderón reflete um esforço de reaproximação pragmática com a América Latina em resposta à crise financeira de 2008 e à necessidade de reduzir a dependência dos EUA e ii) A criação da Aliança do Pacífico simboliza uma tentativa de integração econômica que harmoniza os princípios de “regionalismo aberto” do México com as demandas de alguns países da América Latina.

Este capítulo reforça o argumento central ao mostrar como, em um momento de crise econômica, o México buscou alternativas na América Latina. A análise das iniciativas de Calderón complementa o objetivo de examinar os esforços mexicanos de liderança regional e de integração, oferecendo um contraponto às políticas dos governos anteriores.

Uma das mudanças mais notáveis na política externa mexicana sob o governo de Felipe Calderón foi a busca por uma maior integração regional e o exercício de liderança no regionalismo latino-americano. A administração de Calderón reconheceu a importância de fortalecer os laços com os países da América Latina, ao mesmo tempo em que mantinha uma relação estreita com os EUA. A reorientação da política externa do México buscava promover uma integração mais robusta com seus vizinhos latino-americanos, participando ativamente em fóruns regionais e defendendo iniciativas de cooperação econômica e política.

Ao tomar posse, os principais documentos que norteavam o governo Calderón em matéria de relações internacionais eram o *Plan Nacional de Desarrollo* (PND) 2007-2013 e o *Programa Sectorial de Relaciones Exteriores* 2007-2012. No decorrer do mandato, os *Informes de Labores*⁴⁸, da *Secretaria de Relaciones Exteriores* (SRE), resumiam, em linguagem oficial do governo, os êxitos das relações internacionais do México a cada ano.

Dessa forma, se na década de 1990 até o governo Fox (2000-2006) o México mirava preferencialmente para o Norte (NAFTA), a partir de 2006 o país teve que olhar para o Sul, visando uma reaproximação político-econômica com a América Latina, e para o Leste (Ásia), em busca de ampliação comercial e inserção internacional. O crescimento da China, a crise econômica de 2008 nos EUA e a consequente crise econômica internacional forçaram o México a direcionar sua política externa em busca de uma diversificação de suas parcerias e a tentar

⁴⁸ O sexto e último *Informe de Labores* da SRE do Governo Calderón oferece um panorama dos feitos durante o período (México, 2012b).

ampliar sua presença no cenário asiático (Gaidorqui, 2013; Mora, 2013). As mudanças políticas e econômicas do sistema internacional afetaram a estratégia mexicana para a região latino-americana.

Entre 2006 e 2012, o poder dos EUA foi contrabalançado pelo crescimento econômico da China e pela ascensão política dos BRICS. Além disso, a defesa do multilateralismo ganhou força no sistema internacional — antes de começar a sua lenta deterioração, a partir de 2009, com as consequências da crise econômica de 2008, o aumento de políticas protecionistas e o enfraquecimento econômico da Europa. Calderón estava diante de um cenário em que seu vizinho ao norte, ainda travando a "guerra ao terror" decorrente das guerras no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003), privilegiava os temas de securitização transfronteiriça e migratória.

5.1 O PAN tentando corrigir os erros do próprio PAN

Se, por um lado, cresciam as críticas internas e externas à política econômica mexicana, que privilegiou uma aliança estratégica com os EUA, por outro lado, governos da região latino-americana que convergiam com a política econômica liberal optaram por se unir para ampliar os laços comerciais entre si e buscar uma maior aproximação com países da Ásia banhados pelo Oceano Pacífico; dessa forma, como mostro neste capítulo, em 2011 surgiu o projeto da Aliança do Pacífico.

Alguns desses condicionantes externos afetavam diretamente o perfil da política externa mexicana para a América Latina, ora mais ativo, ora reativo ou desinteressado na região. O crescimento econômico da China e de outros países do Sudeste Asiático impulsionava um maior interesse individual do México por essa região, mas, ao mesmo tempo, o país empreendeu a criação da Aliança do Pacífico, que pretendia atuar de forma conjunta com outros países da América Latina na ampliação comercial em direção à região asiática.

A chegada de Obama à presidência dos EUA, em 2008, coincidiu com um período de relativo declínio do mundo unipolar liderado pelos EUA. A América Latina não era uma região de importância prioritária para os EUA, o que foi um fator positivo para dar maior autonomia à política externa mexicana na América Latina, sem que isso atrapalhasse a relação bilateral com os EUA (Flores, 2011).

Em 2006, a vitória de Felipe Calderón representou a continuidade do PAN na presidência mexicana⁴⁹, mas, na política externa, algumas mudanças buscaram apaziguar a

⁴⁹ Sobre as qualidades e fragilidades do governo Calderón, ver: VELA, Juan Pablo Navarrete. Consenso y liderazgo político en el gobierno de Felipe Calderón: 2006-2011. **Confines relaciones internacionales y ciencia política**, Monterrey, v. 8, n. 15, p. 11-47, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/confines/v8n15/v8n15a2.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022

conturbada política externa para a América Latina do governo Vicente Fox, que se encontrava em um ponto historicamente mínimo com a América do Sul (Saltalamacchia, 2011). A estratégia então era acalmar os ânimos políticos, principalmente com Cuba e Venezuela, e tentar se reinserir na política regional, mesmo sendo visto pela maioria dos países do continente como uma presidência mais atrelada às ideias políticas de "direita" ou de "centro-direita" (Chabat, 2013). No dia da posse de Calderón, por exemplo: “Estiveram presentes todos os mandatários centro-americanos, mas nenhum presidente sul-americano compareceu, com exceção de Álvaro Uribe, da Colômbia. Esse vazio era um claro alerta sobre a necessidade de melhorar as relações com os países ao sul do hemisfério” (Pellicer, 2013, p. 876).

Felipe de Jesús Calderón Hinojosa⁵⁰ (1962-), do PAN, foi eleito em 2006 em uma eleição acirrada, vencida por menos de 1% dos votos contra Andrés Manuel López Obrador⁵¹, do PRD. As consequências políticas dessa disputa eleitoral — inclusive o não reconhecimento da vitória de Calderón por López Obrador (Reyes, 2006) — contribuíram para moldar algumas ações iniciais do governo Calderón em matéria de política externa (Reyes, 2007).

Devido à intensa polarização que se formou no país após as eleições, o governo Calderón tratou de ganhar legitimidade perante os países da América Latina, mostrando que o novo governo faria uma nova política externa, ainda que Calderón fosse filiado ao mesmo partido de seu antecessor, Vicente Fox. A estratégia de uma política externa de reaproximação com a América Latina (Beltrán, 2006a), após os desgastes político-diplomáticos do período Fox, serviria para dirimir conflitos políticos internos com a oposição.

⁵⁰ Ver perfil de Calderón escrito pelo Barcelona Centre For International Affairs (CIDOB). [Biografías de Líderes Políticos]. **Felipe Calderón Hinojosa**. Disponível em: <https://www.cidob.org/lideres-politicos/felipe-calderon-hinojosa> Acesso em: 30 mar. 2022; e HINOJOSA, Felipe Calderón. **Los retos que enfrentamos: los problemas de México y las políticas públicas para resolverlos (2006-2012)**. México: Debate, 2015.

⁵¹ Andrés Manuel López Obrador (ou simplesmente “Obrador” ou “AMLO”) foi Presidente do México (2018-2024), após perder as eleições presidenciais, em 2006, para Felipe Calderón (PAN) e, em 2012, para Enrique Peña Nieto (PRI). Em 2012, após a eleição presidencial, Obrador saiu do *Partido de la Revolución Democrática* (PRD) e formou um novo partido chamado *Movimiento de Regeneración Nacional* (MORENA). Sobre o MORENA, ver: MEZA, Rosendo Bolívar. *Morena: el partido del lopezobradorismo*. **Polis**, Ciudad de México, v. 10, n. 2, p. 71-103, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/polis/v10n2/v10n2a4.pdf> Acesso em: 14 maio 2022.

O PRI utilizava a América Latina como um mecanismo para obter a legitimidade democrática que não havia conseguido nas eleições. Além disso, o México implementava uma política externa cordial e de liderança em relação à América Latina para satisfazer os grupos nacionalistas que exigiam uma boa relação com a região e uma política de independência em relação aos Estados Unidos (González; Flores, 2013, p. 573, tradução nossa).

Assim como no governo Fox, Calderón percebeu que uma política externa que priorizasse a América Latina era importante para "apaziguar" os ânimos de alguns setores da política interna mexicana, como: (i) a ala do PAN crítica da política externa de Fox; (ii) os setores mais nacionalistas do PRI, que mantinham os traços históricos da política externa independente do partido; e (iii) os partidos de esquerda que defendiam os governos de esquerda da região (González; Flores, 2013). Naquele período, a América Latina ainda vivia uma onda de governos progressistas alinhados à ideologia política de esquerda e ao regionalismo pós-liberal. O PAN não escondia suas preferências ideológicas, mas Calderón optou pelo não confronto político-ideológico com outros países da região

[...] o consenso que parecia existir na 'década liberal' dos anos noventa sobre a preferência pelo livre comércio, pela democracia e pelos direitos humanos não duraria muito mais: o início do século XXI trouxe mudanças importantes na região, especialmente com o surgimento da chamada 'onda rosa'. Ou seja, Venezuela, Argentina, Brasil, Equador, Chile, Uruguai, Bolívia, entre outros, teriam, cada um em seu momento, governos eleitos democraticamente, mas com uma orientação mais à esquerda, que implicava políticas sociais e econômicas diferentes daquelas identificadas como neoliberais, além de uma concepção de integração regional distinta da proposta pelos Estados Unidos. Assim, a nova identidade do México na região levou a um realinhamento político-ideológico (Covarrubias, 2016a, p. 326-327, tradução nossa).

Mesmo optando por diferentes modelos de inserção internacional, estratégias de segurança e um alinhamento com os EUA, a tarefa do governo mexicano seria dirimir desavenças com os países latino-americanos, pacificar as relações bilaterais estremecidas no governo Fox e programar as estratégias de integração regional, como admitiu Calderón (2014):

[...] no início da minha administração, também existiam desafios importantes em matéria de política externa. Basicamente, o México estava 'em conflito', se não com todo o mundo, ao menos com alguns de seus mais importantes interlocutores internacionais, como os Estados Unidos e, por incrível que pareça, também estava em conflito com o oposto desse país: Cuba e vários países da América Latina integrantes da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Calderón, 2014, p. 318, tradução nossa).

A política externa pragmática, do ponto de vista econômico-comercial, serviu como instrumento para catalisar a estratégia de inserção regional por meio da ampliação das parcerias focadas na liberalização da economia, com vistas a ampliar acordos bilaterais e multilaterais

com os países do continente latino-americano. Mesmo sendo do mesmo partido do antecessor, houve a necessidade de mudar o discurso e introduzir uma diplomacia mais pragmática, menos ideológica e focada na agenda comercial (Covarrubias, 2017; González; Flores, 2013).

Para comandar a SRE, foi escolhida a diplomata de carreira Patricia Espinosa (Jaimes, 2006), que permaneceu no cargo durante os seis anos do governo Calderón. O mais cotado para assumir o cargo era o diplomata Arturo Sarukhán, que havia sido assessor e coordenador da área de relações internacionais da campanha de Calderón (Beltrán, 2006b). A escolha de Espinosa foi considerada uma surpresa, já que ela não era muito conhecida no mundo político e o México tinha a tradição de nomear pessoas de fora da carreira diplomática para comandar a SRE.

Argumentava-se que a política externa de Calderón, pelo perfil da escolha por Espinosa, teria um traço mais profissional da carreira diplomática, seria mais discreta e de baixo perfil, diferenciando-se, nesse quesito, da política externa do governo Vicente Fox, especialmente durante o início do mandato com a SRE comandada por Jorge Castañeda (Velázquez Flores; Domínguez, 2013). Para Guadalupe González e Rafael Velázquez Flores (2013, p. 573), a política externa de então passaria a ser guiada *"por medio de la idea de ejercer una diplomacia profesional, constructiva, pragmática y discreta"*.

A discrição da política externa estava diretamente relacionada à ideia de apaziguamento das relações bilaterais estremecidas do governo Fox, mas também era vista como estratégia pragmática para não criar uma sensação de rivalidade com governos de polos políticos opostos, que buscavam cada vez mais exercer um papel de liderança na região naquele período — como era o caso da Venezuela de Hugo Chávez e o Brasil de Lula.

O propósito explícito foi recuperar a posição perdida na região, sobretudo após a reunião de Mar del Plata em 2005, o agravamento das tensões diplomáticas com Venezuela e Cuba, o clima de rivalidade com o Brasil e o distanciamento com o Chile devido à competição pela candidatura à Secretaria-Geral da OEA (González; Flores, 2013, p. 585, tradução nossa).

Buscar um protagonismo na região tendo dois países em grande ascensão política e de grande influência como seus pares latino-americanos não era tarefa fácil. A alternativa para ganhar protagonismo na região, sem criar embates político-ideológicos, passaria justamente pela aproximação pragmática do ponto de vista econômico-comercial.

Como apontado no capítulo anterior, durante o governo Fox, a política para a América Latina ajudou a dar voz aos setores mais conservadores do PAN, interessados em apoiar uma política externa que confrontasse governos de esquerda como Cuba e Venezuela. O presidente Fox criou atritos políticos, enfraqueceu as relações bilaterais com vários países, mas ganhou

bastante projeção interna nos setores mais conservadores de seu partido e em parte da população que desejava uma política externa de aproximação com os países ou blocos caracterizados como de "primeiro mundo". Já no governo Calderón, houve distanciamento dos setores mais conservadores do partido, o que acabou distinguindo a política externa para a América Latina do PAN como partido (mais conservadora) daquela do PAN como governo (mais pragmática) (González; Flores, 2013).

Para Calderón (2014), a diplomacia do governo Fox falhou ao se alinhar, de forma pouco planejada, à ideia dos EUA de criar uma ALCA e, em certos momentos, ser uma espécie de porta-voz dos interesses do seu vizinho do norte na América Latina — o que fortalecia o estigma de um México alinhado aos EUA e distante da região latino-americana. Calderón (2014) escreveu:

[...] nosso país havia se distanciado significativamente de outras nações da América Latina, perdendo assim importantes espaços de liderança regional. Por exemplo, na Quarta Cúpula das Américas, realizada em Mar del Plata, Argentina, em 2005, houve uma discussão acalorada sobre a proposta, e o México acabou se tornando uma espécie de 'porta-voz' do tema. No entanto, era evidente que o acordo não estava nem remotamente preparado. Não havia o menor indício de entendimento, especialmente em um cenário populista na Argentina, como o do kirchnerismo daquela época. Foi um banquete para a demagogia latino-americana: Hugo Chávez, Daniel Ortega, Néstor Kirchner, Evo Morales e outros foram às ruas protestar contra 'a imposição do livre comércio pelos Estados Unidos' e contra quem esses líderes estigmatizavam como porta-voz, o Presidente do México. Ter participado de uma reunião desse porte sem acordos prévios sobre um tema tão polêmico, e insistir nisso nesse contexto, mostrou-se contraproducente (Calderón, 2014, p. 320, tradução nossa).

As disputas do sistema político mexicano também são outro fator interno que afetou a política para a América Latina. Ter uma política externa com mais engajamento na região serviu como resposta a setores mais à esquerda da política mexicana, como os setores mais nacionalistas do PRI, para recomodar os setores do PAN críticos dos atritos diplomáticos do período Fox, além de dar resposta à política interna no sentido de mostrar que o governo Calderón tratava a região como zona estratégica de inserção internacional, trazendo à tona o histórico de pragmatismo e de universalidade da política externa mexicana (González, 2013).

A relação com Cuba tratou de voltar à normalidade após os desgastes do período Fox. A encruzilhada a ser enfrentada seria continuar com a política externa de promoção da democracia e dos direitos humanos sem afetar a relação bilateral com a ilha caribenha, ou seja, que o governo mexicano não "julgasse" publicamente as lacunas democráticas do governo de Fidel Castro.

A relação com a Venezuela, por sua vez, no início do mandato de Calderón, era prejudicada pelo histórico da relação bilateral durante o governo Fox e o rompimento de relações diplomáticas em 2005, como apontado no capítulo anterior. Em 2006, durante os

debates para a eleição presidencial mexicana daquele ano, uma das estratégias de campanha de Calderón foi comparar Andrés Manuel López Obrador a Hugo Chávez e mostrar que a democracia mexicana corria perigo⁵² e que Obrador "*recibía ayuda del presidente Hugo Chávez de Venezuela, que se proponía hacer de México una segunda Venezuela*" (Vidrio, 2007, p. 45).

Após o resultado da eleição mexicana, Hugo Chávez não reconheceu a vitória de Calderón e disse que a eleição havia sido roubada para impedir a vitória de López Obrador (Relea, 2006). Em entrevista à jornalista Patricia Janiot, na CNN en Español, no dia 17 de setembro de 2006, Chávez disse: "*Él (Calderón) sencillamente destruyó la posibilidad de tener buenas relaciones con Venezuela. Pero no solo por eso, sino que yo creo que en México robaron a López Obrador*" (Hugo, 2006⁵³).

No começo de 2007, Calderón buscou amenizar as intrigas entre os dois países (Calderón, 2007), e em agosto de 2007, o presidente mexicano e Chávez trataram de recompor suas respectivas embaixadas em Caracas e na Cidade do México, e a relação bilateral melhorou progressivamente (Vautravers Tosca, 2008). Em 2011, Calderón visitou a Venezuela e, junto com Hugo Chávez, os dois presidentes concordaram em apoiar a criação da CELAC (México-Chávez, 2013).

A política externa do governo mexicano para a região andina tinha uma agenda dupla por motivos políticos e econômicos: de um lado estavam Bolívia, Equador e Venezuela; de outro, Colômbia, Chile e Peru. Com Colômbia, Chile e Peru, a aproximação pela via econômica foi impulsionada pela ideia de criar um bloco de países dispostos a diversificar o comércio e ampliar as relações econômicas com os países do outro lado do Oceano Pacífico, no continente asiático.

A criação do Arco do Pacífico (ARCO), em 2007, e a posterior criação da Aliança do Pacífico (AP), em 2011, congregaram México, Chile, Peru e Colômbia, enquanto países mais à esquerda política defendiam um "regionalismo pós-liberal" com defesa da integração regional por meio de políticas sociais que impulsionassem o desenvolvimento humano, com apelo à integração política, compartilhamento de ideias e valores, foco na cooperação Sul-Sul e defesa da soberania contra a hegemonia dos EUA na região (Chabat, 2013).

Com a Colômbia, as ações na área de segurança contra o narcotráfico, um acordo com os EUA nessa área (Plano Colômbia no país andino e Iniciativa Mérida no México), a convergência ideológica de presidentes de centro-direita, assim como a criação do Projeto

⁵² Sobre a campanha presidencial de 2006 e o "*peligro para México*", caso Obrador fosse eleito, ver: EN BUSCA del voto del miedo: la construcción mediática de López Obrador como un peligro para México durante la campaña presidencial de 2006. **Foro Internacional**, [s. l.], v. 51, n. 4, p. 715-748, 2011. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2073>. Acesso em: 31 mar. 2022

⁵³ A entrevista encontra-se disponível no Youtube, a partir do minuto 4' (Hugo, 2006). <https://www.youtube.com/watch?v=VNdT8c8mu0A>

Mesoamérica, em 2008 (após a Colômbia ser incluída no PPP), impulsionaram ainda mais a relação bilateral México-Colômbia.

Na política externa da Região Andina, é necessário estabelecer uma diferença entre Bolívia, Equador e Venezuela, em contraposição à Colômbia e ao Peru. Para os primeiros, alguns elementos comuns em suas prioridades se mantêm estáveis, entre eles: a defesa da soberania nacional; contestação à hegemonia dos Estados Unidos; diversificação dos mercados internacionais e cooperação Sul-Sul; promoção da integração latino-americana e uma retórica internacional de defesa do meio ambiente. Para o segundo grupo, os temas de abertura comercial e diversificação do acesso de sua produção a mercados globais condicionam o conjunto de suas condutas (Bonilla, 2013, p. 199, tradução nossa).

Analisar a inserção regional do México por meio da via econômica ajuda a entender a estratégia adotada pelo país, que buscava a aproximação com a América Latina, mas não deixava de defender uma política mais voltada à liberalização econômica e à ampliação de acordos de livre comércio.

Sob o lema "*Más México en el mundo y más mundo en México*", o governo projetava ampliar a participação do país no comércio internacional e diversificar suas parcerias públicas e privadas. Outros temas internacionais também ganharam destaque na política externa do período de Calderón, como a presidência do país no Conselho de Direitos Humanos da ONU (2006-2007), mais um mandato no Conselho de Segurança (2009-2010) e a sua nomeação como país-sede da Conferência do Clima (COP16) em 2010, além da presidência do G20 financeiro em 2012 (Pellicer, 2013).

O mexicano Ángel Gurría, ex-chanceler do governo Zedillo e então secretário-geral da OCDE, defendia que a resposta para a crise econômica de 2008 passava pelo exemplo do que o governo mexicano estava fazendo. Ou seja, os países não deveriam perseguir políticas protecionistas, mas sim promover a liberalização comercial, a abertura econômica e o aumento da participação do comércio exterior no Produto Interno Bruto (PIB).

Essa abertura aumentou a sensibilidade do México aos choques externos, mas também o obrigou a ser cada vez mais resiliente e flexível [...]. O país também aproveitou a crise para aprofundar ainda mais sua abertura comercial. [...] O México foi um dos poucos países que incluíram medidas de liberalização comercial em seu pacote de políticas para responder à crise. No final de 2008, anunciou uma redução unilateral das tarifas de importação para o período de 2009 a 2013 (Gurría, 2012, p. 38, tradução nossa).

Na América Latina, dois projetos que envolviam temas de integração física eram desenvolvidos simultaneamente: o Proyecto de Integración y Desarrollo de Mesoamérica (PM)

e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA⁵⁴), destacando-se como líderes (e principais fiadores) dessas iniciativas o México e o Brasil, respectivamente. Diferentemente do PM, a IIRSA foi incorporada a um projeto mais amplo de integração regional e, em 2009, ficou sob a responsabilidade do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da UNASUL (20 Anos [...], 2020).

Do ponto de vista estratégico-econômico, os dois programas podiam ser meios de geração de emprego, via demanda de mão de obra nas obras de infraestrutura, e importantes para modernizar e integrar cadeias produtivas de diferentes países, ajudando-os na exportação de suas mercadorias.

5.2 CELAC: a aproximação pela via política

A estratégia de reaproximação com o continente latino-americano do governo Calderón ficou marcada pela reunião da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, entre os dias 21 e 23 de fevereiro de 2010, em Cancún, México. A CELAC — sucessora de anos de concertação política do Grupo do Rio e da então recém-criada Cúpula de América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC⁵⁵) — nasceu no México, e Calderón tratou de utilizar o momento como oportunidade para mostrar o país com poder de convocação e disposto a reatar os laços de proximidade com a região⁵⁶, assim como uma forma de aproximar Cuba de um foro regional amplo, já que Cuba não participava da OEA desde sua expulsão em 1962. Decerto, para o México, a CELAC era um projeto menos ambicioso que o NAFTA.

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos foi uma iniciativa do presidente do México ao término da I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC). Esta cúpula foi convocada pelo Brasil e realizada em Salvador, Bahia, entre 15 e 17 de dezembro de 2008. [...] [...] A CALC contou com uma participação quase plena, pois 33 países da América Latina estiveram presentes. Posteriormente, a coincidência entre o término do

⁵⁴ Para um histórico detalhado da IIRSA, ver: HONÓRIO, Karen dos Santos. **O significado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012)**: um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/7fa7b26c-9532-4417-ba70-d381e069647c/content> Acesso em: 1 abr. 2022.

⁵⁵ A CALC surgiu em dezembro de 2008 na cidade de Salvador, Bahia, através da “Declaração de Salvador” e tinha como objetivo “*profundizar la integración regional y establecer compromisos efectivos de acción conjunta para la promoción del desarrollo sostenible de sus pueblos*”. DECLARAÇÃO de Salvador. 2008. Disponível em: http://walk.sela.org/attach/258/EDOCs/SRed/2009/01/T023600003287-0-Primera_Cumbre_CALC_-_Declaraci%C3%B3n_de_Salvador,_Bah%C3%ADa,_Brasil_-_17_de_diciembre_de_2008.pdf. Acesso: 23 mar. 2022.

⁵⁶ Não é papel da tese descrever as características e funcionamento da CELAC. Para maiores informações ver o próprio site da CELAC, disponível em: <https://celacinternational.org/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

exercício do México como Secretário Pro Tempore do Grupo do Rio (2008-2010) e o compromisso de sediar a II CALC permitiram que o presidente Felipe Calderón realizasse ambos os eventos de forma conjunta na Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, em 22 e 23 de fevereiro de 2010 (Borbón, 2011, p. 142-143, tradução nossa).

Calderón afirmou que, ao assumir o mandato, percebeu que o "Grupo do Rio parecia condenado a desaparecer. Pocos querían asistir y nadie tenía interés en asumir la nueva secretaría pro tempore" (Calderón, 2014, p. 323). De fato, é um acontecimento curioso: o México, caracterizado pelo distanciamento da região latino-americana e aproximação à América do Norte, liderado por um governo de centro-direita, era justamente o impulsionador de uma instância política regional que congregava todos os países da América Latina e do Caribe. Ademais, dando seguimento à política externa atrelada à defesa democrática e dos direitos humanos, o México tratou de condicionar o respeito à democracia e aos direitos humanos como condição para fazer parte do grupo⁵⁷.

Para Guadalupe González e Rafael Velázquez Flores (2013), no entanto, a criação da CELAC marcava a perda da proeminência que o México sempre teve no Grupo do Rio. Dessa forma, ao substituir o Grupo do Rio pela CELAC, a política externa mexicana arriscou sua liderança em um mecanismo de concertação política e histórica, como o Grupo do Rio, por um projeto político arriscado, mais amplo, mas que permitiria ao país reaproximar-se da América Latina, especialmente da América do Sul.

Segundo diplomatas mexicanos, foi na reunião de Santo Domingo que o presidente Calderón considerou conveniente a formação de uma organização de países latino-americanos para resolver os problemas da região. Com esse objetivo, o Ministério das Relações Exteriores preparou um projeto que foi apresentado ao Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Jamaica e República Dominicana. Em maio de 2009, no entanto, o Brasil organizou uma cúpula para criar uma organização voltada ao desenvolvimento e à integração, a Comunidade da América Latina e do Caribe (CALC), mas o México insistiu que esta e o Grupo do Rio deveriam se unir para formar a CELAC, embora o Brasil preferisse manter a CALC.

O México convocou a Cúpula da Unidade em fevereiro de 2010, quando terminava seu período como Secretário Pro Tempore do Grupo do Rio, e foi nesse momento que se anunciou a criação da CELAC. A Cúpula da Unidade foi especialmente importante para o México, não apenas pela criação da CELAC, mas também porque demonstrou seu poder de convocação, refletindo sua influência regional. Além disso, o fato de a CALC não ter sobrevivido também representou um sucesso para a diplomacia mexicana (Covarrubias, 2016a, p. 337, tradução nossa).

Ao avançar sua inserção política regional por meio da CELAC, o governo Calderón conseguiu recompor gradativamente a diplomacia mexicana na região. Além disso, tentou

⁵⁷ Para ver todas as declarações oficiais desde a CALC ao início da CELAC, assim como os documentos da chancelaria mexicana ver o Livro Branco da Secretaria de Relaciones Exteriores do México sobre o "*Papel de Mexico en la Integración de América Latina y el Caribe: creación de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC)*". Disponível em: <https://sre.gob.mx/images/stories/doctransparencia/rdc/4lbcelac.pdf> Acesso: 23 mar. 2022.

contrabalançar a "sulamericanização", ou seja, a proeminência de países sul-americanos em destaque de poder e influência na América Latina — especialmente na época em que o Brasil despontava com maior influência. A tentativa passou por reinserir o México como país-chave nos movimentos de concertação política da região e "latino-americanizar" sua imagem, ampliando sua influência diplomática e reaproximando-o, progressivamente, da América do Sul. A embaixadora Olga Pellicer (2006) complementa:

Agora, qual é o projeto do México como líder regional ou como potência média? A verdade é que esse projeto não existe, mas, se existisse, teria que deixar de lado algumas ideias do passado, como a confiança em uma liderança presente e espontânea na América Latina. O México perdeu influência na região; em parte por descuido, em parte porque o que ocorre ali não é favorável para lideranças mexicanas. [...] Os países mais fortes da América do Sul não querem nem buscam uma presença significativa do México. Alguém poderia argumentar que a Argentina ou o Uruguai precisam do México para fazer um contrapeso ao Brasil. Isso é verdade, mas os recursos para desempenhar esse papel são limitados, e esse objetivo não pode ser o eixo da nossa posição na América Latina (Pellicer, 2006, p. 30, tradução nossa).

A CELAC era um canal importante, pois: (1) além de reavivar a liderança política mexicana na região, poderia contribuir para diminuir as distâncias entre América do Sul, América Central, Caribe e o México (América do Norte); (2) daria à política externa mexicana um canal direto de aproximação com outros países ou blocos que caminhavam por outros modelos de integração regional, como era o caso de Cuba, Venezuela e da ALBA⁵⁸; (3) poderia constituir espaço de influência e liderança (*soft power*) para a qualificada diplomacia mexicana; (4) poderia ser capaz de reduzir custos políticos individuais, ao criar articulações conjuntas de atuação em outros órgãos internacionais; (5) seria uma frente coletiva de países capazes de aumentar a margem de manobra diante da influência dos EUA na região; e (6) poderia facilitar ações coletivas que minimizassem crises migratórias, especialmente na América Central. Como aponta Guadalupe González (2013):

Não se trata de criar uma frente latino-americana contra a presença dos Estados Unidos na região, mas de ampliar a margem de manobra do México por meio de alianças estratégicas em temas de interesse comum, como os fluxos migratórios. Alcançar um consenso latino-americano pode funcionar como um mecanismo de pressão e gestão para impulsionar mudanças na política migratória dos Estados Unidos em relação à região. A mesma estratégia é necessária para responder ao endurecimento das políticas migratórias na Europa (González, 2013, p. 374).

Nesse sentido, o México acreditou que deveria ocorrer uma união da CALC e do Grupo do Rio para criar a CELAC (Covarrubias, 2016a). A criação da CELAC em 2010 contribuiu para impulsionar o projeto de política externa do governo Calderón de

⁵⁸ Sobre os diferentes modelos de integração da América Latina na época, ver: Bernal-Meza (2013).

reaproximação com a região e, conseqüentemente, imaginava-se uma redução da distância política entre o México e a América do Sul.

De acordo com o ex-chanceler brasileiro Celso Amorim, "[...] a necessidade de acomodar o México (e também Cuba) dentro de uma institucionalidade latino-americana e caribenha foi uma das razões que levou o Brasil a propor um processo que resultou na CALC, hoje CELAC" (Amorim, 2011, p. 406). Se o México começou a apostar seu protagonismo na CELAC, o Brasil não deixou de apostar na UNASUL e no Mercosul como carros-chefe de sua política externa para a região (Bacoccina, 2007b). A percepção de que o Brasil deixava o México de lado no processo de integração regional era um sinal incômodo para a diplomacia mexicana.

Parece haver um consenso de que o governo mexicano se ressentiu da criação da UNASUL. Segundo Luiselli⁵⁹, a UNASUR foi um golpe para o México; Arriaga e o ex-embaixador do México no Brasil, Andrés Valencia, concordam que foi um mecanismo que formalmente excluiu o México das dinâmicas da América do Sul. Valencia considera que a UNASUR foi o único caso que realmente levou o governo mexicano a perceber a ascensão do Brasil como uma ameaça. Não há consenso, no entanto, sobre se a CELAC foi uma reação à UNASUR: Luiselli considera que a CELAC foi um 'curativo' para o México, enquanto Arriaga afirma que foi um compromisso entre Brasil e México⁶⁰ (Covarrubias, 2016b, p. 201, tradução nossa).

Mesmo com a CELAC, o regionalismo mexicano no período, principalmente após o surgimento da Aliança do Pacífico, apresentou características fundamentalmente comerciais, diferentemente do Mercosul e da UNASUL, que pretendiam transformar essas iniciativas regionais em instituições com ações em outras áreas além do comércio (Teixeira; Desiderá, 2012, p. 31-34). No caso da UNASUL, por exemplo, até a convergência em assuntos de segurança cooperativa era proposta, como foi o caso da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) no final de 2008, além de projetos de integração regional pautados em múltiplos temas, como no Mercosul, que iam além de assuntos econômico-comerciais e tratavam de integração física e cooperação técnica em diversas áreas.

Nos casos do Mercosul e da CELAC, a estratégia do México foi de equilíbrio suave e diplomacia vinculativa: os governos mexicanos tentaram se aproximar do Brasil e engajá-lo em um comportamento colaborativo. A CELAC não é realmente uma instituição; é mais um acordo que permitiu ao governo mexicano restringir o Brasil. O México queria conter o Brasil eliminando a CALC e, ao mesmo tempo, trabalhar em conjunto para uma organização regional definitiva. Portanto, a CELAC cumpriu um dos objetivos mais desejados pelo México: ser reconhecido como igual ao Brasil (Covarrubias, 2016b, p. 201-202, tradução nossa).

⁵⁹ Cassio Luiselli, ex-embaixador do México no Uruguai.

⁶⁰ Cassio Luiselli, ex-embaixador do México no Uruguai e na ALADI; Víctor Arriaga Weiss, ex-diretor da ser para América do Sul e Andrés Valencia, ex-embaixador do México no Brasil.

Nesse cenário, o México observou o crescimento político da "sul-americanização da América Latina" e agiu para dirimir as distâncias regionais e reaproximar sua política externa da região, via CELAC e Aliança do Pacífico.

Continuando com as correções e melhorias:

5.3 Aliança do Pacífico: a tentativa de reaproximação pela via econômica

A importância dada à AP pelo governo mexicano mais uma vez demonstrava que o México acreditava em movimentos de regionalismo aberto. Dessa forma, a AP ganhou mais relevância na agenda política para a América Latina, o que minimizou a CELAC como foro multilateral de cooperação regional ou de concertação política⁶¹.

A estratégia da política comercial do governo Calderón, descrita no Plano Nacional de Desenvolvimento, englobava, por exemplo: otimização das relações com parceiros comerciais já existentes; busca por novas parcerias; defesa legal dos interesses comerciais; promoção do multilateralismo; avanço na integração regional; manutenção de postura contra medidas protecionistas; redução da burocracia diante da multiplicidade de regras comerciais; diversificação do comércio exterior e defesa do comércio internacional como meio para minimizar os efeitos de crises econômicas (Gardoqui, 2012; México, 2007).

Como apontado, a política econômica liberal, a economia de mercado, a ampliação do comércio internacional do México e a defesa de acordos de livre comércio foram agendas de convergência do PRI e do PAN, especialmente a partir da presidência de Salinas de Gortari (1988-1994), seguido por Ernesto Zedillo (1994-2000) — ambos do PRI — e continuadas pelos *panistas* Vicente Fox (2000-2006) e Felipe Calderón (2006-2012), até o retorno do PRI com a eleição de EPN (2012-2018).

Apesar de serem do mesmo partido (PAN), o governo Calderón optou por uma mudança na estratégia de política comercial do governo Fox, ao buscar fortalecer as negociações comerciais bilaterais e sub-regionais com os países da América Latina (González; Velázquez Flores, 2013). Guadalupe González e Rafael Velázquez Flores (2013, p. 595) explicam que, durante o governo Calderón, a política comercial "*retomó, en parte, la agenda priísta inconclusa de comercio internacional más que por afinidad ideológica por consideraciones de orden práctico*". Essa política comercial dava mais incentivos para que a

⁶¹ Por outro lado, destaca-se a importância política multilateral da CELAC como canal de diálogo na relação com a União Europeia. Sobre esse assunto, ver: GRABENDORFF, Wolf. Realidad y ficción en las relaciones entre la CELAC y la Unión Europea. In: BONILLA, Adrián; JARAMILLO, Grace (ed.). **La CELAC en el escenario contemporáneo de América Latina y del Caribe**. San José: FLACSO; CAF, 2014. p. 175-191. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/53868.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

diplomacia mexicana avançasse na aproximação com os países latino-americanos mais interessados na abertura comercial.

No entanto, a liberalização comercial e a ampliação dos acordos nessa área também foram motivos de críticas de setores políticos do país. Luz María de la Mora (2013) afirma que, devido a pressões políticas internas de membros do Legislativo contrários à liberalização comercial, governos estaduais, lobbies de conselhos empresariais diversos e após três mudanças na chefia da Secretaria de Economia⁶², o avanço dos TLCs foi mais modesto do que era planejado. Mora (2013) utiliza a expressão "fatiga comercial" para descrever a tentativa frustrada de ampliação de TLCs. Dessa forma, o governo utilizou as ferramentas mais acessíveis que não dependiam de outros países ou da aprovação de atores internos. Segundo Mora:

[...] o cansaço comercial levou a privilegiar ações unilaterais por meio da redução de tarifas, da facilitação e da defesa comercial [...]. As áreas mais isoladas da pressão política, e onde foi necessária menor articulação política para convencer outros atores com capacidade de influenciar o processo de decisão, experimentaram os maiores avanços (Mora, 2013, p. 795, tradução nossa).

Ideias contrárias à ampliação de mais acordos argumentavam que o país deveria aproveitar e aperfeiçoar os acordos comerciais existentes. A ampliação dos acordos de livre comércio com outros países pode parecer desnecessária, considerando que mais de 80% do comércio exterior mexicano já ocorre dentro de um acordo de livre comércio consolidado como o NAFTA. Esse argumento é frequentemente trazido à tona quando se pretende, por exemplo, firmar um acordo de livre comércio entre o México e os países do Mercosul.

Durante o sexênio 2006-2012, diante da dificuldade de abrir diferentes frentes no mundo devido à oposição interna à continuidade das negociações de novos acordos comerciais, o governo mexicano concentrou-se nos continentes americano e asiático. No caso da América Latina, o objetivo foi aprofundar suas relações econômicas com os vizinhos ao sul de sua fronteira, considerando que é nessa região que o México possui maior potencial exportador (Rosenzweig; Gardoqui, 2012, p. 424, tradução nossa).

No México, alguns setores foram mais resistentes à ampliação das negociações de acordos de livre comércio, demonstrando oposição à abertura comercial, à facilitação de importações e à redução de medidas protecionistas. Como aponta Beatriz Gardoqui (2012, p. 115): *“El sector industrial quería explorar América Latina; mientras que el agrícola, el*

⁶² A *Secretaría de Economía* no México seria equivalente, no Brasil, ao Ministério da Fazenda ou Ministério da Economia.

mercado de Europa y Asia. Entonces, con el fin de satisfacer los intereses de todos los sectores, se adoptó una estrategia de negociaciones amplia con todas las regiones”.

Antes do governo Calderón, o México já possuía sete TLCs com outros países da região latino-americana⁶³. Na América Central, o país tinha tratados com a Costa Rica (1994) e a Nicarágua (1997), bem como o Tratado do Triângulo Norte, com El Salvador, Guatemala e Honduras (2000). Em 2012, foi assinado o Tratado de Livre Comércio Único (TLC Único) entre México, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua (México, 2012c). O TLC Único iniciava a integração por meio da união aduaneira e foi um importante marco no comércio intrarregional, pois foi o primeiro acordo firmado a partir da convergência de TLCs já existentes (Gardoqui, 2012). Segundo Gardoqui, esse ineditismo foi significativo, pois era *"una aspiración que mucho se ha buscado dentro de otros procesos de integración, como lo es el de la ALADI"* (Gardoqui, 2012). Um dos principais objetivos do TLC Único era atualizar as regras de origem⁶⁴ e facilitar os trâmites burocráticos para que matérias-primas de diferentes países pudessem compor um mesmo produto e, ainda assim, não serem impactadas pelas restrições de origem⁶⁵.

O governo Calderón assinou quatro Acordos de Associação Estratégica (AAEs) com países da região, entre eles Argentina, Chile, Costa Rica e Uruguai (México, 2012a). Os AAEs demonstram que os países compartilhavam princípios e valores sobre *"la democracia y el pleno respeto de los derechos humanos, las libertades fundamentales y la importancia de mantener una economía abierta para el desarrollo económico compartido"* (Gardoqui, 2012, p. 8), além de serem:

[...] um fórum para avançar no diálogo ao mais alto nível em matéria política, para promover os vínculos econômicos, comerciais e de investimento e para progredir gradualmente na cooperação e na coordenação em temas da agenda bilateral, regional e multilateral, em um marco institucional sólido e mutuamente acordado (México, 2012a, p. 8, tradução nossa).

⁶³ México-Bolívia (1995), México-Costa Rica (1995), México-Colômbia-Venezuela (Grupo dos Três, 1995. Lembrando que Venezuela sai do acordo em 2006), México-Nicarágua (1998), México-Chile (1999), México-Triângulo do Norte (El Salvador, Guatemala e Honduras, 2001) e México-Uruguai (2004). Para ver os acordos comerciais do México ver: http://www.sice.oas.org/ctyindex/mex/mexagreements_s.asp

⁶⁴ Regras de origem são exigências que os países ou conjunto de países utilizam para certificar a procedência de uma mercadoria. Nesse exemplo do TLC Único, “atualizar” as regras de origem se refere a caracterizar a origem de cada produto para posteriormente receber ou não um tratamento tarifário preferencial, ou seja, só receberia tratamento preferencial os produtos dos países que faziam parte do TLC Único.

⁶⁵ Beatriz Gardoqui (2012, p. 188) cita um exemplo: *“El primer antecedente de la implementación de la acumulación de origen entre México y Centroamérica se registró en el sector textil bajo el Tratado de Libre Comercio entre República Dominicana, Centroamérica y Estados Unidos (dr-cafta por su sigla en inglés). Ese Tratado previó la acumulación de origen para ciertas prendas de vestir. Como resultado, en la producción de éstas por parte de Centroamérica es posible utilizar hasta 100 millones de metros cuadrados de telas mexicanas y todavía cumplir con las reglas de origen bajo el dr-cafta, a pesar de que México no es Parte de este acuerdo”.*

Com relação a outras estratégias de integração regional, o início do governo Calderón estava diante de um cenário heterogêneo⁶⁶. O continente latino-americano contava com países mais alinhados a perspectivas de integração política por via da solidariedade anticapitalista e anti-imperialista, como era o caso da ALBA, com Venezuela, Cuba e Bolívia. Já os países do Cone Sul viviam um período de avanço do processo de integração do Mercosul⁶⁷ (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), que combinava objetivos de abertura comercial, integração física e social.

Os fracassos anteriores nas negociações para um acordo de livre comércio com o Mercosul somaram-se ao insucesso da tentativa de incorporação do México como membro associado do bloco durante o governo Fox (Fernandes, 2009). Em fevereiro de 2007, o clima de negociação comercial para a entrada do México no Mercosul piorou. Em reportagem ao jornal Valor Econômico, Beatriz Leycegui Gardoqui, então subsecretária de comércio internacional do governo mexicano, e o chanceler brasileiro Celso Amorim divergiram sobre as negociações comerciais entre o México e o Mercosul:

O México considera que foi discriminado nessa tentativa, insinuando que foi dado tratamento facilitado para Hugo Chávez. 'Nos impuseram critérios diferentes aos que estabeleceram para a entrada da Venezuela', disse a subsecretária mexicana de negociações comerciais internacionais, Beatriz Leycegui Gardoqui. [...] Ela apontou a exigência para o México ter antes um acordo de livre comércio com o bloco. Para o país, teria sido suficiente os acordos de preferência comercial já assinados com os membros plenos. Segundo fontes mexicanas, só o Brasil resistiu a essa ideia. (Moreira, 2007).

Celso Amorim não aceitou as críticas de Beatriz Leycegui Gardoqui e retrucou:

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, rebateu com vigor a declaração da funcionária mexicana: 'Não é verdade. O critério para ingressar no Mercosul é exatamente o mesmo, o país candidato tem de ter antes acordo de livre comércio com o Mercosul.' Segundo Amorim, a exigência tem sido feita a 'todos os outros países, mas eles (o México) vivem fazendo um pouco essa confusão, é conversinha para enganar, para criar um fato político'. Ele notou que 'nem membro pleno o México quer ser' (Moreira, 2007).

Os anos 2010 testemunharam o estabelecimento da Aliança do Pacífico, integrada por México, Chile, Colômbia e Peru. Essa coalizão simboliza um tipo de regionalismo voltado para

⁶⁶ Sobre os distintos projetos de integração regional na América Latina e Caribe, ver: PORTALES, Carlos. ¿A dónde va el multilateralismo en las Américas? Proyectos superpuestos en un período de cambios globales. **Pensamiento Próprio**, [s. l.], n. 39, 2014. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2014/06/006-Portales.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2022

⁶⁷ Para uma análise sobre os investimentos estrangeiros diretos do México nos países do Mercosul e dos países do Mercosul no México até 2008, ver: FAJARDO, María. Inversión Extranjera Directa en América Latina. El caso de Mercosur y México. **Trayectorias**, [s. l.], v. 11, n. 29, p. 98-116, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/607/60712749007.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

a integração econômica e a liberalização comercial, com um olhar particular para a região da Ásia-Pacífico. Para os defensores da Aliança do Pacífico no México, a iniciativa servia como uma plataforma para diversificar suas relações comerciais internacionais e tentar diminuir sua dependência econômica em relação aos EUA.

Em 2011, o México ajudou a fundar a Aliança do Pacífico, juntamente com Chile, Colômbia e Peru. Esta aliança representa uma combinação de elementos do regionalismo aberto e pós-liberal, promovendo tanto a integração econômica quanto a cooperação política. A Aliança do Pacífico busca criar uma área de integração profunda que facilite a livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas entre os países membros, além de se projetar como um bloco econômico competitivo no mercado global, especialmente em relação à Ásia-Pacífico. A participação do México na Aliança do Pacífico reflete seu compromisso com a liberalização econômica, ao mesmo tempo em que adota elementos de cooperação regional característicos do regionalismo pós-liberal.

A partir do governo Calderón, houve uma intensificação da estratégia comercial de alinhamento a alguns países da América Latina banhados pelo Oceano Pacífico, em prol de uma inserção internacional baseada na ampliação e diversificação da pauta comercial. Colômbia, Costa Rica, Chile e Peru formavam a base do Pacífico centro-americano e sul-americano — uma "vertente asiática" na América Latina — à qual o México buscou se aliar. Os governos desses países estavam mais propensos ao regionalismo aberto e a firmar acordos de livre comércio, como era o caso especialmente de Peru, Chile, Colômbia, Costa Rica e México (Ruiz, 2010).

A diversidade de modelos de desenvolvimento não significou o fechamento dos espaços para o avanço da integração regional por meio de esquemas diversos, com diferentes velocidades e direções. De fato, essa diversidade abriu ao México certos espaços cujo aproveitamento exigia a adoção de um esquema flexível e seletivo em relação à região. Diante desse contexto, o principal desafio para o México consistia em como manter e ampliar sua presença na América Latina enquanto a sub-regionalização avançava e se aprofundava (González; Velázquez Flores, 2013, p. 581-582, tradução nossa).

A iniciativa que viria a ser o "Arco do Pacífico" ou "Foro do Arco do Pacífico" (ARCO) surgiu em 2007, diante das críticas da Venezuela, Bolívia e Equador ao regionalismo aberto dentro da Comunidade Andina de Nações (CAN) e das tentativas, por parte de Peru e Colômbia, de firmar um acordo de livre comércio da CAN com os EUA. Com a saída da Venezuela da CAN, em 2006, o Peru tornou-se o principal articulador de uma aliança entre países da costa do Pacífico para prosseguir com a abertura de mercado e a ampliação dos acordos de livre comércio. Além disso, àquela altura, o crescimento do comércio com a China e outros países asiáticos fortalecia a noção de que a costa do Pacífico da América Latina poderia

ganhar muito com a ampliação das trocas comerciais com os países asiáticos banhados pelo Pacífico. Como bem destacou José Briceño Ruiz (2010):

[...] o Fórum teria uma tripla função. Em primeiro lugar, atuaria como um bastião para defender as políticas econômicas neoliberais aplicadas desde o final dos anos 80. Em segundo lugar, seria uma resposta ao 'eixo ALBA' e às suas propostas de criar um 'eixo antissistêmico', não capitalista e anti-imperialista. Por fim, constituiria uma instância para tentar institucionalizar um espaço regional a partir do qual negociar com os países da Ásia-Pacífico, em particular com a China (Ruiz, 2010, p. 55, tradução nossa).

O ARCO foi fundamental para o que viria a ser a AP, em 2012, apoiada pelo governo mexicano para a ampliação da abertura comercial e a aproximação com os países asiáticos. Como aponta Beatriz Naddi, o interesse institucionalizado do México na ampliação do comércio com a região da Ásia-Pacífico começou ainda no final da década de 1980, com a criação da *Comisión Mexicana en la Cuenca del Pacífico* (CMCP), em 1988. Em 1993, o México tornou-se membro da APEC e, em 2012, passou a participar das negociações da Parceria Transpacífico (TPP⁶⁸), oficializada em 2016 (Naddi, 2018).

Embora a Aliança se apresente como um projeto desideologizado e insista em seu caráter 'pragmático' e 'eficaz', é visível seu alto perfil ideológico e sua intenção de se posicionar como uma alternativa atraente para os mercados e parceiros externos, como os Estados Unidos e a UE, destacando as diferenças em relação ao eixo bolivariano (Sanahuja, 2016, p. 49, tradução nossa).

De acordo com González-Pérez *et al.* (2015), a AP⁶⁹ indicava que o modelo do regionalismo aberto ainda permanecia influente na América Latina, mantendo elementos como a liberalização do comércio, maior integração das economias dos países membros ao comércio internacional e promoção de relações econômicas com blocos e países de fora da América Latina, especialmente da Ásia-Pacífico. O acordo que deu início à AP foi assinado em junho de 2012 (Alianza del Pacífico, [2012]), no final do governo Calderón, e corroborava o posicionamento mexicano em favor da expansão do livre comércio e da livre circulação de bens, capitais, serviços e pessoas. A AP era mais uma tentativa de integração econômico-comercial entre países dispostos a ampliar a competitividade de suas economias, nesse caso especialmente com vistas à região Ásia-Pacífico⁷⁰. O próprio Felipe Calderón admitiu que a AP

⁶⁸ O Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP, na sigla em inglês) é um tratado de livre comércio multilateral que tem como objetivo reduzir as barreiras comerciais com vistas à criação de uma área de livre comércio na região da Ásia-Pacífico.

⁶⁹ Ver site oficial da Aliança do Pacífico: <https://alianzapacifico.net/>

⁷⁰ No próximo capítulo, sobre o governo EPN, a atuação do México na AP, no período de 2012 a 2018, será analisada.

ia além de um projeto econômico e que também era um projeto político que respondia à polarização ideológica diante dos governos de esquerda da região:

[...] o impulso que nos reuniu na Aliança do Pacífico não foi meramente econômico. Trata-se, além disso, de uma associação baseada em visões de desenvolvimento similares, nas quais prevalece como elemento central a liberdade: liberdade política por meio de sistemas democráticos; liberdade econômica e comercial como caminho para construir prosperidade. E algo não menos importante: a Aliança do Pacífico resultou, de fato, em termos de integração, uma resposta às tendências populistas que motivaram a criação de outros blocos políticos, como a ALBA e alguns governos do Mercosul, que apostam na confrontação ideológica e na retórica antiamericana como fatores de coesão. É aqui que se torna mais evidente o dilema enfrentado pela América Latina: escolher o caminho do populismo, do autoritarismo e do protecionismo, ou a via da responsabilidade social. O México aposta claramente nesta segunda opção (Calderón, 2014, p. 325-326, tradução nossa).

Se na década de 1990, com a entrada em vigor do NAFTA, falava-se da capacidade do México de ser o entreposto ou o trampolim da América Latina rumo aos EUA, a partir do início da segunda década do século XXI é possível falar da capacidade do México ser o entreposto ou o trampolim entre a América do Norte, a América Latina e a Ásia. Para Beatriz Naddi (2018, p. 146), a presença do México na Aliança do Pacífico deve ser entendida a partir de dois focos: "i) o interesse comercial-empresarial e ii) o interesse geopolítico". A estratégia de participação do México na AP poderia possibilitar a recuperação da perda de influência do país, principalmente na América do Sul, e, junto de Chile, Peru e Colômbia, poderia ser um importante contrapeso à influência do Brasil na região (Nolte; Wehner, 2014; Chaves, 2014). Segundo Guadalupe González (2013, p. 368): *“Los países medianos de Latinoamérica tienen interés en una mayor presencia de México en la región, como un mecanismo para equilibrar sus relaciones con Brasil como potencia regional y para mejorar su capacidad competitiva frente al dinamismo de los países asiáticos”*.

Especificamente para o México, a AP poderia ser uma oportunidade de mercado para reduzir a dependência econômica estrutural em relação aos EUA, buscar nos mercados dos países do bloco novos compradores e, assim, diversificar suas exportações (Menezes; Banzatto, 2016). A AP, ademais, poderia ser um polo de destaque para a diplomacia mexicana. Sendo a maior economia do bloco, o país poderia exercer sua influência em um espaço onde o Brasil não participava e onde a polarização político-ideológica com outros governos era pouco provável de acontecer. Destaca-se o fato de que o enfraquecimento dos governos progressistas na região, a eleição de governos mais simpáticos às políticas econômicas liberais e a fragmentação política dos arranjos regionais ajudaram a dar destaque à Aliança do Pacífico. Como aponta Beatriz Naddi (2018):

[...] a timidez do México em projetar-se ou, pelo menos, afirmar-se como liderança, coloca em xeque as possibilidades não só da Aliança do Pacífico, mas do próprio Estado mexicano como potência regional para se contrapor ao projeto de liderança brasileiro. Dessa forma, a inserção do México na América Latina se apresenta de maneira débil, seja comercialmente, seja político-estrategicamente. Mas a decadência dos governos tidos como progressistas da 'onda rosa' — inclusive o Brasil — pode levar o México e a Aliança do Pacífico a se tornarem novos polos de poder regional (Naddi, 2018, p. 151).

Para o México, a AP poderia gerar: (i) maior presença no mercado asiático; (ii) diversificação comercial; (iii) maior integração às cadeias produtivas; (iv) gerar maior concorrência para os produtos mexicanos, principalmente nos EUA; (v) atrair investimentos diretos dos países asiáticos; e (vi) fixar o país como elo estratégico que vincularia Ásia, América do Norte e América Latina (Rosenzweig; Gardoqui, 2012).

Segundo Benjamín Chaves (2014), a participação do México na AP poderia ocasionar alguma "tensão" com o Brasil. Não pelo fato de o país querer disputar o peso da liderança ou da representatividade do Brasil na região, mas pelo fato de que o México "*ha desarrollado un sector manufacturero importante que podría desplazar algunos productos de exportación de Brasil a los países miembros de la Alianza*" (Chaves, 2014, p. 217). O ex-chanceler brasileiro Celso Amorim (2011) fez um relato interessante da política exterior do México que congregou os governos do PAN de Vicente Fox e Felipe Calderón (2000 a 2012):

A política do México com relação à América Latina, e especialmente à América do Sul, sempre padeceu de certa ambiguidade, acentuada pelo Nafta. Por um lado, o México sente necessidade de reafirmar sua identidade latino-americana, fator vital para preservar sua independência em relação ao grande vizinho do Norte. Por outro, a força de atração do mercado norte-americano é indiscutível. Com o Nafta, o que antes era visto como uma inevitabilidade frequentemente lamentada, passou a ser uma política de Estado. Essa ambiguidade gerou situações delicadas na Aladi que só foram contornadas mediante artifícios que contribuíram para enfraquecer a organização. Ela também gerou problemas na relação do México com o Mercosul. O presidente Vicente Fox afirmava frequentemente que queria que o país 'ingressasse' [sic] no Mercosul, ignorando a total mudança que isso exigiria na política comercial de seu país. Em outras palavras, queria entrar para um clube sem submeter-se às suas regras. Em várias ocasiões, contrapropusemos que o México se tornasse Estado Associado do Mercosul, o que dispensaria a adoção, pelo México, da Tarifa Externa Comum. Ainda assim, seria necessário um acordo de livre-comércio, objetivo em tese mais viável. Essa segunda hipótese não tinha, porém, o charme político da primeira, o que fazia com que os mexicanos desconversassem rapidamente. Tem sido mérito do presidente Calderón buscar um enfoque mais pragmático. O governo mexicano não tem insistido em uma integração ao Mercosul puramente teórica, mas que não deixaria de nos causar problemas de toda ordem (Amorim, 2011, p. 405-406).

Ao final do período Calderón, a relação com os países da AP (Colômbia, Chile e Peru) fortalecia sua presença na América do Sul. Em suma, a formação da Aliança do Pacífico em 2011 pode ser interpretada como uma consequência da fragmentação da CAN, marcada por divergências significativas entre seus membros quanto às estratégias de integração regional.

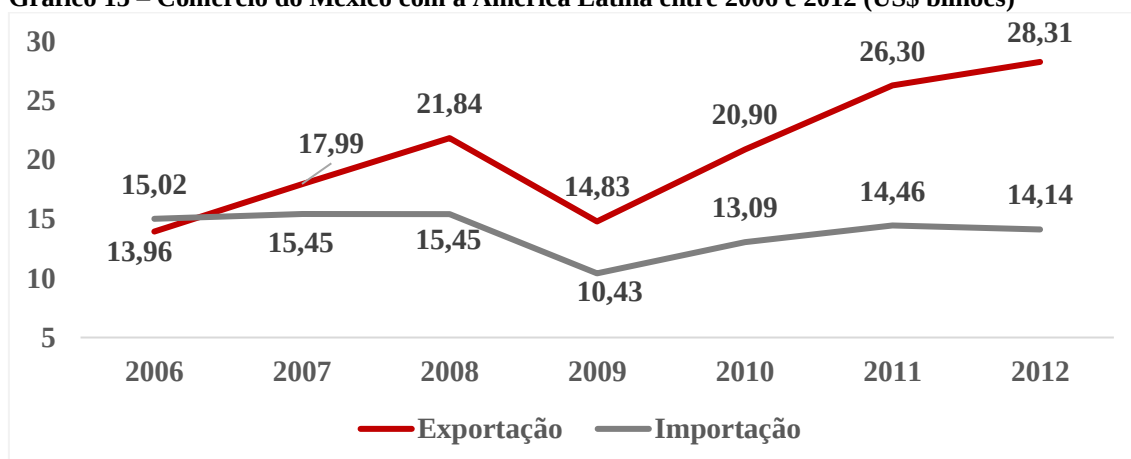
Essas diferenças tornaram-se especialmente evidentes após o colapso da proposta da ALCA e a criação da ALBA em 2004.

Nesse contexto, Colômbia e Peru, ambos com orientações próximas aos EUA, advogaram por um regionalismo aberto, buscando intensificar suas relações econômicas com a Ásia-Pacífico. Em contrapartida, Venezuela, Bolívia e Equador adotaram posturas alinhadas aos princípios bolivarianos da ALBA, seguindo um caminho distinto na integração regional (Penna Forte, 2017). Em suma, o México, de 2006 a 2012, buscou caminhos para retomar sua imagem "latino-americanista", consertando arestas com Venezuela e Cuba, liderando o processo negociador da CELAC e potencializando sua relação econômica com vários países sul-americanos através da Aliança do Pacífico.

5.4 Política comercial para a América Latina do governo Felipe Calderón (2006-2012)

A política comercial do governo Felipe Calderón (2006-2012) para a América Latina reflete um esforço estratégico de reaproximação econômica à região, combinado com uma política externa que buscava equilibrar as relações com os países latino-americanos em um contexto de renovadas pressões globais e regionais. Ao longo do mandato, Calderón adotou uma postura pragmática, alicerçada no fortalecimento do comércio regional e na diversificação de mercados, enquanto promovia uma política externa que procurava consolidar o México como um ator comprometido com o desenvolvimento da América Latina, mas também com forte alinhamento aos interesses norte-americanos e de inserção global.

A política comercial de Calderón, marcada pelo aumento das exportações para a América Latina e pelo fortalecimento do comércio intrarregional, visava reduzir a excessiva dependência do México em relação ao mercado dos EUA. Essa dependência, evidenciada pela resposta do México à crise de 2008, fez com que o México fosse percebido como um aliado dos EUA mais do que como um líder regional latino-americano. Isso gerou uma tensão constante entre a imagem de um México comprometido com a integração latino-americana e a realidade de uma política externa que, em muitos aspectos, privilegiava os interesses do vizinho do norte.

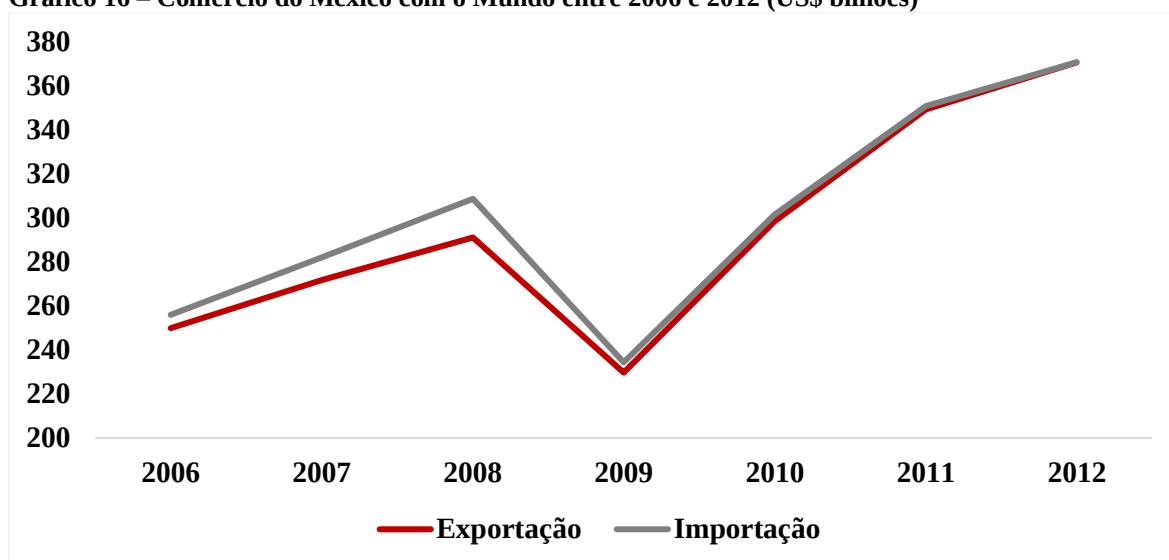
Gráfico 15 – Comércio do México com a América Latina entre 2006 e 2012 (US\$ bilhões)

Fonte: Comtrade.

O Gráfico 15 mostra que as exportações mexicanas para a região cresceram de US\$ 13,96 bilhões em 2006 para US\$ 28,31 bilhões em 2012, demonstrando um aumento contínuo no comércio intrarregional. As importações do México da América Latina em 2006 e 2012 tiveram praticamente o mesmo valor, 14 bilhões de dólares, revelando que em seis anos o aumento das importações do México não veio da América Latina, mas de outras regiões do mundo. Dessa forma, as importações para a região permaneceram estáveis, mas abaixo do valor total das exportações, gerando superávit comercial com a região.

A estabilidade das importações e a falta de crescimento significativo refletem a limitada complementaridade econômica entre o México e muitos de seus parceiros latino-americanos, que, assim como o México, também dependiam da exportação de commodities e produtos industriais. Isso limita o potencial de uma integração econômica profunda. Essa tendência sugere que, enquanto Calderón buscava fortalecer o papel do México como exportador para a América Latina, ele também diversificava suas fontes de importação para além da região. Essa estratégia, embora economicamente vantajosa para o México, limitava o desenvolvimento de uma interdependência econômica mais equilibrada com seus vizinhos latino-americanos, reduzindo o impacto e a influência do México nas cadeias de valor regionais. Para fazer uma análise comparativa com o comércio do México com o mundo, o gráfico a seguir mostra justamente a tendência de crescimento das importações durante o sexênio.

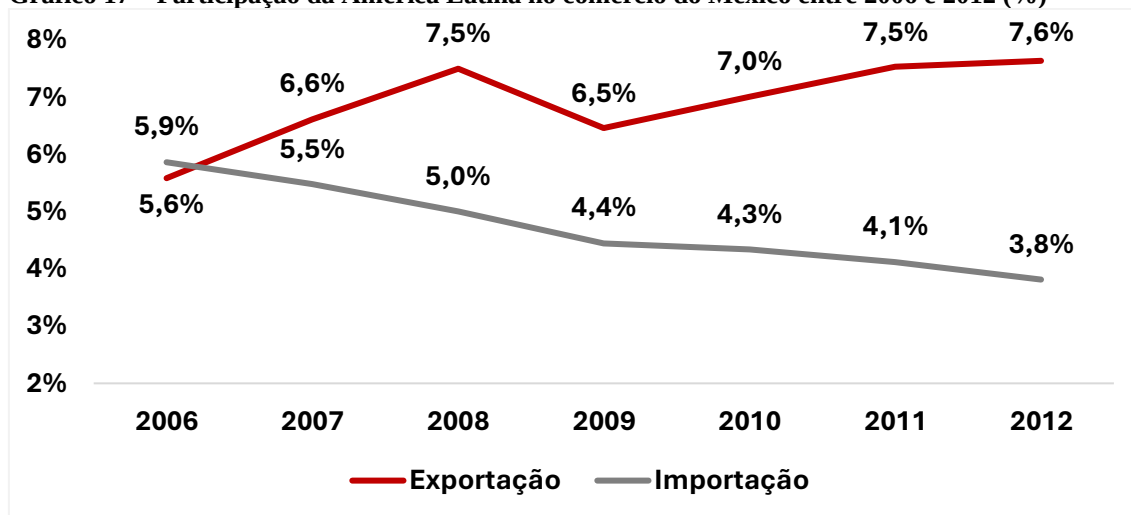
Gráfico 16 – Comércio do México com o Mundo entre 2006 e 2012 (US\$ bilhões)



Fonte: Comtrade.

O Gráfico 16 mostra um crescimento significativo no comércio global do México. As exportações para o mundo aumentaram de US\$ 250 bilhões em 2006 para US\$ 370,7 bilhões em 2012, enquanto as importações cresceram de US\$ 256,09 bilhões para US\$ 370,75 bilhões. Esse crescimento indica a continuidade de uma política econômica voltada para o comércio exterior e o fortalecimento das relações comerciais globais do México.

Gráfico 17 – Participação da América Latina no comércio do México entre 2006 e 2012 (%)

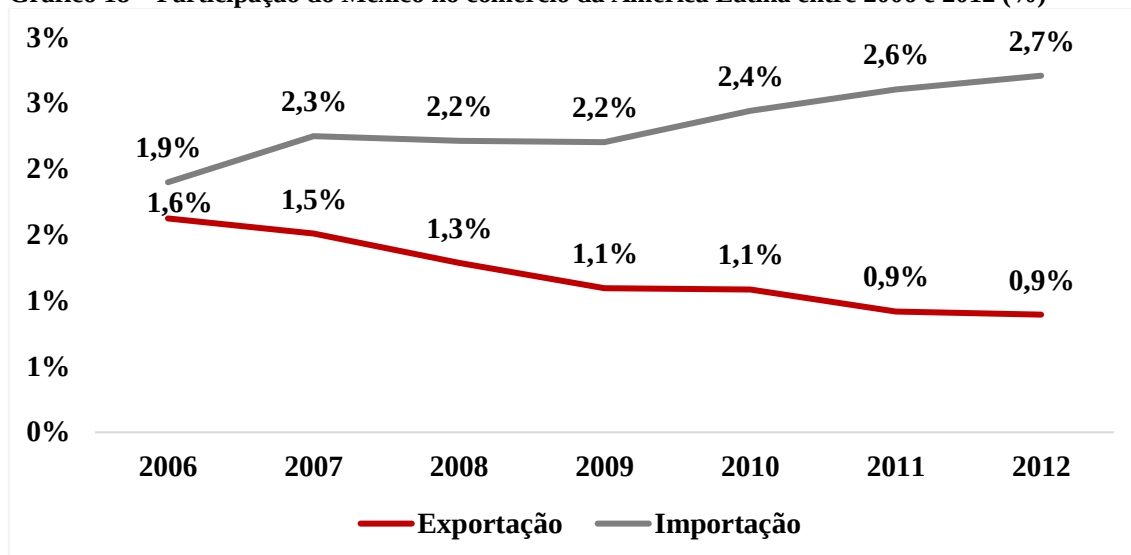


Fonte: Comtrade.

O Gráfico 17 destaca o percentual de participação da América Latina no comércio mexicano. A participação das exportações para a América Latina aumentou levemente, de 5,6% em 2006 para 7,6% em 2012. No entanto, a participação das importações sofreu uma queda de 5,9% para 3,8%. Esses números sugerem que, embora o México tenha aumentado suas

exportações para a América Latina, o crescimento das importações da região foi mais moderado, refletindo uma possível diversificação dos fornecedores externos do México.

Gráfico 18 – Participação do México no comércio da América Latina entre 2006 e 2012 (%)



Fonte: Comtrade.

O Gráfico 18 mostra o percentual de participação do México no comércio da América Latina, destacando que a participação das exportações latino-americanas para o México caiu de 1,6% em 2006 para 0,9% em 2012, enquanto as importações tiveram uma leve variação para cima, chegando a 2,7% em 2012. Esses dados indicam que, embora o México seja um parceiro comercial importante, seu peso relativo no comércio total da região é limitado.

Esse comportamento econômico se alinha com uma política externa que, apesar de apoiar a integração regional, não colocava a América Latina como prioridade absoluta. Calderón via a América Latina como um mercado importante, mas buscava consolidar o México como uma ponte entre a América Latina e o restante do mundo, especialmente no âmbito da AP. No entanto, essa visão limitou o papel do México em iniciativas de integração mais amplas, como a UNASUL, liderada pelo Brasil, evidenciando as restrições da política externa mexicana em adotar uma postura de liderança regional que não estivesse alinhada com o interesse norte-americano.

Tabela 1 – Exportação do México para América Latina - US\$ bilhões

Setor/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agropecuária	0,26	0,41	0,48	0,46	0,69	0,75	0,99
Indústria de Transformação	10,92	14,34	18,10	13,18	19,05	23,50	24,60
Indústria Extrativa	2,68	3,11	3,12	1,05	1,02	1,88	2,57
Outros Produtos	0,11	0,13	0,14	0,14	0,14	0,17	0,16

Fonte: Comtrade.

Tabela 2 – Percentual de participação por setores econômicos na exportação para América Latina

Setor/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agropecuária	1,9%	2,3%	2,2%	3,1%	3,3%	2,8%	3,5%
Indústria de Transformação	78,2%	79,7%	82,9%	88,9%	91,1%	89,3%	86,9%
Indústria Extrativa	19,2%	17,3%	14,3%	7,1%	4,9%	7,1%	9,1%
Outros Produtos	0,8%	0,7%	0,7%	1,0%	0,7%	0,7%	0,6%

Fonte: Comtrade.

As tabelas⁷¹ 1 e 2 apresentam as exportações mexicanas por setor econômico. A indústria de transformação continua a dominar as exportações, representando de 78,2% a 86,9% do total, destacando o papel das manufaturas. O setor de indústria extrativa teve uma queda significativa, de 19,2% em 2006 para 9,1% em 2012, refletindo a dependência menor de produtos naturais. A agropecuária manteve-se em níveis baixos, mas crescentes, sugerindo um leve aumento na exportação de produtos agrícolas.

Tabela 3 – Importações mexicanas da América Latina por setor econômico (2006-2012)

Importação	US\$ bilhões						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agropecuária	1,34	1,52	1,60	1,13	1,34	1,54	1,68
Indústria de Transformação	10,56	10,57	10,46	7,87	9,94	11,15	11,22
Indústria Extrativa	2,45	2,40	2,56	0,88	1,08	1,11	0,90
Outros Produtos	0,67	0,96	0,83	0,55	0,72	0,67	0,35

Importação	Part. %						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agropecuária	8,9%	9,9%	10,4%	10,9%	10,3%	10,6%	11,9%
Indústria de Transformação	70,3%	68,4%	67,7%	75,5%	76,0%	77,1%	79,3%
Indústria Extrativa	16,3%	15,5%	16,6%	8,5%	8,3%	7,6%	6,4%
Outros Produtos	4,5%	6,2%	5,4%	5,2%	5,5%	4,6%	2,4%

Fonte: Comtrade.

⁷¹ Os dados segmentados por setores econômicos só começam a aparecer de forma atualizada a partir do ano de 2006, por isso essas tabelas não aparecem nos capítulos anteriores.

A Tabela 3 mostra as importações mexicanas, com a indústria de transformação representando a maior parte das importações, que aumentaram de 70,3% para 79,3% ao longo dos anos. O setor extrativo teve uma queda na participação, enquanto o setor agropecuário mostrou uma participação estável e crescente, indicando a relevância de alimentos e insumos agrícolas importados.

Entre 2006 e 2012, o comércio exterior do México continuou em expansão, com uma ênfase em fortalecer as exportações globais e aumentar a integração regional na América Latina. O crescimento contínuo das exportações para a América Latina e para o mundo reflete a consolidação do México como uma economia exportadora com um mercado dinâmico para bens industriais. A predominância da indústria de transformação nas exportações e importações reafirma a importância do setor manufatureiro para a economia mexicana, em linha com uma política de incentivo às exportações de alto valor agregado.

A análise também destaca que a participação da América Latina no comércio total do México aumentou em termos de exportações, mas teve uma participação decrescente nas importações, o que indica uma estratégia de diversificação do México em suas fontes de importação. Essa tendência sugere que, enquanto o México buscava fortalecer seu mercado exportador para a América Latina, também passou a importar de outros mercados e ampliando sua rede comercial.

A crise financeira global destacou a vulnerabilidade do México à dependência econômica dos EUA e foi um incentivo para o governo Calderón acelerar os esforços de diversificação comercial. A América Latina, que continuava a crescer em ritmo acelerado durante grande parte desse período, tornou-se uma alternativa viável e importante. A recuperação das exportações mexicanas para a América Latina após a crise de 2009 sugere que a região desempenhou um papel de apoio na recuperação econômica do México. O crescimento econômico robusto em países sul-americanos, impulsionado pelo boom das commodities, ampliou a demanda por produtos industriais e manufaturados do México, ajudando a reaquecer o comércio.

Em síntese, a política comercial e externa do governo Felipe Calderón para a América Latina caracteriza-se por um pragmatismo voltado ao fortalecimento econômico e à diversificação de mercados, enquanto mantinha uma postura diplomática que buscava conciliar o compromisso com a região e a proximidade com os EUA. Calderón conseguiu expandir o comércio com a América Latina e solidificar o México como um importante exportador de bens industriais para a região, ao mesmo tempo em que promovia uma integração regional focada na competitividade global através da Aliança do Pacífico. No entanto, essa política de inserção

econômica e diplomática trouxe limitações para uma liderança regional mais robusta e autônoma.

A América Latina foi vista como uma alternativa viável para diversificar os mercados e reduzir a vulnerabilidade do México a choques econômicos externos, mas nunca substituiu a prioridade dada ao NAFTA. A AP⁷² foi o ponto alto dessa política, consolidando uma visão de integração liberal que, embora limitada em volume comercial, proporcionou ao México uma posição estratégica e uma base para a diplomacia econômica com a América Latina, mirando também uma conexão futura com a Ásia-Pacífico. Essa aliança reforçou o compromisso do México com uma integração econômica pragmática e voltada para o mercado, em oposição a blocos tidos como mais protecionistas, como o Mercosul.

Assim, a política de Calderón revelou-se eficiente para expandir o comércio e melhorar as relações com a América Latina em termos econômicos, mas careceu de uma estratégia de liderança política que colocasse o México no centro do projeto latino-americano de integração. Em última análise, o governo Calderón reforçou a posição do México como um ator econômico relevante na América Latina, mas deixou em aberto o papel do país como líder político regional, uma posição que outros países, especialmente o Brasil, continuaram a ocupar.

No capítulo seguinte, o retorno do PRI com EPN trará um novo momento de diplomacia cautelosa e pragmática. Veremos como Peña Nieto manteve os esforços de integração na Aliança do Pacífico e tentou equilibrar sua relação com os EUA em meio à pressão da administração Trump.

⁷² Ao final do próximo capítulo é feita uma análise da relação comercial do México com a Aliança do Pacífico.

6 ENRIQUE PEÑA NIETO (2012-2018): PRAGMATISMO ECONÔMICO E LIMITES DE AUTONOMIA

Este capítulo tem como objetivo avaliar a política externa de EPN (2012-2018), destacando o pragmatismo diplomático com os EUA e as iniciativas de integração com a América Latina, especialmente por meio da AP e da CELAC. Argumento que i) a política de Peña Nieto ilustra uma diplomacia pragmática, que tentou preservar os vínculos com a América Latina em meio às pressões dos EUA e ao fortalecimento de blocos alternativos, como o Grupo de Lima e ii) O governo de Peña Nieto demonstra que, embora o México busque diversificar suas parcerias regionais, a dependência dos EUA impõe limites à sua autonomia e influência na América Latina. Dessa forma, a política de Peña Nieto ilustra a continuidade da tensão entre a integração norte-americana e as iniciativas de aproximação com a América Latina, evidenciando a complexidade do regionalismo latino-americano e as dificuldades do México em se consolidar como líder na região.

6.1 A volta do PRI e a (re)aproximação com a América Latina.

EPN tinha 46 anos quando assumiu a presidência do México em 1º de dezembro de 2012. Antes da presidência, Peña Nieto havia sido governador do Estado do México (2005-2011), o estado mais populoso do país, com cerca de 15 milhões de habitantes. Após 12 anos do PAN no poder, o PRI retornava a Los Pinos, deixando Andrés Manuel López Obrador (PRD) mais uma vez na segunda colocação na corrida presidencial.

No início do mandato, Peña Nieto conseguiu costurar uma rede de apoio no Congresso Nacional através do que ficou conhecido como *Pacto por México*: um conjunto de esforços do PRI, PAN e PRD para minimizar as diferenças político-ideológicas em busca da aprovação de reformas estruturais para o país. Peña Nieto ganhou projeção com a percepção política de que havia um "novo PRI" (Morrone, 2012), diferenciado da imagem do PRI hegemônico, patrimonialista, centralizador e corrupto de décadas anteriores.

Ao final do mandato, em 2018, com baixa popularidade, Peña Nieto deixou a presidência com a imagem de um governo corrupto e passivo diante da violência — justamente a imagem da qual tentara se desvincular em relação aos governos anteriores. A guerra às drogas de Felipe Calderón fez crescer a percepção de um México violento, marcado por cartéis de drogas e um governo que não conseguia controlar suas forças de segurança nem manter a presença em todo o território do país como ator exclusivo do monopólio do uso legítimo da força (Loeza, 2020). No final do mandato, porém, a percepção era de "ressaca" à euforia inicial,

diante do baixo crescimento econômico, desaprovação, escândalos de corrupção e crise diplomática com os EUA, especialmente com o candidato e depois presidente Donald Trump.

A opinião pública internacional, especialmente de jornais e revistas de grande circulação especializados em economia e política externa, não tardou em apontar o México do governo Peña Nieto como um país em transformação, reformista e em processo de avanço e melhoria. A revista *The Economist* noticiou, no final de 2012, o "*Mexico's Moment*" (Mexico's [...], 2012); no jornal *The Guardian*, aparecia: "*Has Mexico's moment finally arrived?*" (Tuckman, 2014). O então secretário de Economia, Luis Videgaray, um dos principais assessores de Peña Nieto e que em 2017 se tornaria chanceler, foi escolhido pela *Foreign Policy* como um dos principais "*global thinkers*" e "*decision-makers*" do ano de 2014 (A World [...], 2014) e, pela revista *Euromoney*, eleito o melhor ministro da Economia do mundo em 2014 (Dwyer, 2014). Ademais, em 2013, o então presidente do Banco do México, Agustín Carstens, foi escolhido o melhor diretor de banco central do mundo (Central [...], 2013). O governo teve três chanceleres:

- 1) José Antonio Meade⁷³ (01/12/2012 a 27/12/2015);
- 2) Claudia Ruiz Massieu⁷⁴ (27/12/2015 a 04/01/2017);
- 3) Luis Videgaray⁷⁵ (04/01/2017 a 30/11/2018).

Antes de comandar a SRE no governo priista, José Antonio Meade era o secretário de Fazenda do governo Felipe Calderón. O sinal transmitido com a escolha de Meade era de que as relações econômicas internacionais do governo Peña Nieto dariam continuidade ao projeto de liberalização econômica e promoção de acordos de livre comércio. José Antonio Meade na SRE e Luis Videgaray (que viria a comandar a SRE em 2017) na Secretaria de Hacienda representavam o que o Plano Nacional de Desenvolvimento mostrava: as relações internacionais do México continuariam dando enfoque às relações comerciais (Camacho, 2013; Schiavon; Figueroa, 2019; Velázquez Flores; Ulloa, 2019).

⁷³ Meade foi candidato a presidência pelo PRI em 2018, mas acabou ficando na terceira posição. Doutor em Economia pela Universidade de Yale, Meade foi a primeira pessoa na história do México a comandar cinco secretarias do poder executivo federal: *Secretaria de Energía* e *Secretaria de Hacienda y Crédito Público* no Governo Felipe Calderón e as *Secretaria de Relaciones Exteriores*, *Secretaria de Desarrollo Social* e a novamente a *Secretaria de Hacienda y Crédito Público*, dessa vez no Governo EPN.

⁷⁴ Antes de assumir a SRE, Claudia Ruiz Massieu comandava a *Secretaria de Turismo*. Ela vem de uma família influente dentro do PRI. A mãe dela é irmã do ex-presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) e é filha de José Francisco Ruiz Massieu, ex-governador do estado de Guerrero (1987-1993) e então presidente do PRI quando foi assassinado em 1994 na Cidade do México e desencadeou um escândalo nacional que envolveu a suspeita de participação do irmão do presidente Salinas, Raúl Salinas de Gortari.

⁷⁵ Luis Videgaray é doutor em economia pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology) e foi um dos assessores mais próximos do presidente Peña Nieto, além de ter sido o seu coordenador da campanha presidencial de 2012. Antes de chegar ao executivo federal, Videgaray foi secretário de finanças do Estado do México (2005-2009) quando Peña Nieto era governador e foi deputado federal de 2009 a 2011 pelo PRI. Em 2012 assumiu a *Secretaria de Hacienda y Crédito Público* e após a saída de Claudia Massieu, assumiu a *Secretaria de Relaciones Exteriores* (2017-2018).

O "*Mexico's Moment*" arrefeceu com o passar do mandato. Nos dois primeiros anos, uma espécie de euforia e sentimento de que o México finalmente estava se afastando da imagem de país dominado pelo narcotráfico foram sobrepostos pelo baixo crescimento econômico, escândalos de corrupção (Fregoso, 2017) e o assassinato de 43 jovens⁷⁶ no interior do México — o que trouxe o governo e o país novamente para as páginas policiais da opinião pública internacional (Chabat, 2019; Pellicer, 2019).

Na segunda metade do mandato de Peña Nieto, de 2015 até o final de 2018, houve mudanças importantes no cenário político latino-americano que impactaram as ações da política externa mexicana para a região, e mudanças de governos em países centrais afetaram a dinâmica latino-americanista dos países (Cué, 2018). Houve, por exemplo, a eleição de Mauricio Macri em 2015 na Argentina, a vitória de Pedro Pablo Kuczynski em 2016 no Peru (Cué, 2016), o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e o governo de Michel Temer no Brasil, a eleição de Sebastián Piñera em 2017 no Chile (Lissardy, 2017), Iván Duque na Colômbia em 2018, além do surgimento do Grupo de Lima em contraponto aos impasses dentro da CELAC e da UNASUL para lidar com a crise política na Venezuela.

Em 2018, na América do Sul, a UNASUL entrava em sua pior fase até então, com a saída provisória de Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Peru e Paraguai do bloco (Brasil [...], 2018; Jaeger, 2019). Na Colômbia, o ex-presidente Juan Manuel Santos (2010-2018) teve que lidar com um assunto primordial: a negociação de um acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP). O escândalo de corrupção da Lava Jato, que havia começado no Brasil, transbordou para vários países da região⁷⁷ (Odebrecht [...], 2017) e colocou agentes públicos e privados na mira de investigações e pressões políticas por parte da oposição. Além do Brasil, um dos casos de maior consequência política da Lava Jato foi no Peru, com indícios de corrupção que ligavam a construtora Odebrecht (Gaspar, 2017) a vários políticos (Odebrecht [...], 2021), ex-presidentes⁷⁸ e ao então presidente Pedro Pablo Kuczynski, que renunciaria ao cargo em março de 2018 (Carmo, 2018).

⁷⁶ Entre os dias 26 de setembro e 27 de setembro de 2014 um ônibus com estudantes de ensino médio saiu do município de Ayotzinapa com destino à Cidade do México para os protestos em lembrança do Massacre da Praça de Tlatelolco[#], ocorrido em 1968, mas foram interceptados e o ônibus que se encontravam foi alvejado com tiros pela polícia municipal, depois os jovens desapareceram (Zuarth, 2020). Centenas de protestos pelo país pressionaram o governo para dar respostas, mas as investigações foram motivo de críticas e dúvidas (Llano, 2015a). Dessa forma, a OEA, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos[#], fez investigações paralelas e desvendaram erros (Llano, 2015b) cometidos por órgãos de investigação do governo mexicano (Anaya Muñoz, 2019).

⁷⁷ No México, o principal envolvido nas acusações foi o ex-presidente da Petróleos Mexicanos (PEMEX), Emilio Lozoya. As acusações envolvem subornos e “caixa dois” em campanhas presidenciais (Romo, 2020).

⁷⁸ O caso mais emblemático foi o suicídio do ex-presidente Alan García (1985-1990 e 2006-2011) antes de ser preso por supostamente ter envolvimento no caso de corrupção da Odebrecht (Manetto; Fowks, 2019).

6.2 A política externa para a América Latina

Já eleito presidente, mas ainda sem tomar posse, Peña Nieto viajou à Guatemala, Colômbia, Brasil, Chile, Argentina e Peru. Assim como no final do período Calderón, o governo Peña Nieto apostou na Aliança do Pacífico como projeto primordial de ação de política externa para a região. Segundo Guadalupe González e Manuel Castillo (2019, p. 768): “*La política latinoamericana y caribeña de México durante el sexenio de EPN no significó una ruptura respecto del gobierno anterior, sino un intento de reactivación pragmática*”. A conjuntura da época nos ajuda a compreender o que a diplomacia mexicana observava no continente em meados de 2012:

- a) Sentimento de exclusão: Após anos tentando conseguir um acordo comercial com o Mercosul, o México observava a criação, o fortalecimento e o protagonismo da UNASUL e, não por acaso, sentia-se excluído.
- b) Liderança regional de Brasil e Venezuela: Brasil e Venezuela continuavam exercendo liderança política na região, e o México — mesmo com sua dimensão política, econômica e força diplomática — não tinha, naquele momento, o mesmo protagonismo na América Latina que esses dois países sul-americanos.
- c) Dependência econômica dos EUA: Após a crise econômica nos EUA de 2008/2009 (seu principal parceiro comercial) e o aumento do protecionismo mundial, cresceram as críticas ao modelo de dependência econômica do NAFTA, e houve pressão para que o México diversificasse suas parcerias.
- d) Relação com Cuba: A inclusão e permanência de Cuba na CELAC, contrapondo-se à exclusão da ilha na OEA, era oportunidade relevante para o México demonstrar apoio ao país, diminuir o distanciamento criado durante os 12 anos de governos panistas e restabelecer a importância histórica, diplomática e cultural entre os dois países.

Ainda na metade do mandato, o governo Peña Nieto teve que lidar com outra conjuntura internacional: a eleição presidencial de 2016 nos EUA e os ataques de Donald Trump ao México e aos mexicanos geraram crises e dúvidas sobre a forma como a diplomacia mexicana deveria reagir diante das declarações preconceituosas de um líder político do seu principal parceiro estratégico. A ideia da aproximação com a América Latina, via CELAC e Aliança do Pacífico, para ser um contrapeso à influência dos EUA na região, ganhou força no radar da diplomacia mexicana. Ademais, os constantes ataques de Trump ao NAFTA levantavam dúvidas sobre a continuidade desse acordo (Hernández Osuna; Morales Fajardo, 2018).

O Plano Nacional de Desenvolvimento divulgado no início de 2013 (México, 2013) sequer menciona os termos "CELAC", "América do Sul", "Mercosul", "Brasil" ou "Argentina". As menções a países da América do Sul referem-se apenas aos que fazem parte da Aliança do Pacífico — Colômbia, Chile e Peru. Do ponto de vista político sobre a América Latina, o documento restringe-se basicamente a dizer que "*constituyen el principal espacio de influencia geopolítica de México*". No entanto, só tece mais detalhes sobre a região quando foca nos aspectos comerciais, mostrando os benefícios da abertura comercial e a importância de manter e ampliar os acordos comerciais com os países latino-americanos, pois, graças a essa estratégia econômica, a relação comercial proporcionou também uma ampliação na "*relación de amistad, confianza, respeto mutuo y la cooperación con los países latino-americanos*". O destaque dado à Aliança do Pacífico no PND e a inexistência de menção à CELAC exemplificam o caminho que o governo Peña Nieto daria à sua política externa durante o sexênio.

6.3 A relação com a Venezuela no início do mandato

Após os 12 anos de governos panistas de Fox e Calderón, a volta do PRI à presidência em 2012 indicava que, possivelmente, a política externa para a América Latina mudaria de tom e evitaria confrontos político-ideológicos com outros países, especialmente com Cuba e Venezuela. Com o país dos irmãos Castro, o sexênio de Peña Nieto diminuiu a pressão do discurso liberal multilateral de promoção de direitos humanos e democracia dos governos anteriores, principalmente do governo Fox. Na CELAC, o governo mexicano defendeu desde o início a presença cubana na organização e apoiou a reaproximação do país com os EUA, enquanto Barack Obama era presidente. Do ponto de vista do jogo político interno mexicano, a aproximação com Cuba ajudava o PRI a se diferenciar do PAN e a ganhar apoio de setores da esquerda nacional. Afinal, Cuba continuava a ser tema de convergência entre os governos de esquerda latino-americanos, e era objetivo de Peña Nieto reaproximar o México da região com uma visão mais pragmática (principalmente na área comercial) e menos ativista sobre os problemas internos da ilha, como foi marca principalmente durante o governo de Vicente Fox (2000-2006) (Covarrubias, 2017; González; Morales, 2019).

No final de 2013, o governo mexicano perdoou 70% de uma dívida de quase 500 milhões de dólares que Cuba tinha com o Banco Mexicano de Comércio Exterior (Bancomext) e permitiu que o restante da dívida fosse pago em um prazo de dez anos (México [...], 2013). Ademais, diversos acordos bilaterais foram negociados, fazendo com que a relação bilateral fosse "normalizada". Como aponta Ana Covarrubias (2016):

Em novembro de 2013, foi anunciado o 'relançamento' da relação, que consistiu no fortalecimento de seu marco jurídico: foram assinados ou atualizados acordos e tratados sobre extradição, assistência jurídica mútua em matéria penal, complementação econômica, cooperação em matéria de turismo, reconhecimento e revalidação mútua de títulos, diplomas e estudos de educação superior; foi assinado um memorando de entendimento sobre meio ambiente e recursos naturais, uma carta de intenções para a cooperação bilateral, e foi ampliada a linha de crédito para o comércio e o investimento (Covarrubias, 2016, p. 340, tradução nossa).

Em janeiro de 2014, por ocasião da II Cúpula da CELAC, sediada em Havana, Peña Nieto viajou para Cuba e lá teve encontro separado com Fidel Castro, em um clima mais amistoso na relação bilateral. Em novembro de 2015, foi a vez de Raúl Castro ir pela primeira vez ao México desde que assumira o poder em 2006 e, no encontro, foram assinados acordos e memorandos de entendimento nas áreas de migração, educação e turismo (Peña [...], 2015). Já em novembro de 2016, Peña Nieto esteve presente no velório de Fidel Castro e fez um discurso relatando a longa amizade entre os dois países e a proximidade que Fidel tinha com o México (México, 2016).

A relação bilateral com a Venezuela foi piorando no decorrer do mandato de Nicolás Maduro, eleito em abril de 2013 após a morte de Hugo Chávez em março do mesmo ano (Nicolás [...], 2013). A piora da situação política, econômica e social da Venezuela chamou a atenção dos governos latino-americanos, principalmente pelo enfraquecimento da democracia, com prisão de líderes da oposição, mudanças nas regras eleitorais e a convocação questionável de uma Assembleia Nacional Constituinte formada em grande maioria por aliados do regime de Maduro. Como descrevi no capítulo sobre o governo Vicente Fox, as relações políticas entre México e Venezuela atingiram o mais baixo grau após os reiterados ataques proferidos entre Hugo Chávez e Fox.

No entanto, o governo mexicano optava pelo pragmatismo diplomático, mesmo com divergências sobre o rumo da democracia na Venezuela e um projeto de política econômica liberal, oposto ao que a Venezuela defendia. Em março de 2013, ainda no início do mandato, Peña Nieto esteve presente no funeral de Chávez, sinalizando que a relação com os países da América Latina poderia superar o posicionamento ideológico divergente dos governos (Covarrubias, 2016).

Já em novembro de 2013, a Força Aérea Venezuelana informou que havia derrubado um avião mexicano que transportava cocaína (El Avión [...], 2013) e que tinha invadido o espaço aéreo do país (Venezuela [...], 2013). A SRE mexicana chamou o embaixador da Venezuela no México para dar explicações (Barragán, 2013), e senadores do PAN ameaçaram retirar o apoio à candidatura da Venezuela ao assento rotativo no Conselho de Segurança da ONU reservado a países da América Latina e Caribe (Barragán, 2013; Torres, 2013).

Com o acirramento político na Venezuela em 2014, Leopoldo López, um dos principais líderes da oposição, foi preso (Opositor [...], 2014), aumentando o questionamento internacional sobre o ritmo da erosão democrática que o país estava vivendo (Sentence [...], 2015). Em fevereiro de 2016, a chanceler mexicana Claudia Ruiz Massieu recebeu a visita da mãe e da esposa de Leopoldo López (René, 2016) na sede da SRE, na Cidade do México. De acordo com Guadalupe González e Rodrigo Morales (2019), a aproximação do México com a oposição venezuelana naquele momento também era reflexo de um baixo posicionamento conjunto de países latino-americanos contra o governo de Maduro (o Grupo de Lima só surgiria em agosto de 2017): “[...] *el déficit de liderazgos regionales impidió articular respuestas colectivas ante el desafío venezolano, por lo cual México se vio obligado a cambiar su posición inicial del sexenio y empezó a entablar contactos con la oposición venezolana [...]*” (González; Morales, 2019, p. 792).

Após o encontro, a então ministra de Relações Exteriores da Venezuela, Delcy Rodríguez, afirmou que o México violava o Direito Internacional ao não respeitar o princípio da não intervenção em assuntos domésticos de outro país, além de estar recebendo “*órdenes imperiales* [dos EUA]” (Venezuela [...], 2016). Além disso, acusou o país de apoiar ações terroristas na Venezuela e ainda questionou as violações de direitos humanos ocorridas após o desaparecimento dos 43 estudantes em Ayotzinapa (Canciller [...], 2016; Covarrubias, 2016).

Um dos fatores para a crise política e diplomática na região (inclusive na CELAC, UNASUL e Mercosul) derivava da oposição de vários países ao governo de Nicolás Maduro na Venezuela. As críticas do governo Peña Nieto ao governo Maduro foram mais enfáticas no Grupo de Lima (criado em 2017) do que na OEA ou na CELAC (teoricamente ambientes que poderiam servir para resolução de conflitos entre os países).

No Brasil, com a saída de Dilma Rousseff e a chegada de Michel Temer à presidência (maio de 2016), o país passou a adotar uma postura crítica ao governo de Maduro. A partir de então, três grandes países da região (Brasil, México e Argentina) pressionavam a Venezuela. De 2017 em diante, o governo mexicano passou a verbalizar mais suas divergências diante do governo de Maduro, principalmente na OEA e na participação no Grupo de Lima (Alba, 2018; González; Morales, 2019).

Em março de 2017, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela, formado em sua maioria por juízes ligados a Nicolás Maduro, tomou para si as funções legislativas da Assembleia Nacional (Ocando, 2017) e retirou a imunidade parlamentar dos congressistas (Fleck, 2017). Isso gerou questionamentos internacionais (Países [...], 2017) sobre o princípio da separação dos poderes no país (Chade, 2017). Em abril de 2017, a chanceler venezuelana anunciou que a Venezuela sairia da OEA (Venezuela [...], 2017). Em junho do mesmo ano, o

México sediou a 47ª Assembleia Geral da OEA, onde trabalhou na elaboração de uma resolução para condenar os ataques à democracia pelo governo Maduro (México [...], 2017a).

As gestões mexicanas para alcançar uma resolução sobre a Venezuela aumentaram significativamente durante a 47ª Assembleia Geral, realizada em Cancún em junho de 2017. Naquela ocasião, foi discutido um texto que propunha a criação de um grupo de contato para atuar como mediador entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição, anular a convocação da Assembleia Constituinte, libertar os presos políticos e estabelecer um cronograma eleitoral (Covarrubias, 2019, p. 659-669, tradução nossa).

Um dia antes do encontro da OEA, o chanceler mexicano Luis Videgaray, em entrevista ao jornalista Andrés Oppenheimer, disse que a Venezuela havia deixado de ser uma democracia funcional e que o México buscava todos os canais multilaterais oficiais para pressionar o governo venezuelano a restabelecer a ordem democrática no país. Perguntado por Oppenheimer se o que estava ocorrendo na Venezuela era uma ditadura, Videgaray respondeu:

Acredito que, atualmente, [a Venezuela] não é uma democracia e estamos observando traços claramente autoritários. Por exemplo, algo destacado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é o uso recorrente de tribunais militares para julgar civis. Isso é um traço de um governo autoritário e é algo que deve preocupar a todos e pode envolver a todos nós (SREMEX, 2017, tradução nossa).

Durante o encontro da OEA, esperava-se que uma resolução condenando o governo Maduro fosse aprovada, mas, ao final, apenas vinte países votaram a favor, sendo necessários vinte e três votos para a aprovação (Lafuente; García, 2017). Ao lado de Luis Almagro, secretário-geral da OEA e apoiador das medidas contra a Venezuela, Luis Videgaray ficou consternado pelo fato de a resolução não ter sido aprovada e disse as seguintes palavras ao final do encontro:

A crise é absolutamente real. E o que foi transmitido aqui pela OEA é uma mensagem, insisto, de 20 países que representam 93% da população deste continente, dizendo ao governo venezuelano que reconsidere o caminho que escolheu, que liberte os presos políticos, que restabeleça um calendário eleitoral, que respeite a autonomia dos poderes. Essa é a mensagem clara que está sendo enviada, e é uma mensagem que vai muito além de qualquer formalidade que possa ocorrer em uma conversa entre diplomatas. É uma mensagem poderosa, uma mensagem clara e uma mensagem direcionada àqueles que hoje estão vivendo uma verdadeira crise (México, 2017a, tradução nossa).

A diplomacia venezuelana reagiu com fortes críticas ao encontro da OEA, mas principalmente ao chanceler mexicano Videgaray (Luis [...], 2017) e ao posicionamento do México — que foi chamado de "Estado falido" pela então chanceler venezuelana Delcy Rodríguez (México [...], 2017b). A Venezuela também criticou as violações de direitos humanos, a violência contra jornalistas no México (Meléndez, 2017); questionou novamente o

desaparecimento dos 43 estudantes mexicanos em Ayotzinapa (García, 2017), além de a chanceler Rodríguez ter se reunido, em Cancún, com familiares de alguns dos jovens desaparecidos e feito mais críticas ao governo mexicano (Saldierna; Petrich, 2017). Luis Videgaray elevou o tom e disse:

Ontem, testemunhamos um verdadeiro espetáculo de insultos e grosserias por parte de uma chanceler que estava sendo questionada por países desde o extremo norte até o extremo sul do continente [...]. E não temos dúvidas de que essa será a retórica do governo venezuelano em relação ao México e a todos os demais; ficou claro nesta reunião que essa é a atitude do governo diante de todos. Um dia é contra o Chile, outro dia contra o Brasil, outro dia contra a Argentina e, em outro momento, contra o México (México, 2017a, tradução nossa).

Após o relativo fracasso na OEA por não ter conseguido os votos necessários para aprovar uma resolução de condenação à Venezuela, o México e outros países decidiram optar por outro caminho, fora da OEA, para continuar pressionando o governo de Nicolás Maduro diante de uma Venezuela mergulhada em um cenário de crise econômica, social e política, além do gradativo enfraquecimento democrático do país. Em agosto de 2017, duas importantes ações foram tomadas contra a Venezuela: 1) no dia 5 de agosto, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai decidiram suspender a Venezuela do Mercosul após acionar o Protocolo de Ushuaia (Brasil, 2017a), uma "cláusula" do bloco que obriga os países a respeitarem a plena vigência das instituições democráticas (Mercosur [...], 2017); e 2) em 8 de agosto do mesmo ano, um grupo de doze países⁷⁹ membros da OEA (entre eles o México) decidiram criar o Grupo de Lima, mecanismo diplomático ad hoc sem ordenamento jurídico ou administrativo que funciona mediante a observação dos acontecimentos da crise estrutural e democrática na Venezuela (Brasil, 2017b).

De acordo com González e Morales (2019), apesar da derrota mexicana frente à Venezuela na reunião da OEA em Cancún, o encontro serviu para os países contrários ao regime de Maduro convergirem esforços que aceleraram a criação do Grupo de Lima.

Diante da crescente polarização na OEA, Peru e México decidiram convocar um grupo ad hoc em Lima (agosto de 2017) com o objetivo de endurecer a posição regional frente ao regime de Maduro. [...]. Um estilo combativo pouco frequente na história da diplomacia regional do México, que chegou ao ponto de 'não reconhecer a legitimidade do processo eleitoral' pelo qual Maduro foi reeleito (González; Morales, 2019, p. 799-800, tradução nossa).

A proatividade da diplomacia mexicana diante da Venezuela causou indignação em Nicolás Maduro. De acordo com Maduro, Peña Nieto era muito ativo contra a Venezuela e um

⁷⁹ Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru.

"covarde" diante de Donald Trump. Em transmissão ao vivo na televisão venezuelana, Maduro disse:

Que vergonha, Peña Nieto! Escute-me da Venezuela: é vergonhoso que você se deixe tratar assim, como um empregado maltratado. Eu vejo Peña Nieto como um empregado maltratado, abusado pelo seu chefe Donald Trump! É assim que eu o vejo. Ah, mas com a Venezuela você se mete! Peña Nieto, com a Venezuela você se mete, não é? (Globovisión Vídeos, 2017, tradução nossa).

Logo após as palavras de Maduro, o chanceler Videgaray respondeu no Twitter dizendo: "Presidente @NicolasMaduro: covarde es quien usa el poder del Estado para dismantelar la democracia y arremeter contra su propio pueblo" (Videgaray, 2017). Em março de 2018, Videgaray recebeu deputados venezuelanos contrários a Maduro na SRE (México, 2018a). Em maio de 2018, as críticas do Grupo de Lima à Venezuela aumentaram após a decisão da Assembleia Nacional Constituinte de antecipar as eleições presidenciais de dezembro para abril daquele ano e limitar a participação de opositores ao governo de Maduro (Maisonave, 2018). O Grupo de Lima questionou, disse não reconhecer aquela eleição presidencial (México, 2018b) e reduziu o nível da representação diplomática na Venezuela (México, 2018c).

A pergunta óbvia é: por que o México decidiu adotar essa política em relação à Venezuela, sabendo de sua vulnerabilidade? Por ora, podem-se considerar algumas hipóteses: a) a elite governante acredita genuinamente nos valores democráticos, conforme expresso em documentos oficiais e declarações, e, além disso, reconhece a utilidade da política externa de democracia e direitos humanos para fortalecer esses valores no país [...]
[...] Ou seja, o governo mexicano busca a coerência entre sua política interna e externa; b) a crise venezuelana é uma oportunidade para que o México volte a ter uma presença significativa na região, demonstre sua capacidade de liderança, talvez, e atue como um ator com responsabilidade global; c) diante do difícil cenário que representa a presidência de Trump, sua participação em esforços regionais para buscar soluções para a crise venezuelana —que coincidem com os interesses dos Estados Unidos— fortalece o governo mexicano perante os Estados (Covarrubias, 2017, p. 220, tradução nossa).

Até o final do mandato de EPN, em 1º de dezembro de 2018, a postura do país diante do governo Maduro foi de apoio ao Grupo de Lima. Apesar de violações em matéria de direitos humanos, especialmente no caso de Ayotzinapa, o México garantia uma democracia eleitoral, ao contrário do governo Maduro. Ademais, a política externa mexicana para a Venezuela durante o período coincidia com a posição dos maiores países do continente americano e contribuiu para que o México pudesse ter maior presença junto aos países sul-americanos mediante a diplomacia de cúpulas potencializada pelo Grupo de Lima.

6.4 O México, Donald Trump e a América Latina

A eleição de Donald Trump representou um ambiente de incertezas para a diplomacia mexicana do governo Peña Nieto. Durante a pré-campanha eleitoral de Trump, o México teve que lidar com seus ataques. Ele chegou a afirmar que era preciso construir um muro na fronteira entre os dois países, pois os mexicanos levavam drogas e estupradores aos EUA (Sandoval, 2015).

Em agosto de 2016, ainda durante a campanha eleitoral nos EUA, o presidente Peña Nieto convidou os candidatos Hillary Clinton e Donald Trump para visitar o México. Apenas Trump aceitou o convite e, no encontro com Peña Nieto, além de não ter pedido desculpas pelos insultos proferidos ao México, escreveu no Twitter, após a reunião, que havia conversado com o presidente mexicano sobre a construção do muro. Logo depois, Peña Nieto desmentiu Trump, afirmando que, já no início da conversa, declarara que o México jamais pagaria pelo muro (Ahrens; Bassets, 2016).

O encontro foi tão desastroso na opinião pública mexicana que Luis Videgaray, idealizador do evento e então secretário de Fazenda, renunciou ao cargo e, dois anos depois, admitiu que o encontro foi um erro (Nos Equivocamos [...], 2018). Apesar da renúncia, em janeiro de 2017, Videgaray foi nomeado secretário de Relações Exteriores, com o objetivo principal de ajudar na negociação do NAFTA diante das ameaças de Trump de retirar os EUA da área de livre comércio⁸⁰.

Para González e Morales (2019, p. 786), ao convidar e receber Donald Trump no México em plena campanha nos EUA em 2016, mesmo após várias ofensas proferidas, o governo Peña Nieto "*desestimó la oportunidad de capitalizar la masa crítica solidaria que surgió en la región como instrumento de contrapeso narrativo y simbólico a las posiciones hostiles de Trump*".

O governo Peña Nieto ficou em uma posição complicada: diante de um presidente intempestivo, responder à altura os ataques de Donald Trump colocaria em risco a renegociação do NAFTA, e buscar angariar o apoio massivo da América Latina poderia também instigar a fúria de Trump. O governo mexicano, então, preferiu manter o diálogo diplomático pela via bilateral e não buscou usar o apoio da região para demonstrar força e respaldo diante da pressão que os EUA exerciam (González; Morales, 2019).

⁸⁰ Sobre a política comercial do Governo Peña Nieto e a negociação do NAFTA ver: MORA, 2019. No último dia do governo Peña Nieto, um "novo NAFTA" (denominado de "T-MEC" em espanhol e USMCA em inglês) foi assinado (Adiós TLCAN [...], 2018; Ortega Ortiz, 2019; Santa Cruz, 2019).

Se, no plano político, o governo mexicano era cauteloso em obter o apoio da região "contra" Donald Trump, no plano comercial o México passou a adotar uma "agenda comercial defensiva" (Mora Sánchez, 2019a, p. 978) e direcionou seu foco para a América Latina como uma das alternativas de ação para diversificar suas parcerias comerciais e se proteger de possíveis investidas protecionistas dos EUA (Corona, 2018). Guadalupe González e Rodrigo Morales (2019, p. 797) afirmam que a América Latina se tornou um "fator de alívio" e uma "apólice de seguro regional" para o México.

O governo parecia agir com receio de ficar sem o NAFTA e ter que buscar novos fornecedores e mercados que pudessem absorver parte do que o país deixaria de exportar ao bloco, especialmente para os EUA. González e Morales (2019) reafirmam que, diante da crise bilateral com os EUA, a importância da América Latina cresceu (Lissardy, 2018), mas que, ao final do governo, ficou evidente, mais uma vez, o caráter secundário da região para a diplomacia mexicana.

O México acelerou as negociações comerciais em curso com a Argentina e o Brasil com o objetivo de aprofundar e modernizar seus Acordos de Complementação Econômica (ACE) e começou a dar os primeiros passos para atualizar alguns capítulos do Tratado de Livre Comércio com o Uruguai e melhorar sua associação econômica com o Equador e o Paraguai. [...] No entanto, os termos alcançados na renegociação do tratado comercial com os Estados Unidos acabaram prejudicando os acordos negociados com a Argentina e o Brasil, especialmente devido à mudança nas regras de origem pactuadas no T-MEC. Ao final do sexênio, o front de negociações comerciais com a América Latina estava praticamente congelado, ressaltando mais uma vez o caráter secundário da relação com a ALyC⁸¹ (González; Morales, 2019, p. 796-797, tradução nossa).

Ao se tornar realidade, a presença de Donald Trump na presidência dos EUA fez dos dois últimos anos da política externa do governo Peña Nieto (2017 e 2018) um período de tensão e de gerenciamento de riscos. Devido ao esforço despendido na relação bilateral com os EUA, a América Latina continuou recebendo atenção secundária do governo mexicano, mas cresceu em importância relativa diante das incertezas e da possibilidade de que o fim do NAFTA e o aumento das medidas protecionistas dos EUA pudessem afetar a agenda comercial do México.

Crescia a percepção da necessidade de estreitar a relação México–América do Sul, não só pelas convergências político-ideológicas dos governos, mas também pelo receio do aumento de políticas protecionistas do governo Trump. O México poderia ampliar suas trocas comerciais, dependendo do que acontecesse nos EUA — como a ameaça de Trump de acabar com o NAFTA (o que não ocorreu). Como lembra Luz Mora Sánchez (2019a):

⁸¹ Abreviação no Espanhol para “*América Latina y Caribe*”.

Tanto a Argentina quanto o Brasil foram considerados fontes alternativas de produtos agropecuários em relação aos importados dos Estados Unidos, em particular grãos, oleaginosas e produtos avícolas, além de uma forma de fortalecer a posição mexicana na mesa de negociações do NAFTA. No entanto, não foi possível concluir as conversas com a Argentina nem com o Brasil, pois o México tinha uma agenda de negociações bastante carregada com vários fronts abertos, sobretudo nos dois últimos anos do governo de Peña Nieto. Além disso, os interesses mexicanos se depararam com sensibilidades nos dois países sul-americanos que demandavam tempo, trabalho técnico e consensos políticos para concretizar algum resultado, deixando ambos os processos interrompidos (Mora Sánchez, 2019a, p. 977-978, tradução nossa).

Ou seja, o tensionamento da relação com os EUA durante o governo Trump demandou tanto esforço da diplomacia mexicana que os demais acordos comerciais ficaram em segundo plano diante do NAFTA. A importância comercial do Brasil, da Argentina, da Aliança do Pacífico e do Mercosul cresceu aos olhos da diplomacia comercial mexicana por causa de um possível fracasso nas negociações com os EUA.

Os ataques e ameaças de Donald Trump ao México poderiam ter levado o país a buscar apoio institucional dos mecanismos regionais latino-americanos. Nas cúpulas da CELAC, durante o período Peña Nieto, não houve nenhuma mensagem oficial de apoio ao México em relação aos ataques de Donald Trump (Galloy, 2017). Os principais apoios que o México recebeu vieram do Chile, Colômbia e Peru — justamente os membros da AP (Alianza [...], 2017).

6.5 A CELAC: da esperança ao declínio

A volta do PRI ao poder, com o histórico de política exterior de aproximação da região, independente do espectro político dos governos dos países, era mais um indicador de que a CELAC poderia ser objeto de maior atenção do governo. Como bem lembram Hernández Osuna e Morales Fajardo (2018, p. 153): *“Para México, el surgimiento de la Celac representó la estrategia reactiva de reajuste y recomposición ante sus pares latinoamericanos”*. A CELAC foi paulatinamente perdendo importância para a diplomacia mexicana e chegou ao final de 2018 sem muita relevância para lidar com as crises na Venezuela, nem foi protagonista para uma ação conjunta de apoio ao México diante das declarações xenofóbicas de Donald Trump contra os mexicanos (Franzoni, 2018; Sanahuja, 2019).

A diplomacia latino-americana de cúpulas funcionou relativamente bem entre 2008 e 2016. Acordos eram alcançados a despeito das diferenças ideológicas, mantendo um diálogo conjunto do bloco com a União Europeia e com a China. Em ambos os casos, seria inadequado realizá-los em conjunto com a OEA ou sem o respaldo de um agrupamento regional (Barros, 2021).

O declínio gradual da CELAC corresponde a conjunturas internas da região latino-americana, mas também está inserido em um contexto global de crise do multilateralismo. O período em que Peña Nieto esteve na presidência (2012-2018) se inicia com a CELAC ainda embrionária (pouco mais de dois anos de existência), mas vista com potencial de aglutinação política⁸² (Bonilla; Álvarez, 2013).

Nesse período, a presidência pro tempore da CELAC foi exercida por mandatários de diferentes colorações partidárias, como o chileno Sebastián Piñera (2013), de centro-direita; a costarriquenha Laura Chinchilla (2014), de centro; e o equatoriano Rafael Correa (2016), de centro-esquerda. Eles ilustram a diversidade e pluralidade de líderes da região que apoiaram e fortaleceram a CELAC (Barros, 2021).

Manter a CELAC como um importante palco de ação da política externa mexicana não era visto com maus olhos pelo governo Peña Nieto. Acreditava-se que o país deveria persistir em uma política de redução de danos à imagem e percepção de um México "distante" da América Latina.

Dos encontros anuais da CELAC, Peña Nieto não esteve presente em dois, em 2015 e 2017. No primeiro, o governo sofria pressão interna após o desaparecimento de 43 estudantes no município de Ayotzinapa. Quando ocorreram os assassinatos, em setembro de 2014, o presidente foi muito criticado por ter viajado à China para o encontro da APEC e para a Austrália ao encontro do G-20. Em janeiro de 2015, portanto, ainda sem respostas sobre o caso de Ayotzinapa, Peña Nieto decidiu não participar do encontro da CELAC (Vargas, 2015). Já em 2017, o governo cancelou em cima da hora a participação na reunião da CELAC, em Punta Cana, na República Dominicana, alegando problemas de ordem interna (México, 2017c). Herrera (2017) lembra que Peña Nieto vivia um drama na relação com os EUA, pois Donald Trump havia assinado — horas antes do cancelamento da viagem do presidente mexicano ao encontro da CELAC — um decreto para a construção de um muro na fronteira entre os dois países (Franzoni, 2018; Presidente [...], 2017).

A ausência de Peña Nieto no encontro de 2017 em Punta Cana, ademais, não contribuiu para que o governo mexicano angariasse apoio oficial da região diante dos ataques de Donald

⁸² A CELAC desempenhava um papel interessante ao ser um foro de ação conjunta dos países da América Latina com a União Europeia e a China. Para Natalaia Saltalamacchia (2020, p. 63-66) um dos pontos positivos da CELAC é justamente a vinculação com sócios extrarregionais. A crise do bloco afetou principalmente o diálogo com a U.E, já que os europeus externavam oposição ao governo venezuelano de Nicolás Maduro e muitos países reconheciam o governo de Juan Guaidó (autointitulado presidente da Venezuela em janeiro de 2019). Já com a China o diálogo era menos intransigente pois o país agia de forma bem pragmática sem se importar o bastante para posições políticas ou ideológicas dos governos latino-americanos com que se relacionava. Mesmo não reconhecendo o governo de Juan Guaidó e defendendo a permanência da Venezuela na CELAC, a China não teve obstáculos para negociar com os países da região por causa dessa posição. Sobre a relação com União Europeia e China ver Saltalamacchia (2020); Pastrana e Castro (2020); Birle (2017); Bonilla (2020).

Trump. Não há sequer uma menção de apoio ao México na declaração final da cúpula (CELAC, 2017). Como afirma Marcela Franzoni (2018):

[...] Enrique Peña Nieto perdeu uma oportunidade de tentar mobilizar o apoio dos países latino-americanos e caribenhos contra as políticas de Donald Trump [...]. Esse fato evidencia que, assim como o México prefere manter suas relações com os Estados Unidos no âmbito bilateral, sem interferências externas, falta também interesse dos países latino-americanos e caribenhos em se aproximarem ou buscarem maior convergência política (Franzoni, 2018, p. 91).

Em encontro anual com os embaixadores e cônsules do México em 2017, o chanceler Luis Videgaray deixava clara a importância que a América Latina tinha para o México naquele momento de consternação com as declarações de Trump:

Hoje, na América do Norte, enfrentamos nosso maior desafio, mas as oportunidades do México estão, mais do que nunca, em todo o mundo. Embora nossa parceria com a América do Norte seja forte e indissolúvel, devemos nos reconhecer pelo que somos: profundamente latino-americanos, latino-americanos no coração e latino-americanos no pensamento. Hoje, mais do que nunca, o México tem o imperativo moral de consolidar sua liderança na América Latina e no Caribe [...] (México, 2017d, tradução nossa).

A região latino-americana — e, em compasso, a CELAC — serviu naquele momento como espécie de "refúgio" para apoio político e diplomacia presidencial, caso a crise com os EUA, especialmente com Trump, trouxesse consequências ainda piores. Do ponto de vista comercial, caso Trump decidisse acabar com o NAFTA, a CELAC não era o ambiente propício de debate, já que o grupo não tratava de temas comerciais. Mas o México mirava a América Latina (principalmente a Aliança do Pacífico) e o Sudeste Asiático (principalmente a formalização da TPP) como meios de contenção de danos e diversificação econômica.

[...] a política externa mexicana requer um contrapeso diante dos desafios apresentados pela sua relação com os Estados Unidos e precisa de aliados históricos que projetem um apoio solidário em nível hemisférico. A América Latina, então, surge como um dos elos capazes de enfrentar os desafios do poderoso vizinho do México, somando-se a uma estratégia eficaz de diversificação e contrapesos (Hernández Osuna; Morales Fajardo, 2018, p. 165, tradução nossa).

A cúpula de janeiro de 2017 (La CELAC [...], 2017) refletia a falta de engajamento dos países na CELAC. Os dois maiores países da região, Brasil e México, por exemplo, sequer enviaram seus chanceleres, mas sim seus "vice-ministros", sinalizando a menor prioridade dada ao encontro (A la sombra [...], 2017). A crise política, econômica e social na Venezuela, além das divergências políticas com o governo de Nicolás Maduro, criou um ambiente de paralisia da CELAC (Sanahuja, 2019), acentuado, posteriormente, com a criação do Grupo de Lima em agosto de 2017, o que reduzia a importância da CELAC como foro apropriado de concertação política da região.

Praticamente, a membresia da CELAC está dividida em duas facções. De um lado estão os integrantes do Grupo de Lima — formado por treze países da região, além do Canadá —, que tem se dedicado a bloquear a participação da Venezuela em reuniões regionais, não reconhece o regime de Nicolás Maduro e apoia a aplicação da Carta Democrática à Nicarágua na OEA. Por outro lado, estão os membros da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América-Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), que apoiam o governo da Venezuela e o de Daniel Ortega na Nicarágua frente às críticas e sanções da comunidade internacional. Esse enfrentamento ideológico resultou no cancelamento de diversas reuniões setoriais e ministeriais (Gamboa, 2019, s.n, tradução nossa).

Apesar de dar continuidade ao desenvolvimento da CELAC herdado do período Calderón e reconhecer sua importância, o governo Peña Nieto, com o passar do mandato, foi

reduzindo o interesse no arranjo também por fatores conjunturais (Franzoni, 2018; Hernández Osuna; Morales Fajardo, 2018). Nacionalmente, o massacre de Ayotzinapa e a falta de resolução do crime geravam desgastes no governo, aumentavam a pressão da opinião pública e debilitavam a imagem do país no exterior.

Fatores externos, como o fortalecimento da Aliança do Pacífico, eram vistos com bons olhos pelo México; os entraves na CELAC sobre o governo de Maduro na Venezuela, os ataques verbais de Donald Trump ao México e a possibilidade do fim do NAFTA eram elementos que dificultavam as negociações para o México, monopolizavam boa parte do debate público e consumiam a agenda da diplomacia mexicana.

Natalia Saltalamacchia (2020) aponta que, a partir de 2015, as mudanças de governos na região, cada vez mais à direita, contribuíram para aumentar os questionamentos à participação de Cuba e Venezuela na CELAC e fizeram com que o grupo perdesse o princípio inicial de *"unidad en la diversidad"*. Além disso, havia a percepção, por esses governos mais à direita, de que a CELAC e a UNASUL eram *"productos diplomáticos de la anterior ola de gobiernos de izquierda frente a la cual deseaban distanciarse"* (Saltalamacchia, 2020, p. 60).

É importante destacar que, até o final do governo Peña Nieto, o México nunca havia elegido um governo de "esquerda" para comandar o país, e mesmo os governos mais à direita, como foi o período panista de 2000 a 2012, não romperam por completo a tradição latino-americanista da política exterior mexicana.

A partir de 2017, o que se observa na região é o crescimento de uma política cada vez menos latino-americanista e de certo "repúdio" e "antipatia" aos mecanismos de concertação política ou processos de integração regional existentes na América do Sul ou América Latina. De acordo com Saltalamacchia (2020, p. 60): *"En este camino de diferenciación respecto al pasado, varios países anunciaron la suspensión de su participación en la Unasur a partir de abril de 2018 e que a CELAC poderia ser o próximo alvo ao simplemente la dejaran morir en la inactividad"*.

José Sanahuja (2019), por exemplo, critica essa percepção de "esquerda" atribuída à CELAC e à UNASUL:

A imagem caricaturesca com a qual se apresenta a Unasul ou a CELAC como instrumentos 'bolivarianos' também não é correta. Mais do que descrever essas entidades com rigor, revela as intenções e a ideologia de quem tenta desacreditá-las e destruí-las com esse discurso. [...]

[...] Se fosse assim, a Unasul, por exemplo, dificilmente teria reunido governos e interesses de diferentes orientações durante anos, incluindo entre eles a Colômbia de Uribe ou de Santos, ou o Chile do próprio Piñera, em seu primeiro mandato, ou o de Bachelet (Sanahuja, 2019, p. 116, tradução nossa).

Mesmo sendo considerado um governo de "centro-direita", o governo Peña Nieto não agiu com "repúdio" ou "antipatia" diante da CELAC. No entanto, diante do desinteresse dos países da região e dos fatores internos e externos que conturbaram o sexênio e prejudicaram as ações de política externa, o México optou por manter a CELAC viva (mesmo com ajuda de aparelhos), enquanto outros países da região (de governos mais à direita) não se importariam em deixar a CELAC morrer lentamente. Apesar de o México ter sido um dos principais arquitetos da criação da CELAC, o governo Peña Nieto não desenvolveu de fato *"una estrategia concreta por parte de la política exterior mexicana dentro de la Celac porque este espacio regional no ha representado una prioridad tangible y a corto plazo"* (Hernández Osuna; Morales Fajardo, 2018, p. 151).

A CELAC, como meio de integração regional com a ideia de possível convergência de posições dos países do bloco para atuar internacionalmente, não atingiu os resultados almejados e, ao final do governo EPN, começou um lento declínio de importância. As ações para a CELAC pareciam ser mais de contenção de danos. O grupo teve uma sobrevida em 2018, com a eleição de Andrés Manuel López Obrador no México e de Alberto Fernández em 2019 na Argentina, mas não o suficiente para estabelecer o protagonismo imaginado da CELAC dos idos de 2010. Ademais, o desinteresse e ausência do Brasil na CELAC com o governo Bolsonaro, eleito em 2018, eram muito significativos e enfraqueciam o grupo. Para dar ainda mais respaldo ao desinteresse pela CELAC, em março de 2019:

Apesar da acentuada polarização no ambiente regional, o México apostou que seu peso relativo na região seria suficiente para que outros países aceitassem dar continuidade à CELAC, mesmo que de maneira relutante; afinal, o custo de permanecer nominalmente no grupo era baixo [...]. O México pôde contar com a aquiescência, embora sem entusiasmo, de seus parceiros na Aliança do Pacífico (promotores do Prosul) e, em um golpe de sorte, com o apoio decidido do governo recém-empossado de Alberto Fernández na Argentina. A notável e importante exceção foi o Brasil, país que formalizou a suspensão de sua participação na CELAC e se ausentou do lançamento da PPT mexicana em janeiro de 2020 (Saltalamacchia, 2020, p. 61, tradução nossa)⁸³.

A partir de 2016, a participação da diplomacia mexicana prolongou a sobrevida da CELAC diante do progressivo esvaziamento e da perda de importância dada à organização pelos atores da região, especialmente Brasil (nos governos Michel Temer e Bolsonaro) e

⁸³ O Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUR, em português "PROSUL") surgiu em março de 2019 (por meio da proposição dos presidentes Ivan Duque da Colômbia e Sebastián Piñera do Chile) em substituição (e oposição) à UNASUL. O PROSUL teve oito países signatários: Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru). Pedro Barros e Júlia Gonçalves analisam que os governos signatários defendiam o "[...] discurso de que o Prosul é uma integração regional que não está baseada em ideologias, em contraste com a Unasul, que, segundo esse mesmo discurso, estava com excesso de ideologia e burocracia" (Barros; Gonçalves, 2020, p. 130). Ver site oficial do PROSUL (<https://foroprosul.org/#>). Ver também: Frenkel (2019).

Argentina (governo Mauricio Macri), países com importante capital político na região⁸⁴. Vale relembrar, no entanto, que mesmo dando uma sobrevida à CELAC, o governo Peña Nieto não escondeu que sua preferência — e ações efetivas — de política externa na América Latina estavam focadas na Aliança do Pacífico, e não na CELAC.

O governo mexicano observava um cenário regional de avanços de governos mais à direita, o desinteresse pela CELAC e UNASUL⁸⁵ e o surgimento do Grupo de Lima, agindo como foro de debate sobre os problemas da Venezuela, tornando irrelevante o ambiente de concertação política da CELAC (Friggeri; Ricobom, 2020). Em 2019, já após Peña Nieto deixar a presidência, esse cenário de desinteresse pelos modelos de integração regional continuaria se confirmando, dessa vez com o surgimento do PROSUL — mais um grupo de países que agiam à margem da CELAC, o que menosprezava a importância e a própria existência da organização. Para Ernesto Samper, ex-presidente da Colômbia e secretário-geral da UNASUL, a criação do PROSUL foi uma *revanche ideológica*⁸⁶ (Carpineta, 2019) aos mecanismos de concertação política da região já existentes (Ominami, 2021). Para Félix Friggeri e Gisele Ricobom (2020) e José Sanahuja (2019), a paralisia da CELAC e a criação do Grupo de Lima e do PROSUL foram elementos mais autodestrutivos do que integracionistas para a região. Para Sanahuja (2019):

⁸⁴ Vale destacar uma diferença importante: os governos de Michel Temer no Brasil (2016-2018) e de Mauricio Macri na Argentina (2015-2019) tinham projetos de relações internacionais que não contemplavam a CELAC como foro prioritário de ação política externa, mas não tinham discursos radicais contrários ao grupo e nem a outros mecanismos de integração existentes na região latino-americana. Já o governo de Jair Bolsonaro caracteriza-se por um discurso radical de menosprezo e desconstrução de projetos de integração latino-americana, especialmente os que tenham surgidos no período da “onda rosa”, como é o caso da UNASUL e da CELAC.

⁸⁵ Sobre o “fracasso” dos últimos anos dentro CELAC e da UNASUL o professor José Sanahuja traz uma reflexão interessante: “[...] Os argumentos de rejeição à Unasul ou à CELAC baseiam-se em um raciocínio circular e em um caso bastante evidente da falácia do 'homem de palha': a afirmação de que essas instâncias teriam 'fracassado' vem justamente de alguns dos mais ativos e intencionais artífices desse fracasso. As organizações internacionais não fracassam sozinhas; são seus Estados membros que definem suas regras e as fazem funcionar bem, ou as empurram para o bloqueio ou a inoperância” (Sanahuja, 2019, p. 115, tradução nossa).

⁸⁶ Ernesto Samper cita que o PROSUL é claramente um projetopositor à UNASUL: “[...] O Prosul é uma espécie de clube de governos de direita sem maior consistência, o que contrasta com a Unasul, que é uma união de Estados. No Prosul, o único que existe é a intenção de alguns, que nem sequer são governos, mas sim presidentes, de criar um clube de integração diferente da Unasul [...]” (Carpineta, 2019, tradução nossa).

[...] Alegou-se, em discursos com diferentes intensidades ideológicas, que a Unasul havia deixado de funcionar e que, além disso, era a expressão de políticas externas ideologizadas e 'bolivarianas' que deveriam ser superadas. Em especial, destacou-se que a Unasul, assim como a CELAC, já não eram funcionais para as políticas externas de seus membros, em particular as dos novos governos conservadores comprometidos com a Aliança do Pacífico e com um novo projeto, o Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul), que foi apresentado como uma opção mais 'pragmática', 'desideologizada', 'eficaz' e 'aberta ao mundo e à globalização' (Sanahuja, 2019, p. 113-114, tradução nossa).

Por outro lado, em julho de 2019, surgiu o Grupo de Puebla (ou Grupo de Progressistas Latino-americanos) (Pardo, 2019), uma reunião informal de líderes de esquerda⁸⁷ da América Latina que não possuía vínculo oficial com o Estado ou o governo dos países de origem de seus participantes. O Grupo de Puebla surgiu justamente pela insatisfação gerada pela desintegração latino-americana, a crise de coordenação política regional e como um contraponto ao PROSUL. Apesar do nome do grupo ser uma referência a um estado no México, o grupo não tem vinculação oficial com o governo de López Obrador, que assumiu a presidência do México em 1º de dezembro de 2018 (Friggeri; Ricobom, 2020).

6.6 A “Sul-americanização” do México

Como já apontado na tese, independentemente da mudança do PRI para o PAN em 2000 e do PAN para o PRI em 2012, a política econômica externa do México manteve a defesa da liberalização comercial. O secretário de Economia do governo Calderón, por exemplo, tornou-se o secretário de Relações Exteriores do governo Peña Nieto, e o projeto da Aliança do Pacífico era um elemento importante dessa continuidade.

A AP, que tem como característica principal elementos comerciais e econômicos, foi aproveitada como meio de projeção e reaproximação da política externa mexicana para a América do Sul. Além de comercial, a AP tornava-se geopolítica. Das posses presidenciais na região que Peña Nieto participou durante seu mandato, todas foram em países da AP: Michelle Bachelet no Chile em 2014, Juan Manuel Santos na Colômbia em 2014, Pedro Pablo Kuczynski no Peru em 2016, Sebastián Piñera no Chile em 2018 e Iván Duque na Colômbia em 2018 (González; Morales, 2019; Naddi, 2019).

Na América do Sul, a AP ganhava destaque nos setores mais críticos ao modelo do regionalismo pós-liberal, que defendiam uma "flexibilização" do Mercosul, ou seja, tornar o

⁸⁷ Nomes como Celso Amorim, Lula, Fernando Haddad, Aloízio Mercadante, Dilma Rousseff, Luis Arce, Rafael Correa, Alberto Fernández, Cuauhtémoc Cárdenas, José Miguel Insulza, José Mujica, Fernando Lugo, Evo Morales, Ernesto Samper, Felipe Solá, Beatriz Paredes e Manuel Zelaya (Grupo de Puebla, [2022]).

bloco uma zona de livre comércio e não mais uma união aduaneira⁸⁸ (onde os países do bloco precisam agir de forma conjunta em matéria comercial com países de fora). Dos quatro países da AP, apenas o México não possui acordo de livre comércio com o Mercosul (Gonçalves, 2017; Menezes; Banzatto, 2016).

A AP dava ao México uma plataforma importante na política regional sul-americana. Com o passar dos anos, a AP expandiu sua agenda, montou grupos técnicos em várias áreas do conhecimento, o que ampliou a cooperação entre os países do bloco (México, Peru, Colômbia e Chile). Temas como a livre circulação de pessoas, mobilidade acadêmica, desenvolvimento de agendas transversais comuns em áreas como meio ambiente, saúde, compras públicas, ciência e tecnologia, turismo e cultura deram progressivamente ao bloco uma similaridade às características do Mercosul. Nesse sentido, a AP conectava aspectos do regionalismo aberto e do regionalismo pós-liberal (Álamos, 2019; CEPAL, 2018)⁸⁹.

De acordo com Jean Lima (2018), a AP teria ainda a característica de ser um bloco de "regionalismo econômico descentrado". Isto é, a AP seria um "[...] regionalismo no qual não há um único Estado no seu comando central, ou com seguidores suficientes para assumir uma liderança e estabelecer uma concepção predominante de integração e cooperação regional" (Lima, 2018, p. 358). Do ponto de vista econômico, a AP era mais um caminho que fortalecia o modelo de regionalismo aberto com foco no livre comércio entre as partes.

Além de aproximar sua política externa e comercial da América do Sul, a AP proporcionava ao México a potencialidade de expandir sua pauta comercial para os países da região da Ásia-Pacífico e contrabalancear gradativamente sua dependência comercial dos EUA. Em 2017, em reunião anual com os(as) embaixadores(as) e cônsules do México, o chanceler Luis Videgaray disse:

A Ásia-Pacífico é um ponto central da nossa estratégia de diversificação dos vínculos políticos e econômicos, assim como da abertura de mercados para nossos produtos e

⁸⁸ A ex-presidente Dilma Rousseff não se opôs a AP e declarou que apoiava a aproximação. No entanto, sem mencionar qualquer “flexibilização” da união aduaneira do bloco com o Mercosul (Brasil, 2015; Mendonça; Rebossio, 2015; Olmos, 2016). Um discurso de aproximação do Mercosul com a AP só ficou mais evidente após o impeachment de Dilma e durante a presidência de Michel Temer (Brandt, 2018). O governo Temer era mais simpático à ideia de reduzir o Mercosul a uma área de livre comércio (o que não ocorreu) e tinha uma convergência política mais próxima com os governos mais liberais da região (como era o caso de Mauricio Macri na Argentina) e da Aliança do Pacífico (como era o caso de Peña Nieto) (Molina, 2016, 2017). No discurso de posse como Ministro das Relações Exteriores, José Serra destacou o México como um ator relevante para a política externa do governo Temer: “Em relação ao México, será prioritário aproveitar plenamente o enorme potencial de complementaridade existente entre nossas economias e hoje das nossas visões internacionais” (Brasil, 2016). No discurso de posse como Ministro das Relações Exteriores em 2016, José Serra disse: “[...] precisamos renovar o Mercosul, para corrigir o que precisa ser corrigido, com o objetivo de fortalecê-lo, antes de mais nada quanto ao próprio livre-comércio entre seus países membros, que ainda deixa a desejar, de promover uma prosperidade compartilhada e continuar a construir pontes, em vez de aprofundar diferenças, em relação à Aliança para o Pacífico, que envolve três países sul-americanos, Chile, Peru e Colômbia, mais o México (Brasil, 2016).

⁸⁹ Sobre diferenças, semelhanças e possibilidades de convergências entre Mercosul e AP, ver: Álamos (2019) e CEPAL (2018).

investimentos. Por isso, é necessário aproveitar o alto nível de diálogo para continuar intensificando os fluxos comerciais e de investimentos e fortalecer as capacidades de promoção econômica, comercial e turística das representações, aumentando também a presença de produtos mexicanos nos mercados asiáticos (México, 2017d, tradução nossa).

A AP podia ser vista como uma espécie de trampolim da política externa mexicana para a América do Sul, mas, principalmente, como potencialidade de atração de investimentos e aumento do comércio com a região da Ásia-Pacífico⁹⁰. Detlef Nolte (2016) nota que os países da AP "se autointitularam como portas de entrada para a Ásia e como 'boas economias' em comparação com as 'más economias' de outras economias mais centralizadoras na América Latina" (Nolte, 2016, p. 1⁹¹). De certo, o México estava em uma posição privilegiada: tem experiência em negociação de tratados comerciais, possui indústrias manufatureiras consolidadas, já tem uma cultura de exportação e é a segunda maior economia da América Latina (atrás apenas do Brasil), além de contar com um litoral voltado para o Oceano Pacífico, passível de ser potencializado no comércio exterior com a região da Ásia-Pacífico.

A AP também contribuía para dar força à ideia de regionalismo onde o elemento de proximidade geográfica não era um dos fatores principais de agrupamento dos países, como de costume. Como aponta Andrés Malamud (2019, p. 109): "*El regionalismo costero (o transoceánico) va a ganar importancia por sobre el regionalismo tradicional (el que se da entre países que comparten fronteras terrestres)*". Vale recordar a distância terrestre que separa o México do Chile, por exemplo. De acordo com Mariano Turzi (2014), a estratégia do México seria utilizar a AP como um:

[...] mecanismo regional que permite ao país aproveitar a dimensão do seu próprio mercado interno e alavancar a vantagem comparativa econômica dos tratados de livre comércio que assinou com os demais países do bloco, com o mercado da América do Norte, América Latina e União Europeia. O México busca se posicionar, dessa forma, como uma plataforma de produção e exportação para terceiros países e regiões (Turzi, 2014, p. 80, tradução nossa).

Ademais, a percepção era de que se estava criando na região dois eixos de atuação. De um lado, o eixo do Pacífico; do outro, o Atlântico. O primeiro eixo, representado pela AP, era visto como liberal, defensor de um regionalismo aberto e mais preocupado com a inserção nas cadeias globais de valor. O segundo, representado pelo Mercosul, era visto como protecionista,

⁹⁰ Ademais, no início do mandato de Peña Nieto, o México entrou no TPP que prometia uma área de livre-comércio entre países da Ásia, Oceania, América do Norte e América do Sul. Sobre o TPP, ver: Jimenez, Gomez e Paniagua (2018).

⁹¹ *Branded' themselves as gateways to Asia and as 'good economies' compared to the 'bad economies' of other more state-oriented economies in Latin America*" (Nolte, 2016).

defensor do regionalismo pós-liberal e de uma maior interdependência política ou econômica entre os países (Covarrubias, 2019; Mariano; Ribeiro, 2020; Sanahuja, 2016).

O próprio governo mexicano, no PND (2013-2018), destacou que *"la Alianza del Pacífico representa una iniciativa de integración regional de vanguardia en el libre comercio entre los países de América Latina"* (México, 2013, p. 56). De fato, a AP era vista como um projeto promissor na região diante de um Mercosul e UNASUL em crise (Arnson, 2016).

A CEPAL (2018), por exemplo, considerou a AP e a convergência Mercosul-AP como projetos importantes para a região. Indiretamente, a diplomacia mexicana acabava se beneficiando dessa imagem "bem-sucedida" da AP. A ex-embaixadora mexicana Olga Pellicer (2014) comentou sobre essa imagem positiva que a AP passou a ter nos meios de comunicação, o que acabava sendo bom para o México:

No caso da América do Sul, o projeto favorito de Peña Nieto foi a Aliança do Pacífico. Trata-se de uma iniciativa muito bem recebida pelos meios de comunicação internacionais. Publicações de tendências ideológicas tão distintas como The Economist e El País coincidiram em celebrar com grande otimismo o que chamaram de 'o novo motor de desenvolvimento da América Latina'. Da mesma forma, também coincidiram em utilizá-la para criticar o Mercosul, destacando suas tendências protecionistas, desavenças entre os países membros e falta de respeito ao estado de direito (Pellicer, 2014, p. 346, tradução nossa).

Natalia Saltalamacchia (2014), no entanto, apontou que os dados econômicos de comércio do México com os países da AP estavam sendo superdimensionados para mostrar um ânimo inicial. Para o México, a AP era vista como promissora pelo fato de ser o país mais industrializado do bloco, podendo aumentar suas exportações de manufaturas para Colômbia, Chile e Peru.

Apesar de tudo isto, a lógica econômica parece ainda um pouco fraca. A verdade é que antes da Aliança do Pacífico existir, o México já tinha acordos de comércio livre com o Chile e a Colômbia e um Acordo Econômico com o Peru. Não obstante, a parte do comércio do México com estes três países permaneceu sempre muito pequena: juntos representam apenas cerca de 1% das importações mexicanas e cerca de 2,2% das exportações. É difícil pensar que a Aliança do Pacífico será capaz de alterar fundamentalmente este padrão (Saltalamacchia, 2014, p. 428⁹²).

Para alguns autores, o "triunfalismo" ou euforia da AP parecia mais uma visão ideológica do que propriamente uma "vitória" da AP diante do Mercosul ou do liberalismo sobre o protecionismo (Castañeda, 2014; Covarrubias, 2019; Sanahuja, 2017). Outro elemento

⁹² Trecho original em inglês: *"Despite all this, the economic rationale still looks somewhat weak. The truth is that before the Pacific Alliance existed, Mexico already had free trade agreements with Chile and Colombia and an Economic Agreement with Peru. Notwithstanding, the share of Mexico's trade with these three countries remained always very small: together they represent only about 1% of Mexican imports and about 2.2% of exports (see graphs below). It is difficult to think that the Pacific Alliance will be able to fundamentally alter this pattern"*.

é que a AP foi resultado de um regionalismo de conjuntura, ou seja, emergiu em parte por causa de crises nos projetos regionalistas já existentes. Ana Covarrubias faz uma análise contrafactual sobre a imagem de euforia da AP:

[...] a Aliança do Pacífico (AP) enfrenta obstáculos significativos. Para começar, a liberalização econômica de seus membros não foi consequência da criação da Aliança, mas um pré-requisito: muitos dos 'avanços' da AP em termos de liberalização econômica e comercial são anteriores à sua criação. Além disso, e ao contrário do Mercosul (que contribuiu para integrar as economias de Argentina e Brasil), os membros da AP comercializam muito pouco entre si: apenas 5% do comércio dos membros da AP ocorre dentro do bloco, em comparação com 15% no Mercosul. A distância geográfica dificulta os esforços para melhorar a integração física, e existem diferenças importantes na estrutura econômica dos membros da AP (sobretudo o México, que é muito mais industrializado que os demais e altamente dependente do mercado norte-americano) (Covarrubias, 2019b, p. 139-140, tradução nossa).

A imagem de "rivalidade" entre o eixo AP e o eixo Mercosul é mais enaltecida quando se pretende defender um dos dois projetos, criando-se a divisão de uma América Latina do "Pacífico" e uma América Latina do "Atlântico". A Aliança do Pacífico não escapava da problematização estrutural dos acordos de integração na América Latina, descritas por Karina Mariano e Roberto Menezes (2021) como: "baixa complementariedade econômica, baixa interdependência, assimetrias políticas e econômicas e a baixa capacidade estatal e burocrática" (Mariano; Menezes, 2021, p. 163).

A divisão da região e a rivalidade entre os dois blocos não foram endossadas pelos países; pelo contrário, do ponto de vista prático, a AP e o Mercosul já realizaram várias reuniões, firmaram acordos de cooperação entre si e elaboraram planos de ação conjunta (Hoja de Ruta) para uma possível integração⁹³ (Patiño; León, 2018; Villarroel, 2021). Tomando emprestada a ideia da CELAC em defender na região uma relação multilateral de "unidade na diversidade", os diferentes projetos regionais não precisariam ser considerados rivais.

Em julho de 2018, o recém-eleito presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador participou do seu primeiro evento internacional em encontro da Aliança do Pacífico, demonstrando a importância que o bloco tinha para o país. Portanto, devido às crises políticas, econômicas, mudanças de governos nos países do Mercosul e uma progressiva paralisação dos trabalhos da UNASUL, acreditava-se que a AP poderia ampliar a atuação da política externa mexicana na região, potencializando seu capital político durante a crise do regionalismo latino-americano.

⁹³ A primeira Cúpula entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul foi realizada em 2018, em Puerto Vallarta, México. O Plano de Ação para a integração AP-MERCOSUL envolve temas comuns em projetos de integração regional como redução de barreiras tarifárias, regras de origem, facilitação do comércio, mobilidade de pessoas, intercâmbios acadêmicos, turismo, entre outros. Ver: Alianza Del Pacífico ([2022]).

À medida que a Aliança do Pacífico foi potencializada, a política externa mexicana acomodava duas estratégias de uma só vez: (i) ganhava espaço na geopolítica da América do Sul e (ii) aumentava as chances de um acordo de livre comércio com o Mercosul via AP, já que individualmente o país nunca conseguiu um acordo desse tipo com o Mercosul.

O secretário de Economia do governo Peña Nieto, Ildefonso Guajardo Villarreal, comentou que havia "dois grandes países latino-americanos como Brasil e Argentina que não necessariamente estavam acompanhando o modelo de abertura da região. E que agora estejamos na mesma sintonia é algo que deve ser capitalizado" (Molina, 2017).

Mesmo na adversidade, a diplomacia mexicana mirava o vizinho do norte como prioridade — a América Latina era importante, mas crescia em importância a reboque dos desdobramentos políticos, especialmente dos assuntos comerciais. A região latino-americana continuou sendo o pé de apoio da diplomacia mexicana diante dos EUA, o refúgio em momentos de apreensão, e a Aliança do Pacífico foi a aposta e zona de conforto diante da crise do regionalismo.

Ao mesmo tempo em que buscava essa reaproximação com a América Latina, no cenário internacional, entretanto, votava ao lado de países desenvolvidos no processo de eleições para comandar organizações internacionais. Na América do Sul, defendia uma posição de ampliação das preferências tarifárias com o Mercosul, ao mesmo tempo que impulsionava a Aliança do Pacífico como bloco regional aberto ao comércio internacional, contrapondo-se à imagem de um Mercosul "protecionista". No âmbito da concertação política regional, tratou a criação da CELAC como prioridade, mas utilizava o Grupo de Lima como arena de discussão política para debater o tema venezuelano, enfraquecendo a CELAC justamente no objetivo primário do seu nascimento: ser o local principal de concertação política da região latino-americana.

Existiu uma (re)aproximação mexicana, contudo, mais de caráter econômico-comercial do que propriamente político. Na globalização econômica cada vez mais transnacional, era necessário que o país avançasse em acordos com mais nações na busca pela diversificação comercial. Dessa forma, a reaproximação com a América Latina — principalmente a América do Sul — servia tanto para esse objetivo comercial de diversificação como para a estratégia de política externa de reinserção do país na região e diminuição da imagem de um México virado de costas para a América Latina.

As negociações comerciais mexicanas estavam dentro de uma visão de política externa focada na busca de maior inserção internacional através da liberalização econômica e inserção nas cadeias globais de valor, impulsionando acordos de livre comércio com o maior número de países, além de divulgar a vantagem de ser um entreposto comercial para os EUA. O NAFTA

potencializou o aumento das exportações mexicanas, mas também acendia o alerta para a dependência assimétrica com os EUA.

Os anos da "onda rosa" marcados pelas "diplomacias de cúpula"⁹⁴ e a "diplomacia presidencial"⁹⁵ arrefeceram, mas continuaram sendo importantes. Com crises internas, os Estados estavam mais preocupados com suas agendas domésticas do que com o cenário regional, o que, dentre outros fatores, foi enfraquecendo a coordenação política entre os países. Como disse Andrés Malamud (2019, p. 109): *"Los países de América Latina reconocen que comparten un vecindario, pero no la misma casa: pueden unirse para podar el jardín, pero no van a firmar un contrato de alquiler en común"*. Diante das crises do regionalismo e do multilateralismo contemporâneos:

O resultado é contraditório: se a necessidade de instrumentos de governança das relações internacionais é óbvia — dado que os processos e suas implicações são globais —, os Estados desarticulam as estruturas multilaterais que construíram ao longo do século XX (Ramalho; Cortinhas, 2019, p. 21, tradução nossa).

A busca pela diversificação comercial foi posta à prova quando pressionado pelas ameaças do fim do NAFTA. O cenário era de um governo: (i) preocupado em diversificar seu comércio com a região latino-americana; (ii) utilizar a AP como trampolim para a Ásia e para recuperar espaço político na América do Sul; e (iii) aproveitar a aproximação AP-Mercosul para conseguir (indiretamente) um acordo de livre comércio com o Mercosul, o que o país nunca conseguiu negociando individualmente com o bloco. A relação diplomática com a Venezuela tensionou à medida que o México apoiava a formação de coalizões dentro da OEA e depois no Grupo de Lima, que tinham como objetivo pressionar Nicolás Maduro a frear os arroubos autoritários que o governo venezuelano impunha.

No geral, a política externa para a região manteve uma trajetória mais reativa. Com a chegada de Donald Trump à presidência dos EUA e a ameaça do fim do NAFTA, a América Latina cresceu em importância à luz das incertezas. A região foi um refúgio para o México quando o vizinho do norte ameaçou a parceria estratégica. A política econômica manteve sua trajetória liberal e a política externa serviu de instrumento econômico ao manter o foco na estratégia de inserção regional por meio da ampliação comercial.

⁹⁴ Segundo Adrián Bonilla e Isabel Álvarez, “diplomacia de cúpulas” são “*espacios valiosos para el diálogo político y la toma de decisiones por parte de los líderes políticos, posibilitando así la materialización de acuerdos estratégicos a nivel regional, en un periodo corto de tiempo*” (Bonilla; Álvarez, 2013, p. 7).

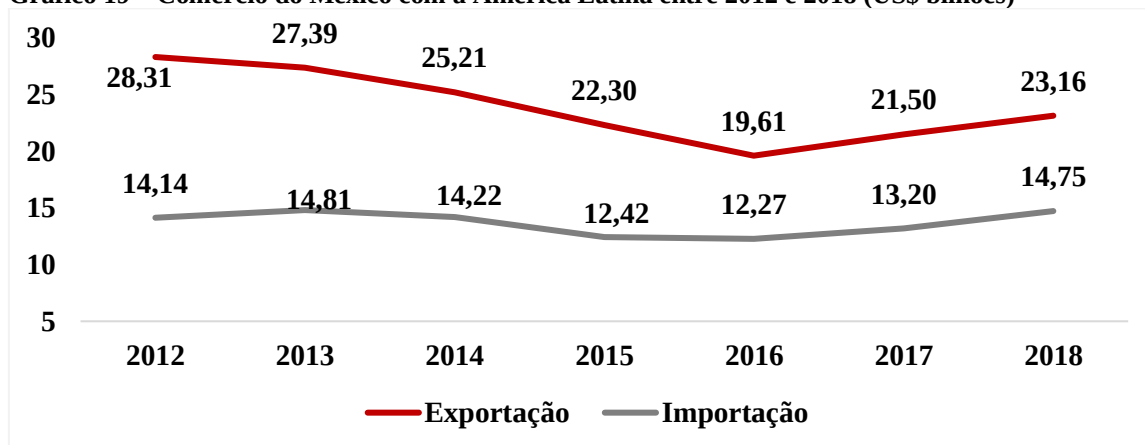
⁹⁵ Sérgio Danese diz que “diplomacia presidencial” é “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições ex officio, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo” (Danese, 2017, p. 67).

6.7 A Política comercial do México para a América Latina (2012-2018)

A política comercial do governo EPN para a América Latina destaca-se por uma reaproximação inicial com a região, impulsionada pelo retorno do PRI ao poder, seguida por um gradual declínio nas trocas comerciais com os países latino-americanos. Essa trajetória reflete uma estratégia ambígua, que buscava inicialmente revitalizar os laços regionais, mas que, ao longo do período, passou a priorizar mercados globais e a consolidação das exportações mexicanas em setores de alto valor agregado.

A política comercial e a política externa do governo EPN (2012-2018) para a América Latina revelam um contraste entre uma retórica inicial de reaproximação e uma estratégia prática que priorizou os interesses globais, especialmente os EUA. Essa combinação de aproximação inicial seguida por um redirecionamento pragmático reflete as complexidades da posição mexicana no cenário latino-americano e evidencia as tensões entre a integração regional e a busca de competitividade global. Conforme gráfico abaixo, o comércio do México com a América Latina registrou uma tendência de queda significativa entre 2014 e 2016, com uma leve recuperação nos últimos anos do governo de Peña Nieto.

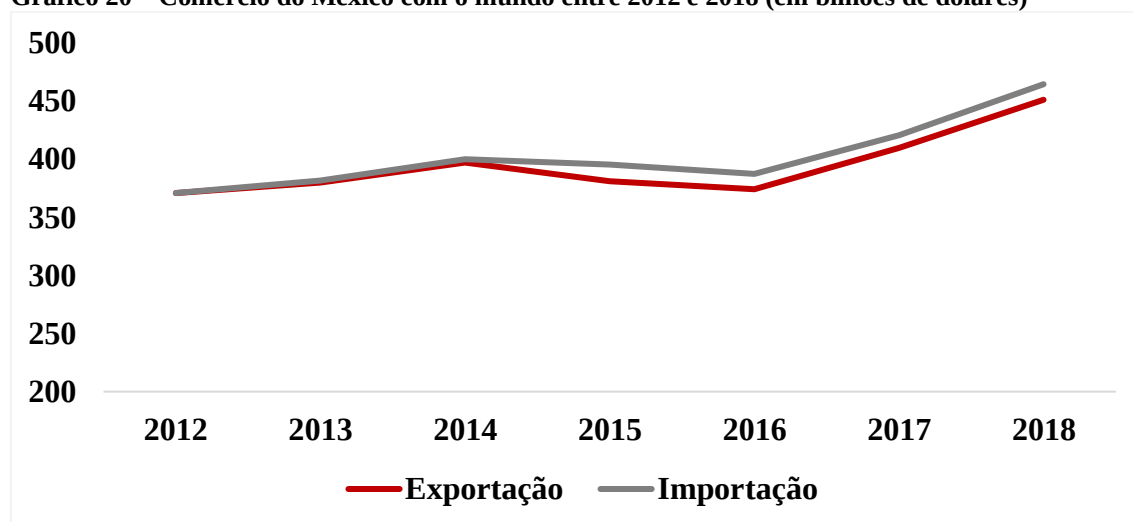
Gráfico 19 – Comércio do México com a América Latina entre 2012 e 2018 (US\$ bilhões)



Fonte: Comtrade.

O Gráfico 19 mostra uma tendência de queda nos valores de exportação e importação ao longo do período, especialmente entre 2014 e 2016, seguido por uma leve recuperação em 2017 e 2018. Esse declínio pode ser explicado por fatores econômicos internos e externos, como a desaceleração econômica regional e a adaptação do México a novas demandas comerciais na América Latina. A recuperação nos últimos anos do período analisado indica um possível realinhamento nas relações comerciais.

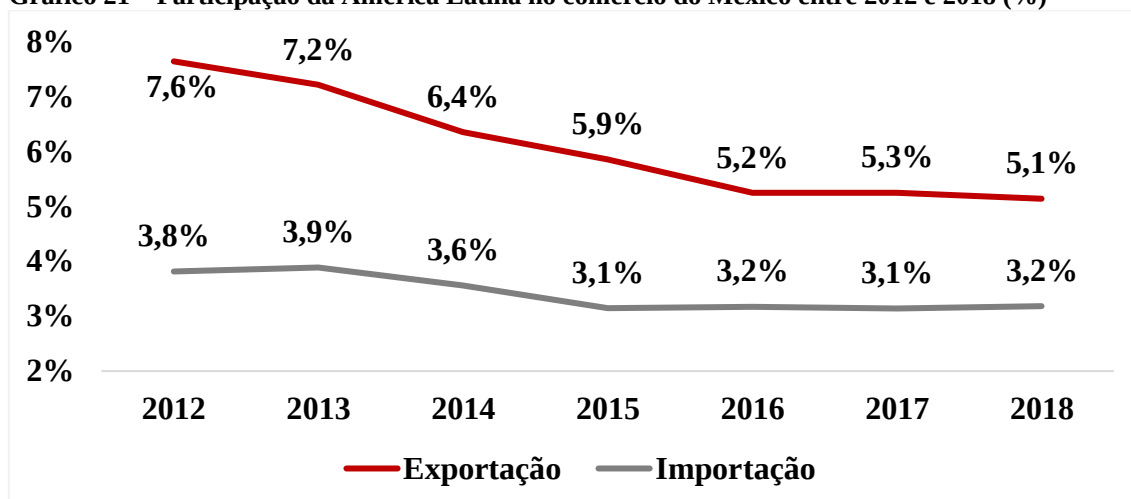
Gráfico 20 – Comércio do México com o mundo entre 2012 e 2018 (em bilhões de dólares)



Fonte: Comtrade.

Já no Gráfico 20, diferentemente do comércio com a América Latina, as exportações do México para o mundo cresceram, de US\$ 370,7 bilhões em 2012 para US\$ 450,9 bilhões em 2018, refletindo o fortalecimento do setor exportador mexicano em uma escala global. As importações também apresentaram um aumento gradual, demonstrando um fluxo comercial contínuo e um fortalecimento de laços comerciais globais, ainda que com um superávit menor nos anos finais.

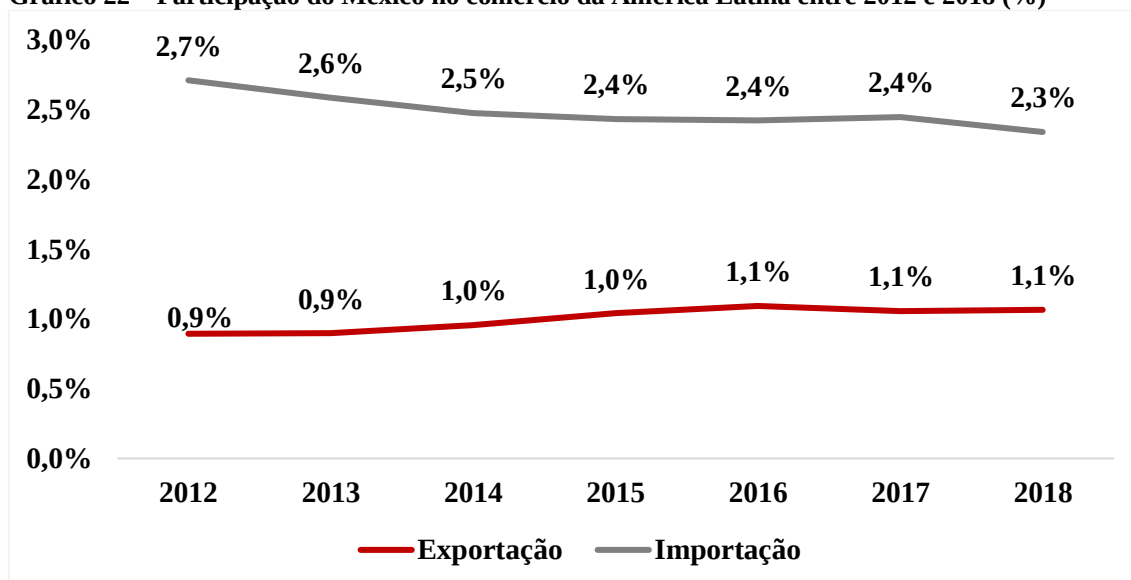
Gráfico 21 – Participação da América Latina no comércio do México entre 2012 e 2018 (%)



Fonte: Comtrade.

Os dados do Gráfico 21 demonstram uma diminuição na participação das exportações para a América Latina, passando de 7,6% em 2012 para 5,1% em 2018, o que sugere uma reorientação do México para mercados globais, possivelmente influenciada por fatores como acordos comerciais e uma dependência crescente de parceiros como os EUA. Por outro lado, a menor participação da América Latina nas importações mexicanas, que passou de 3,9% para 3,2% ao longo do período, indica um esforço do México em diversificar suas fontes de importação.

Gráfico 22 – Participação do México no comércio da América Latina entre 2012 e 2018 (%)



Fonte: Comtrade.

O Gráfico 22 mostra a participação do México nas exportações e importações totais da América Latina. Embora a participação nas exportações da América Latina para o México

permaneça constante em cerca de 1%, a participação nas importações diminui levemente de 2,7% para 2,3% ao longo do período. Isso indica um leve decréscimo na dependência de importações mexicanas por parte da América Latina, o que pode estar associado a uma diversificação das fontes de importação latino-americanas.

Tabela 4 – Exportações mexicanas para América latina por setor econômico (2012-2018)

Exportação	US\$ bilhões						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Agropecuária	0,99	1,02	0,85	0,96	0,87	1,15	1,23
Indústria de Transformação	24,60	24,23	22,56	19,26	17,12	18,80	20,44
Indústria Extrativa	2,57	1,99	1,58	1,83	1,36	1,32	1,26
Outros Produtos	0,16	0,15	0,22	0,24	0,26	0,24	0,24

Exportação	Part. %						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Agropecuária	3,5%	3,7%	3,4%	4,3%	4,4%	5,3%	5,3%
Indústria de Transformação	86,9%	88,5%	89,5%	86,4%	87,3%	87,4%	88,2%
Indústria Extrativa	9,1%	7,3%	6,3%	8,2%	7,0%	6,1%	5,4%
Outros Produtos	0,6%	0,6%	0,9%	1,1%	1,3%	1,1%	1,0%

Fonte: Comtrade.

A Tabela 4 destaca o valor das exportações mexicanas segmentadas por setores: agropecuária, indústria de transformação, indústria extrativa e outros produtos. Observa-se que a indústria de transformação domina as exportações, representando cerca de 85% a 90% do total. A agropecuária, embora com valores menores, apresenta um crescimento percentual, mostrando uma possível valorização desse setor no comércio exterior. Esse domínio destaca a competitividade dos produtos manufaturados mexicanos na região, especialmente em setores como automotivo e eletrônico, onde o México possui uma forte especialização e tecnologia avançada. Por outro lado, a indústria extrativa apresenta um declínio contínuo, evidenciando uma transição para uma economia menos dependente de commodities e mais orientada a manufaturas de alto valor agregado.

Tabela 5 – Importações mexicanas da América Latina por setor econômico (2012-2018)

Importação	US\$ bilhões						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Agropecuária	1,68	2,05	1,82	1,75	1,76	1,88	1,83
Indústria de Transformação	11,22	11,47	10,74	8,98	8,79	9,06	10,13
Indústria Extrativa	0,90	0,92	1,11	1,13	1,21	1,55	1,87
Outros Produtos	0,35	0,38	0,55	0,56	0,50	0,71	0,92

Importação	Part. %						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Agropecuária	11,9%	13,8%	12,8%	14,1%	14,4%	14,3%	12,4%
Indústria de Transformação	79,3%	77,4%	75,5%	72,3%	71,6%	68,6%	68,6%
Indústria Extrativa	6,4%	6,2%	7,8%	9,1%	9,9%	11,8%	12,7%
Outros Produtos	2,4%	2,6%	3,9%	4,5%	4,1%	5,4%	6,2%

Fonte: Comtrade.

A Tabela 5 segmenta as importações mexicanas pelos mesmos setores apresentados nas exportações. A indústria de transformação novamente predomina, seguida pelo setor agropecuário e pela indústria extrativa. O destaque é o crescimento gradual das importações da indústria extrativa, sugerindo uma dependência externa para suprir determinadas necessidades de insumos naturais. As importações do setor agropecuário mantêm-se estáveis, refletindo a necessidade contínua de alimentos e insumos para o setor alimentício mexicano.

Os dados também indicam que, mesmo com a queda nas trocas comerciais, a relação comercial com a América Latina se manteve relativamente estável, com flutuações mais moderadas nas importações e exportações nos anos finais. Essa estabilidade parcial revela que, embora o México tenha reduzido o volume comercial com a América Latina, o país ainda desempenha um papel importante nas trocas regionais, especialmente como exportador de manufaturas e importador de produtos agropecuários e extrativos. Além disso, a estrutura das exportações e importações mexicanas é dominada pela indústria de transformação, o que evidencia o caráter industrializado das exportações mexicanas, especialmente em setores como a produção automotiva e eletrônica. Por outro lado, a queda nas exportações da indústria extrativa sugere uma transição para uma economia menos dependente de commodities e mais voltada para manufaturas.

Outro ponto de destaque é a estabilidade nas exportações e importações da América Latina com o México, o que denota a importância contínua do México como parceiro comercial para a região, ainda que o peso relativo do México no comércio total latino-americano tenha diminuído levemente. Em síntese, os dados refletem um México que, ao longo dos anos, buscou diversificar seus mercados de exportação e consolidar-se como um exportador de produtos manufaturados, reduzindo gradativamente sua dependência de mercados latino-americanos.

Essa estratégia parece alinhada com o contexto de negociações comerciais globais e reforça o posicionamento do México como um dos principais atores da economia global na América Latina.

Nesse sentido, a política comercial de EPN para a América Latina reflete um paradoxo: embora o México tenha buscado inicialmente fortalecer os laços comerciais e de integração regional, a prioridade ao mercado global e aos interesses econômicos externos levou a uma diminuição gradual na importância relativa da América Latina para o comércio mexicano. O governo Peña Nieto focou em consolidar o México como uma economia exportadora de produtos de alto valor agregado, particularmente no setor manufatureiro, enquanto minimizava a dependência de mercados latino-americanos que enfrentavam instabilidades.

O retorno do PRI ao poder marcou um breve impulso de reaproximação com a América Latina, mas essa estratégia rapidamente cedeu espaço a uma agenda de reorientação global, com o México buscando fortalecer seus laços com os EUA e outros parceiros comerciais robustos. Em última análise, essa política de “aproximação pragmática” deixou o México com uma presença econômica significativa na América Latina, especialmente em setores industriais, mas enfraqueceu a posição do país como um líder político e diplomático na região.

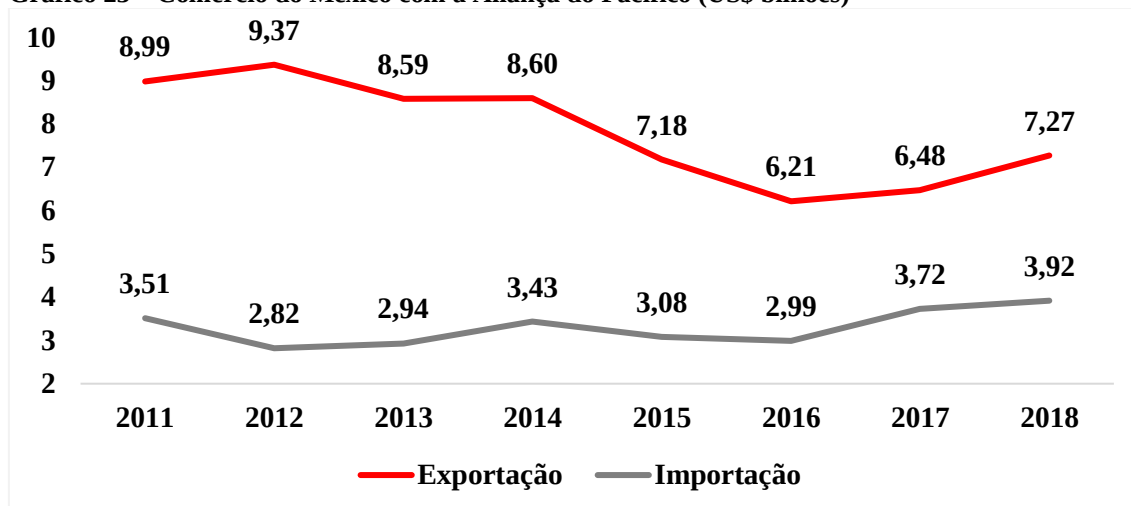
6.8 Entre discursos e resultados: o México e a Aliança do Pacífico

Por mais que o governo de Felipe Calderón tenha sido o fundador da Aliança do Pacífico, foi durante o governo Peña Nieto que esse bloco econômico se desenvolveu. Essa aliança emergiu como uma tentativa de promover uma integração econômica baseada em princípios liberais, contrastando com o Mercosul, caracterizado por uma abordagem protecionista liderada por Brasil e Argentina. No entanto, enquanto o discurso político em torno da AP foi otimista, promovendo o bloco como uma ferramenta de integração e cooperação regional, os resultados práticos em termos de comércio foram mais modestos. Assim, a AP serviu mais como um instrumento de política externa e diplomacia econômica para o México do que uma ferramenta de integração econômica efetiva.

Com base em dados de comércio exterior de 2011 a 2018 entre o México e os países da AP, analiso as exportações, importações e o percentual de participação da AP no comércio total do México e o papel diplomático da AP para a política externa mexicana. Destaca-se o uso do bloco como um instrumento de aproximação política do México na região sul-americana. Os dados do comércio do México com o a AP demonstram o impacto modesto. Para o México, a AP serviu para fortalecer a presença na região, diversificar suas relações políticas e contrapor o bloco com o Mercosul, visto como protecionista. Buscando diversificar as relações comerciais

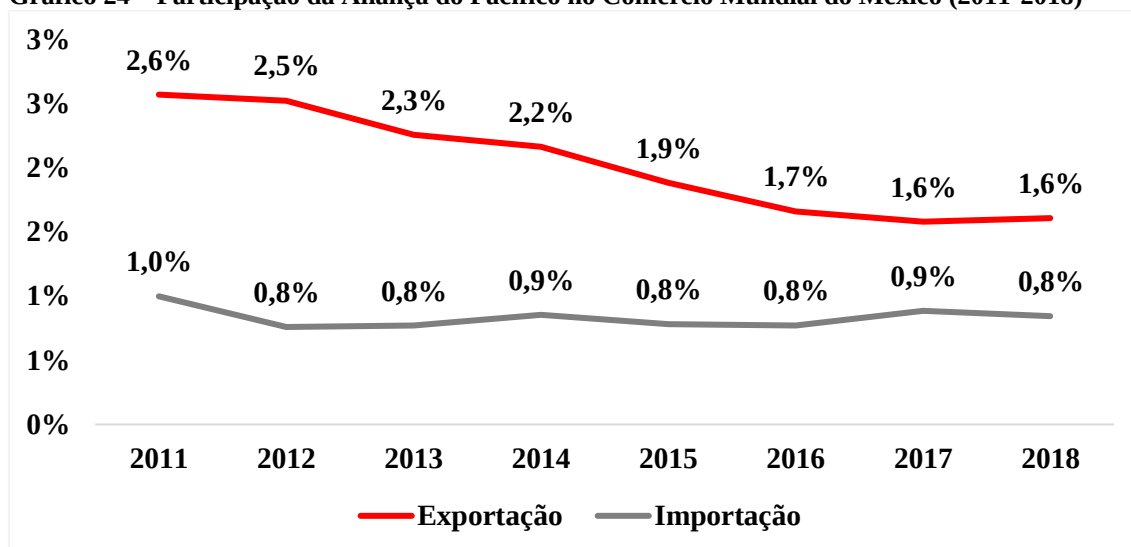
e reduzir a dependência do EUA, o México viu na AP uma oportunidade de reafirmar um papel de liderança na América Latina.

Gráfico 23 – Comércio do México com a Aliança do Pacífico (US\$ bilhões)



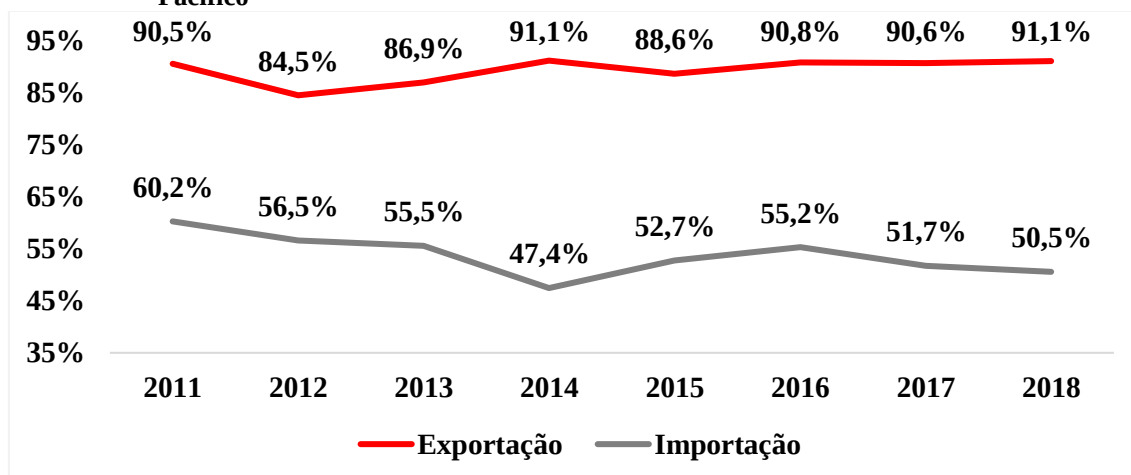
Fonte: Comtrade.

O Gráfico 23 mostra que as exportações mexicanas para os países da AP atingiram um pico em 2012, com US\$ 9,37 bilhões, e apresentaram uma tendência de queda até 2016, quando chegaram ao valor mais baixo, de US\$ 6,21 bilhões. Após esse ano, as exportações retomaram um leve crescimento, alcançando US\$ 7,27 bilhões em 2018. As importações mexicanas dos países da AP tiveram variações menores em comparação com as exportações, mantendo-se relativamente estáveis. Em 2011, as importações somaram US\$ 3,51 bilhões e apresentaram um leve aumento ao longo dos anos, atingindo US\$ 3,92 bilhões em 2018, com flutuações menos pronunciadas que nas exportações.

Gráfico 24 – Participação da Aliança do Pacífico no Comércio Mundial do México (2011-2018)

Fonte: Comtrade.

A participação das exportações para a AP no total do comércio mexicano começou em 2,6% em 2011 e caiu para 1,6% em 2018, com uma redução gradual. A queda mais acentuada ocorreu entre 2012 e 2015, período no qual a participação das exportações para a Aliança do Pacífico declinou de 2,5% para 1,7%. A participação das importações da Aliança do Pacífico no total das importações mexicanas foi inferior a 1% durante todo o período, começando em 1% em 2011 e terminando em 0,8% em 2018, com pequenas variações ao longo dos anos. Entretanto, a AP é benéfica especialmente para os bens de maior valor agregado da indústria mexicana, conforme mostra o Gráfico 25:

Gráfico 25 – Percentual de participação de bens manufaturados no comércio do México com a Aliança do Pacífico

Fonte: Comtrade.

O México, com uma base industrial robusta e orientada para exportação, não encontrou nos parceiros da Aliança uma demanda suficiente para sustentar um crescimento significativo de suas exportações industriais. Assim, o potencial de crescimento das exportações para esses países é limitado. Os outros membros da AP (Chile, Colômbia e Peru) possuem economias menos diversificadas e são, em grande parte, exportadores de commodities. A falta de uma base industrial forte e diversificada nesses países reduz as oportunidades de comércio de produtos de alto valor agregado, que são o foco das exportações mexicanas.

A AP cumpriu mais uma função de política externa do que de política comercial efetiva para o México. A AP foi uma espécie de ferramenta de diplomacia econômica que serviu aos interesses políticos do México. O bloco serviu como uma plataforma para o México reforçar sua influência diplomática e promover um modelo de integração liberal na América Latina, mas seu impacto no comércio mexicano não foi tão expressivo.

O México utilizou a AP como um canal para diversificar suas alianças, reduzir sua dependência discursiva dos EUA, reconstruir laços com a América do Sul e projetar-se como um ator que conecta a América Latina com o Pacífico Asiático. Com isso, a AP funcionou como um trampolim diplomático para o México ampliar suas conexões econômicas fora da América Latina, posicionando-se como uma plataforma de conexão entre a América Latina e a Ásia, com um discurso de integração que ia além do continente latino-americano.

O retorno do PRI ao poder em 2012 representou uma oportunidade para reposicionar o México na América Latina após uma década de distanciamento relativo sob os governos do PAN (Vicente Fox e Felipe Calderón). EPN lançou uma política externa com ênfase na retomada dos laços regionais e na revitalização do papel do México como um ator relevante na América Latina. No entanto, apesar dessa retórica inicial de reaproximação, os dados comerciais mostram uma trajetória de declínio no volume de comércio com a região, especialmente entre 2014 e 2016, período que coincidiu com a desaceleração econômica em várias economias latino-americanas e com uma reorientação do México para mercados globais mais estáveis.

O contexto internacional também desempenhou um papel fundamental. A política externa mexicana enfrentou a pressão de um cenário global incerto e da crescente dependência do mercado norte-americano, especialmente após a renegociação do NAFTA que começou em 2017 sob a administração Trump. Essas limitações estruturais comprometeram a possibilidade de uma política externa autônoma para a América Latina, pressionando o México a priorizar suas relações com os EUA para garantir a estabilidade de sua economia exportadora.

Enquanto EPN buscava fortalecer a imagem do México como líder na América Latina, a realidade de sua política comercial demonstrava uma orientação fortemente influenciada pelos

interesses norte-americanos. Assim, o México se posicionava como um ator econômico relevante na América Latina, mas sem o peso político necessário para exercer uma liderança plena.

Um dos principais eixos da política externa de Peña Nieto na América Latina foi o fortalecimento da AP, bloco econômico composto por México, Colômbia, Peru e Chile. Para o governo de Peña Nieto, a AP era mais do que um simples bloco regional: ela simbolizava uma integração baseada na competitividade global e na liberalização econômica, em contraste com o Mercosul, que adotava uma abordagem mais protecionista. A aposta na AP e o aumento da competitividade global foram importantes para o México consolidar sua posição como uma potência exportadora de manufaturas na região latino-americana.

Os dados comerciais indicam que a América Latina perdeu importância relativa como destino das exportações mexicanas e como origem das importações ao longo do governo Peña Nieto. Essa tendência reflete uma política comercial voltada para a maximização de benefícios econômicos, enquanto a América Latina, com suas vulnerabilidades econômicas, tornou-se uma prioridade secundária.

O governo de Peña Nieto não foi capaz de conciliar a necessidade de fortalecer os laços com a América Latina com a realidade de uma dependência crescente dos EUA. Essa tensão comprometeu o potencial de liderança regional do México, que se concentrou em acordos comerciais pragmáticos e em uma relação econômica competitiva, mas deixou de lado uma política externa mais proativa e de longo prazo.

6.9. A relação com os EUA e impactos com a América Latina

Apesar da Tese ter como foco a política exterior do México para a América Latina, é inegável a importância dos EUA na dinâmica que desenvolve sob a política externa mexicana. Portanto, nas próximas páginas, tratarei de fazer um pequeno resumo, baseado nos capítulos de toda a tese, sobre a política externa do México para os EUA e seus impactos no regionalismo latino-americano.

Como mostrado na Tese, a política externa do México em relação aos Estados Unidos, de 1994 a 2018, foi marcada por uma dinâmica de assimetria e interdependência assimétrica que moldou profundamente a inserção internacional do país. Durante esse período, o México consolidou sua dependência econômica e política em relação ao seu principal parceiro comercial e geopolítico, ao mesmo tempo que buscava afirmar sua identidade latino-americana. Essa relação triangular entre o México, os EUA e a América Latina teve impactos significativos

no regionalismo latino-americano, trazendo tanto oportunidades quanto desafios para a integração regional.

Durante o mandato de Zedillo, o México consolidou sua dependência econômica dos EUA por meio do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), enquanto buscava reafirmar sua presença na América Latina em um contexto de mudanças globais e regionais. A análise demonstra que, embora o México tenha experimentado ganhos econômicos significativos em sua relação com os EUA, os efeitos dessa política sobre o regionalismo latino-americano foram ambíguos, contribuindo tanto para a fragmentação quanto para novas formas de cooperação regional.

Conforme apresentado no capítulo sobre a presidência de Ernesto Zedillo (1994-2000) foi marcada por uma fase crítica para a política externa mexicana, caracterizada pela consolidação do NAFTA e pela busca de equilíbrio entre sua integração com os EUA e sua identidade latino-americana. Esse período coincidiu com mudanças significativas no cenário internacional, incluindo o fim da Guerra Fria e o fortalecimento de tendências neoliberais na América Latina. A análise da política externa de Zedillo revela como a relação assimétrica com os EUA influenciou a postura do México no regionalismo latino-americano, moldando sua participação em iniciativas regionais e sua interação com os vizinhos do sul.

A política externa do governo Ernesto Zedillo (1994-2000) foi marcada pela continuidade do processo de liberalização econômica iniciado por seu antecessor, Carlos Salinas de Gortari. Com o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em vigor desde 1994, Zedillo consolidou os Estados Unidos como o principal parceiro econômico do México, transformando o mercado norte-americano no destino de cerca de 80% das exportações mexicanas. Essa centralidade econômica atraiu investimentos estrangeiros diretos, especialmente nos setores manufatureiro e automotivo, que se beneficiaram das garantias proporcionadas pelo acordo. Contudo, essa política aprofundou a dependência estrutural do México em relação aos EUA, limitando sua autonomia na formulação de políticas externas e estreitando sua margem de atuação no contexto latino-americano.

As relações entre México e Estados Unidos durante o governo Zedillo também foram moldadas por questões migratórias e de segurança. O aumento da migração mexicana para os EUA e a crescente securitização da fronteira tornaram o tema migratório um dos mais sensíveis na agenda bilateral. A prioridade conferida às relações com os EUA teve impactos diretos e indiretos no regionalismo latino-americano. De um lado, o sucesso do NAFTA funcionou como um catalisador para o regionalismo aberto, incentivando outros países da América Latina a buscar acordos bilaterais ou multilaterais de livre comércio e promovendo a integração econômica como caminho para o desenvolvimento. O México tornou-se, assim, um exemplo

de como a abertura comercial podia proporcionar benefícios econômicos e estabilidade macroeconômica. Por outro lado, o alinhamento prioritário com os Estados Unidos reforçou a percepção de que o México estava “virado de costas” para a América Latina, dificultando sua liderança em iniciativas regionais. A dependência econômica e a priorização das relações com Washington enfraqueceram a cooperação política com os vizinhos ao sul (Bernal-Meza, 2007).

Como mostrado na tese, especialmente no capítulo 1, a transição do regionalismo clássico, caracterizado pelo protecionismo e pela substituição de importações, para o regionalismo aberto, baseado na liberalização comercial, também marcou o período. Contudo, enquanto os países do Cone Sul buscavam preservar aspectos do regionalismo clássico em seus modelos de integração, o México optou por uma estratégia que privilegiava sua relação com mercados globais, especialmente com os EUA. Isso aprofundou o distanciamento do México em relação aos países sul-americanos, contribuindo para a fragmentação do regionalismo latino-americano e ampliando as diferenças entre os modelos adotados por diferentes sub-regiões.

A relação do México com os Estados Unidos durante o governo Zedillo exacerbou ambiguidades sobre sua identidade regional. Embora buscasse afirmar sua identidade latino-americana em fóruns multilaterais, a forte dependência econômica e política dos EUA reforçou a percepção de isolamento em relação ao restante da América Latina. As negociações fracassadas com o Mercosul demonstraram os limites de uma política externa voltada quase exclusivamente para os interesses comerciais norte-americanos. Essa postura restringiu a capacidade do México de exercer liderança regional, abrindo espaço para o protagonismo de outros países, como o Brasil e a Venezuela.

A política externa de Zedillo evidenciou as dificuldades do México em equilibrar sua integração econômica com os EUA e seus laços históricos e culturais com a América Latina. Apesar dos benefícios econômicos proporcionados pelo NAFTA, as escolhas feitas durante o sexênio aprofundaram a fragmentação regional e limitaram a influência política do México no continente. Assim, o governo Zedillo ilustra as tensões inerentes à busca do México por relevância global, enquanto enfrenta os desafios de uma relação assimétrica com os Estados Unidos e a necessidade de engajamento com seus vizinhos latino-americanos.

Os impactos dessa política foram ambivalentes: enquanto o México serviu de exemplo para a liberalização comercial na região, sua priorização das relações com os EUA contribuiu para a fragmentação regional e a crise do regionalismo clássico. O legado do governo Zedillo evidencia a complexidade da posição do México no sistema internacional e a dificuldade de equilibrar sua integração econômica com o Norte e sua identidade política e cultural no sul.

A política externa do governo Vicente Fox (2000-2006) foi marcada por uma tentativa de redefinir o papel do México no cenário internacional, promovendo uma imagem de democratização interna e maior ativismo externo. Essa reconfiguração, entretanto, resultou em uma ambivalência estratégica: enquanto o México aprofundava sua relação com os Estados Unidos, distanciava-se dos países da América Latina, o que gerou efeitos significativos para o regionalismo latino-americano.

A eleição de Vicente Fox pelo Partido Ação Nacional (PAN) representou uma ruptura histórica na política mexicana, encerrando mais de sete décadas de hegemonia do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Essa mudança gerou expectativas de que o governo Fox redefiniria a política externa do México, tornando-a mais ativa e alinhada com os valores democráticos e os direitos humanos. A relação com os Estados Unidos tornou-se o eixo central da política externa mexicana, especialmente no contexto do NAFTA, que continuava a moldar a economia do país. Fox buscou ampliar essa parceria estratégica, indo além do âmbito econômico para incluir questões como migração e segurança. No entanto, os atentados de 11 de setembro de 2001 redirecionaram as prioridades norte-americanas para a segurança nacional e o controle das fronteiras, frustrando as ambições mexicanas de estabelecer uma parceria com maior integração nos moldes da União Europeia.

Embora Fox declarasse intenções de fortalecer os laços com a América Latina, na prática, sua política externa priorizou os Estados Unidos em detrimento da região. Essa ênfase resultou em conflitos diplomáticos significativos, particularmente com Cuba e Venezuela. A crise do "comes y te vas", envolvendo Fidel Castro, e as tensões públicas com Hugo Chávez durante a Cúpula das Américas de 2005 evidenciaram o desgaste nas relações com esses países. Ademais, o alinhamento de Fox com os interesses norte-americanos, como a promoção da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), foi interpretado por países como Brasil e Argentina como um apoio ao neoliberalismo liderado pelos EUA em oposição a modelos regionais mais autônomos, como o Mercosul. Projetos regionais como o Plano Puebla-Panamá (PPP), idealizados para integrar o sul do México à América Central, também foram criticados por sua dependência dos Estados Unidos, o que comprometeu sua credibilidade como iniciativas genuínas de integração regional.

Os impactos da política externa de Fox sobre o regionalismo latino-americano foram ambivalentes. De um lado, o alinhamento com os EUA e a promoção da ALCA contribuíram para fragmentar a região, dividindo-a entre um bloco orientado livre comércio, e outro que priorizava a integração política e econômica liderada pelo Brasil. Por outro lado, o comércio entre o México e os países latino-americanos cresceu significativamente durante o governo Fox, com aumentos consideráveis nas exportações e importações. A diplomacia mexicana também

utilizou fóruns multilaterais para aumentar sua visibilidade internacional, embora o impacto prático dessas ações no fortalecimento do regionalismo tenha sido limitado.

O governo Fox ilustra, mais uma vez, as dificuldades do México em equilibrar sua relação com os Estados Unidos e sua identidade latino-americana. A dependência estrutural em relação ao mercado norte-americano limitou a autonomia do país, enquanto as tensões com governos latino-americanos e a priorização das relações comerciais contribuíram para o distanciamento político na região. Esse contexto consolidou a imagem do México como um país economicamente voltado para o Norte, mas politicamente distante do Sul.

Apesar de suas tentativas de adotar uma política externa mais ativa e multilateral, Fox não conseguiu reverter a percepção de isolamento regional, deixando como legado uma fragmentação do regionalismo latino-americano e desafios significativos para seus sucessores. A experiência de Fox destaca as contradições inerentes à posição geopolítica do México e os dilemas de sua política externa em um contexto de interdependência assimétrica com os Estados Unidos e demandas de maior engajamento na América Latina.

A presidência de Felipe Calderón (2006-2012) destacou-se como um período na política externa mexicana marcado pelo esforço de equilibrar uma relação intrinsecamente assimétrica com os Estados Unidos enquanto buscava maior integração e relevância regional na América Latina. Calderón herdou um contexto de desafios e oportunidades: a economia mexicana profundamente dependente dos EUA, a necessidade de fortalecer a segurança diante do narcotráfico e o fortalecimento de novas dinâmicas regionais no sul do continente.

No âmbito das relações com os EUA, Calderón priorizou áreas estratégicas como segurança e economia. A assinatura da Iniciativa Mérida, em 2007, destacou-se como um marco de cooperação bilateral, proporcionando ao México apoio financeiro e logístico significativo para combater o narcotráfico e o crime organizado. Essa parceria intensificou a militarização do combate às drogas, mas também aprofundou a assimetria entre os dois países, gerando críticas internas e externas. Como apontou Carlos Heredia:

A presença territorial das organizações mexicanas de narcotráfico em ambos os lados da fronteira e a fracassada "guerra contra o narcotráfico", assim como a recusa dos Estados Unidos em aceitar sua responsabilidade pelo surgimento e pela expansão de ambos os fenômenos, fizeram com que o México deixasse de ser um parceiro comercial dos Estados Unidos e um ator que favorecia a estabilidade política regional nos últimos anos do século XX, para ser percebido como um problema de segurança nacional para Washington nos primórdios do século XXI (Heredia, 2013, p. 84-85, tradução nossa).

No campo econômico, a dependência do mercado norte-americano permaneceu central: mais de 80% das exportações mexicanas continuaram a ser direcionadas aos EUA. A crise financeira de 2008, no entanto, evidenciou os riscos dessa dependência, reforçando a necessidade de diversificação das parcerias comerciais. Embora Calderón tenha explorado

oportunidades de comércio com a Ásia-Pacífico e a América Latina, os laços econômicos com os EUA permaneceram o eixo estrutural da economia mexicana.

A interação do México com os EUA durante o governo Calderón teve impactos profundos e ambivalentes no regionalismo latino-americano. Um dos pontos altos da política externa foi a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em 2010, que visava promover a integração política e econômica da região, excluindo os EUA e o Canadá. O México desempenhou um papel central na fundação da CELAC, utilizando a organização como uma plataforma para superar distâncias políticas com países como Cuba e Venezuela, além de reafirmar seu compromisso com a cooperação regional. Essa iniciativa foi vista como uma tentativa de reposicionar o México na região, promovendo um diálogo mais amplo entre os países latino-americanos e caribenhos.

Como apontado na tese, outro marco importante foi a fundação da Aliança do Pacífico, em 2011, composta por México, Chile, Colômbia e Peru. Essa iniciativa consolidou o México como um ator-chave no regionalismo aberto, promovendo a integração econômica com base no livre comércio e no fortalecimento das cadeias globais de valor. A Aliança do Pacífico ofereceu uma alternativa pragmática e econômica aos modelos mais protecionistas, como o Mercosul, e projetou o México como uma ponte entre a América Latina, a América do Norte e a Ásia-Pacífico. Apesar de suas limitações, a Aliança destacou-se como um dos esforços mais bem-sucedidos do México para aprofundar sua inserção regional e diversificar suas parcerias comerciais.

No entanto, a política externa de Calderón também teve consequências negativas para o regionalismo latino-americano. A ênfase no regionalismo aberto exacerbou a fragmentação regional, criando divisões entre os países alinhados ao neoliberalismo e aqueles que defendiam o regionalismo pós-liberal, como os integrantes da UNASUL e da ALBA. A percepção de que o México estava excessivamente alinhado aos EUA permaneceu uma constante, dificultando sua capacidade de liderar iniciativas regionais e gerando tensões com países de orientação política de esquerda, como Venezuela, Bolívia e Equador. Essa percepção reforçou o isolamento político do México em determinados foros regionais e limitou o alcance de sua influência na América Latina.

A política externa de Calderón refletiu, assim, uma tentativa de equilibrar interesses divergentes: aprofundar a relação estratégica com os EUA, diversificar as parcerias comerciais e reaproximar-se da América Latina. Embora avanços significativos tenham sido alcançados, como a criação da CELAC e da Aliança do Pacífico, as limitações estruturais da dependência econômica dos EUA e as tensões ideológicas na região restringiram o impacto político e econômico do México no regionalismo latino-americano. Ainda assim, as iniciativas de

Calderón pavimentaram o caminho para um México mais integrado economicamente na América Latina, embora sua capacidade de liderança regional tenha permanecido limitada por fatores conjunturais e estruturais.

Durante o sexênio de 2012 a 2018, Peña Nieto enfrentou uma série de desafios nas relações com os EUA, desde o aprofundamento da cooperação econômica e de segurança até a crise política gerada pela ascensão de Donald Trump. Paralelamente, buscou reposicionar o México na América Latina por meio de iniciativas como a Aliança do Pacífico, em um contexto de declínio dos mecanismos tradicionais de integração regional.

Desde o início de seu mandato, Enrique Peña Nieto estabeleceu a relação com os Estados Unidos como prioridade central de sua política externa, especialmente no campo econômico e comercial. A manutenção e o fortalecimento do NAFTA foram elementos estruturantes dessa abordagem, consolidando os EUA como o principal destino das exportações mexicanas. Sob a liderança de figuras como José Antonio Meade e Luis Videgaray na Secretaria de Relações Exteriores (SRE), o governo buscou ampliar as oportunidades de integração econômica e atrair investimentos estrangeiros, enquanto enfrentava os desafios inerentes à dependência estrutural de sua economia em relação ao mercado norte-americano.

Entretanto, a estabilidade do NAFTA foi abalada pelas ameaças do presidente norte-americano Donald Trump de retirar os EUA do acordo, o que levou à renegociação e à posterior substituição do tratado pelo USMCA (ou T-MEC) (Menezes *et al*, 2022). Esse contexto expôs as vulnerabilidades do México e revelou os limites de sua autonomia econômica diante do peso dos interesses norte-americanos.

Outro ponto crítico na relação bilateral foi a agenda migratória e de segurança. A retórica anti-imigração de Trump, associada à proposta de construção de um muro na fronteira, simbolizou as tensões políticas e sociais entre os dois países. O governo Peña Nieto enfrentou a difícil tarefa de equilibrar a necessidade de cooperação em segurança, especialmente no combate ao narcotráfico, com a pressão interna e externa para adotar uma postura mais assertiva contra as medidas discriminatórias e os ataques retóricos do presidente norte-americano. Essa tensão constante evidenciou, mais uma vez, as fragilidades do México na gestão de sua política externa em um cenário de assimetria de poder.

No plano regional, a política externa mexicana durante o governo Peña Nieto teve impactos diretos e indiretos no regionalismo latino-americano. A Aliança do Pacífico emergiu como o principal instrumento de sua estratégia regional, representando uma espécie de contraponto pragmático ao Mercosul. Composta por México, Colômbia, Peru e Chile, a Aliança priorizou a integração econômica, a abertura comercial e a inserção nas cadeias globais de valor. Essa orientação neoliberal reforçou o alinhamento do México com economias voltadas para o

comércio global, distanciando-se das propostas mais integracionistas do Mercosul e da UNASUL. A Aliança do Pacífico, portanto, tornou-se não apenas uma plataforma para a diversificação comercial, mas também um mecanismo de projeção geopolítica na região, consolidando o México como um ator relevante no eixo do Pacífico.

Por outro lado, a CELAC, criada como uma alternativa à OEA com o objetivo de fortalecer a cooperação política latino-americana, enfrentou um processo de enfraquecimento nos últimos anos do governo. Apesar do apoio inicial do México à organização, as crises políticas na Venezuela e a polarização ideológica na América Latina minaram a capacidade da CELAC de atuar como um mecanismo eficaz de coordenação regional. A preferência do governo mexicano por relações bilaterais e alianças pragmáticas, como a Aliança do Pacífico, foi mais um elemento que contribuiu para o declínio da CELAC como uma prioridade diplomática. Esse movimento reforçou a percepção de que o México priorizava uma agenda econômica alinhada aos interesses norte-americanos, em detrimento de iniciativas que buscassem maior integração política na região.

A dependência do México em relação aos Estados Unidos limitou sua capacidade de liderança regional e exacerbou divisões na América Latina. O discurso protecionista e polarizador de Donald Trump não apenas acentuou essas divisões, mas também revelou a fragilidade dos mecanismos regionais para lidar com crises hemisféricas. Ainda assim, as tensões geraram oportunidades para o México buscar reforçar suas relações comerciais com parceiros latino-americanos, embora os resultados tenham sido modestos e insuficientes para diminuir sua dependência do mercado norte-americano.

Em suma, a política externa de Enrique Peña Nieto para os EUA revelou uma dinâmica de cooperação e crise, que influenciou diretamente o papel do México no regionalismo latino-americano. Enquanto iniciativas como a Aliança do Pacífico destacaram o pragmatismo e a capacidade de articulação econômica do México, as limitações impostas pela dependência estrutural dos EUA e a polarização regional restringiram seu alcance político. O governo Peña Nieto ilustra, assim, os desafios de equilibrar uma agenda externa voltada para o Norte e a necessidade de reafirmar a relevância do México como ator regional na América Latina.

A política externa do governo Enrique Peña Nieto para os EUA foi marcada por pragmatismo, vulnerabilidades e adaptações diante de crises inesperadas, como a ascensão de Donald Trump. Na América Latina, enquanto a Aliança do Pacífico consolidou-se como o principal instrumento de projeção regional, mecanismos como a CELAC enfrentaram declínio. A política externa mexicana durante o sexênio refletiu um equilíbrio delicado entre a busca por diversificação comercial e a dependência estrutural dos EUA, evidenciando os desafios e as contradições do papel do México no regionalismo latino-americano.

Portanto, a política exterior do México para os EUA, ao longo dos governos de Zedillo a Peña Nieto, revelou-se um fator determinante tanto para o sucesso quanto para as limitações do regionalismo latino-americano. Enquanto o pragmatismo econômico e a dependência comercial fortaleceram os laços com os EUA, essa relação comprometeu a capacidade do México de atuar como líder regional independente na América Latina. O desafio para o México foi equilibrar sua integração com o norte e sua identidade latino-americana, uma tensão que, ao mesmo tempo em que ampliou suas oportunidades econômicas, limitou suas ambições políticas no sul do continente. A dinâmica triangular entre o México, os EUA e a América Latina segue sendo uma questão central para o futuro do regionalismo na região, com lições importantes para os desafios contemporâneos da integração e da cooperação hemisférica.

Esses contextos levam às considerações finais, que sintetizam as contribuições da tese para o entendimento da política externa mexicana e de sua relação com a América Latina. Nas considerações finais, são sintetizadas as limitações enfrentadas pelo México e as perspectivas para o regionalismo latino-americano diante de um cenário internacional de instabilidade e dependência econômica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da política externa mexicana no período estudado demonstra que, embora o México aspire a uma inserção autônoma e a uma liderança regional, a dependência dos EUA e a fragmentação regional limitam sua capacidade de consolidação política na América Latina. Aqui nas considerações finais apresento uma síntese crítica das limitações e possibilidades da política externa mexicana em relação à América Latina, ressaltando a dualidade entre a dependência norte-americana e as aspirações de inserção regional.

A imagem de alinhamento do México com os EUA, intensificada desde o NAFTA, foi potencializada diante do antagonismo político com os governos de esquerda da chamada "Onda Rosa". No capítulo sobre o período Calderón (2006-2012), explicamos as tentativas de retomar uma política externa voltada para a América Latina, visando reparar os desgastes políticos bilaterais deixados pelo governo Vicente Fox e reaproximar o país da região latino-americana.

Na segunda década do século XXI, o México manteve seu modelo de integração de regionalismo aberto e vinculado à América do Norte, mas buscou um realinhamento com a América Latina, participando de iniciativas que promoviam integração econômica e cooperação política. Durante a década de 1990, o país trilhou o caminho do regionalismo aberto, adaptando-se à integração com a América do Norte, defendendo o modelo de liberalização econômica e de inserção no comércio global. A política externa mexicana focou na liberalização econômica e na promoção de mercados abertos, alinhada com a tendência neoliberal da época.

A experiência do regionalismo na América Latina, particularmente no caso do México, mostra uma trajetória complexa e adaptativa, onde políticas neoliberais e pós-liberais coexistem e moldam a política externa do país. A capacidade, por vezes limitada, do México de navegar entre diferentes modelos de regionalismo reflete sua busca por relevância econômica e política na região. A integração regional enfrenta desafios como a desigualdade entre os países, a falta de coordenação política e a vulnerabilidade a crises externas. No entanto, também apresenta oportunidades significativas, como o aumento do comércio intrarregional, a atração de investimentos e o fortalecimento da posição da América Latina no cenário global. A análise da política externa do México diante do contexto do regionalismo latino-americano de 1995 a 2018 mostra reticências quanto ao projeto político regional mexicano, dilemas quanto à competitividade e receios sobre os desvios de comércio.

No início dos anos 2000, o México propôs projetos de integração física, buscando ampliar sua inserção regional por meio de convergências políticas e econômicas com outros governos da região; entretanto, havia a percepção de que o México tinha se distanciado da América Latina por opção própria, preferindo aprofundar sua relação com os EUA. Durante a

década de 1990, a opção do México de aderir ao NAFTA foi tão significativa que moldou a política econômica e a política externa mexicana, criando uma relação de necessidade imperativa com os EUA.

O NAFTA influenciou a construção da imagem do México distante da região latino-americana. A confrontação com governos de esquerda na região, principalmente Cuba e Venezuela, durante o mandato de Vicente Fox (2000-2006), ajudou a potencializar a imagem de um México voltado de costas para a América Latina e com os olhos direcionados para a América do Norte.

A política externa do período Vicente Fox (2000-2006) iniciou-se com grandes expectativas, mas derivou em desentendimentos e distanciamento com a América Latina, gerando crise política com Cuba, Venezuela e Argentina, perda de prestígio como mediador no conflito entre o governo colombiano e as FARC, divergências diplomáticas com o Brasil e fracasso do PPP. O "bônus democrático" pela alternância partidária de 2000 e as expectativas criadas diante dos discursos propagados minguaram a recepção de um novo México com uma nova imagem internacional. Apesar da chegada do novo partido ao poder, o governo panista deu continuidade ao processo de liberalização econômica, ampliando a abertura comercial. Com a América Latina, a relação foi turbulenta e contribuiu para aumentar a percepção de distanciamento do México com a região. Apesar desse distanciamento político, o comércio com a América Latina experimentou crescimento importante durante o governo Fox. Na arena política, o distanciamento era característica da política externa, mas o comércio era potencializado. Enquanto o comércio com a região cresceu, a ausência de um engajamento político mais ativo e de uma estratégia de liderança comercial deixaram o país em uma posição marginal no regionalismo latino-americano emergente.

Após os desgastes político-diplomáticos do governo Fox, o México retomou uma agenda mais ativa no regionalismo latino-americano, em parte pela necessidade de diversificação de parcerias comerciais, para tentar diminuir a dependência econômica dos EUA, principalmente após a crise financeira de 2008/2009, mas também como reconhecimento de que o país tinha se distanciado demais da América Latina.

A eleição de Felipe Calderón, em julho de 2006, mostrou que a política externa do governo Fox gerou divergências políticas e seria necessário restabelecer uma aproximação com a América Latina. A política externa do governo Calderón para a América Latina optou, no geral, por dar continuidade ao discurso de defesa dos direitos humanos e de promoção da democracia que vinha do seu antecessor — do mesmo partido — Vicente Fox. Entretanto, diferente de Fox, a diplomacia do período Calderón agiu de forma a evitar confrontações político-ideológicas com países da América Latina, características do governo anterior.

Ademais, a continuidade da integração regional via liberalização comercial prosseguiu, mas com uma tentativa de se reaproximar dos países latino-americanos, apesar de a imagem do México estar mais associada à América do Norte que à América Latina.

Calderón buscou ampliar sua legitimidade interna no início do mandato, e a política externa para a América Latina serviu, em parte, como forma de amenizar a polarização ideológica diante dos partidos políticos de esquerda e dos setores nacionalistas do PRI. Para isso, o governo tratou de dirimir conflitos bilaterais, especialmente com Cuba e Venezuela, e buscou firmar parceria estratégica com o Brasil, que não obteve êxito. Parte da estratégia, ademais, era reduzir a imagem negativa criada durante o período Fox de um México "virado de costas" para a América Latina, olhando especialmente para o norte, aos EUA.

A crise econômica de 2008/2009, nos EUA, reforçou ainda mais a necessidade de o país buscar novos parceiros comerciais. Uma reaproximação política e econômica com os países da região também servia aos propósitos de diversificação do comércio exterior mexicano, sempre muito dependente dos EUA. Para isso, a estratégia adotada era ser o entreposto da América Latina para diversos pontos geográficos do mundo.

O final do governo Calderón marcou o término de 12 anos do PAN na presidência (2000-2012). Em suma, as políticas externas dos governos do PAN para a América Latina centraram esforços em dois pontos: (i) nos discursos de promoção da democracia e defesa dos direitos humanos e (ii) na preferência política de integração regional através da liberalização comercial. Nos 12 anos do PAN, a América Latina foi cenário de diversos acontecimentos nas relações internacionais, entre os quais: crescente influência brasileira na região, especialmente na América do Sul; crescimento da influência política da Venezuela e da polarização ideológica na região mediante distintos modelos de integração regional; criação da UNASUL, deixando o México em relativo segundo plano; e surgimento da Aliança do Pacífico, dando sobrevida aos mexicanos na América do Sul.

A política externa para a América Latina de Peña Nieto (2012-2018) representou a continuidade da política comercial do PAN e o retorno do pragmatismo regional do PRI. Nos dois primeiros anos do mandato, propagandeados como o "*Mexico's Moment*", o governo conseguiu realizar uma coalizão no Congresso que garantiu a aprovação de reformas estruturais e ampliou a imagem internacional de um México em transformação, "moderno" e reformista.

À medida que o sexênio avançava, o cenário regional também dava sinais de crises. A queda do preço internacional das commodities colocava em xeque o projeto de política econômica de grandes países da região. Do ponto de vista político, um déficit de liderança regional era contrastado com a década anterior de ascensão de governos de esquerda que haviam impulsionado projetos de integração regional. As mortes de Hugo Chávez em 2013 e de Fidel

Castro em 2016 somaram-se à morte de Néstor Kirchner na Argentina e à saída de Lula da presidência do Brasil em 2010, gerando uma redução no protagonismo das diplomacias presidenciais ou das diplomacias de cúpulas. Peña Nieto era um novo nome do PRI sem histórico político diante da região latino-americana.

O México foi líder na criação de dois agrupamentos regionais: a CELAC em 2010 e a Aliança do Pacífico em 2011, que potencializaram sua reaproximação tanto com a América Latina como com a América do Sul, respectivamente. No entanto, enquanto o discurso político em torno da AP foi otimista, promovendo o bloco como uma ferramenta de integração e cooperação regional, os resultados comerciais foram mais modestos. Assim, a AP serviu mais como um instrumento de política externa e diplomacia econômica para o México do que uma ferramenta de integração econômica efetiva.

Nas últimas duas décadas, para o México, a América Latina adquiriu maior relevância quando aumentaram os riscos externos, como as divergências bilaterais com os EUA e o crescimento do protecionismo comercial no mundo. Mudanças de comportamento do México passaram pela busca de interesses econômicos que geraram mudanças geoeconômicas e influenciaram a formulação de política externa para a região nas décadas de 1990 e 2000.

O México liberalizou sua economia e modificou o modelo de substituição de importações, analisando com cautela as iniciativas de liberalização comercial regionais e apostando politicamente e economicamente no NAFTA para expandir as exportações e buscar formar uma coalizão política para negociar em bloco as propostas da ALCA. No México, os temas econômicos ganharam força na agenda da política exterior; a ampliação do número de acordos comerciais e o modelo de produção para exportação aumentaram a participação do país no comércio internacional, mas o comércio externo ficou concentrado na região de livre comércio do NAFTA.

A análise final reitera o argumento central da tese, ao evidenciar como o México enfrenta uma tensão constante entre sua necessidade de integração econômica com os EUA e seu desejo de construir uma presença relevante na América Latina. Essa tensão molda as dinâmicas de regionalismo latino-americano e reforça a importância do México na definição do futuro do regionalismo e das alianças políticas e econômicas na região.

REFERÊNCIAS

¡SOMOS migrantes, no delincuentes! Caravana de hondureños clama entrada a México. **El Sol de México**, Ciudad de México, 19 out. 2018. Disponível em: <https://www.elsoldemexico.com.mx/mexico/sociedad/somos-migrantes-no-delincuentes-caravana-de-hondurenos-clama-entrada-a-mexico-2180749.html>. Acesso em: 7 jun. 2022.

20 ANOS da IIRSA na América do Sul: quem está comemorando agora?. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 4 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/20-anos-da-iirsa-na-america-do-sul-quem-esta-comemorando-agora/>. Acesso em: 14 maio 2022.

A LA SOMBRA de Trump termina tímida cumbre de la Celac. **Deutsche Welle**, Bonn, 21 jan. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/es/a-la-sombra-de-trump-termina-t%C3%ADmida-cumbre-de-la-celac/a-37277113>. Acesso: 17 maio 2022.

A WORLD disrupted: the leading global thinkers of 2014. **Foreign Policy**, [s. l.], 2014. Disponível em: <https://globalthinkers.foreignpolicy.com/>. Acesso: 10 maio 2022.

ADIÓS TLCAN... México, EU y Canadá firman acuerdo comercial T-MEC. **Expansión**, [s. l.], 30 nov. 2018. Disponível em: <https://expansion.mx/economia/2018/11/30/mexico-eu-y-canada-firman-acuerdo-comercial-t-mec> Acesso em: 24 maio 2022.

AFP. Ex-chanceler mexicano Jorge Castañeda ataca Brasil. **Diário do Grande ABC**, [s. l.], 30 maio 2008. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/871035/ex-chanceler-mexicano-jorge-casta%C3%B1eda-ataca-brasil>. Acesso: 29 mar. 2022.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Brasil e México assinam 18 Ajustes Complementares**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2009. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/112>. Acesso em: 14 maio 2022.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Brasil sedia reunião de Cooperação Técnica Brasil-México**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2007. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/206>. Acesso em: 14 maio 2022.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS. Brasil e México reconhecem cachaça e tequila. **Apex Brasil**, Brasília, DF, 27 maio 2015. Disponível em: <https://portal.apexbrasil.com.br/noticia/BRASIL-E-MEXICO-RECONHECEM-CACHACA-E-TEQUILA/>. Acesso em: 31 maio 2022.

AGÊNCIA FRANCE-PRESSE. Emergentes do G5 ao G8: cumpram com as promessas e cedam espaços de poder. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 8 jul. 2009. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2009/07/08/interna_mundo,124862/emergentes-do-g5-ao-g8-cumpram-com-as-promessas-e-cedam-espacos-de-poder.shtml. Acesso em: 14 maio 2022.

AGUAYO, Sergio. **De Tlatelolco a Ayotzinapa: las violencias del Estado**. Ciudad de México: Editorial Atrament, 2015.

AGUILAR, Luis. El último tramo, 1929-2000. In: GONZALBO, Pablo *et al.* **Nueva historia mínima de México**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2004. p. 262-299.

AGUILAR, Rubén; CASTAÑEDA, Jorge G. **Los saldos del narco: el fracaso de una guerra**. Ciudad de México: Punto de Lectura, 2012.

AGUILAR, Rubén; CASTAÑEDA, Jorge. **Los saldos del narco: el fracaso de una guerra**. Ciudad de México: Punto de Lectura, 2012.

AHRENS, Jan; BASSETS, Marc. Trump não pede desculpas a Peña Nieto por insultar o México. **El País**, São Paulo, 1 set. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/internacional/1472670468_012126.html. Acesso em: 24 maio 2022.

ÁLAMOS, Andrés. Mercosur y alianza del pacífico: ¿integración en un nuevo régimen multilateral en américa latina o convergencia en la adversidad? **Cuadernos de Estudios Internacionales**, Santiago, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.uchile.cl/publicaciones/162381/mercosur-y-alianza-del-pacifico-integracion-o-convergencia>. Acesso em: 22 maio 2022.

ALBA, Luis A. La política exterior de México hacia América Latina y el Caribe 2012-2018, logros y prospectiva. **Revista Mexicana de Política Exterior**, [s. l.], n. 114, p. 9-33, 2018. Disponível em: <https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/rmpe/article/view/151/131>. Acesso em: 6 jun. 2022.

ALCÁZAR, Marco A. México y Centroamérica: una política integral. In: COVARRUBIAS, Ana (coord.). **Temas de Política Exterior**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2008. p. 315-340.

ALIANÇA do Pacífico “não tira o sono” do Brasil, afirma assessor de Dilma. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 maio 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/alianza-do-pacifico-nao-tira-sono-do-brasil-afirma-assessor-de-dilma-f149ra2bqx9b2r7nrblm7w9ji/>. Acesso em: 31 maio 2022.

ALIANZA del Pacífico respalda a México ante políticas de Trump. **Excelsior**, [s. l.], 10 mar. 2017. Disponível em: <https://www.excelsior.com.mx/nacional/2017/03/10/1151311>. Acesso em: 24 maio 2022.

ALIANZA DEL PACÍFICO. Declaración entre los estados partes del acuerdo marco de la Alianza del Pacífico (AP) y los estados partes del MERCOSUR signatarios del Tratado de Asunción. **Alianza del Pacífico**, [s. l., 2022]. Disponível em: https://alianzapacifico.net/ap_mecanismo_mercosur_prueba/. Acesso em: 23 maio 2022.

ÁLVAREZ BÉJAR, Alejandro. El Plan Puebla-Panamá en el contexto de la integración hemisférica. **Política y Cultura**, Ciudad de México, n. 18, 2002, p. 83-105. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26701805>. Acesso em: 19 mar. 2022.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. [**Depoimento**, 1997]. Rio de Janeiro, CPDOC, 2003. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista745.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

AMORIM, Celso. *Conversas com jovens diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 2011. 616 p. ISBN 9788502135376.

ANAYA MÚÑOZ. Política exterior y derechos humanos durante el sexenio de Enrique Peña Nieto. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 59, n. 3-4, p. 1049-1075, 2019. Disponível

em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2651/2577>. Acesso em: 10 maio 2022.

APPROVED: Politics this week - Mar 24th, 2012. Brazil, Mexico and trade: two ways to make a car. **The Economist**, London, 10 Mar. 2012. Disponível em: <https://www.economist.com/taxonomy/term/76972/DatabookDec2014%20212.pdf?page=358>. Acesso em: 14 maio 2022.

AQUINO, Marco. Grupo de Lima acuerda reducir relaciones diplomáticas con Venezuela tras elecciones. **Reuters**, [s. l.], 21 maio 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/pol-tica-venezuela-grupolima-idLTAKCN1IM18D-OUSLD>. Acesso em: 21 maio de 2022.

ARGENTINA intensifica campanha contra o Brasil no Conselho de Segurança da ONU. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1404200532.htm> Acesso em: 9 mar. 2022.

ARNSON, Cynthia. Mercosur and the Pacific Alliance: Whither the Relationship? **Wilson Center**, Washington, DC, 6 Aug. 2016. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/mercosur-and-the-pacific-alliance-whither-the-relationship>. Acesso em: 23 maio. 2022.

ARRIOLA, Salvador. La integración regional: una responsabilidad compartida entre Brasil y México. **Foreign Affairs Latinoamérica**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 55-66., 2009 Disponível em: <https://revistafal.com/numeros-anteriores/fal-09-2/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

AZNÁREZ, Juan Jesús. El ex canciller Castañeda asegura que EE UU y España trabajaron para consolidar el golpe en Caracas. **El País**, Madrid, 26 nov. 2004. Disponível em: https://elpais.com/diario/2004/11/27/espana/1101510003_850215.html. Acesso em: 18 fev. 2022.

BACHA, E.; BONELLI, R. Coincident growth collapses: Brazil and Mexico since the early 1980s. **Novos estud. CEBRAP**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 151-181, 2016.

BACHEGA, Hugo. Brasil irá rever acordo automotivo com México. **Reuters**, [s. l.], 3 fev. 2012. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/brazil-autos-brasil-mexico-idBRSPE81207G20120203>. Acesso em: 30 maio 2022.

BACOCINA, Denize. Chileno é eleito secretário-geral da OEA após impasse. **BBC Brasil**, [s. l.], 2 maio 2005a. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/05/050502_denizeoeacg. Acesso em: 23 fev. 2022.

BACOCINA, Denize. Eleição para secretário da OEA termina sem vencedor. **BBC Brasil**, [s. l.], 11 abr. 2005. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/04/050411_oeams. Acesso em: 23 fev. 2022.

BACOCINA, Denize. Lula quer estreitar relações com México. **BBC Brasil**, São Paulo, 5 ago. 2007a. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/08/070805_lulaviagemdenizerw. Acesso em: 14 maio 2022.

BACOCCHINA, Denize. Lula quer levar biocombustíveis à América Central. **BBC Brasil**, São Paulo, 3 ago. 2007b. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/08/070801_lulaviagemdb. Acesso em: 14 maio 2022.

Banco Central do Brasil. **Gustavo Franco**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2019. (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil, n. XXII). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc_bc_volume_22_gustavo_franco.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

Banco Central do Brasil. **Persio Arida**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2019. (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil, n. XX). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc_bc_volume_20_persio_arida.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

BARBOSA, Flávia. Cachaça e tequila, só na versão original, prevê acordo entre Brasil e México. **O Globo**, São Paulo, 26 maio 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/cachaca-tequila-so-na-versao-original-preve-acordo-entre-brasil-mexico-16269642>. Acesso em: 31 maio 2022.

BARRAGÁN, Sebastián. Relación México-Venezuela se tensa por supuesto narco avión. **Unión Cancún**, Cancún, 7 nov. 2013. Disponível em: <https://www.unioncancun.mx/articulo/2013/11/07/seguridad/relacion-mexico-venezuela-se-tensa-por-supuesto-narco-avion>. Acesso: 19 maio 2022.

BARROS, Pedro. Brasil: um estranho em seu próprio continente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 set. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2021/09/brasil-um-estranho-em-seu-proprio-continente.shtml>. Acesso: 17 maio 2022.

BARROS et al. Desintegração econômica e fragmentação da governança regional na América do Sul em tempos de Covid-19. *Boletim de Economia e Política Internacional – IPEA*, nº 27, maio/agosto 2020, p. 125-144 Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10337/1/bepi_27_desintegracao.pdf Acesso: 12 nov. 2024.

BAUTISTA, Luis Ernesto Derbez. **La Perspectiva Mexicana Frente A La Seguridad Multidimensional**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006. Disponível em: <https://cursodspace.dgru.unam.mx/bitstream/123456789/19645/1/C0006.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BCIE impulsa proyecto de alto impacto en corredor Pacífico Mesoamérica. **Banco Centroamericano de Integración Económica**, Tegucigalpa, 4 set. 2015. Disponível em: <https://www.bcie.org/novedades/noticias/articulo/bcie-impulsa-proyecto-de-alto-impacto-en-corredor-pacifico-mesoamerica>. Acesso: 16 maio 2022.

BEAUREGARD, Luis; MORAES, Camila. José Serra descobre a igualdade de gênero no México. **El País**, São Paulo, 27 jul. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/26/politica/1469565718_496181.html. Acesso em: 1 jun. 2022.

BELTRAN, Claudia. Calderón dice que mirará al sur y declara su vocación latinoamericanista. **La Jornada**, Ciudad de México, 6 oct. 2006a. Disponível em:

<https://www.jornada.com.mx/2006/10/06/index.php?section=politica&article=012n1pol>. Acesso em: 14 maio 2022.

BELTRAN, Claudia. Calderón no repetirá la política exterior de Fox. **La Jornada**, Ciudad de México, 23 nov. 2006b. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2006/11/23/index.php?section=politica&article=008e1pol>. Acesso em: 14 maio 2022.

BERNAL-MEZA, R. **Modelos o esquemas de integración y cooperación en curso en América latina (UNASUR, Alianza del Pacífico, ALBA, CELAC): una mirada panorámica**. Berlín: Iberoamerikanisches Institut, 2013.

BERNARDI, Bruno Boti. **O processo de democratização e a política externa mexicana de direitos humanos: uma análise ao longo de duas décadas (1988-2006)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-08022010-144823/publico/BRUNO_BOTI_BERNARDI.pdf. Acesso em: 9 mar. 2022.

BHAGWATI, Jagdish; KRUEGER, Anne O. **The Dangerous Drift to Preferential Trade Agreements**. Washington, DC: The AEI Press, 1995. Disponível em: <https://www.aei.org/wp-content/uploads/2023/07/AEI-STUDIES-PolicyReform-03.pdf?x85095>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BIASUTTI, Constanza; PANZINI, Fabrizio. O retorno dos acordos de investimento da agenda comercial brasileira. **Pontes**, São Paulo, v. 12, n. 1, 2016. Disponível em: https://ictsd.iisd.org/sites/default/files/review/Pontes_12-1.pdf. Acesso em: 31 maio 2022.

BIRLE, Peter. El “Triángulo Atlántico” en tiempos de Trump. Perspectivas de las relaciones birregionales entre la Unión Europea y la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños. In: SERBIN, Andrés; ALFONSO, Laneydi; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; PONT, Andrei (coord.). **América Latina y el Caribe: una compleja transición**. Buenos Aires: CRIES, 2017. p. 9-32. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2018/04/Anuario-2017-final.pdf>. Acesso: 16 maio 2022.

BIZBERG, Ilán. El fracaso de la continuidad. La economía política del sexenio de Enrique Peña Nieto. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 60, n. 2, p. 629-682, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-013X2020000200629. Acesso em: 10 maio 2022.

BIZBERG, Ilán. El Fracaso de la Continuidad: la economía política del sexenio de Enrique Peña Nieto. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 60, n. 2, p. 629-682, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-013X2020000200629. Acesso: 15 jun. 2022.

BLINDER, Caio. Análise: Diplomacia dos EUA é flexível para evitar derrota na OEA. **BBC Brasil**, [s. l.], 2 maio 2005. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/05/050502_caioblinderdtl. Acesso em: 23 fev. 2022.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

BOESE, Vanessa. How (not) to measure democracy. **International Area Studies Review**, Seoul, v. 22, n. 2, p. 95-127, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2233865918815571>. Acesso: 15 jun. 2022.

BONILLA, Adrián. CELAC como vehículo estratégico de relacionamiento de China hacia América Latina (2011-2018). **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, Barcelona, n. 124, p. 173-198, 2020. Disponível em: https://www.cidob.org/en/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/124/celac_as_a_strategic_vehicle_for_china_s_relations_with_latin_america_2011_2018. Acesso: 16 maio 2022.

BONILLA, Adrián. La CELAC y el momento multilateral contemporáneo. In: BONILLA, Adrián; JARAMILLO, Grace (ed.). **La CELAC en el escenario contemporáneo de América Latina y del Caribe**. San José: FLACSO, 2014. p. 193-205. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/53868.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

BONILLA, Adrián; ÁLVAREZ, Isabel. La Diplomacia de Cumbres frente al contexto internacional del nuevo multilateralismo político latinoamericano y del Caribe. In: BONILLA, Adrián; ÁLVAREZ, Isabel (ed.). **Desafíos estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica**. San José: FLACSO, 2013. p. 7-14. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/53935.pdf>. Acesso: 18 maio 2022.

BORBÓN, Josette. Integración latino-americana: Historia de crisis inacabadas. In: ARAVENA, Francisco; ÁLVAREZ-MARÍN, Andrea (ed.). **América Latina y el Caribe: Globalización y conocimiento. Repensar las Ciencias Sociales**. Montevideo: UNESCO, 2011. p. 133-166. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000210931>. Acesso em: 14 maio 2022.

BOTERO, Jorge Enrique. Da tristeza el entreguismo de Fox, afirma Chávez. **La Jornada**, Ciudad de México, 10 nov. 2005. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2005/11/10/index.php?section=politica&article=003n1pol>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRANT, Danielle. Aproximação de Mercosul e Aliança do Pacífico é resposta a recaídas isolacionistas, diz Temer. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 jul. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/aproximacao-de-mercossul-e-alianca-do-pacifico-e-resposta-a-recaidas-isolacionistas-diz-temer.shtml>. Acesso em: 31 maio 2022.

BRASIL dobra a México em acordo comercial de autos. **Expansión**, [s. l.], 9 mar. 2015. Disponível em: <https://expansion.mx/economia/2015/03/09/brasil-doblega-a-mexico-en-acuerdo-comercial-de-autos>. Acesso em: 30 maio 2022.

BRASIL e outros cinco países suspendem participação na UNASUL, diz agência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 abr. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/04/brasil-e-outros-cinco-paises-suspendem-participacao-na-unasul-diz-agencia.shtml>. Acesso: 17 maio 2022.

BRASIL presta solidariedade ao México por novo terremoto. **Revista Exame**, São Paulo, 19 set. 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/brasil-presta-solidariedade-ao-mexico-por-novo-terremoto/>. Acesso em: 1 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.383, de 23 de setembro de 2002**. Dispõe sobre a execução do Acordo de Complementação Econômica no 53, entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos, de 3 de julho de 2002. Brasília, DF: Presidência da

República, [2002a]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4383.htm. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.458, de 5 de novembro de 2002**. Dispõe sobre a execução do Acordo de Complementação Econômica nº 55, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai e dos Estados Unidos Mexicanos, de 27 de setembro de 2002. Brasília, DF: Presidência da República, [2002b]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4458.htm. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.495 de 06 de setembro de 2018**. Promulga o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos assinado em 26 de maio de 2015. Brasília: Presidência da República, [2018].

Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9495&ano=2018&ato=4b6gXQU9UeZpWT20c>. Acesso em: 31 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Câmara de Comércio Exterior. **Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos: ACFI**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2021.

Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/camex/estrategia-comercial/acordos-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi>. Acesso em: 31 maio 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunicado Conjunto Brasil-México - 8 de novembro de 2010**. Nota à imprensa nº 649. Brasília, DF: Assessoria de Imprensa do Gabinete, 2010. Disponível em:

http://www.sice.oas.org/TPD/BRA_MEX/Negotiations/Official_launching_p.pdf. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunicado Conjunto Brasil-México - 8 de novembro de 2010**. Nota à imprensa nº 649. Brasília, DF: Assessoria de Imprensa do Gabinete, 2010. Disponível em:

http://www.sice.oas.org/TPD/BRA_MEX/Negotiations/Official_launching_p.pdf. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da XLIX Cúpula dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados**. Assunção, 21 dez. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-xlix-cupula-dos-estados-partes-do-mercosul-e-estados-associados-assuncao-21-de-dezembro-de-2015>. Acesso em: 31 maio 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso de posse [do] Ministro das Relações Exteriores José Serra**. Brasília, DF, 18 maio 2016. Disponível em:

<https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteroes/jose-serra-chirico-discurso-de-posse>. Acesso em: 6 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Notas à imprensa**: Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul. Brasília, DF, 5 ago. 2017a. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/decisao-sobre

a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Notas à imprensa:** Declaração de Lima. Brasília, DF, 9 ago. 2017b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lima. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Notas à imprensa:** Elementos acordados entre os Governos do Brasil e do México sobre Protocolo Modificativo do Apêndice Bilateral do ACE-55. Ciudad de México, 15 marzo 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/elementos-acordados-entre-os-governos-do-brasil-e-do-mexico-sobre-protocolo-modificativo-do-apendice-bilateral-do-ace-55-cidade-do-mexico-15-de-marco-de-2012. Acesso em: 30 maio 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório de Gestão [da] Embaixada do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos:** set. 2015 a jul. 2017. Embaixador Enio Cordeiro. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, [s. d.]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5335828&disposition=inline>. Acesso em: 1 jun. 2022.

BRASILEIRO João Sayad perde eleição no BID. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 jul. 2005. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasileiro-joao-sayad-perde-eleicao-no-bid,20050727p8526>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRAVO, Alfredo P.; SIERRA, Iván R. El Plan Puebla-Panamá: una plataforma de desarrollo. **Revista Mexicana de Política Exterior**, Ciudad de México, n. 64, p. 73-99, 2001. Disponível em: <https://revistadigital.sre.gob.mx/images/stories/numeros/n64/perezsierra.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRAZIL ANNOUNCES Azevedo as new head of WTO. **Deutsche Welle**, [s. l.], 8 May 2013. Disponível em: <https://www.dw.com/en/brazil-announces-azevedo-as-new-head-of-wto/a-16797719>. Acesso em: 14 maio 2022.

BROOKS, Darío. A dónde se dirige y qué busca la gran caravana de migrantes que puso en alerta al presidente Donald Trump. **BBC Mundo**, Londres, 2 abr. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-43614027>. Acesso em: 7 jun. 2022.

BRUERA, Hernán. Brasil como socio prioritario. In: GONZÁLEZ, Guadalupe; PELLICER, Olga (org.). **La política exterior de México:** metas y obstáculos. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2013. p. 34-357.

BURGES, Sean. Without Sticks or Carrots: Brazilian Leadership in South America during the Cardoso Era, 1992-2003. **Bulletin of Latin American Research**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 23-42, 2006. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/27733819.pdf?refreqid=excelsior%3A74feabb2b47b0d126cb87966ca83bceb&ab_segments=&origin=&initiator=&acceptTC=1. Acesso em: 20 nov. 2024.

CALDERÓN ‘enfía’ duelo con Chávez. **BBC Mundo**, Londres, 29 jan. 2007. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_6310000/6310691.stm. Acesso em: 14 maio 2022.

CALDERÓN, Felipe. **Los retos que enfrentamos**: los problemas de México y las políticas para resolverlos (2006-2012). Ciudad de México: Peguin Random House, 2014.

CAMACHO, Eduardo. SRE: política exterior apoyará al comercio. **El Universal**, Ciudad de México, 17 abr. 2013. Disponível em: <https://archivo.eluniversal.com.mx/finanzas/101867.html>. Acesso: 11 maio 2022.

CAMARENA, Salvador. Peña Nieto, entre as reformas e as inércias do México. **El País**, São Paulo, 29 nov. 2013. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2013/11/30/opinion/1385768401_852299.html#?rel=listaapoyo. Acesso: 18 maio 2022.

CANCELLER de Venezuela acusa a Ruiz Massieu de apoiar al terrorismo por reunión con opositoras. **El Economista América**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://www.eleconomistaamerica.com/internacional-eAm-mexico/noticias/7336864/02/16/Canciller-de-Venezuela-acusa-a-Ruiz-Massieu-de-apoyar-al-terrorismo-por-reunion-con-opositoras.html>. Acesso: 19 maio 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da II Reunião de Presidentes da América do Sul, Guayaquil (26/07/2002). **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, DF, n. 91, p. 49-53, 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-exterior-do-brasil/resenha-n91-2sem-2002.pdf>. Acesso: 1 mar. 2023.

CARMO, Maria. Como escândalo da Odebrecht ajudou a derrubar presidente do Peru. **BBC Brasil**, São Paulo, 21 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43480788>. Acesso: 17 maio 2022.

CARPINETA, María. SAMPER: ‘El Prosur es un desquite ideológico’. **Revista Zoom**, [s. l.], 1 abr. 2019. Disponível em: <https://revistazoom.com.ar/samper-el-prosur-es-un-desquite-ideologico/>. Acesso: 14 maio 2022.

CASTAÑEDA, Jorge. ‘Brasil é neutro demais para quem quer ser uma potência’, diz Jorge Castañeda. Entrevista concedida a Tatiana Farah. **O Globo**, São Paulo, 15 maio 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-neutro-demais-para-quem-quer-ser-uma-potencia-diz-jorge-castaneda-12491009>. Acesso em: 23 maio 2022.

CASTAÑEDA, Jorge. **Amarres perros**: una autobiografía. Ciudad de México: Alfaguara, 2015.

CASTAÑEDA, Jorge. Latin America’s Left Turn. **Foreign Affairs**, [s. l.], 2006. Disponível em: https://ciaotest.cc.columbia.edu/olj/fa/fa_mayjune06/fa_mayjune06b.html. Acesso em: 21 fev. 2022.

CASTRO SANTOS, Maria Helena. Que democracia? Uma visão conceitual desde a perspectiva dos países em desenvolvimento. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 729-771, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582001000400003&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 10 fev. 2019.

CENTRAL Bank Governor of the year 2013: Mexico’s Agustín Carstens. **Euromoney Magazine**, London, 10 Oct. 2013. Disponível em:

<https://www.euromoney.com/article/b12kqv2m2ywgrz/central-bank-governor-of-the-year-2013-mexicos-agustin-carstens>. Acesso: 10 maio 2022.

CHABAT, Jorge. La política exterior de México: de Calderón a Peña Nieto. In: BONILLA, Adrián; JARAMILLO, Grace (ed.). **La CELAC en el escenario contemporáneo de América Latina y del Caribe**. San José: FLACSO, 2014. p. 27-43. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/53868.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

CHABAT, Jorge. La seguridad en la política exterior de Calderón. **Foro Internacional**, [s. l.], v. 53, n. 3-4, p. 729-749, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/599/59931907010.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022

CHABAT, Jorge. La seguridad en la política exterior de Peña Nieto: el invitado incómodo. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 59, n. 3-4, 2019. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2649/2575>. Acesso em: 10 maio 2022.

CHADE, Jamil. Com apoio do Brasil, China vence México e chefiará OMS. **O Estado de S. Paulo – Acervo**, São Paulo, 9 nov. 2006. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20061109-41295-spo-10-pol-a10-not>. Acesso em: 23 fev. 2022.

CHADE, Jamil. ONU pede restabelecimento da separação de poderes na Venezuela. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2017. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-pede-restabelecimento-da-separacao-de-poderes-na-venezuela,70001721629>. Acesso em: 20 maio 2022.

CHAGAS, Victor. Brasil e México discutem a partir de julho ampliação de trocas comerciais. **Agência Brasil**, [s. l.], 26 maio 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-05/brasil-e-mexico-discutem-partir-de-julho-ampliacao-de-trocas-comerciais>. Acesso em: 1 jun. 2022

CHAMI BATISTA, Jorge. Competition between Brazil and other exporting countries in the US import market: a new extension of constant-market-shares analysis. **Applied Economics**, [s. l.], v. 40, n. 19, p. 2477-2487, 2008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00036840600970203?scroll=top&needAccess=true&role=tab>. Acesso: 1 mar. 2023

CHAVES GARCIA, C. A. Crisis política en Venezuela y el papel del Grupo de Lima balance y desafíos de su acción diplomática. **Revista Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 177-193, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/ries/v15n1/1909-3063-ries-15-01-177.pdf>. Acesso em: 21 maio 2018.

CHAVES, Benjamín. México en la Alianza del Pacífico: ¿desafío o complemento a los procesos de regionalización en Latinoamérica? In: BUELVAS, Eduardo Pastrana; GEHRING, Hubert. **Alianza del Pacífico: mitos y realidades**. Cali: Editorial Universidad Santiago de Cali, 2014. p. 207-222. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=6fef17fe-1438-6b5d-0b63-60103bfc42a8&groupId=252038. Acesso em: 14 maio 2022.

CHÁVEZ confirma la retirada del G3, que integra con México y Colombia. **El País**, Madrid, 21 mayo 2006. Disponível em:

https://elpais.com/internacional/2006/05/22/actualidad/1148248802_850215.html. Acesso em: 18 fev. 2022.

CHÁVEZ tildó a Fox de ‘cachorro del imperio’. **El Universo**, Ciudad de México, 11 nov. 2005. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/2005/11/11/0001/14/879D0760104C4CDE86D71DE9E7AFC41F.html>. Acesso em: 17 out. 2019.

COLLIER, David; LEVITSKY, Steven. Democracy With Adjectives: conceptual innovation in comparative research. **World Politics**, Baltimore, v. 49, n. 3, p. 430-451, 1997. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/25054009?seq=1#metadata_info_tab_contents Acesso em: 6 fev. 2019.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La convergencia entre la Alianza del Pacífico y el MERCOSUR**: enfrentando juntos un escenario mundial desafiante (LC/PUB.2018/10). Santiago: CEPAL, 2018. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43614/1/S1800528_es.pdf. Acesso: 22 maio 2022.

COMUNICADO de prensa: TLC Mexico-Union Europea: Inicio de una Relacion Estrategica con Europa. Berlim, 29 jun. 2000. Disponível em: http://www.sice.oas.org/tpd/mex_eu/Negotiations/entrada_s.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

COMUNIDADE DE ESTADOS LATINOAMERICANOS E CARIBENHOS. **Declaración Política de Punta Cana**. Punta Cana: CELAC, 25 ene. 2017. Disponível em: <https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/soporte-declaracionpoliticadepuntacana.pdf>. Acesso: 17 maio 2022.

CORDEIRO, Enio. Brasil busca competir com EU por México. Entrevista concedida a Roberto Morales. **El Economista**, Ciudad de México, 23 fev. 2016. Disponível em: <https://www.eleconomista.com.mx/empresas/Brasil-busca-competir-con-EU-por-Mexico-20160224-0069.html>. Acesso em: 6 jun. 2022.

CORONA, Sonia. Los países de la Alianza del Pacífico ven una oportunidad ante el proteccionismo de Trump. **El País**, Madrid, 23 jul. 2018. Disponível em: https://elpais.com/economia/2018/07/24/actualidad/1532395532_194861.html. Acesso em: 25 maio 2022.

COUTINHO, E. S. *et al.* De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior **REGE Revista de Gestão**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 101-113, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36536>. Acesso em: 17 mar. 2023.

COVARRUBIAS, Ana. **Cambio de siglo**: la política exterior de la apertura económica y política. Ciudad de México: El Colegio de México, 2010.

COVARRUBIAS, Ana. Containing and Engaging: Mexico’s Response to the Rise of Brazil. In: GARDINI, Gian; ALMEIDA, Maria H (ed.). **Foreign Policy Responses to the Rise of Brazil**: balancing power in emerging states. New York: Palgrave Macmillan, 2016b. p. 195-212.

COVARRUBIAS, Ana. El reacomodo de México en una América Latina cambiante: de la euforia democrática a la introversión. **Pensamiento Propio**, Buenos Aires, n. 44, 2016.

Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2017/02/017-covarrubias.pdf>. Acesso: 18 maio 2022.

COVARRUBIAS, Ana. El reacomodo de México en una América Latina cambiante: de la euforia democrática a la introversión. **Pensamiento Propio**, Buenos Aires, v. 21, n. 44, p. 325-326, 2016a. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2017/02/PP44-web.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

COVARRUBIAS, Ana. Integración latinoamericana: un regionalismo coyuntural. In: SHIFTER, Michael; BINETTI, Bruno (ed.). **Promesas Incumplidas**: América Latina Hoy. Ciudad de México: Diálogo Interamericano, 2019. p. 127-145. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2019/03/unfulfilled-promises-spanish.pdf>. Acesso em: 29 maio 2022.

COVARRUBIAS, Ana. La política de México hacia América Latina en el siglo XXI: congruencia y legitimidad?+ **Estudios Internacionales**, Santiago, v. 49, p. 193-223, 2017. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-37692017000300193. Acesso em: 14 jun. 2022.

COVARRUBIAS, Ana. La política exterior “activa” una vez más. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 48, n. 1/2, p. 13-34, 2008. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/1893/1883>. Acesso em: 8 dez. 2019.

COVARRUBIAS, Ana. La política exterior de Calderón: objetivos y acciones. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 53, n. 3/4, p. 455-482, 2013. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2159>. Acesso em: 14 maio 2022.

COVARRUBIAS, Ana. La política exterior hacia América Latina: la mirada intermitente. **Otros diálogos**, [s. l.], n. 10, 2020. Disponível em: <https://otrosdialogos.colmex.mx/la-politica-exterior-hacia-america-latina-la-mirada-intermitente>. Acesso: 20 jul. 2022.

COVARRUBIAS, Ana. Los derechos humanos en la política exterior de México: ¿en defensa propia o de los valores liberales? In: COVARRUBIAS, Ana (coord.). **Temas de política exterior**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2008.

CUBA amenaza con romper sus relaciones con México por la cumbre de Monterrey. **El País**, Madrid, 23 abr. 2002. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2002/04/23/actualidad/1019512802_850215.html. Acesso em: 20 nov. 2019.

CUÉ, Carlos. Cúpula das Américas marca o final da era bolivariana na região. **El País**, São Paulo, 15 abr. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/14/internacional/1523738995_165766.html#?rel=mas. Acesso: 17 maio 2022.

CUÉ, Carlos. Pedro Pablo Kuczynski: o presidente peruano mais inesperado. **El País**, São Paulo, 11 jun. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/10/internacional/1465586970_890921.html. Acesso: 17 maio 2022.

CUMBRE DE LA UNIDAD DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Declaração de Cancún, de 23 de febrero de 2010**. Riviera Maya: CELAC, 2010. Disponível em: http://walk.sela.org/attach/258/EDOCs/SRed/2010/02/T023600003908-0-DECLARACION_DE_CANCUN.pdf. Acesso em: 14 maio 2022.

CUMBRE sin acuerdo. **BBC Mundo**, [s. l.], 5 nov. 2005. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_4410000/4410468.stm. Acesso em: 19 fev. 2022.

CURZIO, Leonardo. La imagen de México. In: GONZÁLEZ, Guadalupe; PELLICER, Olga (ed.). **La política exterior de México: metas y obstáculos**. Ciudad de México: Siglo XXI, 2013. p. 27-50.

DAHL, Robert A. **Poliarquia e oposição**. São Paulo: EDUSP, 2005.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.

DAHL, Robert. **Sobre democracia**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2009.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/diplomacia-presidencial.pdf>. Acesso: 18 maio 2022.

DANTAS, Iuri. Em crise, BID precisa de renovação, afirma diretor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jul. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1807200512.htm>. Acesso em 23 fev. 2022.

de Brasil y México: un estudio comparado. **Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM**, [s. l.], n. 106, p. 9-47, 2010. Disponível em: <http://www.journals.unam.mx/index.php/rri/article/view/19583>. Acesso em: 14 maio 2022.

DECLARACIÓN pública de Fidel Castro y texto íntegro de su conversación con Fox. **La Insígnia**, Ciudad de México, 23 abr. 2002. Disponível em: https://www.lainsignia.org/2002/abril/ibe_147.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

DERBEZ, Luis. México ante un escenario mundial en transformación. **Revista Mexicana de Política Exterior**, Ciudad de México, n. 70, p. 13-25, 2003/f2004. Disponível em: <https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/rmpe/article/view/896/845>. Acesso em: 15 fev. 2022.

DESIDERÁ, Walter. O Brasil e o Mercosul no governo Dilma (2011-2016). In: SERBIN, Andrés *et al.* (coord.). **América Latina y el Caribe: una compleja transición**. Buenos Aires: CRIES, 2017. p. 117-136. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2018/04/Anuario-2017-final.pdf>. Acesso: 16 maio 2022.

DIAMOND, Larry. **Developing Democracy: toward consolidation**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

DIAMOND, Larry. Is the third wave over? **Journal of Democracy**, Washington, DC, v. 7, n. 3, p. 20-37, 1996.

DIAMOND, Larry. **Para entender a democracia**. Curitiba: Instituto Atuação, 2017.

DIB, Ana Cristina. Brasil e México continuam em junho discussão sobre acordo comercial. **Comex do Brasil**, [s. l.], 13 maio 2010. Disponível em: <https://www.comexdobrasil.com/brasil-e-mexico-continuum-em-junho-discussao-sobre-acordo-comercial/>. Acesso em: 14 maio 2022.

Disponível em:

http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_4408000/4408870.stm. Acesso em: 19 fev. 2022.

DURA respuesta de Kirchner a Fox: “Que se ocupe de México”. **Jornal El Clarín**, Buenos Aires, 24 feb. 2017. Disponível em: https://www.clarin.com/ediciones-antiores/dura-respuesta-kirchner-fox-ocupe-mexico_0_HJYz9ywkAF.html. Acesso em: 30 nov. 2019.

DURAND ARP-NISEN, Jorge. Política migratoria: entre el discurso, la práctica y la coyuntura. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 59, n. 3-4, p. 101-1047, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-013X2019000301021. Acesso em: 21 maio 2022.

DURAND PONTE, Víctor. Confianza y eficacia ciudadana en una sociedad con alta desigualdad. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 12, p. 277-296, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v12n2/03.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2019.

DURAND PONTE, Víctor. Determinantes e consequências da desconfiança no México. In: MOISÉS, José Álvaro. **Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. p. 243-272.

DURAND PONTE, Víctor. Marginalidad, inclusión y valores democráticos. **Revista Mexicana de Opinión Pública**, Ciudad de México, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www.journals.unam.mx/index.php/rmop/article/view/41911/38220>. Acesso em: 4 fev. 2018.

DWYER, Rob. Finance minister of the year 2014: Reformer Videgaray transforms Mexico. **Euromoney Magazine**, London, 25 Sept. 2014. Disponível em: <https://www.euromoney.com/article/b12kl7cxc0kz2b/finance-minister-of-the-year-2014-reformer-videgaray-transforms-mexico>. Acesso: 10 maio 2022.

EL AVIÓN mexicano derribado por Venezuela estaba a 'full' de cocaína", según Maduro. **Europa Press**, Caracas, 17 dic. 2013. Disponível em: <https://www.europapress.es/internacional/noticia-avion-mexicano-derribado-venezuela-estaba-full-cocaina-maduro-20131110062559.html>. Acesso: 19 maio 2022.

EL DESAFORTUNADO chiste machista del canciller de Brasil. **Infobae**, Buenos Aires, 26 jul. 2016. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2016/07/26/el-desafortunado-chiste-machista-del-canciller-de-brasil/>. Acesso em: 1 jun. 2022.

EL DÍA que Fox le dijo a Fidel Castro ‘Comes y te vas’. [S. l.: s. n.], 26 nov. 2016. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo canal Bitsenvideo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PEWe71MDp1o>. Acesso em: 20 nov. 2019.

EL DUELO de Fox y Kirchner. **BBC Mundo**, [s. l.], 9 nov. 2005. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_4419000/4419886.stm. Acesso em: 19 fev. 2022.

ELECT THE COUNCIL; UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **UN Security Council Reform**. [S. l.], c2022. Disponível em: <https://electthecouncil.org/history-of-reform/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

EMP impide a Zelaya hacer declaraciones antes de abandonar México. **Revista Proceso**, [s. l.], 6 ago. 2009. Disponível em: <https://www.proceso.com.mx/nacional/2009/8/6/emp-impide-zelaya-hacer-declaraciones-antes-de-abandonar-mexico-17712.html>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ENCIUMADO, México reúne empresários da Ceal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 ago. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2708200014.htm>. Acesso em: 19 nov. 2024.

ENCONTRO Econômico Brasil - Alemanha 2000. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, DF, ano 27, n. 87, p. 89-93, 2000. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-exterior-do-brasil/resenha-n87-2sem-2000.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ENFRENTA Aguilar Zinser a Fox; reprocha trato injusto. **El Universal**, Ciudad de México, 21 nov. 2003. Disponível em: <https://archivo.eluniversal.com.mx/nacion/104937.html>. Acesso em: 2 mar. 2022.

ESBERG, Jane. Why Mexico's Kingpin Strategy failed: targeting leaders led to more criminal groups and more violence. **Modern War Institute**, West Point, 9 June 2022. Disponível em: <https://mwi.usma.edu/why-mexicos-kingpin-strategy-failed-targeting-leaders-led-to-more-criminal-groups-and-more-violence/#:~:text=Since%202006%20Mexico%20has%20waged,the%20country's%20largest%20illicit%20enterprises>. Acesso em: 27 jun. 2022.

FAERMANN, Patricia. No México, Serra faz piada sexista com chanceler mexicana. **Jornal GNN**, [s. l.], 26 jul. 2016. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/politica/no-mexico-serra-diz-que-muita-mulher-na-politica-e-perigo/>. Acesso em: 1 jun. 2022.

FARAH, Tatiana. 'Brasil é neutro demais para quem quer ser uma potência', diz Jorge Castañeda. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 maio 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-neutro-demais-para-quem-quer-ser-uma-potencia-diz-jorge-castaneda-12491009>. Acesso: 29 mar. 2022.

FERNANDES, Daniella. Acordo bilateral com México é exceção na política externa do Brasil. **Opera Mundi**, [s. l.], 20 ago. 2009. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/1018/acordo-bilateral-com-mexico-e-excecao-na-politica-externa-do-brasil>. Acesso em: 14 maio 2022.

FLECK, Isabel. Suprema Corte da Venezuela deixa parlamentares do país sem imunidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 mar. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1870478-suprema-corte-da-venezuela-deixa-parlamentares-do-pais-sem-imunidade.shtml>. Acesso em: 20 maio 2022.

FLORÊNCIO, Sérgio. Acuerdo Estratégico de Integración Económica Brasil-México: un futuro interrumpido. In: GARDOQUI, Beatriz L. (coord.). **Reflexiones sobre la política comercial internacional de México 2006-2012**. Ciudad de México: Secretaría de Economía, 2012. p. 253-256. Disponível em: <http://www.2006-2012.economia.gob.mx/files/reflexiones.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

FLORES, Rafael V.; DOMÍNGUEZ, Roberto. Un análisis del proceso de toma de decisiones en las crisis diplomáticas con Cuba, Argentina y Venezuela. **Nueva Sociedad**, [s. l.], n. 208, 2007. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/un-analisis-del-proceso-de-toma-de-desiciones-en-las-crisis-diplomaticas-con-cuba-argentina-y-venezuela/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

FLORES, Rafael Velázquez. El proyecto de política exterior de Felipe Calderón: ¿golpe de timón?. **Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM**, [s. l.], n. 108, p. 121-155, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rri/article/view/21569>. Acesso em: 14 maio 2022.

FLORES, Rafael Velázquez. La política exterior de Estados Unidos hacia México bajo la administración de Barack Obama: cambios y continuidades. **Norteamérica**, Ciudad de México, v. 6, n. 2, p. 85-113, dic. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-35502011000200004. Acesso em: 30 mar. 2022.

FLORES, Rafael Velázquez; DOMÍNGUEZ, Roberto. Balance de la Política Exterior de México en el Sexenio de Felipe Calderón bajo los tres niveles de análisis: límites y alcances. **Foro Internacional**, [s. l.], v. 53, n. 3/4, p. 483-516, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59931907002> Acesso. em: 4 maio 2022.

FLORES, Raul. Calderón disputa título de mais conservador da AL. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 dez. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0312200611.htm>. Acesso em: 14 maio 2022.

FONT, Eva. México contra Brasil en reforma del Consejo de Seguridad de la ONU. **FOX News**, [s. l.], 16 dez. 2016. Disponível em: <https://www.foxnews.com/politics/mexico-contra-brasil-en-reforma-del-consejo-de-seguridad-de-la-onu>. Acesso em: 9 mar. 2022.

FOX, Vicente. La política exterior de México en el siglo XXI. **Revista Mexicana de Política Exterior**, Ciudad de México, n. 66, 2002. Disponível em: <https://revistadigital.sre.gob.mx/images/stories/numeros/n66/fox.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2019.

FRANZONI, Marcela. **A política externa do México no início do século XXI: constrangimentos na busca por autonomia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153232/franzoni_m_me_mar.pdf?sequence=3. Acesso em: 11 maio 2022.

FRANZONI, Marcela. La política exterior de México en el gobierno de Peña Nieto: Retos locales e internacionales. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, [s. l.], n. 17, 2017. Disponível em: <http://contexlatin.cucsh.udg.mx/index.php/CL/article/view/7033>. Acesso em: 10 maio 2022.

FREEDOM House. **Freedom in the world**: 2011. New York: Freedom House, 2011. Disponível em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2011_complete_book.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

FREEDOM House. **Freedom in the world**: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties 2000-2001. New York: Freedom House, 2001. Disponível em:

https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2000-2001_complete_book.pdf. Acesso: 15 jul. 2022.

FREGOSO, Juliana. Los 5 escándalos de corrupción que distanciaron a Enrique Peña Nieto de los mexicanos. **Infobae**, Ciudad de México, 6 sept. 2017. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/mexico/2017/09/06/los-5-escandalos-de-corrupcion-que-distanciaron-a-enrique-pena-nieto-de-los-mexicanos/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

FRENKEL, Alejandro. Prosur: el último Frankenstein de la integración sudamericana. **Nueva Sociedad**, [s. l.], jun. 2019. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/prosur-integracion-america-latina-derecha-alianza/>. Acesso: 14 maio 2022.

GALLOY, Christian. México sólo y América Latina indecisa frente a Trump. **Latin Reporters**, [s. l.], 30 ene. 2017. Disponível em: <http://www.latinreporters.com/celac30012017ltes.html>. Acesso em: 24 maio 2022.

GAMBOA, Eric. La CELAC en el nuevo escenario regional. **Foreign Affairs Latinoamérica**, [s. l.], 6 feb. 2019. Disponível em: <https://revistafal.com/la-celac-en-el-nuevo-escenario-regional/>. Acesso: 17 maio 2022.

GARCÍA, Ariadna. Urge Venezuela a aclarar caso de los 43 normalistas de Ayotzinapa. **El Universal**, Ciudad de México, 20 jun. 2017. Disponível em: <https://www.eluniversal.com.mx/articulo/nacion/politica/2017/06/20/urge-venezuela-aclarar-caso-de-los-43-normalistas-de-ayotzinapa>. Acesso em: 20 maio 2022.

GARCIA, Jacobo. Hugo Chávez en contra de México por su actitud frente a Honduras. **El Mundo**, [s. l.], 8 dic. 2009. Disponível em: <https://www.elmundo.es/america/2009/12/09/mexico/1260322105.html>. Acesso em: 14 maio 2022.

GARDOQUI, Beatriz L. (coord.). **Reflexiones sobre la política comercial internacional de México 2006-2012**. Ciudad de México: Secretaría de Economía, 2012. Disponível em: <http://www.2006-2012.economia.gob.mx/files/reflexiones.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

GASPAR, Malu. Una trama que vale un Perú: ascenso y caída de Odebrecht en Latinoamérica. **Piauí**, São Paulo, n. 130, 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/una-trama-que-vale-un-peru/>. Acesso: 17 maio 2022.

GIACALONE, Rita. Cambios en el Regionalismo de Venezuela y Colombia (1990-2013): del Grupo de Los Tres al ALBA y la Alianza del Pacífico. In: MELLADO, Noemí Beatriz. **Regionalismo latinoamericano: dimensiones actuales**. Córdoba: Lerner Editora, 2014. Disponível em: https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/59819/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 nov. 2024.

GLOBOVISIÓN VÍDEOS. **Maduro**: Peña Nieto es un empleado maltratado y abusado por Trump. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Globovisión Vídeos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JY72a_-BuCk. Acesso: 21 maio 2022.

GÓMEZ, Mario O. México y el conjunto de países llamado BRIC (Brasil, Rusia, India, China). **Foro Internacional**, [s. l.], v. 50, n. 2, p. 350-384, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59921039006>. Acesso em: 14 maio 2022.

GONÇALVEZ, Julia. A flexibilização do Mercosul como discurso de oposição. **Observatório do Regionalismo**, [s. l.], 17 ago. 2017. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/2017/08/17/a-flexibilizacao-do-mercosul-como-discurso-de-oposicao/>. Acesso em: 31 maio 2015.

GONZÁLEZ, Guadalupe G. América Latina en la Política Exterior: de la importancia simbólica a la oportunidad real. In: GONZÁLEZ, Guadalupe; PELLICER, Olga. (org.). **La política exterior de México: metas y obstáculos**. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2013. p. 358-373.

GONZÁLEZ, Guadalupe G.; FLORES, Rafael V. La política exterior de México hacia américa latina en el sexenio de Felipe Calderón (2006-2012): entre la prudencia política y el pragmatismo económico. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. LIII, n. 3/4, p. 572-618, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/599/59931907005.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

GONZÁLEZ, Guadalupe. América Latina en el imaginario social mexicano. **Otros Diálogos**, [s. l.], n. 10, 2020, Disponível em: <https://otrosdialogos.colmex.mx/america-latina-en-el-imaginario-social-mexicano>. Acesso em: 20 jul. 2022.

GONZÁLEZ, Guadalupe. **Documento de Trabajo del CIDE n. 131: las bases internas de la política exterior: realidades y retos de la apertura económica y la democracia**. Ciudad de México: CIDE, 2005. Disponível em: <http://www.mexicoyelmundo.cide.edu/2010/dtrabajo/gonzalezbasesinternasdelapoliticaexterior.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2019.

GONZÁLEZ, Guadalupe; MORALES CASTILLO, Rodrigo. La política exterior del gobierno de Enrique Peña Nieto hacia América Latina y el Caribe en un mundo en transición: una trama en tres actos. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. LIX, n. 3/4, p. 763-808, 2019. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2640>. Acesso em: 27 jun. 2022.

GONZALEZ, Guadalupe; VELAZQUEZ FLORES, Rafael. La Política Exterior de Mexico hacia America Latina en el Sexenio de Felipe Calderon (2006-2012): entre la prudencia politica y el pragmatismo economico. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 53, n. 53, p. 572-618, 2013. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/23608716?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 8 dez. 2019.

GONZÁLEZ, Lilia. El TLC con Brasil está enterrado: Ferrari. **El Economista**, Ciudad de México, 18 marzo 2012. Disponível em: <https://www.eleconomista.com.mx/empresas/El-TLC-con-Brasil-esta-enterrado-Ferrari-20120318-0063.html>. Acesso em: 30 maio 2022.

GONZALEZ-PEREZ, Maria Alejandra *et al.* Pacific Alliance: Bringing Back Open Regionalism to Latin America. **Méx Cuenca Pac**, Guadalajara, v. 4, n. 11, p. 21-51, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-53082015000200021&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 4 jun. 2024.

GRUPO DE PUEBLA. **Fundadores**. Puebla, [2022]. Disponível em: <https://www.grupodepuebla.org/fundadores/>. Acesso: 17 maio 2022.

GRUPO INTERDISCIPLINARIO DE EXPERTO INDEPENDIENTES. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. [Homepage]. San Jose, [2022]. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/actividades/giei.asp>. Acesso em: 7 jun. 2022.

GUAJARDO, Guillermo. Viejos Puentes y Nuevos Acervos. La Relación De México Con América Latina y El Caribe Durante El Sexenio De Vicente Fox. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 48, n. 1/2, p. 268-296, 2008. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/27738887?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 8 dez. 2019.

GUIMARÃES, Lúcia. Gigante ou anão diplomático?. **O Estado de S. Paulo**, 27 set. 2009. Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,gigante-ou-anao-diplomatico,441726>. Acesso em: 14 maio 2022.

GURRÍA, Ángel. La consolidación del proceso mexicano de liberalización comercial: beneficios y desafíos de la apertura. In: GARDOQUI, Beatriz L. (coord.). **Reflexiones sobre la política comercial internacional de México 2006-2012**. Ciudad de México: Secretaría de Economía, 2012. p. 37- 42. Disponível em: <http://www.2006-2012.economia.gob.mx/files/reflexiones.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

HELLER, Claude. Continuidad y cambio en la participación de México en la Organización de las Naciones Unidas. In: COVARRUBIAS, Ana (coord.). **Temas de Política Exterior**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2008. p. 433-465.

HERNÁNDEZ OSUNA, P. A.; MORALES FAJARDO, M. E. ¿México debe mirar a América Latina? Las posibilidades de la política exterior de México en la Comunidad de Estados Latinoamericanos y caribeños, **OASIS**, [s. l.], v. 28, p. 151-170, 2018. Disponível em: <https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/oasis/article/download/5613/7281?inline=1>. Acesso em: 7 jun. 2022.

HERRERA, Rolando. Tiene Peña Nieto agenda privada. **Reforma**, [s. l.], 25 ene. 2017. Disponível em: https://www.reforma.com/aplicacioneslibre/preacceso/articulo/default.aspx?__rval=1&urlredirect=https://www.reforma.com/tiene-pena-nieto-agenda-privada/ar1031864?referer=--7d616165662f3a3a6262623b727a7a7279703b767a783b786d3a--. Acesso: 17 maio 2022.

HUGO Chavez no reconhece a Calderon (2). [S. l.: s. n.], 2006. 1 vídeo (8 min). Publicado pelo canal Joaquinsan. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VNdT8c8mu0A>. Acesso em: 14 maio 2022.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

HUNTINGTON, Samuel. Democracy's Third Wave. **Journal of Democracy**, Washington, DC, v. 2, n. 2, p. 12-34, 1991. Disponível em: <https://www.ned.org/docs/Samuel-P-Huntington-Democracy-Third-Wave.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2022.

INAUGURACIÓN del nuevo Parlamento de Granada. **United Nations Office for Project Services (UNOPS)**, Copenhagen, 22 jun. 2018. Disponível em: <https://www.unops.org/es/news-and-stories/news/new-parliament-for-grenada>. Acesso: 17 maio 2022.

IVES, Diogo; LIMA, Jéssica. O México na política externa brasileira de 2000 a 2012: entre o poder compartilhado e a competição. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 8, n. 41, p. 12-25, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/67211/41690>. Acesso em: 23 fev. 2022.

JAEGGER, B. C. Crise e colapso da UNASUL: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora. **Conjuntura Austral**, [s. l.], v. 10, n. 49, p. 5-12, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/88358/52481>. Acesso em: 17 maio 2022

JAIMES, Guadalupe. SRE nuevamente a cargo de una mujer. **Cimacnoticias**, [s. l.], 28 nov. 2006. Disponível em: <https://cimacnoticias.com.mx/noticia/sre-nuevamente-a-cargo-de-una-mujer/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

JIMÉNEZ, Sergio. Calderón llega a Brasil en busca de un TLC. **El Universal**, [s. l.], 16 ago. 2009. Disponível em: <https://archivo.eluniversal.com.mx/nacion/170671.html>. Acesso em: 28 mar. 2022.

JIMENEZ, Zoe T.; GOMEZ, Priscila; PANIAGUA, Carlos. La inserción de México al TPP como estrategia para potencializar el comercio y las inversiones. **Méx. Cuenca Pac**, Guadalajara, v. 7, n. 21, p. 121-143, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-53082018000300121. Acesso em: 23 maio 2022.

JIMÉNEZ; Máximo; HENDERSON, Karla; RAMOS, Edith. **Documento de Proyecto n. 489: Estudio sobre la cooperación en el Acuerdo Global México – Unión Europea**. Santiago de Chile: COPAL, 2012. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/3992>. Acesso em: 11 fev. 2022.

JÓZEFOWICZ, Anna. El Chapo: una figura relevante en el ámbito de la seguridad bilateral México - Estados Unidos. **Revista de pensamiento Estratégico y Seguridad CISDE**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 11-22, 2019. Disponível em: <http://www.uajournals.com/ojs/index.php/cisdejournal/article/view/422>. Acesso em: 27 jun. 2022.

KARL, Terry. Dilemas de la democratización en América. In: AI CAMP, Roderic (org.). **La democracia en América Latina**. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1997.

KLAVEREN, Alberto Van. México: principios y pragmatismo en la política exterior. In: MUÑOZ, Heraldo (coord.). **Las Políticas Exteriores Latinoamericanas Frente a la Crisis**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1985. p. 39-69.

KLAVEREN, Alberto Van. Regionalism in Latin America: Navigating in the Fog. **Working Paper**, [s. l.], n. 25, Dec. 2017. Disponível em: https://www.wti.org/media/filer_public/58/1a/581af31d-f1b6-43d6-9ec2-418c06fc9ea5/working20paper20no2025_201720van20klaveren.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

KURI, Ariel; MELLO, Renato. El Fracaso del Éxito, 1970-1985. In: GARCIA *et al.* **Nueva Historia General de México**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2015.

LA ALIANZA del Pacífico, el debut de AMLO en la arena internacional. **Expansión**, [s. l.], 20 jul. 2018. Disponível em: <https://expansion.mx/economia/2018/07/20/la-alianza-del-pacifico-el-debut-de-amlo-en-la-arena-internacional>. Acesso em: 23 maio 2022.

LA CASA blanca de Enrique Peña Nieto, en Las Lomas (Video). **Aristegui Noticias**, Ciudad de México, 9 nov. 2014. Disponível em: <https://aristeguinoticias.com/0911/mexico/la-casa-blanca-de-enrique-pena-nieto-en-las-lomas-video/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

LA CELAC concluye la cumbre con el apoyo a Venezuela y una tímida declaración contra EE. UU. **Agencia EFE**, [s. l.], 25 ene. 2017. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/america/politica/la-celac-concluye-cumbre-con-el-apoyo-a-venezuela-y-una-timida-declaracion-contr-ee-uu/20000035-3159301>. Acesso: 17 maio 2022.

LA OMS elige a partir de mañana a su nuevo director general entre 11 candidatos entre los que se encuentra Elena Salgado. **Infosalus**, Madrid, 5 nov. 2006. Disponível em: <https://www.infosalus.com/salud-investigacion/noticia-oms-elige-partir-manana-nuevo-director-general-11-candidatos-encuentra-elena-salgado-20061105160845.html>. Acesso em: 23 fev. 2022.

LAFUENTE, Javier; GARCÍA, Jacobo. Así se gestó el fracaso de la condena a Venezuela en la cumbre de la OEA. **El País**, Madrid, 24 jun. 2017. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2017/06/24/mexico/1498315118_075145.html. Acesso em: 20 maio 2022.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **[Depoimento, 2008]**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010b. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista1576.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **[Depoimento, 2008]**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **O Brasil e os ventos do mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010a.

LAURELL, Asa Cristina. A democracia no México: o primeiro será o último? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 24, p. 217-254, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000200012>. Acesso em: 4 fev. 2018.

LÉO, Sérgio. Brasil resiste em aceitar o México no Mercosul. **UOL Economia**, São Paulo, 13 jun. 2006. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2006/06/13/ult1913u51951.jhtm>. Acesso em: 25 fev. 2022.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. Elections without democracy: the rise of competitive authoritarianism. **Journal of Democracy**, Washington, DC, v. 13, n. 2, 2002. Disponível em: https://scholar.harvard.edu/levitsky/files/SL_elections.pdf. Acesso em: 6 fev. 2019.

LEVY, Daniel. Sustained Civilian Rule Without Democracy. In: DIAMOND, Larry; LINZ, Juan; LIPSET, Martin (ed.). **Democracy in developing countries: Latin America**. Colorado: Lynne Rienner Press, 1989. v. 4, p. 459-97.

LICEA VÉLEZ, Mónica. Luis Videgaray realiza gira de trabalho em Brasil, se reúne com Temer. **Noticieros Televisa**, Ciudad de México, 24 nov. 2017. Disponível em: <https://noticieros.televisa.com/ultimas-noticias/luis-videgaray-realiza-gira-trabajo-brasil-se-reune-temer/>. Acesso em: 1 jun. 2022.

LIMA, Jean. Latin America's Decentred Economic Regionalism: from the FTAA to Pacific Alliance. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 339-359, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/Jfd7Fkm7RS6FCfRwhY96gXQ/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 23 maio 2022.

LIMA, José Alfredo Graça. [Depoimento, 2008]. Rio de Janeiro, CPDOC, 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista1578.pdf>. Acesso: 1 mar. 2023.

LIMA, Maria. 'Fiz uma declaração elogiosa às mulheres mexicanas', diz Serra. **O Globo**, São Paulo, 26 jul. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/fiz-uma-declaracao-elogiosa-as-mulheres-mexicanas-diz-serra-19789421>. Acesso em: 1 jun. 2022.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LISSARDY, Gerardo. ¿Está impulsando Donald Trump la integración de América Latina sin proponérselo? **BBC News**, Londres, 31 jul. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-45015093>. Acesso em: 25 maio 2022.

LISSARDY, Gerardo. O que a vitória de Sebastián Piñera no Chile diz sobre guinada à direita na América Latina. **BBC Mundo**, Londres, 18 dic. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42402020>. Acesso: 17 maio 2022.

LLANO, Pablo. Especialistas da OEA questionam versão oficial do massacre de Iguala. **El País**, Cidade do México, 6 set. 2015b. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/06/internacional/1441554319_924131.html. Acesso em: 7 jun. 2022.

LLANO, Pablo. México obstrui investigação de especialistas externos no 'caso Iguala'. **El País**, Cidade do México, 17 ago. 2015a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/internacional/1439831484_109091.html#?rel=lista_apoyo. Acesso em: 7 jun. 2022.

LOAEZA, Soledad. Modernización autoritaria a la sombra de la superpotencia, 1944-1968. In: GARCÍA, Erik *et al.* **Nueva Historia General de México**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2010.

LOEZA, Soledad. La presidencia acorralada de Enrique Peña Nieto. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 60, n. 3, p. 945-983, 2020. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2769>. Acesso em: 21 maio 2022.

LÓPEZ CÓRDOVA, Ernesto. Las Negociaciones de Acceso a los Mercados en los Tratados de Libre Comercio de México con Bolivia y Costa Rica. In: ESTEVADEORDAL, A.; ROBERT, C. (ed.). **Las Américas SIN BARRERAS**: negociaciones comerciales de acceso a mercados. Washington, DC: BID, 2001. p. 213-247. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/viewer/Las-Am%C3%A9ricas-sin-barreras-Negociaciones-comerciales-de-acceso-a-mercados.pdf>. Acesso: 1 mar. 2023.

LÓPEZ-CÓRDOVA; Ernesto; MOREIRA, Mauricio. Regional Integration and Productivity: The Experiences of Brazil and Mexico. Institute for the Integration of Latin America and the Caribbean IDB - INTAL. **Working Paper**, [s. l.], n. 14, 2003. Disponível em:

<https://publications.iadb.org/en/regional-integration-and-productivity-experiences-brazil-and-mexico>. Acesso: 2 mar. 2023.

LUIS Videgaray y Delcy Rodríguez: cuando los diplomáticos ‘se hacen de palabras’.

Expansión, [s. l.], 20 jun. 2017. Disponível em:

<https://expansion.mx/nacional/2017/06/20/luis-videgaray-y-delcy-rodriguez-cuando-los-diplomaticos-se-hacen-de-palabras>. Acesso em: 20 maio 2022.

LUISELLI FERNÁNDEZ, C. Brasil y México: el acercamiento necesario. **Revista Mexicana de Política Exterior**, [s. l.], n. 90, p. 9-50, 2022. Disponível em:

<https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/rmpe/article/view/588>. Acesso: 25 mar. 2022.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 645-687, 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/dados/v44n4/a01v44n4.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

MAISONNAVE, Fabiano. Maduro se reelege em votação contestada dentro e fora da Venezuela. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 maio 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/maduro-se-reelege-em-votacao-contestada-dentro-e-fora-da-venezuela.shtml>. Acesso em: 21 maio 2022.

MALAMUD, Andrés. América Latina y el mundo: dependencia, desacople, dispersión. In: SHIFTER, Michael; BINETTI, Bruno (ed.). **Promesas Incumplidas: América Latina Hoy**. Ciudad de México: Diálogo Interamericano, 2019. p. 105-125. Disponível em:

<https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2019/03/unfulfilled-promises-spanish.pdf>. Acesso em: 29 maio 2022.

MALAMUD, Andrés. Latin American Regionalism Faces the Rise of Brazil. In: GARDINI, Gian; ALMEIDA, Maria H. (ed.). **Foreign Policy Responses to the Rise of Brazil: balancing power in emerging states**. New York: Palgrave Macmillan, 2016. p. 195-212.

MANETTO, Francesco. La justicia archiva la investigación sobre la ‘Casa Blanca’ de Peña Nieto. **El País**, Lima, 30 mayo 2022. Disponível em: <https://elpais.com/mexico/2022-05-30/la-justicia-archiva-la-investigacion-sobre-la-casa-blanca-de-pena-nieto.html>. Acesso em: 7 jun. 2022.

MANETTO, Francesco; FOWKS, J. Alan García defendeu sua inocência por carta antes de se suicidar: ‘Não houve contas nem subornos’. **El País**, Lima, 20 abr. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/19/internacional/1555703619_811206.html. Acesso: 17 maio 2022

MARIANO, Karina; MENEZES, Roberto. Três décadas de Mercosul: institucionalidade, capacidade estatal e baixa intensidade da integração. **Lua Nova**, São Paulo, n. 112, p. 147-179, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/Bpkz3gLvhVxrjstG4t4Tq/?format=pdf>. Acesso: 3 fev. 2023.

MARIANO, Karina; RIBEIRO, Clarissa. A pluralidade institucional como ferramenta política na América do Sul: sobreposições organizacionais e fragmentação regional. **Revista Tempo no Mundo**, Rio de Janeiro, n. 23, 2020. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/188/230>. Acesso em: 29 maio 2022.

MARIM, Denise Chrispim. Brasil e México divergem sobre ONU. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 ago. 2007. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-mexico-divergem-sobre-onu,30602>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MARQUES-PEREIRA, Jaime; THÉRET, Bruno. Mediaciones institucionales de regulación social y dinámicas macroeconómicas: los casos de Brasil y México. In: VEGA, Carlos; BIZBERG, Ilán (coord.). **Democracia y globalización en México y Brasil**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2004. p. 41-102.

MARTINEZ, Ana. Brasil quer cota de US\$ 1,4 bi para carros mexicanos. **Revista Exame**, São Paulo, 10 mar. 2012. Disponível em: <https://exame.com/economia/brasil-quer-cota-de-us-1-4-bi-para-carros-mexicanos-6/>. Acesso em: 30 maio 2022.

MARTÍNEZ, Gerson. Los caminos del bypass. **El Faro**, San Salvador, 25 fev. 2021. Disponível em: <https://elfaro.net/es/202102/columnas/25279/Los-caminos-del-bypass.htm>. Acesso: 16 mai. 2022.

MARTINS, Luciano. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O'DONNELL, G.;

MCCLANAHAN, Paige. Herminio Blanco: the next head of the WTO must 'come from the outside'. **The Guardian**, London, 3 May 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2013/may/03/herminio-blanco-world-trade-organisation>. Acesso em: 29 mar. 2022.

MELÉNDEZ, José. Venezuela llevará ante la OEA denuncia por el caso Ayotzinapa. **El Universal**, Ciudad de México, 1 jun. 2017. Disponível em: <https://www.eluniversal.com.mx/articulo/mundo/2017/06/1/venezuela-llevara-ante-la-oea-denuncia-por-el-caso-ayotzinapa>. Acesso em: 20 maio 2022.

MENA, Antonio Ortiz. El tratado de libre comercio de América del Norte y la política exterior de México: lo esperado y lo acontecido. In: COVARRUBIAS, Ana (coord.). **Temas de Política Exterior**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2008. p. 125-160.

MENDEZ, Enrique; GARDUÑO, Roberto. Diputados priístas exigen que Fox rectifique declaraciones. **La Jornada**, Ciudad de México, 10 nov. 2005. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2005/11/10/index.php?section=politica&article=005n2pol>. Acesso em: 19 fev. 2022.

MENDONÇA, Heloísa; REBOSSIO, Alejandro. Mercosul abre pontes para acordo com a Aliança do Pacífico. **El País**, São Paulo, 22 dez. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/22/economia/1450746543_736903.html. Acesso em: 31 maio 2022.

MENEZES, Roberto Goulart. **A liderança brasileira no marco da integração sul-americana**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MENEZES, Roberto; BANZATTO, Arthur. Brasil e Aliança do Pacífico: resistência, aproximação e acomodação. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe**, [s. l.], n. 13, p. 133-146, 2016. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2017/04/anuario-2016.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

MERCADO COMUM DO SUL. **Acordo de complementação econômica Mercosul-México, de 05 de julho de 2002.** Acordo de Complementação Econômica entre os Estados Partes do MERCOSUL e os Estados Unidos Mexicanos de conformidade com o estabelecido no Tratado de Montevideu 1980 e a Resolução 2 do Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Buenos Aires: Mercosul, [2002]. Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/arquivos/dwnla_1196969896.pdf. Acesso em: 14 maio 2022.

MERCOSUR suspende a Venezuela por tiempo indefinido y exige a Maduro que desmantele la Asamblea Constituyente. **BBC News**, [s. l.], 5 ago. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-40839629>. Acesso em: 20 maio 2022.

MESQUITA, Rafael; MEDEIROS, Marcelo. Legitimising Emerging Power Diplomacy: An Analysis of Government and Media Discourses on Brazilian Foreign Policy under Lula. **Contexto Internacional**, [s. l.], v. 38, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/VhQhCQcLHdNqyCp4p8ktC8w/abstract/?lang=en#>. Acesso em: 5 fev. 2023.

MEUNIER, Isabel; MEDEIROS, Marcelo. Construindo a América do Sul: identidades e interesses na formação discursiva da Unasul. **Dados**, [s. l.], n. 3, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000300007>. Acesso: 4 fev. 2023.

MÉXICO buscará en la OEA una resolución sobre la situación en Venezuela. **Expansión**, [s. l.], 2 jun. 2017a. Disponível em: <https://expansion.mx/mundo/2017/06/02/mexico-buscara-en-la-oea-una-resolucion-sobre-la-situacion-en-venezuela>. Acesso em: 20 maio 2022.

MÉXICO condona a Cuba el 70% de deuda petrolera por más de 487 mdd. **Aristegui Noticias**, Ciudad de México, 1 nov. 2013. Disponível em: <https://aristeginoticias.com/0111/mexico/gobierno-federal-anuncia-condonacion-de-70-de-la-deuda-de-cuba-con-mexico/>. Acesso: 18 maio 2022.

MÉXICO critica Brasil por não apoiar país na OMS. **Portal A Tarde**, Salvador, 6 nov. 2006. Disponível em: <https://atarde.com.br/mundo/mexico-critica-brasil-por-nao-apoiar-pais-na-oms-422031>. Acesso em: 23 fev. 2022.

MÉXICO e Brasil vão negociar acordo de livre comércio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 ago. 2002. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mexico-e-brasil-vao-negociar-acordo-de-livre-comercio,20020830p36747>. Acesso em: 24 fev. 2022.

MÉXICO no caerá en las provocaciones de la canciller de Venezuela: Videgaray. **Expansión**, [s. l.], 2 jun. 2017b. Disponível em: <https://expansion.mx/nacional/2017/06/02/mexico-no-caera-en-las-provocaciones-de-la-canciller-de-venezuela-videgaray>. Acesso em: 20 maio 2022.

MÉXICO. Agencia Mexicana de Cooperación Internacional para el Desarrollo. **Fondo de Infraestructura para Países de Mesoamérica y el Caribe (Fondo de Yucatán)**. Ciudad de México: AMEXCID, 2017a. Disponível em: <https://www.gob.mx/amexcid/acciones-y-programas/fondo-de-infraestructura-para-centroamerica-y-el-caribe-fondo-de-yucatan>. Acesso: 16 maio 2022.

MÉXICO. Cámara de Diputados. **Versión estenográfica de la comparecencia del secretario de Relaciones Exteriores, Luis Ernesto Derbez Bautista, correspondiente al Análisis del Sexto Informe de Gobierno del Presidente Vicente Fox Quesada, llevada a cabo el**

miércoles 4 de octubre de 2006. Ciudad de México: [Cámara de Diputados, 2006].

Disponível em:

<http://cronica.diputados.gob.mx/Estenografia/LX/1er/1P/Ord/oct/20061004.html>. Acesso em: 3 mar. 2022.

MÉXICO. Instituto Nacional Electoral, Estados Unidos Mexicanos. **Historia del Instituto Federal Electoral.** Ciudad de México, 1991. Disponível em:

<https://portalanterior.ine.mx/archivos3/portal/historico/contenido/menuitem.cdd858023b32d5b7787e6910d08600a0/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

MÉXICO. Plan Nacional de Desarrollo 2001-2006. **Diario Oficial de la Federación**, Ciudad de México, p. 78-94, 2001. Disponível em:

<https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/22317/PLAN1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MÉXICO. **Plan Nacional de Desarrollo 2007-2012.** Ciudad de México: Presidencia de la República, 2006. Disponível em: <https://paot.org.mx/centro/programas/federal/07/pnd07-12.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MÉXICO. Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018. **Diário Oficial de la Federación**, Ciudad de México, 20 mayo 2013.

MÉXICO. Presidencia de la Republica. **Palabras del Presidente de los Estados Unidos Mexicanos, licenciado Enrique Peña Nieto, en las exequias de Fidel Castro Ruz.** Ciudad de México, 29 nov. 2016. Disponível em: <https://www.gob.mx/epn/prensa/palabras-del-presidente-de-los-estados-unidos-mexicanos-licenciado-enrique-pena-nieto-en-las-exequias-de-fidel-castro-ruz?tab=>. Acesso: 18 maio 2022.

MÉXICO. Secretaría de Economía. **Comercio Exterior, Países con Tratados y Acuerdos firmados con México.** Ciudad de México: Gobierno de México, 2015. Disponível em: <https://www.gob.mx/se/acciones-y-programas/comercio-exterior-paises-con-tratados-y-acuerdos-firmados-con-mexico>. Acesso em: 4 maio 2022.

MÉXICO. Secretaría de Economía. **México se acerca a TLC único con Centroamérica.** Ciudad de México: Secretaría de Economía, 2012c. Disponível em: <http://www.2006-2012.economia.gob.mx/comunidad-negocios/comercio-exterior/nota-del-dia/6711-mexico-se-acerca-a-tlc-unico-con-centroamerica>. Acesso em: 5 abr.2022

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. **Acciones para la consolidación de la relación estratégica con América del Norte 2006-2012.** Libro Blanco. Ciudad de México: SRE, 2011. Disponível em: <https://sre.gob.mx/images/stories/doctransparencia/rdc/2lbreaan.pdf>. Acesso: 30 mar. 2022.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. **Comunicado n° 023.** El Presidente de México no asistirá a la Cumbre de la CELAC. Ciudad de México: SRE, 24 jan. 2017c. Disponível em: <https://www.gob.mx/sre/prensa/el-presidente-de-mexico-no-asistira-a-la-cumbre-de-la-celac?hootPostID=c6cb294ea5448d679b62fd8e42baeb31>. Acesso: 17 maio 2022.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. **Comunicado n° 054.** Se reúne el Secretario Luis Videgaray con representantes de la oposición venezolana. Ciudad de México: SRE, 9 mar. 2018a. Disponível em: <https://www.gob.mx/sre/prensa/se-reune-el-secretario-luis-videgaray-con-representantes-de-la-oposicion-venezolana?idiom=es-MX>. Acesso em: 21 maio 2022

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. **Comunicado n° 147**. México llama a consultas a su Embajadora en Venezuela. Ciudad de México: SRE, 21 mayo 2018c. Disponible em: <https://www.gob.mx/sre/prensa/mexico-llama-a-consultas-a-su-embajadora-en-venezuela?idiom=es>. Acceso: 21 maio 2022

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. **Comunicado n° 436**. Buscan México y Brasil aumentar diálogo político e intercambio comercia. Ciudad de México: SRE, 24 nov. 2017e. Disponible em: <https://www.gob.mx/sre/es/prensa/buscan-mexico-y-brasil-aumentar-dialogo-politico-e-intercambio-comercial?idiom=es-MX>. Acceso: 17 maio 2022

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. **Conferencia de prensa por la clausura del 47 Periodo Ordinario de Sesiones de la AGOEA**. Comunicado. 47ª Período Ordinario de Sesiones de la Asamblea General de la OEA. Cancún, 21 jun. 2017b. Disponible em: <https://www.gob.mx/sre/prensa/mensaje-del-canciller-luis-videgaray-en-la-conferencia-de-prensa-por-la-clausura-del-47-periodo-ordinario-de-sesiones-de-la-agoea>. Acceso em: 20 maio 2022

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. **Declaración del Grupo de Lima**. Ciudad de México: SRE, 21 mayo 2018b. Disponible em: <https://www.gob.mx/sre/prensa/declaracion-del-grupo-de-lima?idiom=es>. Acceso em: 21 maio 2022.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. **Mecanismo de Diálogo y Concertación de Tuxtla (Mecanismo de Tuxtla)**. Ciudad de México: SRE, [2015]. Disponible em: <https://www.gob.mx/sre/acciones-y-programas/mecanismo-de-dialogo-y-concertacion-de-tuxtla-mecanismo-de-tuxtla>. Acceso em: 15 fev. 2022.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. **Memoria Documental**. Acuerdos de Asociación Estratégica con Países de América Latina. Ciudad de México: SRE, 2012a. Disponible em: <https://sre.gob.mx/images/stories/doctransparencia/rdc/memodoc/17mdaarssals.pdf>. Acceso em: 5 abr. 2022.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. **Mensaje del Canciller Luis Videgaray Caso durante la Inauguración de la Reunión de Embajadores y Cónsules 2017**. Ciudad de México: SRE, 9 ene. 2017d. Disponible em: <https://www.gob.mx/sre/prensa/las-palabras-ofrecidas-por-el-canciller-luis-videgaray-caso-durante-la-inauguracion-de-la-reunion-anual-de-embajadores-y-consules-2017?idiom=es>. Acceso: 13 maio 2022.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. **Papel de mexico en la integración de America Latina y el Caribe**: creación de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC). Libro Blanco. Ciudad de México: SRE, 2012. Disponible em: <https://ser.gob.mx/images/stories/doctransparencia/rdc/4lbcelac.pdf>. Acceso em: 23 mar. 2022.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. **Programa Sectorial de Relaciones Exteriores 2007-2012**. Ciudad de México: SRE, 2007. Disponible em: https://www.apartados.hacienda.gob.mx/sed/documentos/planeacion/progama_sectorial_secretaria_de_relaciones_exteriores_sre.pdf. Acceso em: 31 mar. 2022.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. **Sexto Informe de Labores**. Los Cabos: Cumbre de Líderes del G-20, 2012b. Disponible em: <https://sre.gob.mx/images/stories/informe/sextoinforme/SRE6toInformedelabores2012>. Acceso em: 31 mar. 2022.

MÉXICO; UNION EUROPEA. **Firma De Los Acuerdos México-Unión Europea**. Bruxelas, 8 dic. 1997. Disponível em: http://www.sice.oas.org/tpd/mex_eu/Negotiations/Firma_s.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

MEXICO'S Moment. **The Economist**, London, 21 Nov. 2012. Disponível em: <https://www.economist.com/news/2012/11/21/mexicos-moment>. Acesso: 10 maio 2022.

MÉXICO-CHÁVEZ, una relación de altibajos comerciales y diplomáticos. **Revista Expansión**, [s. l.], 6 mar. 2013. Disponível em: <https://expansion.mx/mundo/2013/03/06/mexico-chavez-una-relacion-de-altibajos-comerciales-y-diplomaticos>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MIDDLEBROOK, Kevin. Liberalização política num regime autoritário: o caso do México. In: O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (org.). **Transições do regime autoritário**: América Latina. São Paulo: Vértice, 1988. p. 186-221.

MOISÉS, José Álvaro. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 22, p. 133-187, 1990. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451990000200007. Acesso em: 21 fev. 2018.

MOISÉS, José Álvaro. **Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

MOLINA, Federico. Argentina se volta para a Aliança do Pacífico. **El País**, São Paulo, 1 jun. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/31/internacional/1464714090_909334.html. Acesso em: 1 jun. 2022.

MOLINA, Federico. Mercosul e Aliança do Pacífico se aliam contra o protecionismo de Trump. **El País**, São Paulo, 7 abr. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/07/internacional/1491590076_975735.html#?rel=lista_apoyo. Acesso em: 31 maio 2022.

MORA SANCHEZ, Luz María de la. La Política Comercial de México (2012-2018). **Foro Internacional**, Ciudad de México, v, LIX, n. 3/4, 2019a. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2648/2574>. Acesso em: 24 maio 2022.

MORA SANCHEZ, Luz María de la. La política comercial de México durante el gobierno del presidente Enrique Peña Nieto (2012-2018). **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 59, n. 3/4, p. 958-987, 2019b. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-013X2019000300958. Acesso em: 30 maio 2022.

MORA, Luz María de la. La política comercial de México durante el gobierno del Presidente Felipe Calderón (2006-2012): Avances y Desafíos. **Foro Internacional** [Internet]. 2013;LIII(3-4):794-815. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59931907013>

MORALES, Roberto. ACE 53 prueba seriedad de Brasil de avanzar hacia un TLC. **El Economista**, Ciudad de México, 17 fev. 2016a. Disponível em: <https://www.eleconomista.com.mx/empresas/ACE-53-prueba-seriedad-de-Brasil-de-avanzar-hacia-un-TLC-20160218-0166.html>. Acesso: 30 maio 2022.

MORALES, Roberto. Apertura del agro entre México y Brasil será complicada. **El Economista**, Ciudad de México, 24 feb. 2016c. Disponível em: <https://www.eleconomista.com.mx/empresas/Apertura-del-agro-entre-Mexico-y-Brasil-sera-complicada-20160225-0015.html>. Acesso em: 30 maio 2022.

MORALES, Roberto. Brasil no es confiable: CNA. **El Economista**, Ciudad de México, 23 feb. 2016b. Disponível em: <https://www.eleconomista.com.mx/empresas/Brasil-no-es-confiable-CNA-20160224-0040.html>. Acesso em: 30 maio 2022.

MORALES, Roberto. Brasil quiere vender más alimentos a México. **El Economista**, Ciudad de México, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://www.eleconomista.com.mx/empresas/Brasil-quiere-vender-mas-alimentos-a-Mexico-20170830-0078.html>. Acesso em: 30 maio 2022.

MOREIRA, Assis. Brasil e México tentam ampliar acordo. **Valor Econômico**, São Paulo, 1 fev. 2007. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/475731/noticia.htm?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MORLINO, Leonardo. Teoria da democratização, qualidade da democracia e pesquisa de opinião: ainda em “mesas separadas”? In: MOISÉS, José Álvaro. **Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. p. 23-44.

MOROSINI, Fábio; BADIN, Michelle. ACFI: o que está por trás desta inovação regulatória? **Pontes**, São Paulo, v. 12, n. 1, 2016. Disponível em: https://ictsd.iisd.org/sites/default/files/review/Pontes_12-1.pdf. Acesso em: 31 maio 2022.

MORRONE, Giuliana. Novo presidente do México afirma que partido PRI se renovou. **G1**, São Paulo, 3 jul. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2012/07/novo-presidente-do-mexico-afirma-que-partido-pri-se-renovou.html>. Acesso: 10 maio 2022.

MURPHY, Martin. Chávez: "Es la tumba del ALCA". **BBC Mundo**, [s. l.], 4 nov. 2005.

MURPHY, Martin. Tregua entre Fox y Kirchner. **BBC Mundo**, [s. l.], 9 nov. 2005. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_4423000/4423360.stm. Acesso em: 19 fev. 2022.

NADDI, Beatriz W. M. México e Turquia como Estados bifronte. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 4., 2018, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: [s. n.], 2018. Disponível em: <https://www.seminario2018.abri.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjExMTgiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiYmU2MDcwMGMyNGY5N2NiMjc4MTNiNDI0N2IzYmMwZDQiO30%3D>. Acesso: 26 jul. 2022.

NADDI, Beatriz Walid de Magalhães. **A inserção de Brasil e México na integração latino-americana: a UNASUL e a Aliança do Pacífico**. 2018. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-12042019-124710/pt-br.php>. Acesso em: 5 abr. 2022.

NADDI, Beatriz. A inserção contemporânea do México na América Latina: das crises diplomáticas à Aliança do Pacífico. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 8, n. 1, p. 167-197, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/7845>. Acesso em: 30 maio 2022.

NICOLÁS Maduro é o novo presidente da Venezuela. **O Globo**, São Paulo, 15 abr. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/nicolas-maduro-o-novo-presidente-da-venezuela-8114456>. Acesso: 19 maio 2022.

NINIO, Marcelo. Trump assina decreto para construção de muro na fronteira com o México. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jan. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/01/1853031-trump-assina-decreto-para-construcao-de-muro-na-fronteira-com-mexico.shtml>. Acesso: 17 maio 2022.

NMAS. **Audio y video de la fuga de El Chapo Guzmán 2015**. [S. l.: s. n.], 19 jan. 2017. 1 vídeo (10 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=G_UkYW_OfrI. Acesso em: 8 jun. 2022.

NOLTE, Detlef. The Pacific Alliance: Nation-Branding through Regional Organisations. **GIGA Focus**, [s. l.], n. 4, 2016. Disponível em: https://pure.giga-hamburg.de/ws/files/24403428/gf_lateinamerika_1604.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

NOLTE, Detlef; WEHNER, Leslie. La creciente presencia de la Alianza del Pacífico en América Latina. **Iberoamericana**: América Latina; España; Portugal, [s. l.], v. 14, n. 53, 2014. Disponível em: <https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/407/93>. Acesso em: 14 jun. 2022.

NOS EQUIVOCAMOS con visita de Trump a México: Videgaray. **El Financiero**, [s. l.], 4 nov. 2018. Disponível em: <https://www.elfinanciero.com.mx/nacional/nos-equivocamos-con-visita-de-trump-a-mexico-videgaray/>. Acesso em: 24 maio 2022.

NOTIBOMBA. **El día que Manuel Zelaya se gana el respeto del presidente de México Andrés Manuel López Obrador**. [S. l.], 2 dic. 2018 Facebook: @nb. Disponível em: https://m.facebook.com/notibomba/videos/el-d%C3%ADa-que-manuel-zelaya-se-gano-el-respeto-del-presidente-de-m%C3%A9xico-andr%C3%A9s-manu/584388115323191/?locale=es_LA. Acesso em: 22 mar. 2022.

NUNES, Aloysio. Reforçando a integração Mercosul-Aliança do Pacífico. **Revista Exame**, São Paulo, 4 jun. 2018. Disponível em: <https://exame.com/economia/reforcando-a-integracao-mercotel-alianza-do-pacifico-por-aloysio-nunes/>. Acesso em: 1 jun. 2022.

NUÑEZ, Kyra. El secretario de Salud pierde ante el sudcoreano; Cuba y Brasil no lo apoyaron. **La Jornada**, Ciudad de México, 29 ene. 2003. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2003/01/29/042n1soc.php?printver=1>. Acesso em: 23 fev. 2022.

O'DONNELL, Guillermo. Illusions about Consolidation. In: DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc (ed.). **The Global Divergence of Democracies**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001. p. 113-130.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice, 1988.

OCANDO, Gustavo. Golpe ou 'desacato'? O que significa a decisão do Judiciário de assumir as funções do Congresso na Venezuela. **BBC News Brasil**, São Paulo, 31 mar. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39440277>. Acesso em: 20 maio 2022.

ODEBRECHT, la ruta de la corrupción en AL. **El Universal**, Ciudad de México, 2017. Disponível em: <https://interactivo.eluniversal.com.mx/2017/odebrecht-corrupcion/>. Acesso em: 17 maio 2022.

ODEBRECHT: a cinco años de la pesadilla de corrupción que manchó a líderes de América Latina. **Gestión**, Lima, 21 dic. 2021. Disponível em: <https://gestion.pe/mundo/internacional/odebrecht-a-cinco-anos-de-la-pesadilla-de-corrupcion-que-mancho-a-lideres-de-america-latina-noticia/>. Acesso: 17 maio 2022.

OJEDA, Mario. **Alcances y límites de la política exterior de México**. 2. ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 1984.

OLMOS, Marli. Dilma elogia aproximação entre Mercosul e Aliança do Pacífico. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 fev. 2016. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2016/02/26/dilma-elogia-aproximacao-entre-mercossul-e-alianca-do-pacifico.ghtml>. Acesso em: 31 maio 2022.

OMINAMI, Carlos. Prosul: integração ou revanche ideológica?. **Nueva Sociedad**, [s. l.], n. 291, 2021. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/prosul-integracao-revanche-ideologica/#footnote-8>. Acesso: 14 maio 2022.

ONU/MÉXICO: sale embajador. **BBC Mundo**, [s. l.], 18 nov. 2003. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_3280000/3280523.stm. Acesso em: 2 mar. 2022.

OPOSITOR Leopoldo López con orden de captura por 'terrorismo'. **El Universo**, [s. l.], 14 fev. 2014. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2014/02/14/nota/2181101/opositor-orden-captura-terrorismo/>. Acesso: 19 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Estatísticas de Comércio Internacional. Comtrade Plus. Disponível em: <https://comtradeplus.un.org/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

ORNELAS DELGADOS, J. El Plan Puebla-Panamá y La Globalización Neoliberal. **REDES**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 85-100, 2003. Disponível em: <https://revistas.udelas.ac.pa/index.php/redes/article/view/66/60>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ORTEGA ORTIZ, Reynaldo. Seguridad, migración y comercio en las relaciones México-Estados Unidos durante la presidencia de Donald Trump. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 59, n. 3/4, 2019. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2639/2567>. Acesso em: 20 maio 2022.

PAÍSES del mundo cuestionan decisión de Tribunal Supremo de Venezuela. **Deutsche Welle**, Bonn, 30 marzo 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/es/pa%C3%ADses-del-mundo-cuestionan-decisi%C3%B3n-de-tribunal-supremo-de-venezuela/a-38222301>. Acesso em: 20 maio 2022.

PARDO, Daniel. Qué es el Grupo de Puebla, el ‘contrapoder’ a la derecha que reúne en Buenos Aires a la izquierda latinoamericana (sin AMLO ni Maduro). **BBC News Mundo**, [s. l.], 9 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50355048>. Acesso: 14 maio 2022.

PASTRANA, Eduardo; CASTRO, Rafael. América Latina y China: ¿intereses contrarios o concordantes? In: GRABENDORFF, Wolf; SERBIN, Andrés. **Los actores Globales y el (re) descubrimiento de América Latina**. Barcelona: Icaria Editorial, 2020. p. 153-168. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2020/11/actores-globales-version-web1-2.pdf>. Acesso: 16 maio 2022.

PATÍÑO, Dainzú; LEÓN, Verónica. Alianza del Pacífico y Mercosur firman un plan para su integración. **Expansión**, [s. l.], 24 jul. 2018. Disponível em: <https://expansion.mx/economia/2018/07/24/alianza-del-pacifico-y-mercosur-firman-un-plan-para-su-integracion>. Acesso em: 23 maio 2022.

PELLICER, Olga. La pertenencia de México al Consejo de Seguridad. ¿Una meta relevante? In: GONZÁLEZ; PELLICER; SALTALAMACCHIA (ed.). **México y el multilateralismo del siglo XXI: reflexiones a los 70 años de la ONU**. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2015. p. 49-75.

PELLICER, Olga. La política exterior de México bajo un nuevo presidente. **Anuario Internacional CIDOB 2014**, Barcelona, p. 341-347, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/83003332.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.

PELLICER, Olga. México como potencia media en la política multilateral, 2006-2012. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 53, n. 3-4, p. 873-889, 2013. Disponível em: https://repositorio.colmex.mx/concern/articles/5q47rp415?f%5Bsubject_sim%5D%5B%5D=Relaciones+exteriores&locale=es&per_page=100. Acesso em: 4 jan. 2022.

PELLICER, Olga. **México y el mundo: cambios y continuidades**. Ciudad de México: ITAM, 2006.

PELLICER, Olga. México, el derrumbe de un régimen y la política exterior. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 59, n. 3-4, p. 579-607, 2019. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2634>. Acesso em: 10 maio 2022.

PEÑA Nieto recibe a Raúl Castro en su primera visita de Estado en México. **Animal Político**, [s. l.], 6 nov. 2015. Disponível em: <https://www.animalpolitico.com/2015/11/raul-castro-llega-a-mexico-en-su-primera-visita-de-estado/>. Acesso: 18 maio 2022.

PEÑA Nieto visita Brasil para fortalecer los vínculos entre los gigantes regionales. **El País**, Madrid, 18 sept. 2012. Disponível em: https://elpais.com/economia/2012/09/18/agencias/1347979648_168750.html. Acesso em: 31 maio 2022.

PENNA FORTE, Charles. **Brasil, Mercosul e Aliança do Pacífico: convergência ou antagonismo?**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Charles-Pennaforte/publication/317619671_BRASIL_MERCOSUL_E_ALIANCA_DO_PACIFICO_CONVERGENCIA_OU_ANTAGONISMO/links/5943e32aa6fdccb93ab5a33a/BRASIL-

MERCOSUL-E-ALIANCA-DO-PACIFICO-CONVERGENCIA-OU-ANTAGONISMO.pdf. Acesso em: 4 jun. 2024.

PÉREZ, Andrés. Los factores internos de la política exterior mexicana: los sexenios de Salinas y Vicente Fox. **Foro Internacional**, Ciudad de México, abr. 2011. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2051>. Acesso em: 8 dez. 2019.

PETROBRAS. **Petrobras reafirma interesse em produzir petróleo no México**. Rio de Janeiro: Agência Petrobras, 2006. Disponível em: https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=2117. Acesso em: 14 maio 2022.

PIERSON, P. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. **American Political Science Review**, [s. l.], v. 94, n. 2, p. 251-267, 2000.

PIRES, Jose Claudio. **Evaluación del apoyo del BID a la Iniciativa del Plan Puebla-Panamá**. Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo, 2008. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Evaluaci%C3%B3n-del-apoyo-del-BID-a-la-Iniciativa-del-Plan-Puebla-Panam%C3%A1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

POLITY IV. **Authority Trends: 1946-2013: México**. Maryland, [c2014]. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/polity/mex2.htm>. Acesso em: 19 fev. 2019.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. Disponível em: https://www.academia.edu/2917938/A_vantagem_competitiva_das_na%C3%A7%C3%B5es. Acesso: 28 fev. 2023;

POSIÇÃO do México na ONU incomoda os EUA. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 fev. 2003. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,posicao-do-mexico-na-onu-incomoda-os-eua,20030225p25788>. Acesso em: 3 mar. 2022.

PRESIDENTE do México diz que ‘lamenta e desaprova’ muro de Trump; encontro segue na agenda. **Reuters**, [s. l.], 26 jan. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/mexico-desaprova-muro-trump-idBRKBN15A14X>. Acesso: 17 maio 2022.

PRESIDENTES de México y El Salvador acuerdan dar continuidad y fortalecer al Proyecto Mesoamérica. **Proyecto Mesoamerica**, [s. l.], 31 out. 2014a. Disponível em: <http://www.proyectomesoamerica.org/index.php/noticias/20-noticiaspm/articulos-noticias/411-presidentes-de-mexico-y-el-salvador-acuerdan-dar-continuidad-y-fortalecer-al-proyecto-mesoamerica>. Acesso: 16 maio 2022.

PRESIDENTES de México y Perú firman hoy Acuerdo de Asociación Estratégica. **Gestión**, Lima, 17 jul. 2014b. Disponível em: <https://gestion.pe/economia/presidentes-mexico-peru-firman-hoy-acuerdo-asociacion-estrategica-65887-noticia/>. Acesso: 16 maio 2022.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e mercado**: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PUCHET ANYUL, Martín; MORENO-BRID, Juan Carlos; RUIZ NAPOLES, Pablo. La integración regional de México: condicionantes y oportunidades por su doble pertenencia a América del Norte y a Latinoamérica. **Economía UNAM**, Ciudad de México, v. 8, n. 23, p. 3-

36, 2011. Disponível em:
http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-952X2011000200001&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 8 jun. 2024.

RAMALHO, Antonio; CORTINHAS, J. S.. **Suramérica frente a los desafíos de la seguridad internacional: perspectivas desde Brasil**. In: Sandra Namihas. (Org.). La región frente a los cambios globales en materia de seguridad. 1ed.Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú/IDEI & KAS, 2019, v. 1, p. 11-40. Disponível em:
<https://repositorio.pucp.edu.pe/server/api/core/bitstreams/1e8e44b4-21da-41d0-a402-83c783c99bc2/content> Acesso em: 14 dez 2024.

RAMIREZ MERCADO, Manuel. Reflexiones sobre el ciclo de reformas político-electorales en México (1977-2014). **El Cotidiano**, Ciudad de México, n. 197, p. 94-101, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32545857012>. Acesso em: 5 fev. 2019.

RAMÍREZ, Luis. El IFE y la democracia en México. **Justicia Electoral**, Ciudad de México, 19, p. 53-65, 2004. Disponível em: <https://tecnologias-educativas.te.gob.mx/RevistaElectoral/content/pdf/a-2004-02-019-049.pdf>. Acesso: 15 jul. 2022.

RAMOS, Jorge. Un diplomático poco diplomático. **Jorge Ramos**, [s. l.], 26 nov. 2003. Disponível em: <https://jorgeramos.com/un-diplomatico-poco-diplomatico/>. Acesso em: 2 mar. 2022.

RAMOS, Jorge; VALES, José. Calderón fustiga a Brasil por su proteccionismo. **El Universal**, [s. l.], 14 abr. 2012. Disponível em:
<https://archivo.eluniversal.com.mx/internacional/77411.html>. Acesso em: 28 mar. 2022.

RELEA, Francesc. El presidente de Venezuela se niega a reconocer la victoria de Calderón. **El País**, Madrid, 17 sept. 2006. Disponível em:
https://elpais.com/diario/2006/09/18/internacional/1158530407_850215.html. Acesso em: 31 mar. 2022.

RENÉ, Pierre-Marc. SRE recibe a Tintori; Caracas dice que se apoya a ‘terroristas’. **El Universal**, Ciudad de México, 9 feb. 2016. Disponível em:
<https://www.eluniversal.com.mx/articulo/nacion/politica/2016/02/9/sre-recibe-tintori-caracas-dice-que-se-apoya-terroristas>. Acesso: 19 maio 2022.

RENUNCIA Aguilar Zinser como embajador en la ONU. **Proceso**, [s. l.], 21 nov. 2003. Disponível em: <https://www.proceso.com.mx/nacional/2003/11/21/renuncia-aguilar-zinser-como-embajador-en-la-onu-80655.html>. Acesso em: 2 mar. 2022.

RESPONDE Powell a Zinser: ‘México no es el patio trasero de EU’. **Proceso**, [s. l.], 13 nov. 2003. Disponível em: <https://www.proceso.com.mx/nacional/2003/11/13/responde-powell-zinser-mexico-no-es-el-patio-trasero-de-eu-80472.html>. Acesso em: 2 mar. 2022.

REYES, Laura; PÉREZ-LEVESQUE, Mariana. La sociedad civil frente a la militarización de la seguridad pública en México. **Nueva Sociedad**, Caracas, v. 227, p. 136-152, 2010. Disponível em:
<https://search.proquest.com/docview/610032727/fulltextPDF/E92F3FD0F1F84614PQ/1?accountid=26646>. Acesso em: 19 fev. 2019.

REYES, Mariusa. Calderón busca papel en América Latina. **BBC Mundo**, Londres, 2 feb. 2007. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_6322000/6322699.stm. Acesso em: 1 abr. 2022.

REYES, Mariusa. México/Venezuela: restablecen relaciones. **BBC Mundo**, [s. l.], 19 sept. 2007. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_7002000/7002085.stm. Acesso em: 19 fev. 2022.

REYES, Mariusa. México: ‘demasiado reñidas’. **BBC Mundo**, Londres, 3 jul. 2006. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_5139000/5139682.stm. Acesso em: 1 abr. 2022.

REYES, Mariusa. Venezuela: “Chávez no comenzó esto”. **BBC Mundo**, [s. l.], 11 nov. 2005. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_4427000/4427156.stm. Acesso em: 19 fev. 2022.

REYES, Óscar. La Caravana del Viacrucis Migrante 2018 ha recorrido 13 municipios de ocho estados del país. **El Sol de México**, Irapuato, 18 abr. 2018. Disponível em: <https://www.elsoldemexico.com.mx/república/sociedad/la-caravana-del-viacrucis-migrante-2018-ha-recorrido-13-municipios-de-ocho-estados-del-pais-1621930.html>. Acesso em: 7 jun. 2022.

RICO, Carlos. Hacia la globalización: volume 8. In: TORRES, Blanca (coord.). **México y el mundo**: historia de sus relaciones exteriores. Ciudad de México: El Colegio de México, 2010. p. 1-6.

RICOBOM, G.; FRIGGERI, F. CELAC y el Grupo de Puebla: ¿Se retoma la integración latinoamericana y caribeña?. **Sul Global**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 153-171, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/36383>. Acesso em: 22 maio 2022.

RICUPERO, Bernardo. Da Estrutura à Agência: momentos da interpretação de Guillermo O'Donnell sobre o autoritarismo latino-americano. **Revista de Cultura Política**, Uberlândia, v. 4, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/viewFile/26116/16018>. Acesso em: 15 fev. 2019.

RIOS, Patricia Muñoz. Cancilleres de México y Argentina se comprometen a limar diferencias. **La Jornada**, Ciudad de México, 10 nov. 2005. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2005/11/10/index.php?section=politica&article=005n1pol>. Acesso em: 19 fev. 2022.

ROBERTO Azevêdo's WTO appointment: some views from Brazil. **Diplomat Magazine**, [s. l.], 13 June 2013. Disponível em: <https://diplomatmagazine.eu/2013/06/13/roberto-azevedos-wto-appointment-some-views-from-brazil/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

ROCA, Xavier. El crimen organizado en México y el ‘triângulo norte’ durante el mandato de Felipe Calderón. In: DOCUMENTO Marco. Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2012. Disponível em:

http://www.ieee.es/en/Galerias/fichero/docs_marco/2012/DIEEEM19-2012_MejicoPolíticasSeguridad_XavierServitjaRoca.pdf. Acesso em: 19 fev. 2019.

ROCHA, Felipe Ferreira de Oliveira; ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros de; MEDEIROS, Marcelo de Almeida. Do Concepts Matter? Latin America and South America in the Discourse of Brazilian Foreign Policymakers. **Bras. Political Sci. Rev.**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. e0006, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-3821201800030006>. Acesso em: 14 maio 2022.

RODRÍGUEZ, Ennio. El Proyecto Mesoamérica: no solo de comercio vive la integración. In: BORBÓN, Josette (ed.). **América Latina: caminos de la integración regional**. San José: FLACSO, 2012. p. 125-132. Disponível em: https://www.flacso.org/sites/default/files/Documentos/libros/secretaria-general/america_latina._caminos_de_la_integracion_regional.pdf. Acesso em: 1 abr. 2022.

ROMÁN, José Antonio. Presidencia niega riesgo de rompimiento. **La Jornada**, Ciudad de México, 10 nov. 2005. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2005/11/10/index.php?section=politica&article=005n3pol>. Acesso em: 19 fev. 2022.

ROMO, Cristian. Odebrecht en México: anatomía de una trama. **Política Exterior**, Madrid, 8 sept. 2020. Disponível em: <https://www.politicaexterior.com/odebrecht-en-mexico-anatomia-de-una-trama/>. Acesso: 17 maio 2022.

ROSENWEIG, Francisco; GARDOQUI, Beatriz. Política de negociaciones comerciales internacionales: recuento de lo ocurrido y prospectiva. In: GARDOQUI, Beatriz L. (coord.). **Reflexiones sobre la política comercial internacional de México 2006-2012**. Ciudad de México: Secretaría de Economía, 2012. p. 399-432. Disponível em: <http://www.2006-2012.economia.gob.mx/files/reflexiones.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022

RUBIO, Vanessa. México en la América latina y el Caribe del siglo XXI. **Revista Mexicana de Política Exterior**, Ciudad de México, n. 100, p. 49-62, 2014. Disponível em: <https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/rmpe/article/view/337/328>. Acesso: 16 maio 2022.

RUIZ, José Briceño. Del regionalismo abierto al regionalismo poshegemónico en América Latina. In: ACOSTA, Willy Soto (ed.). **Política Internacional e Integración Regional Compara en América Latina**. San José: FLACSO, 2014. p. 23-33. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Costa_Rica/flacso-cr/20170704053336/pdf_404.pdf. Acesso em: 14 maio 2022.

RUIZ, José Briceño. La iniciativa del Arco del Pacífico Latinoamericano: un nuevo actor en el escenario de la integración regional. **Nueva Sociedad**, [s. l.], n. 228, p. 44-59, 2010. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/la-iniciativa-del-arco-del-pacifico-latinoamericano-un-nuevo-actor-en-el-escenario-de-la-integracion-regional/>. Acesso em: 14 maio 2022.

RUIZ, Luis F. Fernández; URIEGAS, Jorge Schiavon. La coordinación en la política exterior

RUSTOW, Dankwart. Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model. **Comparative Politics**, New York, v. 2, n. 3, p. 337-363, 1970. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/421307?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SADEK, Maria Tereza. Eleições 1988: retórica ou rumo pluripartidário. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 17, p. 111-132, 1989. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200007. Acesso em: 15 fev. 2019.

SALDIERNA, Georgina; PETRICH, Blanche. Caracas exige en la OEA verdad y justicia para el caso Ayotzinapa. **La Jornada**, Ciudad de México, 21 jun. 2017. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2017/06/21/politica/003n1pol>. Acesso: 20 maio 2022.

SALTALAMACCHIA, Natalia. La CELAC y su vinculación con actores extrarregionales. In: GRABENDORFF, Wolf; SERBIN, Andrés. **Los actores Globales y el (re) descubrimiento de América Latina**. Barcelona: Icaria Editorial, 2020. p. 59-69. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2020/11/actores-globales-version-web1-2.pdf>. Acesso: 16 maio 2022.

SALTALAMACCHIA, Natalia. México y la CELAC: recuperando la idea de América Latina. In: ARAVENA, F. Rojas (coord.). **Multilateralismo vs. Soberanía: la construcción de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños**. Buenos Aires: FLACSO, 2011. p. 99-110.

SALTALAMACCHIA, Natalia. The Mexican Agenda in Latin America: the Pacific Alliance. **Anuario de Integración** 10, [s. l.], 2014. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2014/11/16-Saltalamacchia.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.

SANAHUJA, J. A. Regionalismo postliberal y multilateralismo en Sudamérica. In: SERBIN, A.; MARTÍNEZ, L.; RAMANZINI JUNIOR, H. (ed.). **El regionalismo postliberal en América Latina y el Caribe: nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos**. Buenos Aires: CRIES, 2012. p. 19-72.

SANAHUJA, José Antonio. La crisis de integración y el regionalismo en América Latina: giro liberal conservador y contestación normativa. In: MESA, Manuela (coord.). **Ascenso del nacionalismo y el autoritarismo en el sistema internacional**. Anuario CEIPAZ 2018-2019. Madrid: CEIPAZ, 2019. p. 107-126. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/55435/1/Capi%CC%81tulo%20Sanahuja%202019.pdf>. Acesso: 12 maio 2022.

SANAHUJA, J. A.. La crisis de integración y el regionalismo en América Latina: giro liberal-conservador y contestación normativa. *Anuario CEIPAZ*, 12, 2018, p. 107-126. Disponível em: <https://produccioncientifica.ucm.es/documentos/6078e253de8fa94901c532b2> Acesso em: 13 dez 2024.

SANAHUJA, José Antonio. Regionalismo e integración en América Latina: de la fractura Atlántico-Pacífico a los retos de una globalización en crisis. **Pensamiento Propio**, [s. l.], v. 21, n. 44, p. 29-76, 2016. Disponível em: https://eprints.ucm.es/id/eprint/41401/1/sanahuja%20Regionalismo_e_integracion_en_America_La.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

SANDOVAL, Pablo. Donald Trump insulta mexicanos ao anunciar candidatura. **El País**, São Paulo, 17 jun. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/17/internacional/1434507228_187374.html. Acesso em: 24 maio 2022.

SANTA CRUZ, Arturo. La política de Enrique Peña Nieto hacia América del Norte: normalización e institucionalización. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 59, n. 3/4, p. 703-731, 2019. Disponível em:

<https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2638/2566>. Acesso em: 24 maio 2022.

SANTANA, Felipe. Terremoto no México mata mais de 200 pessoas. **G1**, São Paulo, 20 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/09/terremoto-no-mexico-mata-mais-de-200-pessoas.html>. Acesso em: 1 jun. 2022.

SCHIAVON, Jorge; FIGUEROA, Bruno. Los recursos y las capacidades de la política exterior de México (2012-2018). **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 59, n. 3/4, p. 609-642, 2019. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2635/2563>. Acesso em: 2 maio 2022.

SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (org.). **Transições do Regime Autoritário**: América Latina. São Paulo: Vértice, 1988. p. 108-139.

SEGURA, Carlos. Entre bloques y discursos: los procesos de alianza y disputa en América Latina. In: ACOSTA, Willy Soto (ed.). **Política Internacional e Integración Regional Compara en América Latina**. San José: FLACSO, 2014. p. 35-44. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Costa_Rica/flacso-cr/20170704053336/pdf_404.pdf. Acesso em: 14 maio 2022.

SENTENCE against Venezuela opposition leader shows utter lack of judicial independence. **Amnesty International**, New York, 11 Sept. 2015. Disponível em: <https://www.amnestyusa.org/press-releases/sentence-against-venezuela-opposition-leader-shows-utter-lack-of-judicial-independence/>. Acesso: 19 maio 2022.

SERBIN, A. América Latina y el Caribe frente a un nuevo orden mundial: crisis de la globalización, reconfiguración global del poder y respuestas regionales. In: SERBIN, A. (ed.). **América Latina y el Caribe frente a un Nuevo Orden Mundial**: poder, globalización y respuestas regionales. Buenos Aires: CRIES, 2018. p. 13-33.

SERBIN, Andrés. **Chávez, Venezuela y la reconfiguración política de América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora, 2010. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Chavez_Venezuela_y_La_Reconfiguracion_Politica_de_America_Latina_y_El_Caribe.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

SHIFTER, Michael; COMBS, Michael. Shifting Fortunes: Brazil and Mexico in a Transformed Region. **Current History**, [s. l.], v. 112, n. 751, p. 49-55, 2013.

SHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Marisa Viegas e. O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas: seis anos depois. **SUR**: Revista Internacional de Direitos Humanos, [s. l.], p. 103-119, 2013. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r32490.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SION, Vitor. Aliança do Pacífico não tem relevância econômica, diz Marco Aurélio Garcia. **Opera Mundi**, [s. l.], 16 jul. 2013. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/30051/alianca-do-pacifico-nao-tem-relevancia-economica-diz-marco-aurelio-garcia>. Acesso em: 31 maio 2022.

SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICA Y DEL CARIBE. México contribuye a mejorar la calidad de vida en Santa Lucía, Jamaica y Belice. **SELA**, Caracas, 16 abr. 2015. Disponible em: <http://www.sela.org/es/prensa/servicio-informativo/20150416/si/20218/mexico-contribuye-a-mejorar-la-calidad-de-vida-en-santa-lucia-jamaica-y-belice>. Acesso: 17 maio 2022.

SKOCPOL, T. **States and social revolutions**: A comparative analysis of France, Russia and China. Cambridge: University Press, 1979.

SOLIANI, A.; NOGUEIRA, R. Brasil reúne líderes para marcar posição. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 ago. 2000. Disponible em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2708200013.htm>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SOTOMAYOR, Arturo. México y la ONU en tiempos de transición: entre activismo externo, parálisis interna y crisis internacional. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 48, n. 1/2, p. 191-192, 2008. Disponible em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/1901/1891>. Acesso em: 8 dez. 2019.

SREMEX. **Conversatorio del Canciller Luis Videgaray con Andres Oppenheimer**. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (43 min). Publicado pelo canal SRemex. Disponible em: <https://www.youtube.com/watch?v=piSWwOrtV7A>. Acesso em: 20 maio 2022.

TABÍO, Luis; MARTÍNEZ, Jorge. Estados Unidos y el ALCA: la institucionalización de la hegemonía hemisférica en el siglo XXI. In: VILLAFANE, Víctor; MASI, Jorge. **Del TLC al Mercosur**: Integración y diversidades en América Latina. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 2002. p. 299-324.

TEIXEIRA, Rodrigo; DESIDERÁ, Walter. La recuperación del desarrollismo en el regionalismo latinoamericano. In: DESIDERÁ, Walter; TEIXEIRA, Rodrigo. **Perspectivas para la integración de América Latina**. Brasília, DF: IPEA, 2012. p. 11-36.

TEN KATE, Adrian. Trade Liberalization and Economic Stabilization in Mexico: Lessons of Experience. **World Development**, [s. l.], v. 20, n. 5, p. 659-672, 1992. Disponible em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0305750X9290144K> acesso: 1 mar. 2023.

THE WHOLE enchilada. In: CAMBRIDGE Dictionary. [S. l.: s. n.], 2022. Disponible em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/whole-enchilada>. Acesso em: 16 fev. 2022.

TORRES, Maurício. Panistas plantean retirar apoyo a candidatura de Venezuela en la ONU. **Expansión**, [s. l.], 12 nov. 2013. Disponible em: <https://expansion.mx/nacional/2013/11/12/panistas-plantean-retirar-apoyo-a-candidatura-de-venezuela-en-la-onu>. Acesso: 19 maio 2022.

TOUSSAINT, M.; GARZÓN, M. El Proyecto Mesoamérica: ¿éxito o fracaso? Límites de la cooperación de México hacia Centroamérica. **Entre Diversidades**, Chiapas, v. 1, n. 8, p. 15-52, 2017. Disponible em: <http://entrediversidades.unach.mx/index.php/entrediversidades/article/view/21>. Acesso em: 30 maio 2022.

TUCKMAN, Jo. Has Mexico's moment finally arrived? **The Guardian**, London, 9 Jan. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/jan/09/mexico-moment-reforms-enrique-pena-nieto>. Acesso: 10 maio 2022.

TURZI, Mariano. Asia y la (des)integración latinoamericana? **Nueva Sociedad**, [s. l.], n. 250, 2014. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/4017_1.pdf. Acesso em: 24 maio 2022.

UNIÃO aduaneira do Mercosul pode ser adiada. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 jul. 2004. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20040707-40440-spo-17-eco-b4-not/busca/Lu%C3%ADs+Ernesto+Derbez>. Acesso em: 24 fev. 2022.

UNITED NATIONS. 'Uniting for Consensus' Group of States Introduces Text on Security Council Reform to General Assembly. [New York], 26 July 2005. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2005/ga10371.doc.htm>. Acesso em: 10 fev. 2022.

VALENZUELA, J. Samuel. Democratic Consolidation in Post-Transitional Setting: notion, process, and facilitating conditions. **Working Paper**, Indiana, v. 150, 1990. Disponível em: https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/150_0.pdf. Acesso em: 16 fev. 2019.

VARGAS Llosa y la Dictadura Perfecta. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo canal Ciberactivo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kPsVWVWg-E38>. Acesso em: 8 dez. 2019.

VARGAS, José L. C. Historia e Ideología del Continuum PNR-PRM-PRI. **Revista de Derecho Estasiológico**, Ciudad de México, n. 2, 2013: Disponível em: <http://historico.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/derestas/cont/2/ens/ens9.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2019.

VARGAS, Rosa. Cancela Peña participación en la cumbre de la Celac. **La Jornada**, Ciudad de México, 24 ene. 2015. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2015/01/24/politica/013n3pol>. Acesso: 15 maio 2022.

VAUTRAVERS TOSCA, Guadalupe. Las relaciones internacionales entre México y Venezuela. Encuentros y desencuentros. **Anu. Mex. Der. Inter**, Ciudad de México, v. 8, p. 743-778, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/amdi/v8/v8a22.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.

VEIGA, Pedro. Estudo sobre a constituição de um espaço de livre comércio no âmbito da aladi: proposta de tratamento dos temas de acesso a mercados de bens. **ALADI/SEC/Estudo**, [s. l.], n. 186, 13 jul. 2007.

VELAZQUEZ FLORES, Rafael. **Documento de Trabajo del CIDE n. 145**: una primera evaluación de la política exterior de la administración de Vicente Fox: alcances y límites. Ciudad de México: CIDE, 2007. Disponível em: <https://www.cide.edu/publicaciones/status/dts/DTEI%20145.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2022.

VELÁZQUEZ FLORES, Rafael. La política exterior de Estados Unidos hacia México bajo la administración de Barack Obama: cambios y continuidades. **Norteamérica**, Ciudad de México, v. 6, n. 2, p. 85-113, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-35502011000200004. Acesso em: 2 jul. 2022.

VELAZQUEZ FLORES, Rafael; ALBA ULLOA, Jessica L. de. Los factores internos y externos en la política exterior mexicana (2012-2018): una evaluación general. **Foro int**, Ciudad de México, v. 59, n. 3-4, p. 671-701, dic. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-013X2019000300671&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2024. Epub 15-Ago-2019. <https://doi.org/10.24201/fi.v59i3-4.2637>.

VENEZUELA anuncia su retiro de la OEA. **Expansión**, [s. l.], 26 abr. 2017. Disponível em: <https://expansion.mx/mundo/2017/04/26/venezuela-anuncia-su-retiro-de-la-oea>. Acesso em: 20 maio 2022

VENEZUELA derriba avión mexicano que entró sin permiso a su espacio aéreo. **CNN Español**, [s. l.], 6 nov. 2013. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2013/11/06/venezuela-derriba-avion-mexicano-que-entro-sin-permiso-a-su-espacio-aereo/>. Acesso: 19 maio 2022.

VENEZUELA repudia a México contacto con opositores. **El Economista**, Ciudad de México, 9 feb. 2016. Disponível em: <https://www.eleconomista.com.mx/internacionales/Venezuela-repudia-a-Mexico-contacto-con-opositores-20160209-0112.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

VENEZUELA/MÉXICO: retiran embajadores. **BBC Mundo**, [s. l.], 14 nov. 2005. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_4437000/4437144.stm. Acesso em: 19 fev. 2022.

VIDEGARAY, Luis. **Presidente @NicolasMaduro**: cobarde es quien usa el poder del estado para dismantelar la democracia y arremeter contra su propio pueblo. [Ciudad de México], 3 ago. 2017. Twitter: @LVidegaray. Disponível em: <https://twitter.com/lvidegaray/status/893283231935496193?s=21&t=5L4liVUMoPiLupQ6qGjJVQ>. Acesso em: 21 maio 2022.

VIDRIO, Silvia. La construcción de la imagen de López Obrador en los spots de sus adversarios. **Cultura y Representaciones Sociales**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 31-54, 2007. Disponível em: <http://www.culturayrs.unam.mx/index.php/CRS/article/view/501/508>. Acesso em: 31 mar. 2022.

VILLARROEL, Fabián. **Opciones para la convergencia entre la Alianza del Pacífico y el MERCOSUR en facilitación del comercio**. Panamá: Konrad-Adenauer, 2021. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/47587>. Acesso em: 23 maio 2022.

VISITA Oficial del Presidente de la República de El Salvador, Salvador Sánchez Cerén, a los Estados Unidos Mexicanos. **Gobierno de México**, Ciudad de México, 31 oct. 2014. Disponível em: <https://www.gob.mx/epn/prensa/visita-oficial-del-presidente-de-la-republica-de-el-salvador-salvador-sanchez-ceren-a-los-estados-unidos-mexicanos?tab=>. Acesso: 16 maio 2022.

WHITEHEAD, Laurence. Consecuencias de la democratización en la política exterior de México. In: COVARRUBIAS, Ana (coord.). **Temas de política exterior**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2008. p. 365-387.

WOLF, Sonja. La guerra de México contra el narcotráfico y la Iniciativa Mérida: piedras angulares en la búsqueda de legitimidad. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 51, n. 4, p. 669-714, 2011. Disponível em:

<https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2072/2062>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ZELAYA se mete en ‘Honduras’, pero en México. **El Nuevo Diario**, [s. l.], 7 ago. 2009. Disponível em: <http://archivo.elnuevodiario.com.ni/nacional/268150-zelaya-se-mete-honduras-mexico/>. Acesso em: 14 maio 2022.

ZUARTH, Roberto. ¿Qué pasó con los 43 normalistas de Ayotzinapa el 26 de septiembre de 2014? **El Financiero**, Ciudad de México, 23 sept. 2020. Disponível em: <https://www.elfinanciero.com.mx/nacional/que-paso-con-los-43-normalistas-de-ayotzinapa-el-26-de-septiembre-de-2014/>. Acesso em: 7 jun. 2022.